15339

J.J. Mipatina dos Santos

Colonialismo e lutas de libertação 7 cadernos sobre a guerra colonial

A EXPANSÃO COLONIAL PORTUGUESA

A. O comércio ao longo da costa

B. Partilha da África e ocupação militar

C. Da escravatura aos trabalhos forçados

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
Nº 3801

325.83/86
c/1961/1970
COL

NOTA PRÉVIA

A informação que se recolheu e sistematizou no presente dossier pretende fornecer uma visão do conjunto, tanto quanto possível equilibrada, objectiva e completa, da guerra colonial em que o povo português tem estado envolvido desde há 10 anos.

A persistência desta calamidade nacional, e a forma passiva e resignada como tem sido suportada, são resultado de um condicionalismo tão completo como implacável, entretecido ao longo de quase meio século e cuidadosamente vigiado por um aparelho repressivo dos mais experientes. No condicionalismo assim criado, como na repressão permanente que o defende e o fortalece, um dos instrumentos mais decisivos tem sido a manipulação da informação por parte do grupo sócio-político que detem o poder.

A contra-informação que alguns núcleos da oposição politicamente mais conscientes têm podido produzir, certamente com grandes dificuldades e não menores riscos, tem visto o seu alcance diminuído por duas deficiências importantes: a irregularidade das publicações e o carácter parcelar da informação fornecida. Verifica-se assim, mesmo nos meios mais politizados, ouro seio de grupos que procuram ser activos, a falta de uma visão de conjunto da realidade colonial, que favoreça uma consciência mais clara da situação e uma definição mais adequada das formas concretas de luta.

Foi a partir de um conjunto de publicações já hoje vasto (mas nem sempre de fácil acesso e de informação fragmentada) que os autores organizaram este dossier, utilizando geralmente a transcrição directa de textos, de acordo com critérios evidentemente discutíveis, mas que se procurou fossem objectivos na leitura dos acontecimentos. Puseram-se de parte preocupações de análise interpretativa, preferindo-se textos narrativos, testemunhos vividos e declarações de responsáveis. Por outro lado, teve-se em vista conseguir alguma coisa que pudesse ser um instrumento de trabalho, com elementos de referência, tanto quanto possível precisos.

A utilidade da tarefa realizada estará na razão directa da divulgação que for dada a este dossier e do aproveitamento que dele se fizer. Dispondo de possibilidades de difusão limitadas, os organizadores contam com a necessária colaboração de grupos ou pessoas interessados na consciencialização do povo português frente ao crime colectivo que todos estamos a praticar, sustentanto uma guerra de extermínio físico e moral, não só contra os povos das colónias, mas também contra o próprio povo português.

Fica pois desde já autorizada e encorajada a reprodução total ou parcial deste dossier, ou mesmo a sua correcção ou ampliação com novos elementos, desde que se mantenha a objectividade necessária, evitando qualquer cunho partidário ou atitude demagógica.

Neste sentido, sugere-se a criação de cadernos monográficos, aproveitando e desenvolvendo determinados capítulos, a difusão de textos por forma periódica, ou mesmo uma publicação integral e eventualmente corrigida e aumentada.

Neste décimo aniversário da guerra colonial, aqui fica esta contribuição dos organizadores, que fazem sua a bela dedicatória de Basil Davidson no seu livro "Revolution en Afrique".

- À memória dos que morreram pela revolução do nosso tempo

- À fraternidade dos que vivem para ela

- À inteligência daqueles que hão-de levá-la mais além.

4 de Fevereiro de 1971

Quem acompanha a propaganda oficial do Governo português será levado a tirar algumas conclusões: Portugal está em África há 5 séculos, conviveu pacificamente com as populações indígenas às quais transmitiu a civilização cristã, até que progressivamente e constituíu uma sociedade pluri racial; inclusivamente essas mesmas populações não teriam conhecido outra forma de soberania que não fosse a portuguesa.

Uma análise histórica, mesmo sumária, mostra claramente como estas conclusões carecem de fundamento. Os portugueses só no fim do século XIX ocuparam militarmente o interior das suas colónias africanas - até aí, limitavam-se a contactos ao longo da costa; em qualquer hipótese, mantiveram sempre com os africanos uma relação de dominadores-dominados e de exploradores--explorados.

A - O COMÉRCIO AO LONGO DA COSTA

Início da expansão colonial portuguesa

"Portugal, favorecido pela sua posição geográfica nas margens do Oceano Atlântico e muito próximo da extremidade ocidental da África do Norte, começou no século XV a enviar barcos para o sul, a costear a margem atlântica da África. O cabo Bojador foi dobrado em 1434, o Senegal foi atingido em 1444 e as ilhas de Cabo Verde em 1456. Em 1485 Diogo Cão descobriu a embocadura do Congo. Em 1487 Bartolomeu Dias avançou para além do cabo da Boa Esperança. E em 1498 Vasco da Gama desembarca nas Índias.

Que representa esta expansão sobre o plano económico

"É necessário distinguir duas fases. Quanto à primeira metade do século as expedições portuguesas na África Ocidental tinham por objectivo prioritário a aquisição do ouro da Guiné. As caravelas partiam de Portugal carregadas de objectos de estanho e de cobre, de tecidos, de quinquilharias, de coral e mais tarde de pérolas para a costa oriental da África - que trocavam por ouro e escravos (...). Depois da chegada de Vasco da Gama às Índias a própria base de expansão comercial portuguesa foi alterada. O objectivo era daqui para diante as especiarias (pimenta, noz moscada, canela, etc.), e não mais o ouro. O acesso directo às Índias permitiu aos portugueses eliminar os intermediários árabes e levantinos que tinham até então controlado o mercado de exportação europeia do Cairo a Alexandria.

Foi o princípio de uma expansão rápida

"Goa foi conquistada em 1510 e dominou em breve a costa indiana. Malaca no estreito da Malásia foi conquistada em 1511 e a região mais rica em especiarias, as ilhas indonésias de Amboína, Ternate e Tidor em 1514. Em 1515 foi a vez de Ormuz no golfo Pérsico. Em meados do século XVI os portugueses controlavam todo o Oceano Índico da África Oriental até à Indonésia e do golfo Pérsio à Birmânia. A estrutura deste império era absolutamente original. Consistia simplesmente num grande arco de bases navais estendendo-se com imensos intervalos à volta do Oceano Índico: Sofala, Moçambique e Mombaça na África Oriental; Ormuz e Moscate no golfo Pérsico; Diu, Damão, Bassein, Chaul, Goa, Cochim nas Índias; Colombo no Ceilão; Malaca no estreito da Malásia; Amboína, Ternate, Tidor e Solor na Indonésia

e em seguida Macau, que estende a penetração portuguesa ao sul do Mar da China. Estas bases controlavan ao mesmo tempo as fontes dos produtos (Indonésia e Ceilão) e as rotas marítimas que asseguravan eficazmente o domínio comercial de Portugal sobre todo o oceano.

Um imperialismo de troca

"Portugal recebeu riquezas imensas e sem precedentes. Albuquerque estimava em cerca de un milhão de cruzados apenas os benefícios da coroa. Lisboa torna-se a cidade mais rica da Europa. No decurso da primeira metade do século XVI Portugal conheceu o cúmulo da opulência imperial que marcou o zénite da primeira vaga de expansão ultramarina europeia. O império português do século XVI era a criação de um tipo particular de imperialismo, imperialismo de troca. Fundou-se sobre a troca ou compra de um tipo (geralmente matéria prima) de mercadoria por outra. Pimenta da costa de Malabar, canela de Ceilão, cravinho e noz moscada das ilhas da Indonésia eran inicialmente compradas na costa indiana, principalmente con prata alemã das minas de Augsbourg.

Carácter violento da expansão portuguesa

"O comércio oriental português derivava tanto do imperialismo como da troca, no sentido em que se apoiava sobre o uso de meios técnicos superiores de opressão: bombardeamento de Calicute, incêndio de Monbaça, tomada de Socotra, pilhagem de Goa, etc. (...). Por outro lado, nenhum dos grandes estados com os quais chocou a expansão portuguesa no oceano Índico era na época forte politicamente. O império de Maneluk no Egipto encontrava-se prestes a sucumbir aos turcos Otomanos. O sul da Índia era dominado por 5 sultanatos muçulmanos e pelo reino indú de Vijayanagar, muitas vezes en guerra uns com os outros; o império javanês de Madjapayit declinava; a China Ming atravessava una fase isolacionista e o Japão estava na anarquia. Assim, quando os portugueses apareceram no oceano Índico e mesmo mais longe, não encontraram nenhuma frota armada capaz de lhes resistir.

Os dois tipos de imperialismo

A evolução lógica desta expansão foi ultrapassar o controle de troca para atingir o da extracção pròpriamente dita. A transição de un estádio a outro implica a utilização mais sistemática da violência: em vez de instalar feitorias e fortes sobre o litoral tratava-se de conquistar largas extensões no interior das terras. Tonando as ilhas produtoras de especiarias os portugueses tinham já ultrapassado esta etapa no século XVI, mas as especiarias eram culturas de tal modo concentradas (...) que as consequências normais da alteração nunca foram assim sensíveis no império asiático português (...). A diferença mais importante entre estes tipos de imperialismo e o transformador do século XIX é evidente. Este último explorou as suas possessões coloniais para obter matérias primas e um mercado de consumo para os produtos da metrópole, muitas vezes manufacturados partindo das matérias primas destas mesmas possessões. Os outros utilizavam simplesmente um sistema de trocas vantajoso de matérias primas, ou, no melhor dos casos, controlava as sua extracção. A diferença fundamental reside no papel da técnica em cada uma das categorias de imperialismo. No imperialismo do século XIX a superioridade ténica encontra-se en todo o lado. Estruturando e definindo todos os aspectos da realidade colonial, é ao mesmo tempo o motor e a significação da totalidade das relações económicas e sociais em causa. Em contrapartida, no tipo mais recente de imperialismo, a superioridade técnica limita-se à possibilidade de utilizar a violência de uma maneira essencialmente exterior, sem mudar nem fazer progredir os processos estritamente económicos.

A perda do império das especiarias e a viragem para a colonização do Brasil

"Cerca de meados do século XVI as plantações de cana do açúcar aparecem nos estabelecimentos portugueses dispersos no nordeste do Brasil. A produção cresceu, e no fim do século era já muito importante para a economia nacional. De 1580 a 1640, Portugal foi incorporado no reino de Espanha e envolvido na guerra contra a Inglaterra e a Holanda. Quase imediatamente os holandeses atacaram as posições portuguesas no oriente. Em 1602 foi fundada a Companhia Holandesa da Índia Oriental; Amboina foi tomada em 1605, Ternate e Tidor em 1607, Ormuz em 1622, Portugal foi expulso do Japão em 1639, perdeu Malaca em 1641, Ceilão e a Costa do Malabar entre 1653 e 1663 que trouxe por fim a paz. No princípio do século XVII o império das especiarias estava perdido. Durante este período crítico, o açúcar do Brasil salvou a prosperidade portuguesa e preservou as suas estruturas que permaneceram quase intactas. Em 1612, das 11 capitanias instituídas no Brasil, 8 exportavam um total de 7000 a 8500 toneladas de açúcar por ano. O valor desta colheita era considerável: em 1627 já se avaliava em 400 000 cruzados por ano. A base do império português não tinha só passado de um produto primário a outro. Nos dois casos o produto era a mercadoria mais lucrativa do século: as especiarias no século XVI e o açúcar no século XVII. O açúcar era então a maior exportação dos trópicos e o Brasil o maior fornecedor do mundo. As plantações do Brasil contribuíram para transformar a exploração de base do império português pela troca em exploração a nível de extracção. Elas atraíram a primeira vaga da verdadeira colonização. As inovações técnicas começaram a afectar o sistema económico em si - o açúcar era um produto importado e era tratado no próprio local em refinarias. A penetração portuguesa estendeu-se para o interior do Brasil do nordeste em grandes extensões que foram desbravadas; contudo, o desenvolvimento concentrou-se sobre as regiões mais próximas do litoral. Mas poucas coisas fundamentais tinham sido mudadas; o açúcar substituía simplesmente as especiarias e a orientação do imperialismo português tinha passado à América do Sul. A economia nacional não ganhou com isso uma maior solidez; na verdade, um especialista do Brasil colonial escreveu: "Pode-se dizer que a existência de Portugal como nação independente dependia essencialmente dos benefícios que retirava do comércio brasileiro" (C.R. Boxer, Salvador de Sá and the struggle for Brasil and Angola, London, 1952).

A anomalia do imperialismo português

"Em Portugal, depois da assinatura do tratado de Methwen com a Inglaterra em 1703 o subdesenvolvimento português recebe um estatuto jurídico explícito. Esboço das estruturas coloniais do século XIX, o Tratado colocava Portugal numa situação de dependência económica permanente: em troca das tarifas preferenciais concedidas ao vinho português entrado na Grã-Bretanha, Portugal garantia a livre entrada dos tecidos britânicos, esmagando assim definitivamente os projectos da indústria da lã em Portugal e limitando as suas explorações a produtos primários manufacturados. A anomalia do imperialismo português nunca foi tão evidente como na época em que o ouro do Brasil fornecia a Lisboa enormes proventos. A produção de cereais declinava, enquanto que a cultura das vinhas se estendia seguindo um processo tornado clássico no século XIX na Argélia. O comércio com a Inglaterra tinha um défice de um milhão de libras por ano, sendo a diferença coberta em ouro. Em 1822 o Brasil proclamava a sua independência. Portugal privado do seu império cai na probeza, na estagnação e na dívida. No princípio do século XIX encontrava-se reduzido às suas proporções reais e bloqueado."
(in Perry Anderson, LE PORTUGAL ET LA FIN DE L'ULTRE-COLONIALISME, Partisans nº. 7, Novembro-Dezembro, Maspero, Paris, 1962).

B - PARTILHA DA ÁFRICA E OCUPAÇÃO MILITAR

A exígua penetração portuguesa em África

"A amplidão e característica da presença portuguesa em Angola foram determinadas quase exclusivamente pelo comércio dos escravos. Para a compra ou o rapto dos escravos era necessária uma certa penetração no interior; é por isso que a expansão geográfica do território controlado pelos portugueses foi mais importante que na costa oriental. Os territórios "controlados" eram cerca de 130 000 Km2 no fim do séc. XVII, quer dizer, que os portugueses tinham aí liberdade de movimentos. A presença portuguesa estava concentrada principalmente nos enclaves costeiros de Luanda e Benguela. Mantinha-se no interior por sistema de pequenas fortalezas disseminadas em pontos isolados da rectaguarda do país: Massangano, Muxima, Pungo, Andongo, Cambande e Ambaca. Nenhuma se encontrava a mais de 250 a 350 Km da costa. A presença portuguesa mesmo superficialmente não se estendia mais do que cerca de 1/6 da Angola actual (1 263 700 km). No que respeita a população o recenseamento de 1830 discriminava ùnicamente 1 832 brancos para toda a superfície "ocupada" pelos portugueses: 1 500 concentrados em Luanda e só 300 para todo o resto de Angola. Em 1845 Benguela não tinha senão 38 habitantes brancos. Nove anos mais tarde, em 1854, Livingstone calcula que havia cerca de 830 brancos em Luanda e ùnicamente 100 em todo o resto de Angola. Assim, no meio do séc. XIX pode-se dizer que nunca houve mais de 3 000 nacionais portugueses e talvez o dobro de mestiços no conjunto da África ao sul do Saara. Durante 4 séculos a África portuguesa teve um papel quase exclusivamente formal: não tinha nenhum valor intrínseco não sendo senão fornecedor dos grandes complexos do poder imperial português nas Índias e na América do Su. A costa oriental

francês
inglês
portug
alemão

MAPA 1 - Esferas de influência de poderes europeus em 1884, antes da Conferência de Berlim.
(in Paul Bohanan, AFRICAN OUTLINE)

servia de zona de trânsito e de depósito ao comércio marítimo com a Índia; a costa ocidental de reserva de mão-de-obra para o Brasil. Quando a Índia e as Antilhas foram perdidas, a costa oriental desintegrou-se. Quando o comércio dos escravos foi suprimido, a costa ocidental caíu no abandono. De repente no fim do séc. XIX estes territórios transformaram-se nas imensas colónias de Angola e Moçambique. As circunstâncias desta transformação explicam a estrutura actual das colónias portuguesas.

O imperialismo internacional, movido pela revolução industrial, penetra em África

"A conquista e a divisão da África pelas potências da Europa ocidental produzem-se sobretudo durante as duas últimas décadas do século. Em 1880 a ocupação europeia limitava-se às regiões seguintes: Argélia (até à fronteira do Saara), Senegal (incluindo o Mali e a Mauritânia actuais) e Gabão (faixa costeira) - francesas; Gambia, Serra Leoa (faixa costeira), Costa do Ouro (faixa costeira), Lagos (faixa costeira na Nigéria do Oeste) - britânicas; Angola (faixa costeira), Moçambique (faixa costeira) - portuguesas; por fim a Colónia do Cabo, o Transval, o Natal e o estado livre de Orange. Em 1895 a distribuição do continente estava inteiramente realizada com a excepção do Saara, do Sudão, do Marrocos, da Tripolânia e da Etiópia. A força que determinava esta vasta expansão era industrial. Um novo tipo de imperialismo tinha feito a sua aparição, a expressão plena e definitiva de uma supremacia técnica e de uma alta produtividade. O novo estilo de exploração exigia a absorção de um volume e de uma variedade de matérias primas sem precedentes pela potência colonizadora e a reexportação de uma quantidade destes produtos para os territórios colonizados sob a forma de produtos manufacturados de pouco valor (sobretudo vestuário). Os três países mais industrializados da Europa (Inglaterra, França e Alemanha) totalizavam por si só cerca de 80% do total das aquisições territoriais em África durante a segunda metade do século XIX. As suas conquistas eram fundadas sobre um dinamismo económico e demográfico, excepto no caso da França.

As grandes companhias coloniais

"A instituição mais característica deste imperialismo foi a Companhia colonial. Poderosas empresas privadas tomaram iniciativas sobre o plano político e geográfico muito antes que o estado interviesse. As companhias tinham um estatuto político quase soberano administrando imensos territórios em África e com as suas finanças, as suas leis, a sua polícia e a sua diplomacia própria. Na África ocidental, United Africa Company (1879) e as suas sucessoras, a National African Company (1881) e a Royal Niger Company (1885) ocupavam efectivamente e administravam uma grande parte da Nigéria. Na África oriental a German East African Company (1885) administrava o Tanganica e a British East African Company (1885) o Quénia. Na África Central o fenómeno atingiu o seu máximo com a Associação Internacional do Congo do Rei Leopoldo (1882). Na África do Sul a British South African Company tomou conta da quase totalidade das Rodésias e Niasselândia enquanto que a Deutsch Kolonial Gesellschaft tomava conta da África do Sudoeste. A partir de 1893 a Filonardi controla a Somália italiana. O papel das companhias foi pouco importante no caso da expansão francesa onde se afirmou uma tradição militar e dirigista. Estas formas combinadas - empresas privadas exercendo poderes públicos - eram as traduções exactas em instituições do novo imperialismo. O impulso que esteve na origem da luta por África tinha nascido da expansão das economias da Europa ocidental: as suas projecções eram portanto muito naturalmente as grandes companhias de pilhagem. Esta expansão foi expontânea; foi uma explosão, um transbordar elementar de forças económicas e não um epifenómeno político calculado. Uma vez este mecanismo posto em evidência, entraram em jogo considerações políticas e estratégicas, a política nacional interveio e os protectorados das companhias transformaram-se em colóni

as. Mas o Estado não agiu senão depois do golpe como o culminar de um desenvolvimento mas não como o seu motor.

A entrada de Portugal na "luta por África"

"A data e as circunstâncias da entrada de Portugal na luta por África são reveladoras. Durante sessenta anos a partir de 182o a Inglaterra tinha recusado reconhecer as reivindicações portuguesas no território situado entre Ambriz e o Rio Congo, a região histórica, mas no entanto inocupada, do reino do Bakongo. Em 1882/3, a política britânica mudou subitamente e tornou-se disposta a reconhecer as reivindicações portuguesas. A razão desta alteração foi a penetração rápida e eficaz da África Equatorial por Braza (por conta do governo francês) e Stanley (por conta do Rei Leopoldo), e que ameaçava fechar toda a África Central, em particular a Bacia do Congo, aos interesses britânicos. A fim de bloquear este desenvolvimento, a Inglaterra tentou reconhecer a soberania de Portugal sobre as duas margens do Congo até Noqui, em troca do direito de livre navegação sobre o rio, de direitos alfandegários preferenciais e da criação de uma comissão mista anglo-portuguesa para o controle do trânsito fluvial. A Alemanha, a França e a oposição interna na Grã-Bretanha impediram a ratificação do Tratado e esta oposição leva à Conferência de Berlim de 1885 nos termos da qual Portugal recebeu a margem sul do Congo mas perdeu a margem norte.

Conflito imperialista do Ultimatum e a "ocupação efectiva" dos territórios

"Cerca do fim de 1889 as forças portuguesas dirigidas por Serpa Pinto tentam a penetração do País dos Macololos, com o fim confessado de preparar o terreno para uma linha férrea, mas na realidade para assegurar a junção com forças provenientes de Angola que caminhavam na direcção de leste. Em Novembro a coluna tem choques com tribos protegidas pelos britânicos sobre o rio Shire. O Governo Britânico envia imediatamente um ultimatum a Portugal, exigindo a retirada das forças da região de Shire e do Mashonaland. Diante da ameaça armada (navios de guerra tinham deixado Zanzibar e dirigiam-se para Moçambique), a diplomacia imperial portuguesa capitulou. O governo demitiu-se, em em Julho de 1891, um Tratado foi assinado limitando a jurisdição portuguesa aproximadamente às fronteiras actuais de Moçamique - a uma linha situada a cerca de 96o km a este do limite virtual extremo de Angola. No mesmo momento uma grave crise financeira estourava em Portugal. Mesmo depois de terem sido reguladas as questões diplomáticas faltava ainda pôr em execução a "ocupação efectiva" requerida pela Conferência de Berlim. O desastre diplomático de 1891 suscitou uma forte reacção nacionalista em Portugal e, pela primeira vez, tenta-se submeter pela força armada de manei

Francês
Inglês
Portug.
Alemão

M A P A 2 - 1885, depois da Conferência de Berlim.
(in Paul Bohanan, idem)

ra ordenada e concentrada, as populações africanas ao controle português. De 1895 a 1896, uma campanha dirigida por António Enes e Mouzinho de Albuquerque conquistou a Gazalândia no sul de Moçambique; em 1897 Coutinho ocupa a região costeira ao norte de Quelimane; em 1902/4 a Companhia do Zambeze "pacificou" os territórios estendendo-se de Tete à fronteira da Niassalândia. Em 1906, o sector norte fazendo face à ilha de Moçambique foi submetido. No decurso de uma série de campanhas que tiveram lugar de 1908 a 1912 as tribos do Yao, à volta do lago Niassa, foram colocadas sob controle português. A ocupação militar de Angola fez-se ainda mais lentamente. Em 1901/2 a região dos Dombos, a algumas centenas de kilómetros de Luanda, no interior, foi atacada e ocupada. Para o sul, os Quanhamas infligiram uma pesada derrota aos portugueses em 1904, e para conseguir submetê-los foi necessário prolongar as campanhas até 1915. Em 1917 foi preciso ainda enviar forças militares para pacificar Moxico, no sudoeste de Angola. Na realidade, não foi senão senão no fim da I guerra Mundial que Angola e Moçambique foram completa e definitivamente controladas por Portugal.

A conquista da Guiné seguiu as fases tradicionais da ocupação portuguesa.

a) comércio com os indígenas e disseminação de fortalezas ao longo da costa;
b) tráfico e caça de escravos e distribuição de núcleos comerciais da faixa litoral;
c) luta de influência contra as outras potências coloniais;
d) partilha da África e guerra pela conquista colonial e ocupação militar;
e) ocupação administrativa e exploração colonial.

(...) Eis algumas das campanhas militares mais importantes que os portugueses tiveram que conduzir na Guiné durante o período chamado de pacificação, com o fim de poderem estabilecer o domínio colonial:

1878/80 - guerra contra os Felupos e os Manjacos
1880/81 - campanha contra os Fulas de Buba
1882 - campanha contra os Fulas e Boafadas
1883/85 - campanha contra os Balantas de Nhacra
1886/90 - campanhafcontra os Papéis
1897 - campanha contra os Oincas
1904/6 - campanha contra os Manjacos de Tehurre
1907/08 - campanha contra os Mandingas de Goba
1910/13 - campanha contra os Oincas
1914 - campanha contra os Manjacos
1915 - campanha final contra os Papéis
1917/36 - campanha contra os Bijagós

Foi preciso meio século de guerra colonial, de violência e de traições, para que Portugal pudesse impôr o seu domínio ao Povo da Guiné, dividido e debilitado pelo comércio dos escravos. Mas a soberania portuguesa nunca se impôs inteiramente sobre algumas populações como os Oincas e os Bijagós (...)

A ocupação administrativa e a exploração colonial realizaram-se não obstante o país não ter sido completamente dominado - antes do advento do regime salazarista em Portugal. Com efeito, a relação entre fascismo português e este tipo de domínio colonial que se estabelece em África não é directa e seria errado considerá-la como causa e efeito de um processo que tem, aliás, outras origens.
(in Romana Ledda, UNA RIVOLUZIONE AFRICANA, Bari, 1970)

As características do colonialismo português nas duas últimas décadas do século XIX

"Inicialmente, a diplomacia colonial portuguesa foi posta em acção do exterior, pelas iniciativas e as decisões de outras potências europeias. As negociações a propósito do Congo em 1884/85 que marcaram a entrada de Portugal na arena da repartição de África, nasceram do medo dos ingleses de verem os franceses e os belgas na África equatorial. Portugal não participou portanto nos acontecimentos a não ser a favor de duas alterações consecutivas: a França e a Bélgica ameaçando as posições britânicas faz a Inglaterra uma contra-manobra utilizando Portugal. A Inglaterra considerava visivelmente Portugal como bastante fraco para poder ser eventualmente suplantado por ela nas regiões chave a que lhe reconhecia soberania. A "ofensiva portuguesa" de 1886/90 foi a consequência directa da humilhação de Berlim em 1885. O nacionalismo de inteligência militar e da elite burguesa exigia uma resposta territorial em força à maneira como Portugal tinha sido tratado na Conferência e o estatuto implícito que daí recorria. A experiência de Berlim motivou a ofensiva portuguesa e mesmo a sua estratégia. A Inglaterra tinha-se revelado um protector duvidoso, a Alemanha um adversário vitorioso; por isso o Gabinete de Castro Gomes tentava realizar "o mapa cor de rosa" (a colónia transcontinental) obtendo o apoio da Alemanha; daí o tratado com a Alemanha de 1886, fazendo concessões territoriais consideráveis no sul de Angola e no norte de Moçambique. Este tratado não significava um apoio concreto a Portugal contra a oposição britânica e era simplesmente uma arma de papel. Era portanto a cúpula do projecto português da colónia de "costa a costa"; vê-se no entanto desde o início o carácter quimérico da ofensiva. As medidas que se lhe seguiram, tais como a simples proclamação de um novo distrito de Moçambique compreendendo largos territórios da actual Rodésia do Sul foram do mesmo tipo. Quando o ataque militar ocorreu, cerca de 4 anos depois dos tratados de 1886 nada mais se conseguiu do que alguns kilómetros na Niassalândia antes de ser sustido. A procura por Portugal de um império transcontinental era um bluff que não enganou ninguém a não ser a si próprio: quando se encontrou diante das realidades desvaneceu-se instantânea e miseràvelmente.

francês
inglês
português
alemão
italiano
espanhol

MAPA 3 - África em 1914 - o Congo Livre foi anexado. Chega-se à forma actual das colónias portuguesas.

(in Paul Bohanan, idem)

As companhias coloniais e o princípio do investimento de capitais estrangeiros nas colónias portuguesas

"Na África da época não existiam verdadeiros equivalentes das grandes companhias coloniais inglesas. A partir de 1891 (ano do Ultimatum) existiam companhias concessionárias em Moçambique: a Mozambique Company, a Niasa Company (1891/93), a Zambésia Company que juntas controlavam em 1900, 2/3 de Moçambique. Mas estas companhias diferiam das suas correspondentes inglesas ou alemãs em dois pontos - primeiro, eram imitações inspiradas em exemplos estrangeiros e conscientemente copiadas sobre o seu modelo; em seguida, o seu próprio capital como o seu modelo era essencialmente estrangeiro. O capital inicial da Mozambique Company era de 5 milhões de dólares de que uma larga porção provinha de investimentos ingleses, alemães e sul africanos. O capital da Niassa Company era sobretudo britânico e as acções da Zambesia Company foram compradas em Inglaterra, na França, na Alemanha e na África do Sul.

A colonização reflexo

"A natureza particular das colónias portuguesas de África no fim do século XIX é evidente. As colónias normais no século XIX eram o resultado da expansão industrial das potências metropolitanas: tinham nascido de uma base nacional de acumulação macissa do capital e do progresso da técnica que tinham criado uma necessidade nova de matérias brutas e de novos mercados. Eram portanto extensões "naturais" da economia metropolitana e seguiam um modelo uniforme e racionalizado. As colónias portuguesas tinham uma origem completamente diferente. Eram as sobrevivências estagnadas das feitorias comerciais e do comércio dos escravos do séc. XVI subitamente estendidas para o interior sob a ameaça de anexações europeias rivais. Se o sonho grandioso de um império transafricano fracassou, as manobras de 1886/91 asseguraram pelo menos as fronteiras actuais de Angola e Moçambique, ambas muito para além do limite da presença portuguesa na época. A necessidade da conquista não veio portanto de um progresso industrial; não foi interna e "natural" mas externa e artificial. Pode-se falar muito exactamente de "colonização reflexo".

(in Perry Anderson, op. cit.)

C - DA ESCRAVATURA AOS TRABALHOS FORÇADOS

Ainda em perspectiva histórica, vale a pena deter mo-nos num aspecto particular da colonização portuguesa: a exploração da mão-de-obra africana. Os dois textos seguintes revelam-nos a monstruosa dimensão da escravatura, essa escravatura que só foi abolida de maneira formal e aparente, pois manteve toda a sua desumanidade através do regime de trabalhos forçados.

1/ ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA ESCRAVATURA NA ÁFRICA PORTUGUESA

"Sabe-se que a escravatura no continente africano teve a sua origem na situação demográfica e sócio-cultural da América Índia ocupada pelos europeus. As guerras de resistência, seguidas da exterminação de popu

lações inteiras (os indios das Caraibas desapareceram em menos de 4o anos de ocupação espanhola) dizimaram a população americana. Aliás, os indios mostravam uma má vontade manifesta em cooperar nos projectos de exploração do ocupador. Enfim, na corte de Espanha, uma luta ameaçadora eficaz foi conduzida pelos teólogos influentes como Victória ou homens de acção como Las Casas para que a redução à escravatura dos indios fosse definitivamente abolida.

O projecto dos europeus para a América, que não era já só comercial, mas colonial, defrontou-se com um grave problema de mão-de-obra. A prática habitual da escravatura no Mediterrâneo levou à procura de uma mão de obra barata, robusta e habituada a trabalho em clima tropical e equatorial: as populações africanas preenchiam bem estas condições, e para responder ao primeiro critério, bastava transformar o tipo de presença metropolitana em África. Não só instalar entrepostos comerciais, mas instalar verdadeiras fortalezas donde poderiam partir traficantes de escravos e surtidas armadas para o interior. Esta mudança de perspectiva é de tal modo patente que em Angola levará os portugueses de S. Salvador (espécie de consulado atencioso onde se tratavam bons negócios, tal como os franceses em Tunis ou em Argel) para Luanda, fortaleza fortemente armada onde se fixarão definitivamente a partir de 1576, porque o tráfico de escravos iniciado no princípio do século, degradou todas as relações com o reino do Congo, atitude esta que acabará por ter a aprovação do rei de Portugal.

É inútil determo-nos aqui sobre a dialética interna da escravatura. Os autores coloniais estenderam-se sempre com complacência sobre o facto de esse tráfico ter encontrado muitas vezes apoio nas populações africanas, tendo alguns grupos étnicos desempenhado o papel de verdadeiros caçadores de bestas humanas para os europeus. Sob este facto, hàbilmente explorado e ampliado por estes autores, aparece uma dupla realidade. Por um lado a existência de uma verdadeira relação de classes em certas sociedades africanas em que os poderes reais não hesitaram, efectivamente, em entregar os seus próprios súbditos aos súbditos dos vassalos misteriosos; por outro lado, uma consequência da relação de forças entre os ocupantes superiormente armados e populações obrigadas a escolher entre a exterminação ou uma "colaboração" forçada, que não era outra coisa senão uma escolha pela sobrevivência. Nestes mesmos círculos prefere-se passar em silêncio os inumeráveis movimentos de resistência e de tentativas de reconstrução nacional que foram ens ensaiados durante mais de 3 séculos da história da escravatura em África. Quando os documentos sobre esta época deixarem de ser tratados apenas pelos colonizadores, aperceber-nos-emos melhor que movimentos qualificados como "místicos" ou "irredentistas" foram de facto, e cada período em Angola conheceu-os, esforços desesperados no sentido de dar consistência a uma luta libertadora.

Mais interessante é examinar aqui os resultados do próprio processo de redução à escravatura nas colónias portuguesas. Para o conjunto destes 3 séculos pode fazer-se um parentesis para a Guiné-Bissau: a escravatura jamais foi aí importante porque os portugueses nunca conseguiram verdadeiramente ocupar o país. As ilhas de Cabo Verde, ao contrário, adquiriram a fisionomia própria que ainda mantêm: passagem obrigatória do tráfego em direcção às Américas, estas ilhas acabaram por povoar-se com uma população largamente mestiçada, constituída por descendentes de marinheiros, negreiros, escravos, etc., levados do continente e cuja viagem forçada se interrompia na escala por razões diversas, ou porque os portugueses se apoderavam de um certo número de mulheres, ou porque houvesse homens em estado de muita fraqueza para continuar a viagem, mas exploráveis para as condições locais.

Por razões fàcilmente compreensíveis foi Angola que em primeiro lugar recebeu o choque da operação esclavagista e durante muito tempo lhe so

freu o peso quase só. Virada ao oceano Atlântico, estava directamente voltada para as costas americanas e punha menos problemas de navegação que o longínquo Moçambique. Por outro lado, como vimos já, a população autótone era aí numerosa e os portugueses podiam contar com algumas cumplicidades das classes dominantes.

> A partir de 1575 os escravos e o marfim eram os principais artigos do comércio. Os escravos iam quase todos para o Brasil, que tinha necessidade de mão de obra africana. Em 1575 de Luanda partiram 12 mil escravos e, no ano seguinte, 14 mil.
>
> Nos primeiros anos depois de 1490, do porto de Mpinda partiram cerca de mil escravos por ano. Mas a exportação de escravos foi aumentando muito ràpidamente. Quando D. Diogo I (rei do Congo) expulsou os jesuitas (1555) e fechou o porto de Mpinda ao comércio, partiam mais de 12 mil escravos por ano, dos quais 8 500 iam para o Brasil.
>
> Até 1580, os portugueses exportaram cerca de 1 milhão e meio de escravos para a Europa e para o Brasil.
>
> (...) Os proprietários dos navios encarregados de embarcar os escravos e dos transportar para o Brasil, chamavam-se negreiros. Negreiros eram, portanto, os que compravam os escravos em Luanda e em Benguela e os revendiam no Brasil; eram muito ricos e possuiam grandes navios para fazer este comércio. Enquanto os escravos esperavam o navio e durante a viagem para o Brasil, era preciso dar-lhes de comer. Nos primeiros tempos, estes víveres vinham do Brasil. Os negreiros compravam no Brasil peixe seco, carne seca, farinha de mandioca, etc. que levavam para Angola para nutrir os escravos. Esse sistema mostrou ser muito dispendioso. Apareceu então, em Angola, a Indústria da pesca e do peixe seco, destinada principalmente a tornar a alimentação dos escravos mais económica, para que os negreiros pudessem ganhar mais.
> (in STORIA DEL'ANGOLA, Lorici Editore, Roma, 1968)

Não se pode dizer que a quase totalidade dos escravos de África tenham partido de Angola porque o Dahomé e a Serra Leoa foram outros lugares tristemente célebres de onde se embarcavam fortes contingentes de escravos. Mas das colónias portuguesas actuais foi Angola que pagou o tributo mais pesado a este tráfico. Se é difícil avançar uma cifra exacta porque aos recenseados à chegada às Américas, seria necessário poder juntar-se a interminável lista jamais dada dos mortos no decurso da travessia (até 80% em certos casos, sem contar os naufrágios) pode estimar-se que, em 3 séculos, os portugueses levaram de Angola 4 milhões dos seus habitantes: uma verdadeira sangria, verificável ainda hoje quando se compara a fraca taxa de ocupação por km2, em Angola, com a de regiões interiores de África que foram preservadas dafescravatura.

Em Moçambique, o tráfico de escravos perpetuou-se mesmo quando esta prática diminuía no início do século passado. Este último fenómeno é menos conhecido e pensa-se muitas vezes que o nascimento da civilização industrial marcou o fim da escravatura. Com efeito não foi assim, e o primeiro arranque industrial da América do Norte foi marcado, ao contrário, por uma amplificação da busca deste tipo de mão de obra. O movimento durou ainda perto de 30 anos até que se torna claro que a emigração europeia, por si só, consegue tornar desnecessária a escravatura. A condenação desta, a que se deu coloridos éticos, corresponde sobretudo a uma contradição entre a grande exploração latifundiária - necessitada de escravos - e a nova empresa in-

dustrial - necessitada de proletariado. Os portugueses souberam aproveitar o lapso de tempo que passou antes do triunfo definitivo das idéis anti-escravagistas. Estando Angola pràticamente sem sangue, o esforço principal foi efectuado em Moçambique, já que os limites impostos até então pela navegação desaparecian ràpidamente. Assim, de 1800 a 1850 poder-se-à estimar para os dois territórios uma média de 25 000 escravos exportados por ano, ou seja mais de um milhão para este curto período. É necessário acrescentar que na metrópole o Poder, na linha das idéias liberais europeias do capitalismo industrial, tentará sem resultado entravar o movimento. Por 3 vezes o Poder central votará leis impedindo a escravatura em 1834, 1836 e em 1878: isso de nada adiantou e o movimento continuou - em particular sob a cobertura dos negreiros franceses, até que o pedido fosse definitivamente ponderado. Portugal verificou pela primeira vez nas suas colónias de África a existência de uma resistência do colonato às ordens da metrópole, fenómeno corrente no último século da história colonial e que se deveria ir acentuando se a instauração do regime português actual não correspondesse precisamente ao regresso em bloco dos interesses das grandes famílias coloniais ao poder metropolitano.
(in DOSSIER SUR LES COLONIES PORTUGAISES, Ed. Vie Ouvière, Bruxelles, 1969)

2/ O APARECIMENTO DOS TRABALHOS FORÇADOS EM MOÇAMBIQUE

"Foi durante os séculos XVII e XVIII que o sistema do "prazo" foi introduzido em Moçambique. "Prazeiros" eram os brancos portugueses e os colonos goeses que, apesar de não serem senhores feudais europeus, governavam aqueles africanos que tiveram o infortúnio de cair debaixo da sua autoridade e controle. A maior parte destes africanos eram tratados pior que escravos. Os "prazadeiros" controlavam muitas vezes distritos inteiros como propriedade pessoal, promulgavam leis e só ocasionalmente pagavam vassalagem ao rei de Portugal. Os missionários jesuítas e dominicanos do tempo também possuíam vastas terras, administradas tal como o faziam os "prazeiros", colectando impostos por cabeça e, enquanto a escravatura se tornava mais rentável, transformaram os naturais em escravos.

Estavam fora do sistema do prazo as grandes possessões pertencentes a companhias como as que se desenvolveram no Niassa, Manica e Sofala. A peculiaridade do sistema português de concessões às companhias, que representava uma maior economia para as empresas coloniais, teve origem provàvelmente no sistema "prazo" usado nessa época. A corrupção do sistema "prazo" foi tão repentina na 3ª. década do século XIX, que o Governo português se sentiu compelido a colocá-lo "fora da lei". Esta desprotecção de pessoas e propriedades foi notória e os donos da mão de obra escrava despediram da área excessivo número de africanos ao mesmo tempo.

A maior parte destas actividades na África oriental tiveram lugar principalmente ao longo da estreita faixa da costa, envolvendo muitas delas contactos com os árabes e os swahilis, e só muito superficialmente com o povo de língua Bantu, da África oriental de hoje e Moçambique. No período pré-colonial, o comércio de escravos era a forma mais proveitosa de comércio de Moçambique e os "prazos" tinham sido baseados no trablho do escravo. Assim, não surpreende que o sistema de escravatura se torne o modelo para o primeiro desenvolvimento cultural.

Não obstante o principal interesse seja o uso do trabalho escravo em Moçambique, há alguns aspectos do tráfico de escravos que são importantes. O primeiro é a sua relativa novidade. Em Moçambique o comércio alcançou o seu expoente e decadência mais tarde que em muitas partes de África. A distância a que se encontravam os mercados americanos explica o retardamento

enquanto a procura por parte das ilhas francesas produtoras de açúcar marcou profundamente os meados do século XIX. O segundo ponto é a história da abolição da escravatura, que faz baixar o desenvolvimento interno da colónia. Os movimentos iniciais contra o comércio não vieram do Governo português mas do britânico, que estava naquela altura a tentar alargar os seus interesses e possìvelmente o seu território nas áreas africanas sob a dominação portuguesa. O resultado foi uma tendência das autoridades moçambicanas para não considerarem a abolição muito sèriamente e continuarem o tráfico, despresando a legislação do distante governo metropolitano. Contudo, as evasivas legislativas deixadas permitiam que as mesmas práticas persistissem sob diferentes nomes. Em 1836 foi criado a proibição do tráfico de escravos, mas o comércio continuou florescendo como antes, com a diferença de que os escravos podiam ser referenciádos como "livres trabalhadores emigrados" quando necessário. Em 1854 foi criada a categoria de "liberto", ou homem livre, supostamente para preencher a usual passagem de transição entre o escravo e o homem livre; mas de facto só serviu para dar uma sanção oficial à prática de não chamar escravo a um escravo. Na verdade, o liberto" permanecia acorrentado por período de 7 anos e era sujeito a um número de restrições pouco diferentes da da escravatura. Em 1866, por exemplo, os comissários britânicos da cidade do Cabo informam que em Ibo, Porto Pangane, Matimo, Cumbe, Quissanga, Quirina, de 5 a 6 mil escravos foram vistos prontos a embarcar e na baía de Pemba o cabo comissário informado de que não há nenhum tráfico com excepção do de escravos.

Uma situação similar surgiu quando o Governo começou a abolir a escravatura na provincia de Moçambique. Verificaram-se imediatamente ataques ao sistema, logo a seguir aos movimentos contra o comércio. Um decreto de 1869 tornou todos os escravos de todo o império "libertos", mas estabeleceu que seriam sujeitos aos seus donos até 1878. Em 1875 a condição de liberto foi abolida mas o "ex-liberto" era ainda obrigado a contratar o seu trabalho por dois anos. Este método de abolição semi-paternalista, tendia a encorajar entre os colonos o pensamento de que os escravos libertados podiam ser ainda utilizados como escravos. Uma clausula permitia que os libertos vagabundos fossem forçados a trabalho contratado, deixando também uma abertura que era intensamente explorada. Em 1899, na verdade, foi emitido um decreto que deu sanção oficial a esta transição suave entre a escravatura e os trabalhos forçados.

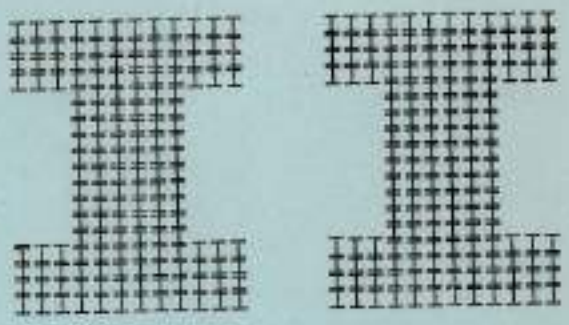
Isto estabeleceu que "todos os nativos das províncias ultramarinas portuguesas estão sujeitos à obrigação moral e legal de tentar obter através do seu trabalho os meios de subsistência que necessitam e uma melhoria de condição social". Se o trabalhador falhava os seus esforços para efectuar isto, o Governo podia interferir e forçá-lo a trabalhar sob contrato, tanto nos seus próprios serviços como em empresas particulares. Naturalmente que com uma fonte de trabalho barato, existiam poucas empresas disponíveis para um plano de pagamento que pudesse atrair o africano livre; e, como só os africanos com parcelas grandes e produtivas, o que não era usual, podiam pedir isenção como proprietários, o decreto cobria a grande maioria da população adulta. Assim, o africano sentiu-se despossuido não só do seu poder político e da sua terra, mas também dos mais elementares direitos para controlar a sua própria vida. Ele podia ser tradado virtualmente como escravo: forçado a deixar a sua casa e família, a trabalhar em qualquer parte durante grandes períodos diários e tendo por salário um mero pagamento simbólico.

Mas com isto não aproveitaram só as plantações de Moçambique. A necessidade de mão de obra nas minas do Transval era tal que as companhias mineiras estavam dispostas a pagar ao Governo colonial uma determinada quantia por cada trabalhador enviado. Várias convenções foram estabelecidas entre a União Sul Africana e Moçambique; e em 1913 à Associação dos Trabalhadores

WENELA foram dados plenos direitos para recrutar trabalhadores em Moçambique. Conquanto algumas empresas tenham sido imensamente desfavorecidas, esta exportação de trabalhadores trouxe pelo menos constante aproveitamento e enraizou-se firmemente no sistema colonial como um dos alicerces da sua economia".

(in EDUARDO MONDLANE, THE STRUGGLE FOR MOZAMBIQUE, Penguin Books, London)

/5339 Colonialismo e lutas de libertação: Textos sobre a guerra colonial



ALGUNS ASPECTOS DO DOMÍNIO COLONIAL

A. Trabalho forçado

B. Saúde

C. Ensino - Educação - Cultura

D. Racismo e direito de cidadania

E. A Igreja católica

F. Economia

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
Nº 8802

325.83/.86
"1961/1974"
Col

Muitas vezes se ouve dizer que a colonização portuguesa foi especificamente diferente da praticada pelas outras potências europeias alegando-se também que nunca foi racista. A verdade dos factos desmente essa presunção e o triste balanço da presença portuguesa em África mostra o enorme déficit de uma longa colonização: a privação de direitos, o esmagamento cultural, o subdesenvolvimento educacional e sanitário, o colonialismo missionário, as numerosas manifestações de racismo (de facto e de direito), a exploração económica... O presente capítulo pretende exatamente esboçar alguns apontamentos sobre estes aspectos.

Quem considera os graves vícios do domínio colonial português, será talvez levado a pensar que são erros do passado, historicamente ultrapassados, explicáveis à luz da mentalidade da época. Todavia, as realidades aqui analisadas são bem actuais, os factos são nossos contemporâneos, as situações inscrevem-se em pleno séc. XX. Se nenhuma "mentalidade" pode desculpar os crimes do passado, muito menos desculpará que eles se prolonguem no presente.

A - TRABALHO FORÇADO

No fim do capítulo anterior vimos, em perspectiva histórica, o problema da exploração da mão-de-obra africana. Vejamos agora, através de uma série de testemunhos que se sucedem cronológicamente as dimensões dessa realidade já no nosso tempo.

1 / O CONGRESSO PAN-AFRICANO DE 1923

"O Congresso Pan-Africano, promovido em 1923, pelo Dr. Du Bois, manifestava no final: "Exigimos ao mundo inteiro que o povo negro seja tratado como são tratados os demais homens. Não vemos outro caminho para chegar à paz e ao progresso".

"Realizou-se, em Lisboa, uma segunda sessão deste Congresso, onde, agrupados no centro da Liga Africana, os intelectuais africanos formavam um núcleo dinâmico. O objectivo de Du Bois consistia em obter uma diminuição na brutalidade dos trabalhos forçados que se faziam em Angola e nas Ilhas de S. Tomé e Príncipe. Neste Sentido, obteve garantias formais de personalidades portuguesas; porém estas não se cumpriram."

(Phillipe Decraene, EL PANAFRICANISMO, Buenos Aires, 1962)

2 / SOBRE O RELATÓRIO DE GALVÃO DE 1947

"A miséria indescritível das condições dos angolanos foi continuamente trazida ao conhecimento do governo português, mas nada se fez senão reformas no papel. Em 1947, o Capitão Galvão, deputado de Angola à Assembleia Nacional Portuguesa e Inspector principal dos territórios ultramarinos, sob pedido do governo português examinou essas condições e apresentou um relatório. Galvão foi nomeado porque o governo português esperava que um ardoroso partidário do governo fizesse um relatório falso que podesse ser entregue nas Nações Unidas ou algures. Com efeito o

Capitão Galvão ficou de tal modo escandalizado com o que viu em Angola que modou de opinião política e fez um relatório correcto e imparcial do que se passava nas possessões portuguesas do ultramar. Como se pode imaginar o governo português fez todo o possível por suprimir esse relatório e o Capitão Galvão foi preso pela audácia de ter dito a verdade. Recentemente escapou-se de Portugal para entrar na luta de forma dramática conduzindo um grupo de 60 homens a apoderarem-se do Santa Maria.

Uma das maiores críticas que Galvão fez ao regime é o seu palavreado. Em teoria e no papel aboliu o trabalho forçado de que se aproveitavam firmas privadas e certas pessoas. Na prática o trabalho forçado aumentou. Descreve como em Angola, aberta e deliberadamente, o Estado tem o papel de agente recrutador e distribuidor de mão-de-obra por conta de um bando de colonos que escrevem ao departamento de Assuntos Indígenas a pedir um "aprovisionamento de trabalhadores"! Esta palavra "aprovisionamento" é empregue indiferentemente para mercadorias e homens. A existência de escravatura não lhe levanta dúvidas. E cito as suas palavras: "Duma certa maneira a situação é pior do que a escravatura simples, porque no tempo da escravatura o proprietário depois de comprar o escravo como um animal, trata-o bem como a um cavalo ou boi. Aqui o indígena não é comprado, é alugado pelo Estado ainda que seja considerado um homem livre, e o seu patrão importa-se pouco que ele caia doente, ou que morra no trabalho, porque quando isso acontece requisita outro". Sustenta estas opiniões com estatísticas escandalizantes, mostrando que em certos casos a taxa de mortos é de 40% entre os trabalhadores forçados.

Um trabalho forçado deste teor só se pode manter graças a uma extrema brutalidade exercida pelas autoridades portuguesas e os próprios patrões. A situação piorou recentemente com a introdução de grande número de colonos.

O estado precário da economia portuguesa na metrópole faz com que seja necessário para Portugal exportar a sua própria miséria e compensar os seus cidadãos com trabalho que não pode fornecer na metrópole, destruindo as populações africanas das colónias e fornecendo aos portugueses que para aí emigram terra e mão-de-obra barata."

(Kwame Nkrumah, LE RAPPORT DE GALVÃO, in Presence Africaine, 3º trimestre, Paris, 1962)

3 / MOÇAMBIQUE: ANOS 50 E 60

"O empresário agrícola ou industrial que necessitava de mão-de-obra podia requisitá-la directamente ao administrador ou chefe de posto ou por intermédio de um recrutador (funcionário de empresa que se deslocava pelo mato a conseguir dos administrativos fornecimento de homens). No primeiro caso, o administrador limitava-se a mandar os cipaios (polícia indígena), pelas aldeias, que arrebanhavam à força os homens que havia à mão, traziam-nos à sede do concelho e aí eram embarcados em camiões para o destino. A empresa pagava por cada cabeça, ao administrador, quantias que em Moçambique, nos anos 50 e 60, iam desde 500$00 a 1 000$00.

No segundo caso, os recrutadores eram usados como angariadores da mão-de-obra, chefes de posto, chefes de povoação, etc.. Tinham vencimento e percentagem por cabeça. Muitos deles, à sua conta, e em impunidade total, cometiam as maiores barbaridades, tais como: apanhar um africano no caminho e pedir-lhe a documentação. Dada a submissão do

preto relativamente ao branco, aquele apresentava a sua "caderneta", o o recrutador rasgava-a, metia o preto no jipe e levava-o à administração, onde o apresentava como indocumentado, vagabundo portanto, e obrigado a ir para o trabalho.

Segundo a legislação vigente, estes trabalhadores tinham direito a 6 meses de estadia em casa, após 12 meses de trabalho na empresa, para amanho das culturas alimentares, etc.. Acontecia porém que dada a escassez de trabalhadores esse prazo nunca era respeitado. Assim, alguns trabalhadores, logo na primeira noite que dormiam em casa, de regresso a suas terras, eram arrebatados pelos cipaios. Estes faziam a busca noturna, uma vez que os homens de dia, viviam escondidos para não serem apanhados para o "contrato".

O trabalhador custava, pois, à empresa a gratificação dada à autoridade administrativa, mais a comissão do recrutador e um salário mísérrimo. Este, em muitos casos, nem sequer era entregue na totalidade ao trabalhador, ficando uma parte para ser enviada para a terra e a ser recebida das mãos do administrador, no seu regresso. Muitas vezes, ainda uma parte dessas quantias ficava nas mãos da autoridade."

"O próprio governo também utiliza mão-de-obra forçada para o trabalhonas estradas que não tem qualquer tipo de pagamento. Os africanos obrigados a este tipo de trabalho são, em geral, os que deixaram de pagar o seu "imposto de palhota". Mas algumas vezes, um chefe de posto local simplesmente encurrala grupos de homens e obriga-os ao trabalho se, por exêmplo, as estradas no seu distrito, estão particularmente más e ele deseja impressionar os seus superiores no sentido de o promover."

"Alguns desgraçados africanos, particularmente os que tiveram problemas com a polícia ou foram condenados por crimes menores, são deportados para S. Tomé e Príncipe, duas pequenas ilhas portuguesas no golfo da Guiné, que têm pronunciada falta de mão-de-obra. Aqui, fazem trabalho "forçado" ou "dirigido" nas plantações de cacau em circunstâncias que pouco se distinguem da escravatura. S. Tomé é um nome que os africanos portugueses temem, e com razão. A lenda diz que se um homem é para aí embarcado, nunca mais volta. Revoltas sérias tiveram lugar em S. Tomé em Fevereiro de 1953, em grande parte por causa das condições intoleráveis de trabalho. As autoridades em Lisboa, diga-se a seu crédito, tomaram medidas prontas para melhorar a situação, e o Governador foi chamado e substituido mas o sistema permanece."

"Um castigo normal na África portuguesa é o bater as mãos com uma arma conhecida como baramatola (corruptela africana de palmatória), uma espécie de raquete de ping-pong com buracos. Se um homem é preso por uma falta menor, como regra, é castigado com uma forte série de palmatoadas e solto depois. As palmas das mãos usualmente incham dolorosamente por causa dos buracos na palmatória. Mas não há pena ulterior, a menos que aconteça ficarem partidos dois ou três ossos, e os portugueses dizem que este método de punição é mais simples, barato e eficiente que mandar os homens para a prisão. A pena de morte foi abolida em algumas áreas. um condenado de homicidiotem algemas nos tornozelos e é deixado livre para não poder fugir para o mato quando o deseja fazer."

"Todos os criados africanos de famílias europeias devem trazer um livro com o emprego actualizado, livro esse que deve ser rubricado pelo patrão todos os dias. Se o patrão se esquece de fazer assim e a polícia, conferindo as cadernetas prende o rapaz, a punição é imediata - umas cacetadas na cabeça e é mandado trabalhar nas estradas ou vai preso. O patrão branco não é informado, mas se o seu criado não aparece determinada manhã ele tem logo uma linda ideia sobre o que deve ter acontecido, pode dirigir-se à polícia e tirar para fora o tesafortunado rapaz, a menos que ninguém o consiga encontrar."

"Os castigos corporais eram correntes em Moçambique. Não só por parte das autoridades administrativas e policiais como dos particulares. Aquelas, dispunham em cada administração conselhia, de um corpo de cipaios dos quais o mais adquado fisicamente era habitualmente encarregado desse tipo de castigos. Em geral, utilizava-se a palmatória mas eram frequentes outros instrumentos de tortura física, tais como tiras de peneu, etc..

Quer para obter confissões, quer para castigar faltas corriqueiras, tais como andar de noite sem licença (aliás crime gravíssimo!...este), ser apanhado bêbedo, fabricar bebida indígena, pequenos roubos, etc.. O paciente era, logo que detido, o por determinação de um funcionário adminiistrativo ou policial irritado, imediatamente condenado a tantas palmatuadas que se executavam de seguida e em número que chegava a ser de centenas. Quando as mãos, inutilizadas, já não o permitiam mais, as palmatoadas passavam para os pés e para as nádegas. Quem estas linhas escreve viu o estado horroroso de tais maos e chegou a obter atestado médico de uma dessas situações.

Quem entrasse no edificio das administrações a determinadas horas do dia poderia ouvir o estalar continuo das palmatoadas e os berros dos desgraçados; e vê-los sair, depois, derreados e inutilizados, para o trabalho, durante muito tempo. Qualquer patrão irritado com o trabalho do empregado, qualquer dona de casa "ofendida" com uma atitude do seu criado, basta (ainda hoje) telefonar para a policia e, sem mais, o minimo que um homem destes (adulto que seja) sofre é uma carga de pancadaria naquela ou noutra modalidade.

Mais há mais. Conheciam-se pelo nome e total identificação colonos que se gabavam aos amigos de proezas como estas: um deles, trabalhando na construção de uma ponte no caminho de ferro da Beira, ter chegado a casa e a mulher queixar-se da falta de respeito por parte dum moleque. O colono convida o criado a acompanhar até ao local do trabalho, aí manda-o olhar para baixo e, com um pontapé no traseiro fá-lo mergulhar no abismo.

Cenas idênticas nos cais, etc.. Pois bem, isto era comumente aceite e até glorificado por muitos."

(Testemunhos presenciais de residentes em Moçambique)

4 / UM METODISTA FALA SOBRE ANGOLA

"Quando examinamos a vida em Angola, à procura das causas profundas da agitação africana, deparamos que são muito numerosas e de raíz muito antiga. Cada aspecto da vida parece representar um grave problema social, abalando o próprio edifício das relações humanas, gritando por reformas. É impossível escolher um destes problemas e dizer que é mais importante do que os outros. Todos contribuem para o cancro da sociedade angolana actual. Contudo penso ser honesto dizer que não existe em Angola costume Social ou económico que atente mais aos direitos fundamentais do homem que o sistema de trabalho forçado. No plano internacional

os meios oficiais portugueses contestam frequentemente que o trabalho forçado esteja hoje em uso em Angola, e na verdade produzem montanhas de documentos oficiais para provar que o sistema foi abandonado há muitos anos. Entenda-se, isto é "propaganda" pura e simples realizada para satisfazer as concepções do mundo actual. Esta distorção voluntária da realidade pode ser justificada, argumentam eles, pelo facto do mundo em geral não compreender o carácter realmente salvador da política colonial "realista" de Portugal.

É bastante interessante de observar que mesmo em Angola ninguém ousaria negar que esta prática existe ainda. Com efeito nenhuma actividade económica funciona sem emprego de trabalho forçado. Em Angola, não só admitem que existe mas apresentam-no como qualquer coisa de bom. Apregoam o sistema colonial como uma bênção, não só para os brancos, que sem eles estariam na penúria, mas para os próprios africanos. Alguns, nos momentos mais idealistas, consideram o sistema como uma espécie de escola onde os povos naturalmente "preguiçosos" aprendem a trabalhar. Lembro-me de ter falado em Março com um administrador em Caxito, vila porto de Luanda. Nessa altura, defendeu firmemente o sistema de trabalho forçado como sendo o único meio de "impedir os homens de continuar a viver às sopas das mulheres". Acabava de cuidadosamente chamar a atenção de que as mulheres tinham também o seu papel no programa do trabalho forçado.

(...) O algodão representa um problema especial no sentido em que só se adapta a um certo tipo de solo e de que esgota rapidamente os recursos minerais da terra. Em numerosas partes de Angola, como se utiliza muito pouco estrume, dois anos representam o tempo máximo durante o qual uma parcela de terra pode ser utilizada para algodão sem pousio. As vítimas dos programas algodoeiros podem comerciar cultivando pequenos pedaços de terra perto da sua aldeia. No entanto, no ano seguinte, podem ser transferidos para outros sectores, a quinze Km de distância. Mais tarde, podem ser enviados a 50, 80, Km ou mesmo mais. Hás vezes são forçados a cultivar o algodão numa zona onde não há nem rio, nem nascente para dar água para uso pessoal. Devem então transportar água de grandes distâncias, ou compra-la a comerciantes que disponham de meios de transporte. A falta de água é um problema actual nas zonas algodoeiras. A alimentação apresenta problemas semelhantes. Eles devem ou sustentar dois lares, ou então abandonar o lar de origem. Geralmente o africano prezo neste sistema reparte a sua família sempre que é possível, deixando alguém para se ocupar do gado, e dos campos de casa, enquanto os outros vão para um lugar distante para cultivar o algodão. O aspecto mais desencorajurador de tudo isto é talvez que a reco pensa do seu trabalho e dos seus sacrifícios é habitualmente tão magra por causa da escala desonesta dos pesos e do baixo preço pago pelos comerciantes locais ou pelas companhias de algodão - que a maior parte dos africanos termina o ano com dívidas.

É este género de situação que foi a causa directa da revolta na Baixa de Cassange (uma região próxima do Malange que se estende de Quela a Maringa), este ano em Fevereiro. É interessante notar que os acontecimentos desta revolta nunca foram evocados na imprensa portuguesa. Tratava-se de uma acção espontânea contra as práticas abusivas da companhia Cotonang e a maior parte dos brancos que fugiram desta região, estavam de acordo em que os africanos tinham direito em dar a conhecer os seus prejuizos. A tarefa de destruir a rebelião foi confiada ao exército e à aviação portuguesa. Em todo o sector, as aldeias foram bombardeadas, enquanto o exército "limpava" os pontos não atingidos pelo bombardeamento. As estimitivas do número de africanos mortos variam de várias centenas a dez mil. Numerosos africanos refugiaram-se no Congo.

Nas notícias internacionais deu-se uma certa publicidade ao emprego de trabalhadores " contratados" em Angola. É no entanto afirmado que eles são recrutados unicamente com base no voluntariado. Nega-se que a força seja empregado para o seu recrutamento. No entanto o facto subsiste, que os princípios que regem a política do trabolho portuguesa são os mesmos em toda a parte. Se um africano, não está catalogado como cultivador independente, deve procurar um patrão. Se não o fizer arranjam-lhe um. Em muitas regiões não há plantações europeias na proximidade. As aldeias são então sujeitas a "raids" durante os quais os africanos sofrem rusgas e são enviados para trabalhar noutras regiões. Estes trabalhadores emigrantes constituem a ossatura da mão-de-obra Angolana, e são considerados como essenciais para a cultura do café e do sisal, tal como para as minas do manganés, indústria do diamante, os caminhos de ferro, etc.... Quando o negociante ou um agricultor português tem necessidade de mais mão-de-obra pede geralmente ao chefe de posto local ou ao administrador para pôr a máquina em movimento... Às vezes, obtem os trabalhadores pelas vias oficiais. Mais frequentemente, fa-lo pelos próprios meios, conseguindo com isso um ganhosinho pessoal. A corrupçao local e o uso das gratificações são somente alguns dos efeitos do trabalho forçado. A duração mais corrente do serviço para um contratado é de um ano de trabalho e seis meses em casa. No fim deste período (a duração exacta não é observada muito escrupulosamente), é susceptível de ser preso outro ano em qualquer outro sítio.

Estáva-se no direito de pensar que depois dos combates que sacudiram Angola nestes últimos meses, os portugueses empreenderiam reformas radicais. Os observadores procuraram no entanto em vão qualquer reconhecimento dos erros ou sintoma de reforma. De facto, não somente o trabalho forçado continua, mas ainda aumentou nestes últimos tempos. O Governo prendeu em massa milhares de "voluntários" africanos em Luanda e no sul de Angola para a difícil recolha do café e preciste na afirmação que os portugueses são os únicos que sabem correctamente como colonizar

(in Rev. McVeigh, LE TRAVAIL FORCÉ, L'EGLISE METODISTE EN ANGOLA, in presence Africaine, Paris, 1962)

B - SAUDE

Dois documentos sobre a situação sanitária na Guiné e em Angola: dois breves exêmplos da trágica situação em que se encontra a esmagadora maioria da população africana nas colónias portuguesas.

"Não é surpreendente que a situação sanitária se tenha tornado "desonrosa" nos anos 50. Teixeira da Mota relata, em 1954 (citado no relatório enviado às Nações Unidas por Amílcar Cabral em 1961), como descobriu que a grande maioria da população, mesmo em Bissau, a capital, sofria de ancilostomíases, e a mortalidade infantil situava-se proximo de 600/1000 nascimentos. A doença do sono continuava endémica em quase dois quintos das aldeias, enquanto a malária grassava práticamente por toda a parte com maior ou menor gravidade, sem falar de outras afecções tais como a bilharsiose e diferentes formas de desinterias.

Noutros locais, os últimos 20 anos de período colonial foram marcados por numerosos esforços para atacar os flagelos tropicais tais como estes. Mas não na Guiné: a colonia simplesmente não estava "à altura de o fazer".

Embora Portugal tenha feito sair com regularidade tanto ou mais dinheiro do que o distribuido no país, o total dos serviços sanitários da administração em 1954 - sempre segundo Teixeira da Mota - compunha-se de 18 médicos e 2 farmaceuticos, 4 enfermeiras, 26 enfermeiros, 66 ajudantes de enfermeiros, 1 parteira e 37 ajudantes de parteira. Mas o hospital de Bissau, principalmente para uso dos Europeus, empregava 7 destes médicos, todas as enfermeiras e 16 das ajudantes de parteira.

Isto significa que a totalidade da população rural não tinha mais que 11 médicos, dos quais 3 estavam normalmente em férias em Portugal. Assim, o resultado prático da dominação portuguesa, nos serviços sanitários, era o de fornecer um médico para 100 000 africanos, enquanto que o número de enfermeiras e parteiras era quase igualmente irrisório. A maior parte das 300 camas do hospital da colónia estavam em Bissau, e fora de Bissau só havia um hospital.

(in Basil Davison, LA REVOLUTION EN AFRIQUE, Ed. du Seuil, Paris)

2/ ANGOLA - ANOS 60

"Em 1960, a infraestrutura da saúde pública assegurada por Portugal em Angola comporta um pessoal de cerca de 250 médicos (1 médico para mais de 18 000 habitantes) e um milhar de enfermeiros e auxiliares médicos vários. Destes médicos a grande maioria está concentrada nas cidades, e um certo número deles exerce medicina ao serviço da população africana.

Há neste momento 16 hospitais do Estado e 67 hospitais ou clínicas privadas, totalizando cerca de 4 000 camas, quer dizer, uma cama para mil e duzentos habitantes.

O resultado directo é que devido a uma infra-estrutura tão incipiente, a mortalidade infantil é uma das mais elevadas do mundo, a esperança de vida é de cerca de 30 anos e que o crescimento demográfico não atinge 2,3."

	ANOS	MÉDICOS	DENTISTAS	PARTEIRAS	FARMACÊUTICOS	HAB. MED.
Angola	1967	290	12	106	21	18 117
Guiné-Bissau	1963	34	1	42	6	15 410
Cabo-Verde	1964	25	-	1	4	8 800

Fonte- Anuário Estatístico de Portugal sobre Angola

(in DOSSIER SUR LES COLONIES PORTUGAISES, idem)

C- ENSINO - EDUCAÇÃO - CULTURA

1/ A SITUAÇÃO EM 1960 OS SEUS ANTECEDENTES

" Na Conferência Internacional do Trabalho de Geneve em 1929 um delegado governamental de Portugal fazia a seguinte declaração: "A assimilação das raças, ditas inferiores, por cruzamentos, pela religião cristã, pela mistura dos elementos mais diversos, mesmo a liberdade de acesso às mais altas funções do Estado na Europa, eis os princípios que guiaram sempre a colonização portuguesa na Ásia, na África, na Oceania ou na América". No momento em que eram pronunciadas estas palavras acabava de se implantar o regime de Salazar. Podemos portanto considerar este discurso como uma declaração de intenções, e verificar 30 anos depois os resultados obtidos por um regime que não teve nada a perder, nem com as questões internas, nem com o afrontamento económico dos países em guerra de 1939/45. Poderar-se-ia portanto encontrar em 1960 nas colónias um panorama de ensino que se assemelhasse por um lado com o sistema francês, muito selectivo, mas fornecendo estritamente programas metropolitanos; e com o siste-

ma inglês e belga, de base primária muito larga, e com um programa muito diferente do da metrópole. Por um lado " assimilacionista" como os franceses, por outro lado "popular" como os ingleses e belgas, a doutrina dos portugueses deveria conduzir normalmente à abertura de escolas de tipo metropolitano largamente abertas aos africanos.

Ora, primeira surpresa, a doutrina assimilacionista não foi aplicada. Há 2 regimes de escolas nas colónias. O primeiro, reservado às crianças portuguesas e aos mestiços civilizados segue os programas de Lisboa. O segundo é intitulado de adaptação, reservado aos africanos, só compreende um ciclo de 4 anos de estudos.

A segunda surpresa, é a taxa de escolarização. Na Guiné até 1960 é inferior a 1% nas escolas africanas. Em Angola, à mesma data, 60 000 africanos estavam escolarizados (50% com menos de 20 anos), ou seja menos de 3% de escolarização efectiva. Pelo menos, o ensino profissional elementar compreendia menos de 500 alunos africanos e uma escola normal de monitores africanos, única no país, não tinha sequer 300 alunos. Um simples cálculo mostra que esta escola permitiria só abrir novas classes em cada ano à razão de 2 000 alunos para 1 professor, o que não atinge os requisitos para seguir a evolução do próprio crescimento demográfico já de si muito lento.

No que toca a europeus e assimilados 25 000 crianças estão escolarizadas. Se falamos só do número total de portugueses (brancos) em Angola, a taxa de escolazição aqui é superior à da Metrópole, que tem cerca de 50% de analfabetos. O ensino secundário nos liceus e escolas técnicas, agrupa perto de 3 000 estudantes, de esmagadora maioria portuguesa de origem metropolitana.

É inútil dar números para Moçambique: são da mesma ordem de grandeza. Poderemos acrescentar que as ilhas de Cabo Verde têm dois estabelecimentos secundários e que forn em o maior contingente de universitários. Para aperceber o significado destes números em 1960 há que compará-los com os dos países que nessa altura acabavam de ser descolonisados. O Congo ex-belga nessa altura herdava um ensino primário de 6 anos, frequentado por um milhão e 500 000 alunos africanos, ou seja 30 vezes mais que em Angola e, proporcionando 10 vezes mais crianças escolarizadas. Na África de colonização inglesa nú os médios apenas inferiores aos do Congo.

A estrutura do ensino não era melhor: 1% quanto muito da população podia aspirar a uma instrução elementar; e sómente 0,3% tinha um estatuto de "assimilado" e podia aspirar a algo de melhor. Havia uma escola secundária governamental, mas cerca de 60% dos alunos eram europeus e a Missão não tinha escola secundária. Nem um ensino superior de qualquer espécie. Em 1960, o total de 11 africanos da Guiné tinham obtido um grau de "diplomado" em Portugal como "portugueses assimilados".

Estas condições teriam podido ser aceitáveis se houvesse alguma prespectiva de progresso. Mas não havia. O regime de Salazar encarou, é verdade, algumas reformas de estrutura em 1961, sob a pressão internacional, mas que permaneceram letra morta. O estatuto de assimilado, por exemplo, foi formalmente abolido, mas na prática as oportunidades de acesso à educação continuam como estavam. As leis sobre o trabalho forçado foram melhoradas, mas a condição real dos trabalhadores não sofreu nenhuma modificação.

(Basil Davidson, idem)

Nos países subtraídos antes à presença francesa, a pirâmide é, em geral, mais estreita na base; nos casos mais desfavoráveis (Nigéria e Alto Volta) a taxa é pelo menos o dobro, e de qualquer forma a pirâmide alarga-se mais no cimo, de tal modo os africanos de colonização francesa têm já milhares de universitários enquanto existem muito poucos em Angola, Guiné e Moçambique."

(in DOSSIER SUR LES COLONIES PORTUGAISES, idem)

2/ O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NACIONAL E OS DIALECTOS REGIONAIS

"Entre as conclusões da reunião do Gabinete de Estudos da Direcção Geral de Educação do Ministério do Ultramar, efectuada de 20 de Agosto a 2 de Setembro do corrente ano, homologadas por S. Exª. o Ministro do Ultramar, em 19 de Setembro último, figuram as seguintes que dizem respeito à intensificação do uso da língua nacional nas Províncias Ultramarinas:

13ª.-O uso da língua nacional, como aglutinante cultural, veículo de convívio e expressão comum das populações que constituem a Nação, o instrumento de racionalização lógica do pensamento, deve continuar a ser instensamente processado.

14ª.-O Gabinete de Estudos reconheceu a acção meritória desenvolvida pelos Serviços de Educação e pelas Missões Católicas Portuguesas na escolarização e alfabetização das populações das Províncias ultramarinas, acção que se considera como a melhor forma de expansão e fixação da língua portuguesa. Entende, porém, que essa acção deve ser completada por todas as formas ao nosso alcance, para o que preconiza o recurso à colaboração dos demais serviços públicos e entidades privadas.

15ª.-De entre os meios de difusão da língua portuguesa o Gabinete considera como muito válida a colaboração do comércio rural, e outras actividades de convívio, pela assistência no uso da língua nacional. Ainda neste aspecto foi igualmente posta em evidência a acção que tem sido e pode vir a ser desenvolvida pelas escolas regimentais.

A expansão e fixação da língua portuguesa no Ultramar é essencialmente um problema escolar. À medida que for aumentando a taxa de escolarização, aumentará também o número dos que falam e usam habitualmente a língua nacional. Será no entanto sempre um obstáculo a essa expansão a existência de línguas estrangeiras e de dialectos regionais que tendem a ser usados como expressão de determinados grupos. Interessa por isso, considerar algumas medidas que possam contribuir para a desejada expansão da língua portuguesa e para conservar práticas correntes prejudiciais a esse objectivo.

"Podemos omitir o seguinte juízo sem receio de sermos contraditados: não se encontram facilmente em todo o orbe terrestre idiomas que sejam mais eufónicos, mais melodiosos que as línguas bantas do Sudoeste Africano. O segundo elemento a considerar numa linguagem é o vocabulário. E este, está claro, é o espelho do grau de cultura de um povo. O que caracteriza as línguas do nosso grupo como aliás as de outras regiões é uma grande abundância e precisão de termos concretos e uma pobreza relativa de vocábulos abstractos... Mas quanto a vocábulos abstractos, há-os em número suficiente para exprimir todas as ideias básicas. Por exemplo, os termos dos pecados capitais encontram-se todos convenientemente traduzidos, assim como os conceitos que exprimem ideia de: beleza, bondade, malícia, esperteza, astúcia, curiosidade, familiaridade, civilidade, saúde, preocupação, confusão, palermice, gabarolice, etc. Mas onde os idiomas bantos superam muitas línguas europeias é na gramática, especialmente no que diz respeito às modalidades do verbo. Com efeito, encontramos nele não só todos os tempos e modos existentes nas línguas clássicas, mas ainda um tempo narrativo que corresponde ao aoristo do grego. Acresc a isto uma variedade de formas verbais."
(in Cralos Estermann, CARACTERÍSTICAS DA LITERATURA ORAL DOS BANTOS DO SUDOESTE DE ANGOLA, Encontro Escritores Angola, Sá Bandeira, 63)

que, nas circunstâncias actuais, reveste evidente interesse nacional.

Entre outras medidas desejadas, as seguintes parecem poder ser desde já adoptadas:

a) Recomendar a todos os serviços que providenciem no sentido de todo o pessoal usar, durante as horas de serviço, exclusivamente a língua portuguesa, procurando fiscalizar por todos os meios ao seu alcance o cumprimento desta norma

b) Recomendar a todas as casas comerciais e empresas, através das respectivas associações, uma esclarecida colaboração no sentido de se intensificar o uso da língua portuguesa nas actividades comerciais e industriais da província;

c) Recomendar às Forças Armadas, pelas vias competentes, que seja procurada por todos os meios, a intensificação do uso da língua portuguesa entre os militares autóctones em serviço contrariando-se a natural tendência para o uso dos dialectos regionais

d) De acordo com a conclusão número 15, recomendar a intensificação da acção já desenvolvida neste sentido pelas escolas regimentais, e solicitar às autoridades militares que sempre que possível, cooperem na obra de escolarização em curso, tendo em vista a difusão da língua portuguesa entre as populações da província."

(Despacho do Ministério do Ultramar, 1967)

3/ O ESMAGAMENTO CULTURAL

O domínio português não se limitou a abandonar os povos coloniais ao subdesenvolvimento educacional, como ainda

provocou um sistemático esmaganento das formas originais de cultura africana (pretensamente salvas em certas formas de recuperação folclórica). Sem liberdade não pode desabrochar uma verdadeira cultura; quando as estruturas sociais são importadas e impostas pelo colonizador, morre qualquer coisa na alma do povo.

Disso nos fala numa entrevista, Mário de Andrade:

"-Qual foi a influência da colonização nas estruturas socio-económicas de Angola e como se põe o problema da cultura na situação colonial?

- A colonização, como se sabe, é um fenómeno que estende a sua dominação total aos sectores político, socio-económico e cultural. É um sistema cuja destruição comporta necessariamente a violência radical. No momento em que os navegadores portugueses chegaram às costas da região africana denominada, tal como hoje, Angola, as estruturas socio-económicas e políticas tinham atingido um apreciável grau de desenvolvimento. O Estado do Congo, com o qual a monarquia lusitana mantinha relações diplomáticas, constituia uma importante realidade política. Ora os portugueses foram os agentes activos do atraso histórico e da destruição social das comunidades indígenas nesta parte da África Equatorial. A irrupção da pilhagem comercial, com o apoio dos missionários na área do Reino do Congo, provocou o tráfico de escravos que durou dois séculos.

Todos os historiadores são unânimes em considerar o tráfico de escravos como o momento mais humilhante da negação do homem africano. É certo que a situação do escravo doméstico existia na estrutura social, mas ele não era objecto de venda como o tornaram os mercadores portugueses. A correspondência trocada, no princípio do séc. XV, entre o rei congolês D. Afonso e o rei português D. Manuel esclarece duma maneira evidente o estado de degenerescência social introduzido neste reino Africano.

Durante os séculos que decorrem entre a chegada de Diogo Cão e o princípio da ocupação administrativa por volta de 1920 as estruturas socio-económicas de Angola foram sucessivamente abaladas pelo tráfico de escravos, a conquista militar e a escravatura interior (o trabalho forçado).

A formação do povo angolano resulta de quatro séculos de resistência ao invasor português. É à luz destes factos históricos que convém abordar o problema da cultura africana na situação colonial.

Como por toda a parte em África, as manifestações culturais continuam a produzir-se ao nível da criação colectiva. Esta exprimia-se pelos cantos, as danças, por uma poesia popular pela escultura, portanto pelas artes plásticas, todas elas formas de cultura integradas numa concepção decorrente das estruturas socio-económicas. Evidentemente estas manifestações culturais foram profundamente alteradas pela ocupação administrativa. Por outras palavras, à medida que o sistema colonial se instalava e que uma administração estrangeira se enraizava no país, que a economia era abalada, que os grupos sociais eram deslocados, que a destribalização se operava com a deslocação de populações, assistia-se a um enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os elementos da sociedade. Porque a cultura deve ser compreendida como o principal elo de solidariedade entre as estruturas sociais.

Desde que um elemento desta estrutura seja quebrado, as manifestações culturais sofrem as consequências.

Consideremos, por exemplo, o fenómeno das artes plásticas: embora a escultura tenha sido em certas regiões, nomeadamente entre os kiokos, a mais elevada expressão artística do conceito social e religioso da comunidade, assistiu-se à degradação do estilo com a chegada da colonização.

Cada vez que a dominação colonial se exerce sobre as estruturas sociais, as manifestações culturais são atingidas e perdem valor estético. O conteúdo é naturalmente mudado e a forma torna-se igualmente o reflexo desse desiquilíbrio da comunidade social.

Se examinarmos a cultura no seu conjunto, em Angola, nesta fase da história, um fenómeno importante ressalta com nitidez: o da dualidade cultural, fenómeno típico da situação colonial. Explico-me: enquanto, por um lado, as grandes comunidades sobretudo ao nível das aldeias, sofrem a ocupação administrativa, a implantação do sistema económico e social, levado pela colonização, fornecem, enquanto indivíduos, a sua força de trabalho à economia de mercado, vê-se surgir, por outro lado, ao nível das cidades, camadas sociais intregradas no sistema de assimilação.

O fenómeno da dualidade cultural é marcado, entre os angolanos, pelo afastamento das comunidades aldeãs que mantêm os traços essenciais da cultura nacional, daquelas que o colonizador tenta recuperar enquanto assimiladas, enquanto indivíduos mentalmente trabalhados pela cultura portuguesa.

Mas o que é assimilação? A assimilação foi querida pelos detentores do poder colonial como uma tentativa de recuperação de um certo número de autóctones, do ponto de vista do colonizador. Este empreendimento está aliado à necessidade em que o colonizador se acha de utilizar os nativos no prosseguimento da sua obra de destruição social.

O colonizador português, entontrando-se perante a impossibilidade de exercer o seu domínio exclusivamente através dos homens de sua própria comunidade, associa-lhes uma camada previligiada de colonizados. Por outras palavras, a assimilação visa a criação de auxiliares da colonização. Mesmo se, no plano formal, no plano de princípios, a assimilação portuguesa é uma idéia generosa, no plano da prática ela nunca pode ir até ao fim. Isto é, o colonizador não preconiza a assimilação senão na medida em que sabe que ela não pode nunca ser realizada integralmente."

(in Mário de Andrade, COLONIALISME, CULTURE ET REVOLUTION, Tricontinental, 3º, Maspero, Paris, 1969)

D - REGIME E DIREITO DE CIDADANIA

1/ INDÍGENA E CIDADÃO - SOBRE O DEC. LEI Nº 566 DE 20/5/54

" O artigo 2º enuncia: "São considerados como indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, nascidos lá ou lá vivendo habitualmente, ainda não possuam a instrução e os hábitos individuais pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses. São igualmente considerados indígenas em lugar estranho a estas províncias, tendo-se os pais fixado nelas temporàriamente".

O artigo 56 diz: "Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que comprovar satisfazer as cinco condições seguintes:
1- Ter mais de 18 anos;
2- Falar correctamente a língua portuguesa;
3- Exercer uma profissão, uma arte ou um ofício que lhe dê um rendimento necessário à sua subsistência e dos seus familiares ou das pessoas que estão ao seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
4- Ter um bom comportamento e ter adquirido a instrução e os hábitos pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
5- Não ter sido considerado refractário no serviço militar ou desertor".

Analisaremos a seguir os "privilégios" que traz a passagem da condição de indígena à de cidadão. Nas quais são pois, os direitos reconhecidos aos que são qualificados de indígenas? No plano político, estes direitos são nulos porque estão ligados à cidadania portuguesa que o indígena não possui. Na legislação do trabalho, os direitos são igualmente inexistentes: como poderia o indígena recorrer a uma jurisdição portuguesa em caso de emprego forçado, se não tem direito a qualquer associação, a nenhuma defesa. Procuraríamos indubitàvelmente em vão, nos textos portugueses, artigos da lei fixando os direitos colectivos ou individuais da comunidade africana e dos seus membros. Para compreender este facto é necessário lembrarmo-nos que na teoria salazarista os "indígenas" não são sujeitos de direito, mas objectos duma política determinada sem a sua participação (1).

Ainda em 1963 isto continua a ser tão claro para o Chefe do Governo português que ele diz: "A língua que nós ensinamos é ou não superior aos dialectos deles? A religião propagada pelos missionários é ou não mais elevada que a feitiçaria? Constituir uma nação de expressão civilizada e com valor mundial vale mais que ficar-se no regionalismo, sem estímulantes para o desenvolvimento, sem meios de defesa e sem possibilidade de progresso? Se respondermos afirmativamente a estas perguntas, não podemos deixar de concluir que este estado de consciência nacional cri-

ado pelos portugueses entre povos de tal maneira diversos representa um benefício para todos, benefício que perderíamos integralmente se consentíssemos em fazer marcha atrás."

Confrontemos agora as cinco condições de acesso à cidadania portuguesa com a realidade social nas colónias. Notemos primeiro que quando o artº 56º. diz que o indivíduo pode perder a sua condição indígena, isto significa que as cinco condições, tanto que diversas, permanecem condições suficientes. O juízo final depende do arbítrio do colonizador que seleccionará os sujeitos úteis, os que podem ser aliados e intermediários nas suas relações com a massa africana. O primeiro ponto, sobre a idade, significa que a cidadania é um estatuto individual. O africano que a adquiriu não a transmite aos seus filhos. O processo de integração deve ser retomado indefinidamente por cada pessoa; assim o governo português evita uma assimilação progressiva pela transmissão hereditária da cidadania. A segunda cláusula pode-se seguir dois critérios; depende evidentemente do número de escolas que os portugueses põem à disposição dos africanos, e da apreciação que as autoridades locais poderão fazer sobre a correcção da língua portuguesa falada. Vimos já a falta de escolas de língua portuguesa em 1960. É preciso acrescentar o facto de que não basta a um jovem africano, passar pela escola de adaptação para ser reconhecido como capaz de falar o português: no mínimo é necessário passar pela escola do Estado em que os lugares são mais raros ainda.

Com a terceira cláusula encontramo-nos dentro do espírito que na Europa do séc. XIX presidia às votações eleitorais: nesta perspectiva só é cidadão inteiramente quem possuir bens e tiver qualquer coisa a defender. É verdade que a doutrina oficial do regime português é uma espécie de corporativismo directamente inspirado nas ideias da restauração francesa.

A quarta cláusula, com a noção de bom comportamento, introduz evidentemente o controle das opiniões; permite separar os bons e os maus indígenas e só por do lado dos cidadãos portugueses aqueles que aceitam entrar no sistema e conformar-se à vontade das autoridades coloniais.

Compreende-se portanto que em 1960 havia menos de 40 000 "civilizados" em Angola, em perto de 5 000 000 de africanos (menos de 1%); que na Guiné nunca tenham ultrapassado algumas centenas.

(in DOSSIER SUR LES COLONIES PORTUGAISES, idem)

2/ O PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO E "CIVILIZAÇÃO"

"A África portuguesa dispõe de um fenómeno único, o sistema de assimilação ou de civilização. Qualquer nativo pode sair do seu status como indígena e tornar-se 'civilizado' por um processo legal. Passa por certos testes (se quiser) e então - de repente! - torna-se branco em vez de preto, qualquer que seja a sua côr. Esta uma inovação notável e serve um propósito prático na medida em que dá aos africanos ambiciosos oportunidade, esperança e uma espécie de válvula de segurança. É um processo que afasta o descontentamento potencial. Quando chegar o tempo de lutar contra o colonialismo (conforme calculam os portugueses), os africanos que contam estarão já assimilados e não criarão, portanto, problemas. É interessante notar que os belgas começaram recentemente a copiar este sistema no Congo; os seus assimilados chamam-se immatriculés. Um africano que deseja tornar-se assimilado e assim "civilizado" recorre a um tribunal local, que, em geral

se compõe de um funcionário português e de dois nativos. Deve provar cabalmente ao tribunal que domina a língua portuguesa, é de fé cristã (o que significa, com efeito, que deve ser católico), tem uma certa estabilidade financeira e que deseja abandonar os costumes nativos - por exemplo, a poligamia - viver à maneira europeia. O principal é que ele seja capaz de adoptar o modo de vida do branco. Uma vez assimilado, assume não sòmente os privilégios mas também as obrigações de completa cidadania. Tem direito a passaporte e pode viajar; as suas obrigações de completa cidadania. Tem direito a passaporte e pode viajar; as suas crianças podem frequentar a educação livre nas escolas do Estado: tem precedência sobre os outros nativos, tem o direito de voto e não é obrigato ao "imposto de palhota", que é de 30 xelins por ano. Por outro lado, fica sujeito ao serviço militar, perde o direito de africano não assimilado ao serviço médico livre, e tem que pagar o imposto de rendimento como qualquer europeu e mais caro que o "imposto de palhota".

A longo prazo, os portugueses (em teoria) deviam assimilar todos os africanos. Sem dúvida que a dificuldade de todo o sistema é que a sua qualificação ulprapassa o inconcebível para um africano. Os portugueses, ao mesmo tempo que abrem a porta aos assimilados, tornam pràticamente impossível ao africano médio conseguir uma educação liceal ou ganhar dinheiro bastante para viver à maneira europeia e ter, assim, a chance de tornar-se assimilado. De momento, há sòmente um pequeno grupo de assimilados.

Um provérbio àcerca do Brasil nos tempos da escravatura dizia que era o purgatório para o branco, o inferno para o negro e o paraíso para o mulato. Até certo ponto, isto é verdade para a África portuguesa de hoje. Muitos portugueses coabitam ou mesmo casam com mulheres negras e não há estigma em ser mulato. Os mulatos na África portuguesa, que são conhecidos como mestiços, não precisam de ser assimilados uma vez que são "brancos". Se um europeu tem um filho de uma mulher africana, mesmo que a união seja irregular, a criança é automàticamente tratada como europeia e pode ser mandada estudar em Lisboa. Há, contudo, duas classes de mestiços - os que descendiam dos primeiros colonos, da mais pura raça branca assi como da pura raça africana e os mais recentes que representam uma mistura de muitas nacionalidades e raças e que são consideràvelmente menos superiores".

(in INSIDE AFRICA, John Gunther, Homish Hamilton, London, 1955)

3/ ASPECTOS RECENTES DO RACISMO

Um dos mitos em que assenta a argumentação do colonialismo português destinado a justificar a legitimadadedo domínio sobre as colónias é o da criação duma sociedade multirracional caracterizada por uma convivência sem conflitos das diversas raças, acesso a todos os escalões da sociedade por parte de todos os indivíduos, indepententemente da sua origem rácica. Ora os factos mais comezinhos observáveis in loco, por qualquer testemunha atenta, desmentem totalmente essa ficção.

Não vai longe o tempo em que só europeus de raça podiam ser oficiais das Forças Armadas portuguesas; a obstrução à entrada nas escolas (primárias e secundárias) era um facto ao ponto de, quando da criação da diocesede Vila Cabral, haver, ainda nessa àrea, uma circular que mandava não ministrar aos africanos mais que a 3ª classe elementar; nas cidades de Moçambique (onde a discriminação foi sempre mais acentuada que em Angola) os bantos não tinham entrada nos cafés, restaurantes, hoteis e cinemas. No tempo da Companhia de Moçambique (cuja capital era a Beira) os passeios das ruas destinavam-se exclusivamente aos europeus e a contravenção desta ordem era punida com palmatoadas. Nos C T.T., e noutras repartições públicas, era prática corrente a existência de guichets diferenciados para europeus e africanos.

Estas práticas começaram a ser atenuadas nos anos 50, perante as acusações

internacionais, e a necessidade patente de "limpar" uma situação real que contradizia com factos flagrantes uma posição fictícia apregoada nos areópagos internacionais

Não obstante, uma tal situação deixou vestígios bem patentes ainda hoje, tanto mais que irrompe de uma consciência de superiodade rácica dos europeus cuja manifestação mais inofensiva é um paternalismo generalizado. A gravidade de tal estado de coisas é tão evidente que, nos termos atenuados embora, impostos pela condição de lugar e de pessoas, foi claramente denunciada na Assembleia Nacional pelo deputado por Moçambique, Maximiliano Fernandes (Diário das Sessões, 26 de Fevereiro de 1970)

"Somos informados -- e com imensa satisfação o soubemos -- que em Angola se encontram portugueses africanos em vários sectores da administração pública e de actividade privada a desempenhar diversos lugares, incluindo alguns de relevo.

Outrotanto, infelizmente, se não pode dizer de Moçambique, onde salvo raríssimas excepções, não encontramos o português africano nos quadros do funcionalismo público nem nas actividades económicas, excepto no preenchimento de mestores não qualificados, mais humildes, Não o conhecemos como exercendo comércio ou indústria pròprimente ditos., não o sabemos como possuidor de terrenos ou de prédios, quase nunca é visto a frequentar cinemas, restaurantes ou hatéis, não vive em casas ou apartamentos próprios ou alugados dentro dos centros urbanos, mas apenas isoladamente, ocupando dependências reservadas a serviçais, etc,.

Graças a Deus não temos leis que permitem ou incitem a discriminação, mas pelo que qualquer poderá observar na vida citadina diária, até parece que há profissões que estão reservadas a um grupo social, tais como maquinistas de guindastes motoristas de taxis, empregados de escritório ou de balcão de certas empresas e até outros cargos do menor relevância, cujo desempenho não exige habilitações especiais, bastando mencionar-se, para exemplo, que só foi no ano findo que um único cinema de Lourenço Marques, acabado de inaugurar, admitiu os primeiros arrumadores africanos. "

"temos também de condenar sem comiseração instituições que apesar de contarem com elementos de nacionalidade portuguesa na sua administração, presistem na repulsiva e anti-portuguesa prática do racismo, pois continuam só a admitir pessoal europeu. Envolvemos nesta censura algumas firmas bem importantes e até mesmo a Câmara Municipal se é verdade que esta também, ao que consta, tem procedido com idêncica parcialidade no recrutamento dos seus servidores."

A compartimentação da vida em estratos populacionais bem diferenciados, a saber de um lado os africanos na escala infima de condições de vida, de outro, os europeus com um standard que se aproxima dos melhores (não esquecendo toda uma gama intermédia, com asiáticos, mestiços, etc) cria problemas sociais que vão sendo os familiares aos de habitação e de profissão Em Moçambique o êxodo maciço dos homens para as minas do Rand soma aos antecedentes uma nova série de problemas Estas situações foram igualmente afirmadas pelo deputado Maximiliano Fernandes na Assembleia Nacional (Diário das Sessões, 26 de Fevereiro de 1970):

" quanto é grave o problema da ruptura sistemática familiar consuetudinária do africano, em parte devido à falta de rentabilidade e ao imobilismo da sua vida rural -- o que provoca o seu influxo individual em número cada vez maior aos centros urbanos, apesar de nestes prevalecer para ele um clima de rejeição que lhe é absolutamente estranho o novo.

Também muito prejudicial neste aspecto é o fácil êxodo de milhares de trabalhadores que procuram trabalho na profundeza de minas no estrangeiro, absolutamente cerceados das suas famílias, e sem a mais remota possibilidade de ali as poderem constituir ou manter.

É ao Estado que, em primeiro lugar, compete a protecção da família, parecendo-nos que a sua acção nesse sentido, sem prejuízo de novas fórmulas contratuais de trabalho, poderia ser mais eficaz precisamente a partir de uma reestruturação agrária de base cooperativa, dando viabilidade ao ruralato africano e possibilidades de desenvolvimento que ora não possui, e diminuindo as proporções da sua constante e repetida migração e crescimento na órbita das cidades, de ghettos de caniço, sem electricidade, sem água canalizada, sem saneamento, sem amenidades, onde proliferam os mais intricados problemas sociais."

Por sua vez, o clima de guerra, com cidades praticamente ocupadas por militares, a insegurança e todas as sequelas duma situação social anormal criam conflitos de pessoas que, dada a diferenciação de raças colocadas em posição exploradora, uma, e de explorada, outra, se manifestam em oposição de termos étnicos. Estão bem presentes os massacres de Luanda, em 1961, com linchamentos nos muceques. A situação de anormalidade perdura e os termos genéricos como "excessos de toda a natureza", empregados na Assembleia Nacional por um deputado de Angola são mais significativos para merecerem comentários (Sinclética Torres, Diário das Sessões, em 31 de Janeiro de 1970):

"Sr. Presidente: Tem-se verificado de há um ano a esta parte, por toda a província, incluindo a própria capital, uma série de crises, roubos, barbaridades e excessos de toda a natureza que não têm razão de existir. O Governo terá de tomar medidas enérgicas, se for necessário, e torná-las do conhecimento público, para que se evitem os actos tresloucados, que só servem para abalar ainda mais o sossego e a tranquilidade que todos deveríamos estar empenhados em manter.

Paralelamente a esta repressão, há que mudar radicalmente certos hábitos, que, se em tempo de paz já eram condenáveis, em tempo de guerra são uma nota triste e abominável."

B- A IGREJA CATÓLICA

1/ O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA E DAS MISSÕES

"A Igreja Católica desempenhou um papel negativo ao longo da história da colonização portuguesa. Foi e continua numa larga medida como sendo auxiliar da colonização. Modernamente, na fase activa de ocupação colonial, os missionários foram os braços espirituais do governador, do Administrador, do Chefe de Posto... Não somente impuseram o cristianismo, uma religião cujos esquemas são muito diferentes dos esquemas religiosos tradicionais, mas também adulteraram a própria mensagem evangélica. O Evangelho interpretado pelos missionários portugueses não estava conforme com a própria mensagem de Cristo. E esse é um papel importante se quisermos aprofundar uma questão que merece um grande desenvolvimento. Sublinho simplesmente que o estabelecimento das escolas das missões, foi uma obra de assimilação e colonização importante. Em virtude do acordo missionário assinado entre a Santa Sé

e Portugal, à Igreja foi confiada a responsabilidade do ensino dos indígenas. O esforço missionário foi mais uma vez integrado na acção colonizadora portuguesa. Foi aberto todo um campo de aplicação da assimilação pelos missionários que desempenham conscientemente o papel de colonizadores mentais dos indígenas. Por outro lado a escola missionária desburguesava o ensino porque as crianças das comunidades rurais só recebiam um ensino muito rudimentar. Enfim estas escolas missionárias que eram, é certo, pouco numerosas, preparam os servidores dóceis dos colonizadores. Afirmava-se mesmo que o conjunto dos assimilados que frequentava a escola dos missionários era por mentalidade, menos apto à contestação colonial. Isto quer dizer que a Igreja pela sua força de ensino, ligando a sua mensagem à colonização, pregando a paciência, a fidelidade ao sistema colonial, preparava os traidores à causa nacional. É por isso que muitos angolanos que frequentaram escolas missionárias foram por vezes pelas suas mentalidades, os menos aptos a contestar a colonização, porque a Igreja no seu conjunto aconselhava a obediência à ordem estabelecida. O que contudo não impede, por um justo virar das coisas que alguns seminários onde a discriminação racial era grande, existisse também no quadro da contestação: encontramos aí padres ganhos para as causas nacionalistas. Falo com conhecimento de causa."

(in Mário de Andrade, Africontinental, nº.3, 3º. trimestre, 1969)

2/ SOBRE A IGREJA E A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

"1º.- A independência é uma coisa indiferente para o bem estar dos homens. Pode ser boa, quando se verificam as condições geográficas e culturais (estas últimas não se verificam em Moçambique).

2º.- Enquanto se não verificarem as condições é ir contra a natureza procurar ou dar parte em movimentos de independência.

3º.- Logo verificando-se as condições a Igreja tem direito de se opôr à independência de que as liberdades e direitos de homens sejam ameaçados e se procure o bem estar e progresso civil e religioso de todos.

4º.-São contra o direito natural todos os movimentos de força (terroristas) pois a independência se é um bem, há-de ser obtido por meios pacíficos.

5º.- Quando o movimento é terrorista o clero tem obrigação em consciência, não só de se abster, mas de se opôr. Isto brota da própria natureza da sua missão.

6º.- Mesmo que o movimento seja pacífico o clero convém que se abstenha, para poder cuidar espiritualmente de todos. O superior pode impor obrigação, de facto impõe em Lourenço Marques.

7.- Os povos nativos da África têm obrigação de agradecer aos chamados povos colonizadores os benefícios deles recebidos.

8º.- As pessoas instruídas têm obrigação de fazer ciente dos menos instruídos as ilusões da independência.

9º.- As independências africanas contemporâneas trazem quase todas

o cunho da revolta e do comunismo, tendo de haver, por isso, mais cuidado em secundar tais movimentos. A doutrina da Santa Sé é bem clara a respeito do comunismo ateu e revolucionário. A grande revolução é a do Evangelho.

Algumas conclusões:

1º.- Não podemos andar a ordenar sacerdotes para irem à cadeia. Quem se quiser dedicar especificamente à política escolha outro caminho que não o de sacerdoteo. A missão do Padre é ensinar o Evangelho.

2º.- Quem se dedicasse ao terrorismo negava o Evangelho e insultaria o seminário que tentou formá-lo.

3º.- Amem a vossa terra que é Moçambique, integrada em Portugal; como um beirão ou algarvio se interessa pela sua província sem esquecer a Pátria comum. O que importa é interessar-se pelo progresso civil e religioso. Ninguém pode negar que este progresso existe e, neste momento, deixar-se levar por ideias racistas ou independências prematuras é obstacular este progresso. Ninguém pode contestar a existência de grandes lacunas (que existem em toda a parte, mesmo nos países adiantados). O governo está interessado em resolver a pouco e pouco. Façamos o que pudermos, mesmo diante das autoridades, mas sempre com respeito e recta intenção.

4º.- Sem aprovar abusos do passado (onde há homens há maldade) é bem pensar que hoje como ontem o racismo é feito tanto pelos europeus, como pelos nativos. O "slogan": "A África é para os africanos" é uma mentira filosófica e um desafio do comunismo e islamismo que desejam impor aos africanos a sua civilização. Podia dizer-se outra mentira: "A África é para os russos e asiáticos".

5º.- É inevitável o choque entre raças diferentes, em qualquer parte do mundo. Só o Evangelho e os seus princípios são capazes de atenuar o choque e constituir uma única força - cristã. Infelizmente o chamado movimento de liberdade não tem sentido, pois liberdade existe e pode existir com independência ou sem ela (doutro modo deveríamos dizer que todas as províncias, em todos os Estados, não têm liberdade). As actuais liberdades africanas não têm sentido, são contra a Igreja em muitos casos."

(Declarações de D. Custódio Alvim Pereira aos seminaristas de teologia e distribuidas em 17 de Agosto de 1961).

3/ EM DEFESA DOS PADRES ANGOLANOS DEPORTADOS EM PORTUGAL

"A 11 de Dezembro de 1966 faleceu em Portugal, Mons. Manuel Mendes das Neves, padre angolano exilado pelo Governo de Salazar e, coisa curiosa, os jornais e revistas católicas mencionaram muito pouco tal ocorrência; esse falecimento não é motivo de orgulho nem para Portugal, nem para o clero português.

Se, depois de quase um ano, voltamos a falar sobre este triste desaparecimento, não o fazemos em função de Mons. Mendes das Neves como indivíduo, mas porque se trata de um homem: o homem frustado naquilo que o Senhor lhe deu de mais precioso, a saber: a liberdade.

É nosso dever aqui denunciar o Governo colonialista de Salazar, fundamentado, em grande parte, sobre a força; o que, afinal de contas nada tem de humano, menos ainda de evangélico, pois age de forma que "nela veêm as pessoas coarctadas a própria liberdade, quando, pelo contrário, deveriam ser postos, em condição total, que se sentissem estimuladas a demandar o próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento." (Pacem in Terris).

A parcela rotulada dos cristãos "satisfeitos", durante muito tempo, procurou justificar integralmente o colonialismo: o que nos parece um pouco exagerado. Certamente, da nossa parte, sectarismo algum nos fará dizer que o colonialismo foi totalmente mau; a probidade intelectual mais elementar obriga-nos, pelo contrário, a admitir que "as estruturas estabelecidas (pelos colonizadores) permanecem e fizeram retroceder a ignorância e a enfermidade, estabelecimentcomunicações benéficas e melhoraram as condições de vida" (Populorum Progressio,7).

Mas, a mesma honestidade de espírito nos leva a não negar que o colonialismo teve os seus defeitos, dos quais as sociedades colonizadas se ressentem ainda hoje: e mais, a acrescentar que há ainda povos sob dominação colonial cujas élites clarividentes e desejosas de se desembaraçar do jugo colonial são rotuladas com a etiqueta "criptocomunista" ao mesmo tempo que são combatidas e deportadas como tais pelas potências dominadoras.

Este foi o caso de Mons. Manuel Mendes das Neves, exilado para Portugal desde 1961. Se enquanto vivo, jamais lhe foi concedida autorização para deixar Portugal e vir à terra natal, tal graça não lhe será concedida depois de morto se bem que, é necessário mencionar, o Arcebispo de Luanda não deixou de pedir às autoridades portuguesas a transferência para Angola dos seus restos mortais. Quando ele foi detido em Angola para ser deportado em 1961 Mons. Mendes das Neves era decano do Capítulo da Catedral de Luanda e Vigário Geral da mesma Arquidiocese. O motivo principal da acusação a seu respeito foi que Mons. Mendes das Neves era supostamente chefe dos terroristas angolanos e detentor ilegal das armas destinadas aos terroristas. Mas o cerne do problema era o facto de Mons. Mendes das Neves desejar apenas a independência do seu país: aspiração das mais legítimas. Fazendo isto, Mons. Mendes das Neves mantinha-se na linha tradicional da Igreja que constata que "todos os povos já proclamaram ou estão para proclamar a sua independência." (Pacem in Terris)...

(...) Esta desaparição de um membro do clero angolano leva-nos a romper o silêncio para denunciar ao mundo livre que Portugal detém ainda ilegalmente 8 padres angolanos, citados para prisão administrativa em Portugal, pelo único crime de querer ser o que não são por nascimento, a saber: angolanos e não portugueses.

Todo o mundo conhece a política de assimilação praticada por Portugal, que não pode pensar, muito menos admitir, por um instante sequer, que as suas colónias possam aspirar à independência; e perdura essa obstinação, que provoca a vergonha e a humilhação dos homens de boa vontade, profundamente católicos; o Cristo com efeito, quis todo o mundo livre, em virtude de um desenvolvimento pleno e total..."

(in CARTA DO ARCEBISPO DE CONAKRY, Paz e Terra, S.Paulo)

N.B. - Dos padres presos na altura, alguns já regressaram, o padre Pinto de Andrade encontra-se preso há perto de 1 ano e o padre Lino Guimarães foi morto em Angola no Natal de 1969.

4/ UM TESTEMUNHO REAL?

"(...)
Precisamente por causa do seu desenraizamento é que assistimos, impassíveis, ao despovoamento dos homens válidos e até de rapazinhos, das suas aldeias, onde poderiam, por conta própria, nos seus próprios campos, sufragar muitos provindos que nas longínquas fazendas no "contrato" das indústrias e nos serviços das cidades, por conta alheia. Fogem, para se libertarem das dívidas contraídas no jogo de um sistema económico dominador, em busca de um dinheiro imediato. Mas fogem porque ninguém se preocupou por enraizá-los, por dar-lhes na própria terra os estímulos que conduzissem à sua auto-promoção. Ninguém os salva, conduzindo-os, fraternalmente, ao aproveitamento e exploração dos próprios recursos. Desenraizados, interessam mais a um sistema de economia de mão-de-obra barata.

Inconscientes de si mesmos e da sua dignidade, são estimulados para a compra de produtos que os endividam, ou por "créditos" que os sujeitam e que só no "contrato" (voluntário) podem satisfazer.

O dinheiro do "contrato" rapidamente se "liquefaz" em bebidas e em alguns panos e bugigangas, para deixar à mulher, que visitam um ou dois meses no ano, a quem deixam mais um filho, regressando, novamente ao "contrato" endémico.

Fogem também para a vadiagem, ao encosto de uma solidariedade tribal, para o roubo, para o vaguear e para a prostituição. Os campos ficam ao abandono. Os europeus encarregam-se de os desenraizar. Não legalmente, certo, mas porque o sistema social e religioso não os faz conscientes, não os salva.

Nas aldeias, encontramos velhos, mulheres e crianças (no planalto central a emigração do homem deve andar, pelo menos, entre os 60 a 70%; em vários sítios é certamente muito superior). Ultimamente a situação tem-se agravado com as artificiais "concentrações" que matam todo o seu lastro tradicional. As aldeias deixam de ter qualquer significado, destruída toda a sua intimidade e cultura. Povo vazio de si mesmo, passa a ser mero instrumento do lucro, da mão-de-obra barata de uma sociedade em que uma minoria saca todo o provito. É esta uma sociedade que se diz cristã! Nas cidades o mesmo desenraizamento. Amontoados, miseravelmente, e permanentemente deslocados, holocausto das construções europeias e da comodidade de uma minoria selecta.

Não têm voz, porque não têm consciência. Não interessa dar-lhes consciência para não ter voz.

.Que Igreja somos nós que nisto consente e nisto coopera?
.Que significa uma Cristandade que não salva o Povo?
.Que significam tantos sacramentos, que não têm dinamismo sacramental salvador?
.Que significa uma Sociedade de Baptizados (podemos verdadeiramente chamar-lhe Igreja?) que deixa perder e ser destruída uma vida comunitária riquíssima, como era a dos africanos, talvez mesmo de raiz bíblica?
.Que testemunho de vida comunitária damos nós (missionários) quando nos damos por satisfeitos se vivemos apenas em "bom entendimento", ou em mera coexistência pacífica?
.Que testemunho de serviço fraterno e de pobreza dá uma Sociedade de Baptizados, que se apresenta ao Povo com todo um estilo de superioridade imponente, prestigiosa, oficial, intimamente associada e condicionada pelos poderes mundanos?

. Que testemunho evangélico de concórdia e de paz nos poderá dar uma Igreja, que ante o conflito armado que se arrasta há nove anos não se esforça, publicamente, por conseguir que as partes contendoras cheguem a encontrar-se à mesa das negociações?"

(Documento de 22 missionários do Espírito Santo da Angola dirigido à Conferência Episcopal daquela Colónia, INFAC - Boletim da Comissão Justiça e Paz da Diocese do Porto, nº1, Dezembro de 1970)

F - ECONOMIA

O último aspecto aqui considerado do domínio colonial português em África é precisamente o da economia. O facto de ser o último, significa que agora atingimos a raiz de todas as dominações e o ponto crucial de qualquer colonialismo. A exploração económica é o móbil do empreendimento colonizador, mesmo quando é disfarçado por afirmações de boa intenção e sentimentos altruístas. A propaganda oficial tenta, por todos os meios, convencer-nos de que a presença portuguesa nas "províncias ultramarinas" é desinteressada e humanitária. Portugal "do Minho a Timor" seria uma só nação e formaria um "espaço económico" unificado. Mas qualquer análise, por mais elementar que seja, nos mostra que a realidade é bem diferente: o desenvolvimento económico das ditas "províncias ultramarinas" está invariàvelmente subordinado aos superiores interesses da economia metropolitana, as relações comerciais entre a Metrópole e a África têm sempre a marca característica da exploração colonial e a unificação do espaço económico português nunca passou de um mito (basta ver as dificuldades na transferência de divisas, o rigoroso controle alfandegário, etc.).
Apresentam-se a seguir excertos de três estudos que pretendem documentar esta realidade: o primeiro sobre o comércio do vinho e o segundo sobre a cultura do algodão focam aspectos concretos das referidas relações de exploração; o terceiro sobre Cabora Bassa procura abrir perspectivas de conjunto.

1/ O COMÉRCIO DO VINHO

Nas relações comerciais Portugal-Angola e Moçambique desenham-se os contornos exactos duma situação colonial formal:

Por um lado, importação, pelo primeiro, das matérias primas a preços abaixo da cotação mundial (já deteriorada esta pelo sistema consabido dos interesses do capitalismo internacional). Era o caso do algodão, cultivado em Angola e Moçambique, em condições de exploração total do camponês, que alimentava a indústria têxtil portuguesa obsoleta.

Por outro lado, processava-se a exportação de Portugal para an-

gola e Moçambique não só das manufacturas que, no próprio local poderiam ser obtidas (caso dos texteis) como dos produtos que a metrópole não podia ou não tinha capacidade para colocar em parte alguma.

Típico desta última situação é, ainda hoje, o caso do vinho. Lê-se curiosamente no Boletim Trimestral do Banco Nacional Ultramarino nº 68, referente ao 4º trimestre de 1968, pgs.44: " Naturalmente, o Ultramar Português oferece aos vinhos metropolitanos um excelente mercado que no entanto, não tem sido possível aproveitar satisfatóriamente. É certo que as perspectivas têm vindo a melhorar, mas ainda subsistem dificuldades impeditivas da conveniente expansão do vinho nas nossas províncias ultramarinas. E esse mercado afigura-se-nos potencialmente decisivo para o necessário equilíbrio da produção e do consumo dos vinhos portugueses. Todavia, quer o regime de transferências monetárias, quer o das cotas de exportação, tem travado, durante muito tempo, o pretendido aumento do volume das exportações de vinhos, da metrópole para o ultramar. Por outro lado a falta de fiscalização do vinho vendido ao consumidor, no ultramar, tem permitido práticas condenáveis aos comerciantes locais do vinho, descreditando-se a qualidade do produto.

"Esta circunstância afecta gravemente a pretendida colocação dos nossos vinhos no ultramar, onde "o bom nome dos exportadores está sempre posto em causa através da chamada prática do desdobramento" que chegou a atingir o mais completo desaforo".

Há que atentar ainda na concorrência criada por sucessivas fabriquetas de produtos pseudo-vínicos. É o caso das unidades industriais instaladas em Angola para preparação de vinho de banana, licores de vinho, vinhos de abacaxi, além de brandies e vermutes. Sem dúvida que a estruturação do espaço económico português só pode ser prejudicada com estas incoerências.

" O problema das transferências também tem sido obstáculo para o desejável aproveitamento destes mercados. É de crer que quaisquer facilidades neste capítulo se traduzirão num aumento das saídas dos vinhos metropolitanos, para os mercados ultramarinos.

"Por inoportuno e desajustado foi suspenso em 1959 o Regime de Quotas de Exportação, o qual criava certos entraves às saídas.

"Também a liberalização das entradas dos vinhos comuns regionais em Moçambique e noutras províncias do ultramar, veio melhorar a panorâmica destes mercados, no ano de 1963.

Adoptadas medidas idênticas para a província de Angola, em princípios de 1964, igualmente se registou um acréscimo no consumo local dos vinhos comuns regionais, com especial relevo para os produtos vínicos da região do Dão. Naquela província, somente em Setembro de 1964 foram isentados de direitos todos os vinhos comuns idos da metrópole, reajustando-se a situação em termos de equidade."

Basta, creio já, atender na crítica que se faz às "fabriquetas de produtos pseudo vínicos". E à observação de que a "estruturação do espaço económico português só pode ser prejudicada com estas incoerências". Quer dizer, que são incoerências os aproveitamentos de produtos indígenas na obtenção de deliciosas bebidas que, com vantagem higiénica e económica, vêm substituir o vinho. E é coerência de uma estruturação económica levar para um territótio na mais baixa escala do subdesenvolvimento quantidades maciças de vinho, impedindo, simultâneamente o fomento da industrialização dos produtos locais.

O apoio à isenção de direitos para todos os vinhos comuns, idos da metrópole para Angola, a partir de 1964 não se coaduna com as barreiras alfandegárias entre Portugal por um lado, e Angola e Moçambique, por outro, a proibição de encomenda em Portugal de produtos de manufactu-

rá angolana e moçambicana (caso dos tabacos), assim como a recusa do Banco de Portugal em cobrir os déficits financeiros na conta corrente de Moçambique e Angola, carregando a tal isenção de direitos com a classificação de "reajustamento da situação em termos de equidade", o menos que nos faz é sorrir!... O mesmo Boletim (do Banco Nacional Ultramarino) volta a deixar bem clara a idéia de Angola e Moçambique como mercados ideais para a colocação de excedentes, a pgs. 46 e seguintes, assim como a coordenação das medidas internas com que em Angola se procurava, de alguma maneira, resistir a esse tipo de invasão:

"Parece-nos que o mercado ultramarino oferece muitas possibilidades e justifica todas as esperanças para a resolução do problema da colocação de excedentes de produção e da tão necessária rentabilidade das colheitas. Assegurado e devidamente aproveitado o mercado ultramarino, não se farão certamente sentir os efeitos de crises sucessivas como as que se registaram alguns anos atrás. São pois, asolutamente indispensáveis os cuidados mais criteriosos para que a integração económica do espaço português se faça através de sucessivas medidas cujos efeitos se façam sentir em convergência."

2/ A PRODUÇÃO ALGODOEIRA

"A guerra colonial que absorve mais de 50% do Orçamento Português não é o único objectivo do Dr. Marcelo Caetano. A indústria algodoeira que ocupa perto de 10% da mão-de-obra portuguesa, está em crise. Donde vem este ouro branco que trouxe a Portugal 83 milhões de dólares em 1968?

A recolha mundial de algodão, este ano será boa e ultrapassará certamente os 52,5 milhões da campanha de 1969. Sabemos que 5 países partilham o essencial desta produção: os Estados Unidos, a URSS, a China, a Índia e o Egipto. Muito atrás destes 5 países há concerteza alguns o outros que conseguem uma produção satisfatória. Mas Portugal é o único "pequenos" que cobre a quase totalidade das suas necessidades em matérias primas graças ao algodão recolhido nos seus "territórios de além mar". Em 1960, 87% do algodão bruto utilizado nas fábricas portuguesas, provinha das duas "províncias" africanas: Moçambique e Angola. Em Moçambique o algodão era conhecido desde há muito tempo, mas foi a colonisação que lhe conferiu uma larga extensão. A cultura foi primeiro praticada no norte do país, nos distritos do Niassa e Zambeze, onde se desenvolve a insurreição. As explorações foram parcialmente transferidas para o centro do país. Os colonos renunciaram eles próprios à prática da cultura do algodão e esta tornou-se praticamente um modo de produção dito "indígena".

Cultura obrigatória

O método empregue pela administração colonial em Moçambique tinha já sido experimentado pelos belgas no Congo: as zonas algodoeiras são repartidas por entre uma dúzia de grandes companhias concessionárias metropolitanas. Cada concessão resulta de um monopólio de compra para o algodão cultivado pelos pelos africanos que vivem nas suas terras. Mas antes, a quem fornecem as grãos, são obrigados a cultivar o algodão à média de 0,25 a 1 hectar por família. Os técnicos do regime que se repugnaram a falar em trabalho forçado, chamam-lhe cultura obrigatória.

Contudo o agricultor africano que é obrigado a não cultivar senão algodão nas suas terras, fica completamente dependente do concessecionário branco a quem deve vender a sua colheita ao preço fixado pela administração. As fibras são em seguida expedidas para a metrópole, para serem tratadas graças a um organismo coordenador oficial.

Nos anos 20 a indústria portuguesa era dependente das matérias primas vindas dos Estados Unidos e do Brasil. Isso custava cada ano uma hemorragia de divisas avaliada em 750 milhões de escudos. Quando surgiu Salazar, Angola e Moçambique produziram somente 300 toneladas de algodão enquanto que a indústria exigia 18 mil toneladas por ano. Instituiu-se então o sistema segundo todo o indígena válido, de sexo masculino, de 18 a 55 anos, devia provar que vivia do seu trabalho. As autoridades coloniais tinham determinado como condição a necessidade de trabalhar ao menos 6 meses por ano ou ao serviço do Estado ou para plantações concessionárias ou para os colonos. Isso foi a regra geral. A produção algodoeira tornou-se a única atividade dos africanos, os quais deveriam provar que viviam do seu trabalhar e pagar o imposto em dinheiro.

É certo que o abondono das culturas alimentares provocou a morte de milhares de homens e mulheres, vítimas de fomes cíclicas. Mas a produção do algodão foi multiplicada por 6 de 1932 a 37. Dobrou de 1937 a 46, atingindo 65% das importações portuguesas. Desde 1953 a produção algodoeira de Moçambique e Angola ultrapassou as necessidades da indústria portuguesa e em 1955, os excedentes eram exportados para outros países ocidentais. Em 1960, na véspera do"abalar do império" que foi a insurreição Angolana, somente Moçambique tinha passado a produção record anual de 140 000 ton.. Se interrogarmos os Africanos vítimas deste sistema de investimento humano, compreenderemos melhor o que foi este"milagre"da gestão colonial portuguesa. Escutemos Gabriel Maurício Mantimbo, um dos milhares de agricultores que aderiram à Frente de Libertação de Moçambique:

"Sou filho de um camponês e natural de Imbuho, uma região algodoeira de Cabo Delgado. Tenho 25 anos. Meu pai tinha uma pequena parcela de terra. Cultivavamos milho e algodão que bastava largamente às nossas necessidades. Vendiamos o resto aos brancos da vila. Quando a Companhia Agrícola Algodoeira obteve o monopólio da exploração do algodão na nossa região, nós fomos obrigados a cultivar um campo de algodão com sementes dadas pela Companhia que nos comprava em seguida a colheita. Mas ela pagava muito pouco (...) Nós não tinhamos tempo de nos ocupar de outras culturas. Sabeis talvez que o algodão exige cuidados constantes. É necessário arrancar ervas daninhas.

O medo do branco

Nós sabiamos por experiência que alguém que recusasse cultivar esse maldito algodão era preso pelos serviços de segurança e enviado para muito longe para trabalhar nas plantações de S. Tomé. Nós então tinhamos medo, medo do branco, medo de sermos arrancados às nossas famílias, de deixarmos as nossas crianças morrer de fome (...) A história do meu tio vale a pena ser contada. Ele tinha um campo de algodão como nós. Um dia caiu doente. O patrão da Companhia convocou-o ao chefe de posto. Quando o meu tio disse que estava doente, muito doente ele respondeu brutalmente: "-Vocês não valem nada. São preguiçosos, não querem trabalhar. E se os outros também caissem todos doentes? Então é preciso parar de trabalhar?". "-Há diferentes espécies de doença, umas permitem trabalhar outras não, respondeu o meu tio. Mas eu não posso trabalhar, as minhas pernas tremem-me e tenho febre". Então levaram-no e deportaram-no para o inferno de S. Tomé onde ele ficou para sempre."

O antigo Bispo da Beira, Mons. Soares Resende, partidário da presença portuguesa em África, mas severo crítico do ultracolonialismo de Salazar, denunciou por várias vezes o carácter infame desta forma de exploração do trabalho dos "indígenas".

A fome

As críticas do prelado português, pronunciadas no decurso dos anos 1950/54 foram confirmadas por outros observadores estrangeiros que puderam ir a Moçambique antes da insurreição armada de Setembro de 1963. Segundo o testemunho do pastor americano recolhido pelo economista António de Figueiredo, as condições do camponês são piores hoje do que aquelas que eram conhecidas durante os séculos que precederam a conquista do país pelo homem branco: "Os africanos têm menos que comer que na época em que as florestas densas forneciam aos homens uma caça abundante.

É certo que face a estas vagas de críticas cujos ecos chegaram até às instâncias internacionais, especialmente à OUA, os dirigentes portugueses fizeram tenções de reformar o sistema de cultura obrigatória, sobretudo após o levantamento angolano de 1961. Atenuaram as práticas mais escandalizantes do trabalho forçado. As exportações de algodão Moçambicano baixaram consideràvelmente entre 1963 e 1964. Mas foi sobretudo a seguir à insurreição generalizada desencadeada pela Frelimo que o poder colonial perdeu contrôle de vastas regiões no Niassa e em Cabo Delgado. Os portugueses foram então obrigados a transferir as culturas algodoeiras para as regiões do centro onde as concessões foram substituidas progressivamente por um outro sistema dito de "concorrência controlada". Mas isso não melhorou nada a situação dos produtores africanos. Teoricamente independentes e livres, foram obrigados a vender a sua colheita a compradores autorizados que não eram outros senão os antigos concessionários ou seus agentes. O preço da compra do algodão era apenas um pouco mais elevado que antes; além disto o camponês deve agora ele próprio comprar as sementes.

Por outro lado a engrenagem do algodão não é autorizada pela administração colonial senão a pessoas por ela agregadas mediante uma quotização de dez mil escudos junto do Instituto Governamental do Algodão. Ora os agricultores africanos não dispõem destas somas. Nas regiões ainda ocupadas continuam presos nos fios da administração colonial. Calcula-se oficialmente que a campanha algodoeira atingiu uma produção de 130 mil toneladas depois da "reforma" pondo pretensiosamente fim às culturas obrigatórias. Eis o segredo da descolagem da indústria textil portuguesa.

Acrescentamos ainda como disse o Prof. Aurélio Quintanilha, director do Centro de Investigação do Algodão no decurso dos anos 50, que o Governo de Lisboa deveria desembolsar 10 milhões de libras esterlinas por ano, se se tivesse de fornecer em algodão fora das suas colónias. E Nelson Saraiva Bravo, um dos peritos agrícolas do Dr. Caetano, considera que o algodão fornecido pelas colónias teria custado um excedente de 400 milhões de escudos por ano se tivesse sido comprado fora das colónias, ou seja 63% mais que as somas consagradas às compras em Moçambique".

(in Aquino de Bragança, AU MOZAMBIQUE LE COTON ME MANGERA PLUS, Africaise, nº 15)

3/ CABORA BASSA E A POLÍTICA INTERNACIONAL DOS GRANDES INTERESSES IMPERIALISTAS NA ÁFRICA AUSTRAL

Este terceiro estudo sobre a economia colonial parte do problema de Cabora-Bassa para o integrar no conjunto da influência imperialista na África Austral.

Nos últimos tempos levantou-se pelo mundo fora uma onda de protestos contra a construção de Cabora-Bassa; a opinião pública mobilizou-se; essas pressões levaram governos a retirar o seu apoio e firmas estrangeiras a retirar a sua colaboração. Entretanto, o Governo português interpreta semelhantes reacções como um sintoma de loucura- pois que mal haverá em construir uma barragem destinada ao fornecimento de energia eléctrica para o progresso das populações?... Mas o que o Governo deseja camuflar é o facto de Cabora-Bassa ser um elo fundamental na ligação de Portugal-África do Sul, o que o Governo quer fazer esquecer é a crescente invasão das colónias portuguesas por parte dos grandes interesses do imperialismo mundial. Portugal torna-se cada vez mais um instrumento nas mãos da alta finança internacional para a exploração dos enormes recursos dos territórios africanos. De tal maneira que o título destas páginas poderia perfeitamente ser este: Portugal, país colonizador e colonizado!

"Cabora-Bassa ficará sendo a barragem mais importante de África e também uma das mais importantes do mundo, visto que a sua potência (3 600 000 kwh) só é ultrapassada pela de 3 outras barragens, duas das quais na Rússia e uma no Canadá. A grandiosidade do empreendimento está bem patente no encargo para a sua realização estimado em 7 milhões de contos.

A barragem desenvolver-se-á em "U" aberto, cuja crista terá 300 metros e ficará a uma altura média de 150 metros do nível médio do rio. A zona inundada à cota mínima de exploração será de 900 km2 e a capacidade de retenção de 12,5 biliões de m3. A primeira central é composta por 3 grupos, com uma potência de 1 200 000 kwh, devendo entrar em funcionamento em 1974.

Para além da finalidade principal do empreendimento, ou seja, a produção de energia eléctrica, outros objectivos importantes foram tomados em linha de conta, pois que as regiões susceptíveis de serem afectadas atingem 220 000 km2, área que corresponde a quarta parte de Moçambique.

Poderão irrigar-se 1 500 000 hectares de terras, valorizar agrícolamente 2 500 000 assim como encarar um repovoamento florestal de 200 000 hectares, conservando uma área idêntica que actualmente existe.

O empreendimento criará condições à exploração pecuária pela demarcação de zonas propícias à criação de gado para corte e produção de leite, abrindo ainda perspectivas novas à exploração mineira da região, cujos jazigos de carvão, ferro cobre e diversos outros minerais são apreciáveis. Acrescentar a utilização efectiva de um extenso troço navegável com as obras de regularização no curso do Zambeze.

Para a construção de Cabora-Bassa formaram-se 3 consórcios:
-CAHORA-BASSA CONSTRUCTION CONSORTIUM (London) dominado pelo capital inglês (AEI-EE);
-CABORA-BASSA BUILDERS (Paris) dominado pelo capital americano;
-ZAMBEZE CONSORCIO HIDROELECTRICO (ZAMCO) dominado pela firma sul africana Anglo American Corporation of South Africa.

Em 1958, a Zanco obteve um contrato provisório do Governo de Salazar. Entretanto, surgiram dúvidas sobre a possibilidade de construir a barragem pois a Frelimo tinha feito saber que se oporia à construção e que abriria nessa região uma nova frente de combate. Por sua vez Lisboa hesitava em fechar o contrato definitivo com sul-africanos dado que se baseou a temer a influência crescente da África do Sul nas colónias portuguesas que poderia só bem por levar a uma independência branca das mesmas, prospectiva susceptível de criar reacções no Governo de Lisboa.

Em 1969, já com o Governo de Caetano, uma decisão do Conselho de Ministros, permitiu novas conversações com a Zanco, que terminaram com o contrato definitivo. A Zanco, sediada em Lisboa é constituída pelas seguintes firmas:

-Alemanha: AEG (Allgemeine Elektrizität Gesellschaft)
AEG-TELEFUNKEN (Berlin Frankfurt)
BBC (Brown Boveri & Cie) Mannheim
HOCHTIEF (Hochtief A.G.) Essen
SIEMENS (Aktiengesellschaft) Berlin/München

-França: ALSTHOM (Société Générale de Constructions Electriques et Mécaniques Alsthom) Paris
CCI (Compagnie de Constructions Internationales) Paris
COGELEX-COS (Compagnie Générale d'Entreprises Electriques) Paris
ENTREPOSE FOUGEROLLE - Limousin

-Itália: SOCIETÀ ANONIMA ELETTRIFICAZIONE S.P.A. (S.A.E.)

JOHANESBURGO (U.P.I.) - Uma sociedade sul-africana, a Transmission Lines Construction (T.L.C.) acaba de substituir a participação da firma italiana Società Anonima Elettrificazione no consórcio internacional Zanco, que edifica a barragem hidroeléctrica gigante de Cabora-Bassa, em Moçambique. A companhia sul-africana compromete-se a construir as linhas de alta tensão numa distância de 1 111 kms., que sairão da barragem situada na província de Tete, no rio Limpopo. Trata-se de um contrato de 30 milhões de rands, ou seja 230 milhões de francos. Desde a sua origem, os países da África Negra considerando o enorme aumento do potencial económico que passará a beneficiar a África Austral "branca" opuseram-se ao projecto, a Frelimo resolveu-se a combatê-la pela força. As pressões africanas conseguiram finalmente retrair as posições do Japão. Depois de uma "démarche" do Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, a firma italiana SAE é a sociedade sueca ASEA a deixar o consórcio Zanco. Por seu lado o Presidente Pompidou declarou em Outubro último a Kaunda que não podia contrariar interesses das empresas francesas.
(LE MONDE, 31 de Dezembro de 1970)

-África do Sul: L.T.C. Limited, Johannesburg
SIEMENS (Pty.Ltd.), Johannesburg
-Portugal: SOMAFEL (Sociedade Reunidas de Fabricações Metálicas, SARL)

O presidente da nova sociedade é Edmond Stanley Brown, administrador da Anglo-American Corporation of South Africa. O director geral é o português Mário Pereira, igualmente director da Anglo American. A administração foi igualmente confiada a este grupo.

Além do contrato com a Zanco, o ministro português do Ultramar já

assinou um "contrato de aproveitamento eléctrico" com a ELECTRICITY SUPPLY COMISSION da África do Sul (ESCOM). A ESCOM é o organismo que tem a seu cargo a centralização, produção, abastecimento e distribuição da electricidade em toda a África do Sul.

A cobertura financeira do empreendimento de Cabora-Bassa foi feita pelo Banco de Paris e Países Baixos, a Union of Acceptance of Johannesburg, Deutsche Bank e Banco Comercial Italiano. Alguns projectos subsidiários foram cobertos pelo Bank of America e Bancos portugueses.

A barragem de Cabora-Bassa é a expressão de uma política de interesses interligantes e consolidadores do domínio branco na África Austral, e apoio aos investimentos que a partir dos países capitalistas ocidentais se tem vindo a acentuar naquela área. Não só os interesses imediatos do eixo Pretória-Salisbury-Lisboa se interpenetram mais com o projecto, como a consolidação desses interesses vai ao encontro do imperialismo internacional desde já em exploração acelerada de matérias primas locais.

Não só as condições criadas à volta da barragem para a implantação maciça de imigrantes constituirá um entrave à passagem dos movimentos de libertação para o sul, como uma nova fonte de energia dará condições de excepção ao desenvolvimento industrial da África do Sul e fará com que este país ganhe novos direitos de ingerência e de domínio sobre Moçambique, território a partir do qual terá uma das suas principais fontes de energia.

A melhoria de condições de vida para as populações nativas Cabora-Bassa não representará, de imediato.

Ao invés, a barragem, um grandioso empreendimento em si mesmo, apenas servirá para consolidar uma situação que é de privilégio para a população branca daquela parte da África e após dificultará aos naturais a sua libertação.

No entretanto, para se compreender em toda a sua extensão, como foi possível, em tais circunstâncias, os capitais internacionais terem-se prestado ao financiamento da obra, a tal ponto que se considerou ter a Europa Ocidental concedido para o projecto os maiores créditos à exportação jamais conseguidos", é necessário ver como os mesmos capitais alimentam empreendimentos, em que a extensão e com que objectivos naquela parte da África.

Até aos anos 60, com o Governo de Salazar, a entrada de capitais estrangeiros foi excepção. Com a sublevação de Angola, em 1961, e na impossibilidade de dar a Angola e a Moçambique o desenvolvimento económico de que careciam, o Governo português viu-se obrigado a permitir a entrada de capitais estrangeiros.

Reportando-se a Angola, onde o processo colonial é mais flagrante, pode dizer-se que em 1960, o valor bruto da produção no seu sector mineiro superava os 300 000 contos e a sua exportação representava 20% do valor total da exportação angolana.

Angola, que já apresentava importantes riquezas mineiras, passou a manifestar novas perspectivas de rápido desenvolvimento da exploração, sobretudo no ferro e no petróleo. Os monopólios actuantes, aliás, incidem particularmente, nos diamantes, ferro e petróleo. A Diamang, sociedade controlada pelo Anglo-American Corporation of South Africa, explora os diamantes de Angola há mais de 50 anos, tendo aumentado ultimamente a sua produção e os lucros que, ultrapassam o meio milhão de contos por ano. Os diamantes representam 20% das exportações.

O ferro, que é a terceira exportação de Angola, após o café e os diamantes, tinha atingido a produção de 660 000 ton. em 1960, superou os 3 milhões em 1963 e os 4 milhões em 1969. Este aumento espectacular ficou a dever-se à presença da Krupp que, em 1963 com enormes financiamentos (o último dos mais de 175 milhões de dólares) se assenhoreou do controle mineiro de Cassinga. Representa cerca de 10% da exportação total, com satisfação dos interesses da Krupp e das finanças portuguesas e ordem à manutenção da guerra. O petróleo atingiu a produção de quase 2 milhões de ton. e o valor da exportação superou os 40 000 contos. A sua exploração é controlada, por um lado pela Compagnie Française de Petroles, a petrofina, a fenaco, associada aos importantes monopólios portugueses, como a Sacor que, por sua vez, alarga a sua área aos interesses estrangeiros; a Gulf Oil, por sua vez, actua só em Cabinda, onde fala em superar os 7 milhões de toneladas por ano. O valor bruto da produção da indústria extractiva, representado, na sua quase totalidade pelos diamantes, ferro e petróleo atingiu quase os 7 milhões de contos em 1969. As exportações do sector, que em 1960 representava 20% do total da exportação angolana, atingiu os 23% em 1968 e superou os 35% em 1969.

Os monopólios estrangeiros, já presentes antes de 1961, reforçam as suas posições e conquistaram novas. Os monopólios acabados de chegar estão tirando lucros notáveis e outros virão. Os monopólios portugueses, associados aos estrangeiros tornam-se os porta-vozes dos interesses imperialistas na esfera governamental.

No "II Plano de Fomento, para 1953/73, pode ler-se que, no que respeita às colónias, se prevê um predomínio dos investimentos em Angola, e particularmente no sector mineiro, pregando que estes investimentos venham a ser efectuados por capitais estrangeiros.

Num estudo da Câmara de Comércio Luso-Alemã in "Indústria Portuguesa" nº507, de Maio de 1970, pode ver-se que foram criadas em Portugal, e nas colónias, 629 novas sociedades com participação de capital estrangeiro, enquanto que 292 outras já existentes aumentaram o seu capital. Só em 1969 foram criadas 183 novas sociedades (39 nas colónias) enquanto que 87 (9 nas colónias) tiveram aumentos de capital. E, entre estas, as 48 que operam nas colónias têm um capital conjunto que representa mais do dobro das restantes 222 sociedades que operam no território português. Dos 1 707 799 contos investidos em 1969 em todas estas sociedades, 66% foram para as colónias, o que demonstra uma preferência dos capitais estrangeiros por estes territórios.

Destes investimentos, nas colónias, 93,5% pertencem a 5 países: Bélgica (775 000 contos); U.S.A. (152 193); África do Sul (105 910); Inglaterra (53 010); R.F.A. (19400). Deste capital uma grande parte foi para Angola e predominantemente para a sua indústria extractiva. Estes dados demonstram claramente, quanto é verdade que após a insurreição nas colónias portuguesas, estas sejam cada vez menos portuguesas e como Portugal está a ficar progressivamente dominado pelo imperialismo.

A penetração dos capitais estrangeiros em Angola pode, porém, ser mais especificada.

No caso dos diamantes

A Diamang (Companhia de Diamantes de Angola) detém o exclusivo da pesquisa e exploração num território correspondente a 6% da superfície total de Angola (distrito da Lunda) onde exerce uma verdadeira soberania.

A Diamang é subsidiária da De Beers que, por sua vez, é uma filial da Anglo American Corporation of South Africa, o mais importante trust financeiro da África Austral, de que é presidente o conhecido Harry Oppenheimer. Estão presentes neste "holding" outros grupos estrangeiros tais como o Morgan Bank, americano, e a Société Générale de Belgique, belga.

O decreto nº 49 035, de 2/5/69, sanciona o contrato estipulado entre o Governo português e a Oestediam (Companhia de Diamantes Oeste de Angola, SARL) segundo o qual é concedido a esta o exclusivo para a extracção de pedras preciosas (diamantes, rubis, safiras, esmeraldas, etc). A Oestediam, com um capital inicial de 15 000 contos, é totalmente dominada pela sociedade americana Diamon Distributors, Inc..

O decreto nº 49 019, de 22/5/69, estabelece um contrato com a Diversa (Internacional de Exploração de Diamantes, SARL) no qual a Diversa Inc. de Dallas (Texas) tem 98% do capital inicial de 10 000 contos, para a concessão exclusiva de pesquisa e exploração de pedras preciosas.

O decreto nº 49 017, de 20/6/69, concede à Diamul (Companhia Ultramarina de Diamantes, SARL) o exclusivo da pesquisa e extracção de pedras preciosas no centro oeste de Angola. Na composição do seu capital inicial de 15 mil contos é maioritário o norte-americano (Anchor Diamond Corp.) e sul-africano (Vita Diamond PTY).

> Na realidade importa que os estrangeiros mandatários da Companhia de Diamantes de Angola, senhores feudais da Lunda, e prepotentes em toda a Província, sejam devidamente expurgados e reduzidos na sua nefasta influência e poderio, e deixem de levar anualmente milhões de contos que provêm da detenção e exploração de uma das maiores riquezas do país - os diamantes de Angola.
>
> Tão longe vai a ousadia de continuidade, na sua ubérrima situação exploradora, da Diamang que a mesma, já cinge ao seu serviço uma autêntica polícia secreta, a chamada Secção Especial, muito mais eficaz, preversa e criminosa nos seus processos e meios de actuação, do que qualquer organização congénere clandestina, agora organizou para seu exclusivo serviço, um poderoso exército, composto por profissionais do gatilho, pagos e doutrinados por ela, sem qualquer controlo do Estado, o qual tanto pode servir para a defesa do território de Lunda, como para fazer a secessão do dito distrito, ou buscar o arranque para a emoção mais profundos e extensos no campo da autonomia da província de Angola.
>
> (in João Santana Júnior, Acusação pública contra a Companhia de Diamantes de Angola)

No campo dos minérios

Além do que ficou explicitado, basta acrescentar que, pelo Decreto nº322/70, de 10/7/70, o Ministro do Ultramar foi autorizado a celebrar um contrato de concessão com uma sociedade a constituir pela Johannesburg Consolitated Investments Company Ltd.

A empresa a criar com um capital inicial de 8 400 contos no mínimo, terá o direito de pesquisar enxofre, gesso e outros minerios a eles associados, em regime de exclusivo, nas áreas delimitadas no nº 3 da Base 1 do referido Decreto e, subsequentemente, de explorar os mesmos minérios.

A Societé Française d'Études Minières, em meados de 1970, tinha já entrado na primeira fase de trabalhos de prospecção de minérios não ferrosos, ao abrigo dum contrato celebrado com a Companhia Mineira de Lobito. Do plano geral traçado fazem parte estudos sobre jazigos auríferos e sulfuretos, várias prospecções e amostragens relacionados com a pesquisa de volfrâmio, de molibdénio e de cobre e, bem assim, o levantamento de uma carta geológica.

A segunda parte dos trabalhos, que comportará as sondagens e pesquisas subterrâneas, com vista à abertura de novas explorações, só deverá ser iniciada no próximo ano.

O Boletim Trimestral do Banco de Angola, Abril/Junho, 1970, anunciava que " a exploração dos jazigos de minério no concelho do Zombo, foi, objecto, recentemente, de nova tomada de posição, tendo para o efeito sido superiormente sancionado o acordo celebrado entre a empresa do cobre de Angola e a firma Suiça Société Anonyme de Chromo. Segundo os termos do acordo celebrado, foi constituída uma nova empresa- Sineira (Sociedade de Investigações Mineiras, Ltd.)". Ainda da mesma fonte: "Foi atribuída à Fenneco Angola Inc., subsidiário da firma norte-americana Fenneco Corporation, a autorização para proceder à prospecção e exploração de enxofre na região do Dombe Grande, pertencente ao distrito de Benguela, numa área que excede os 100 000 hectares. A exploração deverá ser iniciada logo após o período de pesquisas, se entretanto, se verificar que o enxofre existente assume qualidade e proporções rendáveis.

Petróleo

Os trabalhos de pesquisa de petróleo em Angola começaram em Julho de 1952, depois de um contrato do Governo com a Carbonang (Companhia de Combustíveis do Lobito). A Carbonang é dominada pela Companhia belga Petrofina. Em 1955 é extraído o primeiro petróleo ao sul de Luanda, em Benfica, e no fim do mesmo ano, a Carbonang é autorizada a instalar uma refinaria. Em 1957 a Carbonang promove a criação de uma nova sociedade de extracção de petróleo que foi dela tomada Petrangol (Companhia Concessionário de Petróleos de Angola, SARL) para a qual se transferiu a influência financeira da Petrofina (ligada à Royal Dutch Shell) com 45% do capital. O restante capital distribuiu-se em 7% para o Governo de Angola e 12% à Carbonang assim como cerca de 15 000 acções se dividiam pelos Banco de Angola, Banco Nacional Ultramarino, Banco Fonsecas & Burnay, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Aqui terminou a acção da Carbonang. A Petrangol iniciou a sua actividade em Maio de 1958 com a entrada em funcionamento da Refinaria de Luanda.

Em 1967, através de cuja uma nova companhia, a Angol que por si e em associação com a Petrangol-Petrofina (e mais tarde com a associação da Compagnie Française de Pétroles e da americana Amoco) dará novo impulso à produção.

Entretanto em 1966, a Cabinda Gulf Oil Company, associada da Gulf Oil Corporation, anunciava o aparecimento de petróleo em Cabinda, petróleo esse que começou a ser explorado nos fins de 1968.

Ainda em 1967, a Angol firmou um contrato com o Governo português, com o qual obteve o direito de pesquisa e aproveitamento de petróleo na zona do Ambriz, na zona "off-shore" de Congo e no Quanza. Entretanto, a Angol realizou um contrato de associação com a Petrangol que lhe dá direito a 50% da actividade desta sociedade nas concessões no Congo e no Quanza, assumindo assim uma parte da responsabilidade de investir um milhão de contos em 5 anos, segundo um acordo firmado entre o Governo e a Petrangol em 1966. A Angol foi autorizada a construir na zona do Lobito uma refinaria.

Em Março de 1969, a Angol, que se supõe ser um consórcio exclusivamente de capital nacional, cedeu 50% dos seus direitos de concessão na zona de Ambriz e do Quanza à Compagnie Française de Petroles (C.F.P.) tendo-se esta, como é natural, encarregado da pesquisa e extracção do petróleo.

Depois dos acordos entre a Angol e a Petrangol, entre a Angol e a C.F.P., em Janeiro de 1969, intervêm novos contratos entre estas companhias e a americana Texaco, uma das maiores sociedades petrolíferas mundiais.

Assim, há um primeiro contrato entre a Angol, a Texaco e a Petrangol, no qual a primeira cede à segunda metade da sua participação na zona do Congo (onde, como tínhamos visto, a Angol estava associada com a Petrangol). Assim, nesta zona (7 000 km2) a associação Angol-Texaco-Petrangol está definida como segue:

PETRANGOL - 50%

ANGOL - 25% (na zona do Quanza permanece em vigor a associação Angol-Petrangol)

TEXACO - 25%

Finalmente, um outro contrato apenas entre a Angol e a Texaco associa a sociedade americana à concessão pertencente à Angol na zona "off-shore" do Congo (5 500 km2).

A Gulf Oil, nos fins de 1968, inicia a extracção de petróleo em Cabinda, por intermédio da Cabinda Gulf Oil (depois da holandesa americana, que ocupa o terceiro posto no sector na escala mundial), nominalmente portuguesa.

A Gulf está nas colónias portuguesas há mais de 20 anos a pesquisa não só petróleo, mas também potássio, urânio, etc.. Até 1967 tinha investido nas pesquisas de Cabinda cerca de 300 000 contos: em 1967/68 investiu (apenas em pesquisas) mais de um milhão de contos e tinha já programado 1,5 milhão de contos de investimentos a breve prazo (in Indústria Portuguesa, nº.492, Fevereiro de 1969).

Os dirigentes da Gulf afirmaram numa conferência de imprensa, em Lisboa, nos fins de 1967, que, em 1970, só Cabinda produziria 7,5 milhões de toneladas de petróleo, o que colocaria Portugal no quarto posto mundial, tanto que no ambiente internacional se falava já de "alternativa para o Médio Oriente" (Diário de Lisboa de 19/9/67).

A grande imprensa encarou estas prespectivas com entusiasmo. O New York Times, de 24/7/68, assinalava o início da extracção da Gulf em Cabinda como um elemento que dava "uma nova segurança à África Austral, onde a falta de petróleo se tinha tornado uma causa de ansiedade crescente". O Daily Express de 30/7/68 afirmava categòricamente que a descoberta de petróleo significava o fim das ilusões dos "terroristas" naquela zona. Está assim afirmado o petróleo angolano como arma para reforçar o poder económico-político do imperialismo na África Austral.

Para completar o quadro apenas duas notícias mais. Nos fins de 1969 (Diário de Notícias de 29/10/69 e Jornal do Comércio de 5/11/69) o administrador delegado da Shell Portuguesa (dependente da Royal Dutch Shell, anglo-holandesa) afirmou que a sociedade tinha requerido ao Governo o direito de pesquisa submarina de petróleo na costa de Angola e [illegible] e de Portugal. Além disso foi anunciado que a Mobil portuguesa (do Grupo Mobil Oil) está a construir uma fábrica para óleos lubrificantes.

Assim estão presentes quase todas: Petrofina, Gulf, Compagnie Française de Petroles, Texaco, Mobil, Shell.

No mês de Janeiro do ano corrente (1969), estiveram em Angola, em missão de estudo, 7 membros do British National Export Council. Além de trabalhos relacionados com a ampliação e o reapetrechamento do porto de Luanda, esta missão dedicou-se ao estudo e prospecção das potencialidades locais. É de notar que este grupo devotou particular atenção ao estudo das possibilidades de aproveitamento da energia de Cambambe e da instalação na província de certas indústrias, nomeadamente a do alumínio. Os objectivos principais que orientaram a acção da missão económica inglesa foram: por um lado, o estabelecimento de contactos que permitissem facilitar o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países; por outro, o inventário dos projectos a realizar em Angola e que o investimento de capitais ofereça maiores garantias de rentabilidade (Boletim Trimestral do Banco de Angola, Janeiro/Março de 1969).

No segundo trimestre do corrente ano (1970) visitaram Angola diversos grupos de técnicos e peritos estrangeiros interessados em estabelecer contactos comerciais com empresas e entidades económicas angolanas. Assim, no dia 13 de Maio, chegou a Luanda uma delegação sul-africana, composta por 9 pessoas. O objectivo que norteou esta missão foi o de estabelecer contactos com vista ao desenvolvimento da cooperação económica entre a República da África do Sul e Angola. Também em Maio um grupo de 14 técnicos italianos, representantes de vários ramos da indústria, visitou durante 2 semanas os principais estabelecimentos comerciais e industriais da província e contactou com diversas entidades oficiais. Com a mesma finalidade, esteve em Angola - já no final do semestre - uma missão comercial britânica.
(Boletim Trimestral do Banco de Angola, Abril/Junho de 1970).

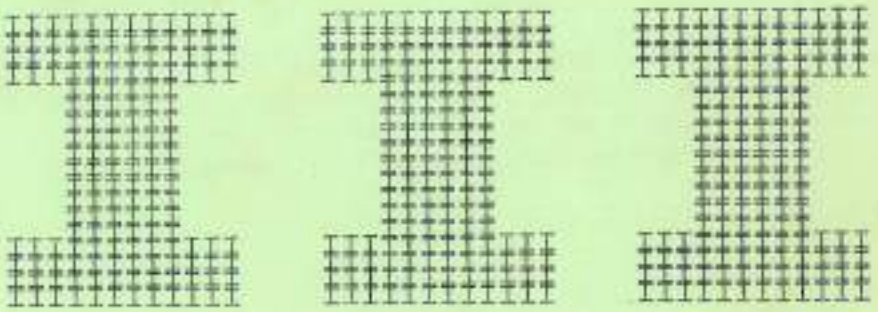
O exposto parece mais do que bastante para deixar bem claro o contexto em que Cabora Bassa está a ser implantada. A África Austral não é exclusivamente um local onde guerrilheiros negros tentam libertar-se de um domínio branco. É sobretudo o "escândalo geológico" do mundo cujas riquezas incomensuráveis passaram a ser exploradas em alta escala pelo capitalismo internacional.

Os povos daquelas extensas territórios não têm que libertar-se apenas do domínio dos brancos mas estão agora a contas com as grandes potências do dinheiro. Cabora-Bassa é o elo de uma extensa cadeia que interessa construir para benefício imediato dos grandes interesses, afluidos àquela zona, a partir dos grandes centros do capital ocidental.

(Relatórios de Contas do Banco de Angola de 1967, 1968, 1969; Boletins Trimestais do Banco de Angola de 1968, 1969, e 1970; Angola-l'intensificazione dello sfruttamento imperialistico nel settore minerario-trabalho de J. Martins apresentado na Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas, Roma, Junho de 1970; Eduardo de Sousa Ferreira, Cabora-Bassa oder der Imperialismus in den Portugiesischen Kolonien, publicado in Kotbs Forum, nº.3 eidelberg, 1970)

15339

[Colonialismo e lutas de libertação]: [Cadernos sobre a guerra colonial]



A LUTA PELA INDEPENDENCIA

A. ANGOLA

1 - Antecedentes da luta

2 - O desencadear da guerra

3 - Os movimentos de Libertação

4 - Os portugueses fazem a guerra

5 - Situação militar

6 - Mensagem aos Portugueses

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
N: 2803

325 A3/86
1961/1974
Col

Vamos agora assistir à grande gesta do levantamento de um Povo contra o domínio colonial: Angola foi a primeira colónia portuguesa onde a luta pela independência assumiu um carácter de combate armado.

Comecemos por ver os antecedentes dessa luta, a partir de alguns apontamentos sobre o passado remoto, considerando depois a progressiva tomada de consciência, já no nosso século, por parte dos intelectuais, dos trabalhadores e do povo em geral.

1 - ANTECEDENTES DA LUTA

a) O PASSADO REMOTO

"Na longa história da resistência do povo angolano a luta armada teve lugar importante desde as primeiras fases da ocupação portuguesa. Quando os portugueses esboçaram, no fim do séc. XVI, as primeiras incursões de conquista militar, deu-se um levantamento de grupos armados nos diferentes reinos. Uma figura lendária como a de Nzinga Mbandi, rainha de Angola e de Motamba, alimenta ainda pelo seu nobre exemplo a memória colectiva das populações profundamente abaladas, desde há 4 séculos, por ataques incessantes do opressor estrangeiro. Mais recentemente, a insubmissão das populações dos Dembos foi considerada pelos historiadores portugueses uma "vergonha para a Nação". Foram precisas, com efeito, 15 expedições sucessivas para levar a termo a "pacificação" de uma região que em 1919 contava 55 792 habitantes. A partir de 1872, precisamente, os povos dos Dembos retomaram a luta contra o exército português, sublevando-se contra a administração colonial que praticava numerosos abusos no lançamento de impostos e na exploração dos pequenos comerciantes. Entre 1872 e 1907 os portugueses não chegaram a qualquer resultado positivo nas suas tentativas de estabelecer postos militares. Uma grande expedição, a célebre coluna de 1907, sob o comando do capitão João de Almeida, 20 vezes superior aos efectivos precedentes, foi completamente aniquilada pelas forças nacionalistas. A mesma sorte foi reservada às expedições de 1909, 1913 e 1918. Enfim em Outubro de 1919, os portugueses, utilizando angolanos de outras regiões e soldados de Moçambique, saem temporàriamente vencedores da resistência nacional na região dos Dembos.

Assinalam-se ainda revoltas em várias regiões de 1924 a 1939, além de que os angolanos ditos "assimilados" organizam-se nos meios urbanos, utilizando outros processos de luta.

Em fins do século passado uma pléiade de jornalistas, escritores, historiadores e intelectuais fixava a contestação escrita do facto colonial e suscitava o reagrupamento das elites locais. É neste espírito que foi fundada a "Liga Angolana", chamada mais tarde "Liga Nacional Africana" e o "Grémio Africano", chamado em seguida "Associação dos Naturais de Angola".

A saída da luta, desencadeada no seio destas Associações por uma vanguarda que reclamava uma mutação radical nas modalidades de acção prática contra o sistema colonial, foi concretizada pela adopção da via da clandestinidade política.

Assim foi criado o "PLUA"(Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola) que se fundiu com outros grupos para dar origem, em 1956, ao MPLA. Entre outras correntes do nacionalismo angolano, cuja primeira fase de crescimento se encontra nos meios da emigração angolana no Congo, nomeadamente entre a etnia Bakongo, nota-se por um lado a UPA (União das Populações de Angola) e, por outro lado, o Movimento Messiânico de Simão Toko."

(in Mário de Andrade, PRESENCE AFRICAINE, 3º.,1962)

b) ASPECTOS DA LUTA POLITICA

(...)
Quando é que tomaram consciência da necessidade de luta aberta ao lado dos angolanos contra o fascismo colonialista português?

Em 1940, alguns jovens brancos e mestiços tentaram fundar um movimento nacionalista e fazer propaganda. Opuseram-se ao envio de trabalhadores forçados para S. Tomé, e foram presos em Nova Lisboa. Entre eles encontrava-se o poeta Alexandre Daskalos.

Em 1950, alguns jovens brancos, mestiços e negros, de Luanda, estudantes, militaram activamente nas suas associações culturais, para reabilitar os valores culturais de Angola. Organizaram-se conferências, publicaram estudos, particularmente a revista Mensagem, na qual se revelaram muitos poetas que estão agora presos pela sua participação no movimento de emancipação ou que foram seus dirigentes, tais como António Jacinto (branco), preso em 1959, depois em 1961, e que não foi ainda libertado; Mário de Andrade, Viriato Cruz, Agostinho Neto (todos de cor).

Em 1957, outros grupos de jovens brancos, negros e mestiços, fundaram, em Luanda, Cultura, com o mesmo espírito e em ligação com os fundadores do Mensagem. Entre eles, Boldor Neto, jovem romancista, preso em 1959, por participação nos movimentos de libertação; José Graça (Luandino Vieira) e o poeta António Cardoso, presos também em 1959 e depois em 1961, ainda na prisão e os três brancos. O poeta Mário António, mestiço, preso depois e libertado em 1959, o escritor Mário Guerra, mestiço, ainda na prisão. Todos com menos de 25 anos quando foram presos.

Ao lado desta actividade cultural pública, desenvolvia-se um importante movimento político clandestino cujos animadores foram expulsos ou presos. Em 1959 foram assim presos pela sua actividade política os brancos angolanos José Luciano Marcelos, Boldor Neto, António Jacinto, já nomeado, António Cardoso e Adolfo Maria do lado dos nacionalistas de cor (é necessário lembrarmo-nos aqui do processo dos 50).

Progressistas portugueses estavam ao seu lado: Julieta Gandra, Calazans Duarte, e António Veloso, que ainda se encontram na prisão.

Aquando do desencadeamento da guerra de libertação de Angola, a 4 de Fevereiro de 1961, os brancos do centro-sul de Benguela e Nova Lisboa, no movimento fundado no princípio do ano (FUA: movimento agrupando pessoas de todas as origens e sem distinção de raça) tomaram posição mais ou menos

nitidamente pela autonomia de Angola. Em Maio de 1961 foram presos muitos membros e dirigentes entre os quais Fernando Falcão, Carlos Morais, Sócrates Daskalos, Alberto Morais, Luis Portocarrero, João Mendes, Anibal de Vasconcelos e que, deportados para Portugal, conseguiram fugir seguindo Manuel Faria.

É necessário notar ainda que um grande número de colonos foram sempre favoráveis à ideia da independência, sobretudo os comerciantes. Mas esta posição é de ordem económica, mais do que política. Queriam assim protestar contra as condições e os encargos que o Governo faz pesar sobre eles: estes comerciantes queriam, depois da independência, manter com os negros relações idênticas às da África do Sul... No entanto, depois do desenvolvimento dos movimentos nacionalistas, e do desencadear da luta armada, estão dispostos a aceder à independência total do povo angolano, com a condição de obterem as garantias de não expulsão.

Note-se, no entanto, que é bem difícil para os brancos organizarem-se abertamente para a luta. Contactos particulares realizam-se entre eles mas não representam uma verdadeira corrente."

(Entrevistas com brancos angolanos, cujos nomes por razões de segurança não são indicados, e realizadas por Marie-Thérese Maugis, em 1962, in Partisans, nº.7, Novembro/Dezembro de 1962)

c) A ERUPÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

"(...) A luta de libertação nacional em África apresenta características particulares, em função do contexto colonial onde se localiza. Não se poderia analisar, com efeito, todos os dados desta combate pela independência e a dignidade africanas, duma maneira válida, sem tomar em consideração a natureza do regime do país colonizador em causa.

Tratando-se da evolução do movimento nacionalista numa colónia portuguesa, importa realçar os dois factores essenciais que puseram entraves sérios à marcha do seu sucesso. Em primeiro lugar, o isolamento imposto pelo sistema colonial e pelas características que vigoram em Portugal desde há 33 anos - o que fez de Angola uma das zonas de mais sombrio silêncio em África. A clandestinidade constituiu o segundo factor permanente para as organizações políticas, colocadas pela administração colonial na impossibilidade de qualquer confrontação com as massas.

Pode-se dizer de uma maneira geral que os acontecimentos desenrolados sobre o continente africano ligados às potências coloniais tais como a França, a Bélgica e a Inglaterra, impediam sucessivamente que as colónias portuguesas fossem uma questão actual. Ao mesmo tempo, o regime de Salazar aperfeiçoava um aparelho de propaganda e de mistificação tendente a fazer acreditar a tese da integração territorial e da assimilação espiritual.

Assim, as colónias portuguesas foram as únicas regiões de África onde a luta política moderna nunca se revestiu de carácter legal. Noutros termos, nunca desde os anos 30, se viu por exemplo em Angola uma qualquer confrontação pública das massas com o aparelho dum partido ou com o chefe. De facto, a aparição do chefe na rebelião é um fenómeno que emerge numa fase tardia da evolução do nacionalismo angolano. Houve, certamente, a coberto das campanhas eleitorais para a presidência da República Portuguesa discursos algumas vezes violentos de certo tribuno angolano que aproveitava a

ocasião para fazer um requisitório sobre as condições miseráveis da vida das massas. Foi o caso da campanha eleitoral de 1948, mas isto não foi além de um episódio e não uma constante numa vida política aberta, estruturada num partido, desafiando a administração colonial.

Eis aqui as razões pelas quais as autoridades portuguesas foram durante muito tempo as únicas a falar ao mundo da sua política colonial. Esta erupção espectacular do nacionalismo angolano que se exprime através de uma luta armada, pôs a claro a falta de sentido da propaganda feita pelo Governo português.

São lembrados os argumentos dados pelos teóricos da colonização portuguesa ou pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, segundo os quais o sentimento nacional nunca poderia eclodir nas "províncias do ultramar". A fraternidade racial, a compreensão do colonizador, a coexistência das comunidades branca e negra em Angola desde há 5 séculos, deveriam necessàriamente, segundo eles, anular ou permitir evitar as consequências do nacionalismo africano neste país. A realidade a que é preciso fazer face repõe em questão tais argumentos. Mesmo quando os meios oficiais de Lisboa pretendem que a actividade nacionalista em Angola ou é obra de estrangeiros, ou dos meios angolanos emigrados para o Congo ex-belga ou ex-francês. O itinerário do movimento de libertação de Angola é suficientemente evidente e traz um desmentido a esta campanha. Vejamos as suas etapas.

O nacionalismo angolano tem as suas raízes nas guerras travadas pelas populações rurais contra a dominação das tropas portuguesas e das lutas travadas pelos publicistas e intelectuais do país, durante os anos que precederam a chegada de Salazar ao poder. No momento em que terminava a ocupação militar, as forças portuguesas entretiveram-se a liquidar fisicamente os chefes tradicionais e a destruir a estruturação tribal, para melhor impor a dominação directa. E a ocupação administrativa começada em 1922 era acompanhada da expropriação das terras e dos bens, da imposição do imposto de soberania bem como do sistema do trabalho forçado.

Para grande consternação de Portugal, a apesar de todos os esforços para filtrar e controlar as notícias, a atenção do mundo concentrou-se de maneira crescente sobre a sua colónia de Angola, na África Ocidental. Angola está praticamente em estado de guerra civil. A agitação é visível em toda a parte e em numerosos pontos do país rebentaram as revoltas abertas. Estimativas prudentes calculam o número de mortos recentes como sendo um milhar de brancos e cerca de 25 000 africanos, e a rebelião continua. Mais de cem mil refugiados africanos fugiram para o Congo. Por muito estranho que isto possa parecer, os observadores que seguiram a evolução dos acontecimentos durante estes últimos anos não se surpreenderam destas consequências. A trágica situação que se desenvolveu em Angola, parece muito simplesmente provar, ainda uma vez, a exactidão do provérbio "Quem semeia ventos colhe tempestades". Portugal semeou há séculos os grãos do ódio, da violência e da injustiça social. Face à agitação crescente e ao descontentamento, recusou sistemàticamente compreender, reconhecer os erros passados e encarar reformas. Continuou a manter o statu quo a pensar e a pretender que o que era possível há 500 anos o fosse ainda hoje. Opôs-se violentamente a harmonizar-se com o século XX e a reconhecer que uma nova era se tinha aberto em África. As sementes deste grande erro atingem agora na violência a sua plena maturidade revolucionária.

(in Rev. Malcom McVeigh, PRESENCE AFRICAINE, 3º trimestre, 1962, pg. 193)

Durante esta fase registam-se ainda os últimos sobressaltos da resistência popular através de revoltas armadas que rebentaram em várias regiões do país de 1924 a 1939. Angolanos considerados como assimilados, residindo nos meios urbanos, organizaram paralelamente um outro tipo de luta. Estes núcleos de assimilados, na sua maior parte funcionários, empregados do comércio, pequenos proprietários, artesãos e trabalhadores, organizaram através da imprensa, das associações regionais uma acção política de denúncia do roubo e da pilhagem coloniais. A luta era dura nesta época. Vários publicistas africanos acabaram por serem condenados à perda dos direitos políticos e civis, alguns mesmo à deportação.

A chegada de Salazar ao poder ia dar um golpe mortal a toda a agitação política em Angola. Deve-se dizer, todavia, que foram fundadas associações africanas em 1929, nomeadamente a Liga Nacional Africana (LNA) e o Grémio Africano chamado mais tarde Associação Regional dos Naturais de Angola (ANANGOLA) cujo objectivo se resumia na conquista de melhores condições económicas e sociais, por meio de pressões legais.

Com o aumento progressivo do número de colonos e o controlo crescente dos portugueses sobre todos os domínios da vida angolana, a maior parte dos membros destas associações deram-se conta da impossibilidade de travar com sucesso um combate aberto contra a administração colonial, pela via reformista. Estas associações eram o teatro de divisões e de contradições no seio da geração dos nossos pais, face a uma situação histórica que exigia uma mudança radical dos métodos de luta empregados até então para se opôr à dominação colonial.

É assim que uma parte (minoritária) dos angolanos, que defendiam a continuação das reivindicações legalistas, procura apoio junto da administração colonial, a qual por seu lado, aproveita destes candidatos a traidores para aprofundar a divisão entre os angolanos. Outros, no entanto, preconizaram uma actividade política consequente, ligada à massa dita indígena. Propuseram dois meios para o conseguir: ou estas organizações deveriam admitir como membros os angolanos que não tivessem direitos políticos e civis, ou elas deveriam estender o seu campo de acção social, cultural e político às massas populares.

Uma crise instalou-se na direcção em particular no seio da LNA. A minoria oposta a qualquer ligação com as massas abandonou a luta.

As autoridades portuguesas, aproveitando-se da crise, souberam introduzir pela corrupção e por pressões morais e materiais agentes da polícia política nestas associações e acabaram por substituir as direcções eleitas por comissões administrativas nomeadas pelo Governador Geral da colónia.

Pouco a pouco, as velhas gerações perdiam a esperança no êxito da luta contra a administração colonial portuguesa.

Uma nova etapa do movimento nacionalista angolano começaria a partir do fim da II Guerra Mundial. Com efeito, por volta de 1948, a juventude angolana de Luanda, depois de ter empreendido as experiências políticas precedentes à luz do novo contexto do seu tempo, fez uma entrada estrondosa na cena pública. Os jovens começaram por utilizar as associações legais, desenvolvendo aí actividades destinadas à grande massa africana e tentando superar assim o fosso entre os angolanos ditos "civilizados" e os "indígenas".

Foi organizada uma campanha contra o analfabetismo a que jovens talentos deram um sentido nacionalista às obras culturais. A juventude angolana, de acordo com as novas ideias que circulavam no mundo, deu nas suas obras sobretudo literárias uma mensagem nova que cristalizou o sentimento nacional. Revistas e jornais culturais forjaram a tomada de consciência política. Desde então, movimentos políticos angolanos vão nascer e desenvolver-se num clima de terror policial."

d) A REPRESSÃO PORTUGUESA

(...) A partir de nua rosas prisões, a PIDE prepara o processo de 57 pessoas (50 angolanos, 7 europeus). O "processo dos 50" foi apresentado pela polícia política portuguesa como uma vasta conspiração organizada no interior de Angola. O "processo dos 50" decompunha-se em 3 processos. O primeiro abrangia 15 angolanos (um dos quais residente em Point Noire), um ganacense, um negro americano e um negro cubano. Um segundo dizia respeito a 7 portugueses e um terceiro a 32 nacionalistas angolanos dos quais 20 estavam presos em Luanda e 12 residiam no Congo, Brasil, Europa e noutros sítios. Os inculpados pertenciam aos meios sociais mais diversos: funcionários empregados de comércio, enfermeiros, operários, intelectuais e estudantes. O "processo dos 50" mostrava a amplitude tomada pela luta de independência em Angola e demonstrava as capacidades de organização dos movimentos nacionalistas.

Através da leitura do processo verbal, pude dar-me conta de que o movimento nacionalista angolano estava na encruzilhada de um caminho que lhe devia dar uma face completamente nova através, por um lado a estrutura da clandestinidade, e por outro, a constituição de uma frente unida de libertação. Se não fosse o golpe levado a efeito então pela PIDE, o curso dos acontecimentos políticos em Angola apresentaria agora um aspecto mais consistente. Ocupavam-se a realizar a união e ajustamento de todas as forças nacionalistas.

A instauração destes processos começou no fim de 1959, mas a data do julgamento, inicialmente fixada para 7 de Março de 1960, foi adiada várias vezes. Em Agosto de 1960, com o fim de lançar a confusão sobre a verdadeira direcção da luta nacional travada em Angola, a PIDE deu ordem aos tribunais para julgar os 7 portugueses, sobre a acusação de terem distribuido panfletos clandestinos incitando a colónia à independência. Foram condenados a penas de detenção de 3 meses a 3 anos e à perda de direitos políticos por 15 anos. O Supremo Tribunal de Justiça, de Lisboa, depois da revisão dos processos, agravou estas penas para o máximo de 5 anos.

Em 5 de Dezembro do mesmo ano, o Tribunal Militar de Luanda, empreendeu um julgamento-farsa de 20 nacionalistas angolanos que se proclamavam do MPLA e doutras formações políticas. Durante este julgamento foram cometidas toda a espécie de irregularidades: os advogados não foram autorizados a consultar os processos, nem a visitar os seus clientes, nem sequer a ouvir as testemunhas de defesa. Os réus, conscientes das suas responsabilidades de combatentes nacionalistas, negaram a um Tribunal estrangeiro o direito de os julgar. Tomando como pretexto esta atitude, a grande maioria dos advogados portugueses abandonaram a defesa destes nacionalistas por ... patriotismo. Somente os Dr. Almeida Valadas e Drª. Maria do Carmo Medina continuaram corajosamente a sua defesa. A PIDE foi imediatamente instaurar um processo contra os dois advogados.

A 21 de Dezembro, o Tribunal condenou os 20 patriotas angolanos a penas de prisão de 3 a 10 anos, e a privação dos direitos políticos por 15 anos.

De qualquer modo, o "processo dos 50" constitui o primeiro reconhecimento oficial da existência de movimentos nacionalistas angolanos tendo programas de reivindicações precisas, uma rede de comunicações no interior, isto é, em resumo, uma organização sólida à escala de todo o país.

Eis o testemunho de uma rapariga angolana: "Em Luanda, a nossa vida

privada e pública tinha-se tornado cada vez mais intolerável. Éramos vigiados na igreja, estávamos em perigo em nossa casa e éramos ridicularizados na escola; em toda a parte, a nossa sobrevivência dependia da vontade dos portugueses. Abusos contra os indígenas indefesos eram "o pão nosso de cada dia". Devia trazer sempre comigo o meu bilhete de identidade para evitar ser presa nas ruas e ser enviada algures onde eram precisos criados. Vi muitas vezes oficiais brancos chicotear as minhas compatriotas quando elas não trabalhavam suficientemente depressa sob um sol ardente de Março. Nós, as mulheres indígenas éramos muitas vezes assaltadas nas ruas pelos brancos, embora no entanto num grau inferior ao dos actuais soldados portugueses. Cada vez que os indígenas eram maltratados encontrava sempre uma decidida mulher negra que desafiava o seu carrasco. Uma tal coragem das minhas irmãs analfabetas não só me dava força, mas também me fazia corar de vergonha pelo meu cobarde silêncio e minha inércia diante de tantas crueldades e injustiças.

No princípio de 1956, tive uma experiência decisiva: percorri mais de mil quilómetros com cerca de 50 contratados (escravos). Durante toda a minha vida tinha visto e ouvido à minha volta escravos, mas desta vez, estas vítimas próximas eram um testemunho do que eu procurava. Durante a viagem, os meus irmãos cantavam uma canção triste em kimbundo (a nossa língua), exprimindo a dureza do trabalho forçado, perguntando-se quando voltariam para casa e porque não teriam já morrido. O refrão era que as condições mudariam e que elas teriam de mudar um dia. Vi alguns chorar enquanto cantavam. Depois, paramos numa aldeia dum destes homens que devia dizer adeus à sua infeliz mulher, a seu filho inocente, à sua pobre mãe e aos amigos. O momento mais impressionante foi quando o seu filho de 5 anos lhe perguntou quando voltaria. O pai sorriu corajosamente, tomou o filho nos braços e disse-lhe com simplicidade: "Não sei". Esta cena emocionante, mergulhou-nos num silêncio profundo quebrado pelo grito dum motorista branco que ordenou: "Vamos embora, rapaz". As últimas lágrimas e as últimas palavras foram trocadas e o camião partiu, deixando atrás, a aldeia e o seu povo escondidos numa nuvem de poeira e de insegurança.

O que influenciou grandemente a minha vida foram os meus pais e a nossa boa vida familiar, os meus dois professores na escola secundária, os 7 primeiros anos no interior do país onde vi e experimentei situações difíceis, e mais tarde, os meus contactos com alguns estudantes africanos, particularmente um agricultor e um padre católico. Quando me faltavam dois anos para terminar o liceu, tive de trabalhar durante um ano. Para ir para o trabalho tinha de atravessar o sujo bairro de Sambizanga, onde a vida era para os indígenas do mais desagradável e duro que eu podia pensar. Estas condições horríveis em que vivia o meu pobre povo de Sambizanga fizeram-me reflectir sobre a possibilidade de os ajudar a reconcentrar a dignidade humana, a modificar a nossa situação nacional e a unir as centenas de compatriotas que pertenciam ao movimento nacionalista secreto que lutava pela libertação do nosso país.

A PIDE, a polícia secreta de Portugal, era cada vez mais omnipresente e omnisciente e, os nacionalistas deviam ser muito prudentes nos seus contactos. No entanto, tentei entrar em contacto com alguns membros activos do movimento secreto: Mas adolescente como era, não consegui à primeira. Então, decidi organizar alguma coisa entre os meus amigos, comecei por convidar, um por um, vários jovens para tomar chá em minha casa sem dizer à minha família. Depois perguntei aos amigos o que pensavam da nossa condição nacional. Todos estávamos de acordo em que o português já se arrogava demasiado poder e que era preciso travá-lo, pelo menos para reivindicar o direito de respirar livremente no nosso próprio país. Alguns destes jovens já faziam parte do movimento nacionalista e outros ficaram encorajados a segui-los. Talvez alguns dos meus convidados tenham falado do meu chá aos seus

amigos; porque um membro do movimento nacionalista confiou-me tarefa difícil. Pareceu-me que o primeiro serviço agradou aos meus companheiros que cada vez pediam mais a minha ajuda, e eu estava muito reconhecida pelo facto de trabalhar em vez de estudar e assim poder ajudar cada vez mais. Um dia apresentaram-me junto da maior parte dos chefes e alguns não gostaram da ideia de ter um adolescente a tratar de assuntos tão sérios. Ao princípio, fiquei um pouco desencorajada por esta desconfiança, mas pouco a pouco, soube ganhar-lhes a confiança e mais tarde fui aceite como membro. Uma vez mais podia retomar os meus estudos, o que prova que a minha ajuda à causa nacionalista não foi um obstáculo aos meus estudos.

Entretanto, os membros do grupo nacionalista estavam conscientes de que a Pide seguia em toda a parte a maioria de entre eles. Fui perturbada pela presença de um agente branco da Pide, que estava habitualmente à esquina da nossa casa e que um dia me insultou. Nunca esquecerei essa noite, quando voltando para casa com alguns documentos nacionalistas, um carro da Polícia parou mesmo ao meu lado. Mal podia respirar, mas o carro arrancou bruscamente. Chegada a casa, estavam alguns carros da Polícia à entrada. Precipitei-me para esconder o melhor possível os documentos que trazia, pensando que a minha vez tinha chegado, mas nada se passou. Nessa mesma noite, com muita pena, queimei as fotografias do nosso grupo nacionalista. Fiquei no entanto com alguns filmes (comprometedores) mas não revelados, que não quis destruir. Mal comendo, sem dizer nada aos meus pais, fui procurar um lugar para esconder os meus tesouros. Desta maneira, se a Pide voltasse mais tarde, não encontraria nada de grave. No dia seguinte, quando ouvia as notícias da rádio Brazzaville, uma amiga do grupo nacionalista chegou, perguntando-me o que queria aquele homem branco que estava à minha janela e que fugiu logo que ela entrou. O meu único alívio foi que todos os documentos tinham sido queimados e escondidos.

Apesar de tudo continuamos a trabalhar falando com os irmãos e irmãs do nosso movimento que tinha por fim reivindicar os nossos direitos e combater o abuso e a injustiça. Tendo muitas vezes dado a mim própria me acalmar sòzinha, tinha no entanto muito medo do que lhes pudesse acontecer e nunca lhes contava as minhas experiências com a Pide e ainda menos à minha família, para evitar uma maior ansiedade. "

(In Mário de Andrade, Próspero Africano, 3º., 1962)

2 - O DESENCADEAR DA GUERRA

Os acontecimentos anteriormente narrados ("processo dos 50", etc.) constituem a preparação imediata do eclodir da violência. O carácter intransigente da política portuguesa, a brutal repressão de que foram vítimas não só os movimentos autonomistas como ainda todas as forças de reivindicação social, tudo isso fez explodir a revolta secularmente acumulada.

Os três textos que a seguir se transcrevem apresentam perspectivas complementares: a de um líder angolano, a de um pastor metodista americano e a de um antigo oficial do exército português. Cada um deles nos conta factos relacionados com o início da "guerra de Angola".

a) O 4 DE FEVEREIRO E O 15 DE MARÇO

"Ao aproximar-se o ano de 1960, a cidade de Luanda é teatro de uma intensa agitação política. Através de panfletos ou de simples evocações de figuras históricas da resistência, no seio de escolas políticas clandestinas, os militantes angolanos do MPLA forjam as armas da insurreição. Já ninguém tem ilusões acerca da possibilidade de experimentar outras formas de combate no interior da problemática colonial. Os documentos da época (testemunhos emocionantes que circulam nas malhas estreitas da clandestinidade) põem em termos claros a escolha da violência. As motivações profundas da insurreição que se anuncia radicam-se na violência suportada na própria carne do povo.

A réplica do aparelho colonial português organiza-se: é a preparação da "guerra preventiva". Operações de terror, ilustradas em 29 de Março de 1959 pelo primeiro festival da força aérea, detenções em massa que desembocavam na constituição do célebre "processo dos 50". Tudo isto compõe o quadro sangrento da repressão policial. A inquietação, o amorfismo, o medo do contágio nacionalista crescem nos colonos, tanto mais que é necessário admitir, com raiva, o facto palpável do acesso à independência do povo negro vizinho do Congo.

Uma nova vaga de detenções de nacionalistas se opera no mês de Junho de 1960.

Não seria necessário desenvolver muitos esforços de imaginação para se apreender da obstinação do Governo de Lisboa em defender pela violência a "província de Angola". O MPLA toma, todavia, a extrema útil precaução de dirigir, no dia 13 de Junho de 1960, uma declaração ao povo português na qual afirma que "a solução pacífica do problema colonial em Angola dependerá das acções concretas que o Governo português empreender a esse respeito". No âmbito de uma acção diplomática mais alargada, as organizações nacionalistas das colónias portuguesas declaram em termos semelhantes, no dia 6 de Dezembro de 1960, na Câmara dos Comuns, de Londres, que a acção directa é a única alternativa para fazer prevalecer o direito dos povos à autodeterminação e à independência.

Tal é, recordado em breve, o contexto político e o clima psicológico no qual se vai inscrir o primeiro assalto dos tempos modernos lançado contra a fortaleza colonial lusitana, prelúdio à luta armada generalizada no conjunto dos territórios até então inteiramente dominados por Portugal.

O assalto às prisões

Grande número de militantes angolanos, empenhados hoje nas frentes que o MPLA dirige, conservam ainda a recordação exaltante dos dias de Fevereiro, como se ouvissem ainda o crepitar das metralhadoras que os camaradas empunhavam na madrugada do dia 4, no ataque às prisões.

Recordemos os factos: em Luanda circulam rumores segundo os quais os prisioneiros políticos (entre os incriminados do processo dos 50) detidos na fortaleza Casa da Reclusão, deveriam ser transferidos para a sinistra prisão do Tarrafal, nas Ilhas do Cabo Verde. Era uma medida arbitrária a juntar a tantas outras, sempre levadas a cabo no mais estreito sigilo, neste oásis da pax lusitana. Esse "muro do silêncio" - amontoamento de cadáveres - levantado pelos colonialistas portugueses, era finalmente necessário perfurá-lo, mesmo com a força dos punhos nus do povo. Toma-se a decisão de efectuar o assalto às prisões, tanto mais que a presença de numerosos jornalistas chegados à capital de Angola na esperança de cobrir a chegada do Paquete Santa Maria (raptado pelo capitão Galvão), favorecia o

eco internacional destes ataques.

Preludiando as operações, os nacionalistas preparam uma armadilha às forças da ordem a fim de se apoderarem de armas. Podem-lhe companhia da Polícia móvel para intervir numa desordem simulada, num bairro africano nos subúrbios de Luanda. Os soldados portugueses, vindos numa viatura militar, são mortos e o armamento tomado.

Três comandos, enquadrados por militantes do MPLA, partilham entre si os objectivos do ataque. Na madrugada de 4 de Fevereiro, cerca da 1 hora, o primeiro comando esbarra com a guarda da Casa da Reclusão. Segue-se uma troca de tiros. Do seu dispositivo de defesa, no interior, elementos do exército português ripostam e os atacantes retiram-se da prisão. Os membros do comando refugiam-se nas redondezas, onde são perseguidos e liquidados mais tarde.

O segundo comando, praticamente sem armas ofensivas, lança-se sobre as grades de ferro da prisão de S. Paulo e do posto da Pide, enquanto um terceiro ataca o emissor da rádio oficial. Estes dois últimos comandos saem indemnes da operação e deixam a cidade em direção ao mato, nas regiões do Norte e Nordeste do país. Outros ataques, menos intensos, repetem-se nos dias seguintes, visando sempre alvos militares. O exército colonial dispõe de metralhadoras pesadas e, graças ao recolher obrigatório, já instaurado, atira sobre os atacantes, pela madrugada.

Do lado das forças da ordem, as vítimas feitas no decurso destas operações, cifram-se em sete soldados, imediatamente apresentados como mártires da "grande causa colonial". Os seus corpos são expostos a fim de condicionar os colonos e de orientar o seu ódio contra os nativos. São então constituídas milícias que procedem a operações de limpeza entre os criados, os vendedores de jornais, nas ruas, em todos os bairros dos subúrbios de Luanda.

O primeiro genocídio

Uma testemunha conta: "Enquanto os civis europeus se lançavam sobre os bairros africanos que circundam o cemitério, a polícia e o exército atiraram sobre todos os africanos visíveis. De manhã cedo, os camiões do lixo passaram pelas primeiras vias nos bairros africanos, não para juntar o lixo, mas cadáveres dispersos. Os corpos são levados directamente para o cemitério e lançados na fossa comum. Nas instalações da Pide aproveitou-se a ocasião para se desembaraçarem de centenas de detidos, mortos friamente à baioneta "para economizar balas".

> "(...) Se lhes chegava aos ouvidos o menor boato de que tal ou tal negro tinha procedido mal para com os brancos, isso pagava logo com a vida. Massacraram assim um grande número, sem quaisquer provas e sem julgamento. E quantos outros foram maltratados nas prisões. Houve uma época, no princípio, em que as cadeias não chegavam e os brancos diziam que era perigoso guardar prisioneiros. Assim foi que no transferirem de noite os prisioneiros, mataram muitos deles. Desta forma morreram muitos infelizes, alinhados em fila e de mãos algemadas. Obrigavam-nos a cavar as próprias sepulturas e depois fuzilhavam-nos pelas costas. Quantos órfãos, quantas viúvas a tremer de medo. Muitos dos nossos negros fugiram, pois os soldados vêm terroristas por toda a parte.
>
> (Só resta acrescentar que conhecemos o destinatário desta carta e que o missionário que a expediu foi expulso de Angola: era espanhol e trabalhava na diocese do Malanje)"
>
> (In Direito à Informação)

"A caça ao homem prossegiu nas ruas da cidade europeia aos gritos do "matem Lumumba", perante a mais completa passividade das" forças da ordem". Os raros portugueses que queriam opor-se foram, eles também, frequentes vezes, vítimas da multidão; foi o caso de militares recentemente desembarcados. Jornalistas estrangeiros foram também maltratados.

Assistia-se, com a morte na alma, a cenas dantescas sem poder protestar. A vida de um africano não contava, nessa época, mais do que a de um cão. Para o fim de Fevereiro, uma noite, os civis portugueses, enfurecidos, acabaram por pôr fogo aos bairros africanos. Sulcavam a cidade em viatura, armados de espingardas de caça e de bidons de gasolina. As cubatas foram regadas de carburante. Os habitantes que procuravam escapar às chamas eram varados pelas balas, que não poupavam nem as mulheres nem as crianças. Nenhuma família angolana escapa a estes dias sangrentos de Fevereiro. Várias fontes insuspeitas elevitram a cifra das vítimas deste primeiro genocídio perpetrado em Luanda: 3 000 mortos.

A faísca

Os acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961 adquiriram uma tripla significação: primeiro, no plano das iniciativas locais das massas angolanas. Numerosos militantes de Luanda, ameaçados pela loucura mortífera que se apoderou das forças repressivas, retiram-se para o meio rural. Eles mantêm aí ligações familiares.

Reagindo à acção empreendida pelos patriotas, os colonialistas impõem aos quadros da hierarquia administrativa a eliminação física de qualquer suspeito que possa pertencer ao movimento de libertação, incluindo os pastores protestantes e outros "assimilados" contestatários. A partir destes tomando de vários militantes, está-se de acordo em pensar que este genocídio estava fixado para o dia 20 de Março. Os colonos que ardem em impaciência por participar nele, deixam transparecer nas suas conversas o segredo das notas confidenciais, dirigidas aos administradores e chefes de posto. Isto atiça a chama da violência popular de tal modo que os trabalhadores das plantações tomam espontâneamente a iniciativa de antecipar o plano de extermínação. A madrugada de 15 de Março aparece assim como uma antecipação das massas angolanas sobre os sinistros desígnios dos seus carrascos.

Seguidamente, no plano do conjunto das colónias portuguesas: noutras regiões, na Guiné e em Moçambique, onde o movimento nacionalista se consolida, a acção de 4 de Fevereiro galvaniza os combatentes e torna ainda mais imperiosa a necessidade do empenhamento na luta armada. Assim o P.A.I.G.C. chama os seus militantes ao combate:

"Povos da Guiné e das Ilhas do Cabo Verde! Preparemo-nos depressa e o melhor possível para lutar contra o colonialismo português, na acção directa, e ao mesmo tempo que o grande povo de Angola!

É necessário que dividamos as forças do nosso inimigo comum, a fim de que, mais fàcilmente e com o mínimo de sacrifícios da parte dos nossos povos, nós arrebatemos a independência das nossas pátrias africanas."

(...) " O P.A.I.G.C. que criou com o MPLA uma frente unida para a criação da luta comum contra o domínio colonial e o imperialismo, declara-se firmemente determinado a mobilizar, desde já, todas as forças dos nossos povos para uma acção directa e simultânea contra as forças colonialistas portuguesas".

Finalmente, no plano da luta na África Austral: o aparecimento de um foco de guerra no polígono dos bastiões brancos modifica os dados geo-políticos do conjunto da África Austral. Desde 1961, os movimentos nacionalistas apoiam-se no exemplo do povo angolano para acelerar o processo do seu compromisso na luta armada.

É então que se consolida o eixo Lisboa-Pretória-Salisbúria para conjurar a escalada dos perigos que as forças populares da região farão correr aos defensores do "aparthoid".

Estas três ordens de significação bastam para ilustrar o encadeamento de consequências do acto levado a cabo pelos comandos do MPLA em Luanda. Em suma, o povo angolano que foi o primeiro a rasgar a noite colonial portuguesa, alargou o campo do possível: o triunfo da vontade de libertação dos oprimidos sobre as armas dos opressores.

Tal é a dimensão histórica do dia 4 de Fevereiro de 1961.

(In Mário de Andrade, O POVO RASGA A NOITE COLONIAL, Africasia, nº.9, 1970)

b) O MASSACRE DA BAIXA DO CASSANGE

"Desde a guerra da Coreia foram organizados, quer no interior, quer no exterior de Angola movimentos para a independência. Os dois principais grupos que actuam actualmente são o MPLA dirigido por Mário de Andrade, e a UPA, de Holden Roberto. É um erro considerar estes movimentos como estrangeiros ou como comunistas. Se os movimentos de libertação de Angola dão actualmente sinais duma tendência para o Leste, estes têm provàvelmente por origem a ausência de esperança quanto ao interesse que o Ocidente pudesse dedicar à liberdade africana. Estes movimentos são expressões do mesmo fenómeno nacionalista que conduziu à criação de nações independentes através de toda a África nestes últimos anos.

(...) É interessante notar que os primeiros ataques africanos em Luanda não eram anti-brancos por princípio. Era essencialmente uma acusação contra a ordem existente, que não autorizava qualquer reconhecimento dos direitos políticos das pessoas. É uma tragédia de consequências incalculáveis que os primeiros ataques se tenham chocado com uma tal violência e uma repressão tão irresponsável, mais do que com o reconhecimento sincero dos erros e da necessidade das reformas, tal como o pediram muitos altos funcionários posteriormente demitidos. É preciso, repito, lamentá-lo, porque isso encorajou uma opinião adoptada há muito tempo pelos africanos segundo a qual uma reforma pacífica é impossível em Angola.

Um dos acontecimentos mais significativos que foram provocados pelo que aconteceu em Luanda, não será jamais referido pelos jornais portugueses. Este acontecimento, foi a revolta da Baixa do Cassange, no princípio de Fevereiro. A revolta da Baixa do Cassange, repito-o mais uma vez, não foi tanto um ataque anti-branco como uma operação dirigida contra os abusos praticados pela companhia Cottonang no programa algodoeiro empreendido sob a égide do Governo. Os africanos, é verdade, quebraram as janelas e devastaram as lojas dos comerciantes europeus; é exacto que eles atacaram uma missão católica e a residência de representantes oficiais da autoridade local, mas não pilharam as lojas e houve poucos brancos mortos, se é que houve algum. Foi uma demonstração espontânea contra os abusos da companhia Cottonang, e a maior parte dos refugiados brancos da região admitem que os africanos tinham razões de queixa. O esmagamento da rebelião foi confiado a um general. O que nós sabemos disso, devemo-lo sobretudo a fontes africanas, porque nenhuma informação foi dada em qualquer jornal português e vimo-nos proibidos de penetrar nessa região. Até hoje, nenhum missionário foi autorizado a lá entrar. Os números acerca dos africanos mortos iam de algumas centenas até 10 000. É impossível saber exactamente quantos mortos houve. Numerosos africanos fugiram para o Congo, aldeias foram

bombardeadas e os soldados "limparam" outras regiões não atingidas pelos bombardeamentos. Malanje era então a base de partida das tropas; estamos portanto bem colocados para confirmar que centenas de soldados foram dirigidos para aquela região, e que durante todo este período se viram numerosos aviões voar naquela direcção. Um pastor fez-nos chegar a notícia de que o cheiro dos cadáveres era tão forte que dificilmente o podia suportar. Nessa época, um cabo-verdiano, chamado Joaquim Monteiro, era Governador do distrito de Malanje. Foi fazer um inquérito sobre a situação, e concluiu que havia causas justas do desagrado da parte dos africanos. Enviou ao Governador Geral um relatório completo acerca das práticas abusivas da companhia Cottonang, e panfletos, redigidos em Kimbundo declarando que os africanos nunca mais seriam obrigados a cultivar contra a sua vontade, foram deixados nos arredores da Baixa de Cassange. Era um facto sem precedentes. Infelizmente, a Cottonang também enviou representantes a Luanda, e menos de 2 semanas mais tarde, Monteiro foi chamado a Lisboa, em princípio para receber um cargo mais elevado no seio da delegação à ONU. Pelo que sabemos, ainda se encontra em Lisboa. A repressão brutal da revolta da Baixa de Cassange mergulhou na consternação a população africana do conjunto do distrito de Malanje, mas nem uma única palavra sobre este assunto foi publicada nos jornais portugueses. Continuaram a dizer aos seus leitores que tudo ia pelo melhor, e que os africanos estavam muito satisfeitos. Fazendo isto, contribuiram directamente para a morte de cerca de um milhar dos seus próprios compatriotas brancos, isolados nas fazendas do Norte de Angola e mortos cerca de um mês mais tarde."

(In Rev. Malcolm Mc Veigh -da Igreja Metodista-,Presence Africaine,3ª , 1962)

c) OUTRO TESTEMUNHO

"O comandante José Carvalho, antigo oficial da Força Aérea Portuguesa, recusou participar na repressão do Movimento de Libertação Angolana. Vive actualmente no exílio, na Argélia, onde preparou um livro intitulado "Os enviados dos Senhores", denunciando o colonialismo português. Eis o seu relato dos massacres da Baixa de Cassange.

A cidade de Malanje, a uma hora de Luanda, foi construída sobre um planalto. Os "homens do algodão" partem de lá e seguem para as fazendas, nas suas carrinhas, em direcção ao Nordeste. Depois de cem quilómetros, bruscamente, o caminho desce numa ravina abrupta, 300 metros mais abaixo, e torna a ser plano até perder de vista. A Baixa de Cassange começa aqui e, com ela, a terra do algodão.

Quando chega a estação da colheita, o solo fica branco de flores de algodão. Porque na imensa planície não se cultiva qualquer outra coisa. Ao longo dos caminhos, em intervalos regulares, as "senzalas", aldeias onde moram os trabalhadores agrícolas que cortarão, recolherão em sacos, enviarão a colheita para os armazéns da Cottonang.

Os homens, as mulheres e as crianças sabem que os dias de trabalho são duros e compridos;sabem que vão trabalhar tantos dias quantos lhes disserem. Mas sabem também que é isso ou nada. Trabalham sem repouso, porque o tempo da colheita é limitado e não permite atrasos. Trabalham desde o amanhecer até ao anoitecer, ou do "ver a ver", isto é, desde a primeira claridade do dia até ao cair da noite.

Mal têm tempo de mastigar o bocado de "fuba" (massa de mandioca),de cantar à noite em volta de uma fogueira, como deve fazer cada homem, cada mulher e cada criança antes de adormecer, para relembrarem as lendas, os feitos antigos, que não podem ser esquecidos.

A cólera dos famintos

São pagos pelas Companhias Algodoeiras. Dar dinheiro é uma coisa, a maneira como se dá é outra.

Quando se recebe tudo de uma vez, crê-se que as notas que se têm na mão vão durar uma vida inteira. Mas em breve começam a rebentar de fome.Fi cam cheios de fome mais depressa, mais dolorosamente, do que se o salário de miséria viesse em pequenas quantidades.

Então, o trabalhador africano volta ao campo. Começa a fazer a colhei ta nas plantas meio carregadas de flores. O seu olhar está cheio de ódio, mas este ódio, não tem ainda o objectivo e a força para o levar mais longe, mais alto, nem sequer contra a camisa branca do contra-mestre.

O contra-mestre, de resto, não pode estar em toda a parte ao mesmo tempo. Não pode avaliar a cólera surda dos famintos. Toma o seu jipe e an da depressa todo o dia para ver se o trabalho avança normalmente.

Ele não conhece nem Inácio, nem Ernesto, nem António. Não se aproxi ma mesmo deles. Não os vê senão de longe. Pelos seus olhos semi-cerrados, vigia vários hectares ao mesmo tempo. Depois, retoma o seu jipe e vai mais longe.

Flores esquecidas

E quando o contra-mestre se afastou, Inácio, Ernesto e António dei xam cair os seus braços fatigados e ficam imóveis, olhando-se uns aos ou tros como num desafio. Ficam assim muitas vezes até que ouvem, ao longe, o jipe voltar. Então, Inácio, Ernesto e António, tocam-se com o cotovelo e re tomam a colheita das flores brancas.

No momento do descanso, 10 ou 20 flores ficam penduradas nos ramos, nos regos que percorreram, 10 ou 20 flores que o seu ódio lhes fez voluntà riamente esquecer. Mas isso não é suficiente para inquietar os fazendeiros, para fazer descer as estatísticas da venda das companhias. Entretanto,es tas flores ali ficaram, produtos recusados da terra fértil das planícies.

O homem entra em casa. Vê a mulher e os garotos, que nada lhe perguntam. Senta-se, encostado à porta da cabana e ninguém lhe pergunta qualquer coisa. Vê, que à volta da lareira sem fogo, não há nem homens nem canções.

Então, deixa cair a cabeça nas mãos e lembra-se do algodão que dei xou na planície. Lembra-se dos seus companheiros de trabalho que, também eles, deixaram nos ramos flores por colher.

Só agora o homem levanta os olhos e descobre que o contra-mestre é uma ilusão, que é como se estivesse sem camisa branca e fora do jipe. O con tra-mestre está nu. O contra-mestre é um homem. Como ele. Mas um homem que não tem fome.

Mas um homem que não tem mulher e filhos com fome. Mas um homem que não colhe o algodão em filas alinhadas, com rapidez, duma extremidade à ou tra do campo.

O homem descobre que deveria falar a outros homens. Levanta-se,aler ta, e na casa vizinha encontra um camarada que tem, como ele, a cabeça en tre as mãos. Toca-lhe na cabeça encarapinhada e diz o que tem a dizer. Já são 2. São 2 que procuram um terceiro. São a aldeia inteira já,porque en te

da a aldeia todos os homens tinham as mãos agarradas à cabeça. E a aldeia descobre que à volta dela há outras aldeias.

A greve

Ao volante do seu jipe, o contra-mestre acaba por descobrir que há qualquer coisa de anormal nos movimentos dos trabalhadores sobre a mancha branca do campo de algodão. A cadência dos seus movimentos abranda, abranda. Diminui progressivamente. Finalmente, o trabalho cessa de todo ao mesmo tempo sobre a extensão da Baixa do Cassange. O contra-mestre salta para a capota do jipe e aperta nos seus punhos o chicote arqueado. O contra-mestre tem medo. O contra-mestre lança um urro a toda a volta, o contra-mestre grita: "E então?" A resposta não vem de parte nenhuma. Mas de toda a parte: "Patrão. Queremos falar ao patrão".

NO Governo Geral a notícia da greve foi recebida quase com pânico. As companhias viam a colheita perdida. Pior ainda, viam perfilar-se outras reivindicações, exigências sempre crescentes. Até à maior, a última: a exigência da sua saída do território angolano. Até à cadência do algodão aos homens que o semeiam, o tratam, o colhem, o metem em sacos.

O napalm e a NATO

As companhias exigem uma repressão implacável. Esta greve, querem eles que ninguém possa mesmo sonhar que tenha existido algum dia. O Governador Geral é um "moderado". (1) Mas a seu lado, há um homem experimentado, um "especialista" da repressão, que tinha já praticado em Goa, o General Monteiro Libório. (2)

O homem moderado pensa com resignação que há coisas desagradáveis que devem ser feitas. O homem experimentado esfrega as mãos e dá ordens precisas. As unidades de infantaria, os aviões "PV-2" e "T6" e suas bombas de napalm, vindos especialmente das bases da NATO em Portugal (Ota e Montijo), recebem ordens precisas: atirar à vista sobre qualquer grevista na Baixa do Cassange.

"Chegávamos sobre as aldeias que estão alinhadas umas atrás das outras ao longo da estrada, conta um oficial que recusou, por seu turno, participar no massacre. Estavam lá, sentados, em fardos, inóveis à vista do avião. Só um sádico poderia ter atirado sobre estas pessoas que não queriam senão dinheiro para comer. Então largávamos bombas nos sítios desertos e voltávamos a Luanda com um peso na consciência, porque não tínhamos tido coragem de voltar com elas".

Mas depois vieram outros, que não tiveram escrúpulos e que cumpriram a tarefa. Mais tarde outros "PV-2", outros "T-6", ainda com napalm, vieram como reforço das bases da Nato do Montijo e Ota, as suas asas resplandecendo com a Cruz do Cristo, insígnia da aviação militar portuguesa. Dezassete aldeias ficaram destruídas e 5 mil homens, mulheres e crianças queimados na Baixa do Cassange.

Hoje as flores do algodão embranquecem de novo o solo. As máquinas fazem o trabalho dos homens.

(in José Ervedosa, AFRICASIA, nº.9, 1970)

(1)-Silva Tavares, antigo magistrado nomeado Governador Geral de Angola em 1961. Actualmente representa o Governo no Conselho de Administração da Companhia dos Diamantes de Angola (diamang).

(2)-General Monteiro Libório, responsável pela repressão em Goa. Chamado a Lisboa depois dos massacres de 1961 em Angola. A 4 de Fevereiro, em Luanda, Monteiro Libório propunha ao Governador Silva Tavares a destruição dos subúrbios de Luanda com a ajuda da artilharia.

3 - OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

A quase totalidade dos portugueses continua a ignorar contra quem faz a guerra. Ouve insistentemente falar de "terroristas", de "bandoleiros", de "agentes da subversão vindos do exterior"... Quem são, pois, esses "terroristas"? De que maneira estão organizados? Que movimentos os enquadram? A imprensa portuguesa só nos explica que eles são objecto de "operações de limpeza", como o lixo que é preciso varrer, como espantalhos às ordens do inimigos da civilização. Quem admite que eles sejam pessoas humanas cheias de coragem e de dignidade, em luta pela libertação do seu povo?

O Governo em Portugal sempre impediu que a opinião pública conhecesse a verdadeira fisionomia do "inimigo" - impõe-se por isso um esforço no sentido desse conhecimento. Vejamos primeiro uma explicação sobre os 3 movimentos nacionalistas de Angola, seguida das declarações de um comandante guerrilheiro do MPLA e uma crónica sobre os serviços de saúde dessa mesma organização. Teremos assim elementos que nos ajudam a compreender a constituição política dos vários grupos, a sua experiência de luta e aspectos da sua acção social.

a) OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS DE ANGOLA

-UPA

A sua figura principal continua a ser Roberto Holden, um angolano que reside há muito tempo no Congo Kinshasa. A sua organização - UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA - deve a influência que tem entre os bakongos muito menos a um nacionalismo moderno do que a uma política tribal inspirada inicialmente pela luta a favor do predomínio daquela etnia. Os dirigentes da UPA não defendem nenhum programa, mas inspiram-se nas ideias de Franz Fanon sobre a necessidade da violência. Alguns atribuem-lhe a responsabilidade do massacre dos europeus (no dia 15 de Março de 1961) uma acção de consequências, que provocou uma ressaca dos portugueses conduzindo ao extermínio de milhares de africanos: 20 mil, segundo os missionários baptistas ingleses de então, número de nenhum modo exagerado, segundo testemunhos ulteriores.

Pouco depois, Holden criou em Kinshasa um Governo Revolucionário no exílio (GRAE) e organizou um pequeno exército no oeste da república do Congo. Mas não mantevo senão uma fraca actividade de guerrilheiros no norte de Angola, e limita-se a uma política de atentismo, marcada por raids intermitentes através da fronteira. Esta inacção, e o fracasso que revela, foram confirmados recentemente por estrangeiros, entre os quais M.P.P.Rossi, jornalista suiço simpatizante de Holden (Pierre Pascal Rossi, "Pour une guerre oubliée", Julliard, Paris, 1969).

- MPLA

Por outro lado, o MPLA do arranque inicial fora praticamente liquidado em 1961, com a excepção de algumas pequenas unidades de guerrilha e de alguns refugiados escondidos nas florestas dos Dembos. Os seus dirigentes emigraram para Leopoldville (Kinshasa), onde se lhes juntou Agostinho Neto - a todos os títulos a personalidade mais destacada do nacionalismo angolano - o qual, detido em Portugal, acabava de evadir-se. Em dificuldades perante a hostilidade de Holden e do Governo de Kinshasa, atravessaram em 1963 o rio Congo, para se instalarem em Brazzaville, procurando um ambiente mais acolhedor. Decididos a ressarcir-se do desastre, começaram então a organizar-se para levar a guerrilha ao enclave de Cabinda, bastante próximo, o qual, apesar das dificuldades, lhes serviu de campo de treino e se tornou, segundo o termo utilizado por um deles, de "laboratório".

Em 1965, Neto obteve da Zâmbia e da Tanzânia abertura de vias de acesso e de abastecimento para o leste de Angola. Foi uma viragem. A 18 de Março de 1966 o MPLA iniciava as operações no distrito do Moxico. Alargou-se a 8 de Março de 1968 ao distrito da Lunda e a 6 de Junho de 1968 atingiu o distrito do Bié, já afastado para oeste, a caminho da costa atlântica. Um ano mais tarde, em Junho de 1970, era atingida a margem ocidental do Cuanza. Admite-se que, para o movimento reconstituido, a guerra foi iniciada realmente em Cabinda, em 1963/64, mas que entrou na sua fase principal em 1966, com a abertura da frente oriental. E assim atingiu uma dimensão verdadeiramente angolana, apoiada daí em diante - desaparecida a preponderância inicial kimbundu-mestiça - por representantes em grande número de todas as grandes etnias (incluindo uma parte dos bakongos) e de grupos menos importantes.

- UNITA

O MPLA apresenta-se, e muito justamente, como o único movimento nacionalista com alguma consistência em Angola. Efectivamente, pondo de lado a UPA, apenas se pode ainda referir uma outra organização, a UNITA - UNIÃO NACIONAL PELA INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA. Mas este movimento é dirigido por um personagem curioso, Jonas Savimbi. Simpatizante - ou mesmo membro - do MPLA em 1960/61, na altura em que este se mostrava activo em Luanda, Savimbi passou a seguir para a UPA, com o pretexto de que estava em boa posição para a sanear. Nomeado por Holden ministro dos estrangeiros do Governo no exílio, tentou afastar este último mas, deparando com grandes dificuldades, acabou por falhar esse objectivo. Na companhia dalguns outros, regressou ao MPLA, para se afastar logo a seguir, e em 1966 fundar o seu próprio movimento com a ajuda secreta, segundo se diz, dos americanos. Suspeito de estar ligado à CIA - a qual tinha retirado entretanto a sua confiança a Holden - foi expulso da Zâmbia em 1968, em parte por este motivo. Entretanto, porém, procurando atingir a sua província natal do Bié, tinha conseguido estabelecer uma rede de militantes no Moxico, os quais desencadearam algumas acções dispersas contra os portugueses, custosas e infrutíferas, com larga utilização - dizem os camponeses - de flechas, varapaus e feitiçaria.

(in Basil Davidson, LE MONDE DIPLOMATIQUE", 18/9/70, Paris)

b) FALA UM GUERRILHEIRO

(...)

- Qual é o papel dos militares responsáveis nas aldeias?

- Os camaradas militares responsáveis formam milícias, cuja tarefa é informar os guerrilheiros dos movimentos do inimigo, levar-lhes alimentos, guiá-los nas suas deslocações, realizar acções tais como colocar barreiras nas estradas, destruir pontes; é também, portanto, uma tarefa de defesa da população.

- Os portugueses consideram então a população como sua inimiga?

- Sim. Os portugueses bombardeiam as aldeias e as florestas quando pensam que nelas se abrigam os nacionalistas. Bombardeiam mesmo o gado, para que os combatentes não possam abastecer-se. A partir de Fevereiro intensificaram estes bombardeamentos. Quando vão às aldeias rebeldes, os portugueses matam, decapitam, expõem as cabeças para intimidar a população, roubam víveres. Quanto a nós, aplicamos estritamente os princípios do respeito pela população: nós nem sequer temos o direito de entrar num campo de mandioca sem consultar previamente a população.

- Você acredita então na unidade do povo e dos seus soldados.

- Sim. A população considera-nos como seus filhos. Em 17 de Setembro de 1966, duas das nossas secções estabeleceram-se num certo ponto da região do Lucusse, a 3 dias de marcha do Luso, capital do distrito do Moxico. Uma semana depois, quando uma das secções se deslocava para determinado ponto, atravessando o rio Luena, encontrou uma patrulha inimiga. Os nossos camaradas abriram fogo. As condições em que se desenrolou o combate eram tais que não pudemos contar os mortos e os feridos portugueses. Nós tivemos um ferido. Esse camarada tinha sido ferido num braço. Na retirada, perdeu de vista os outros camaradas e, tomando a decisão de voltar à base, encontrou no caminho um grupo de soldados angolanos mobilizados no exército português, que se tinham perdido também. Encontraram-se face a face. E prenderam o camarada, injuriaram-no, bateram-lhe, e na conversa que teve com eles soube que antes de virem para o distrito do Moxico, tinham estado em Cabinda.

- Havia lá portugueses com eles?

- Não. Procuraram voltar ao Luso. Caminharam durante 2 dias. Na noite do segundo dia tinham fome, estavam cansados e abrigaram-se numa aldeia. A população preparou-lhes uma refeição e eles comeram e ofereceram-lhes esteiras onde dormiram. Pela meia noite, uma mulher, a velha que os tinha recebido, veio acordar o camarada e disse-lhe: "Eu reconheço-o; você é dos nossos guerrilheiros, dos nossos soldados, reconheço-o pela farda que traz." Disse-lhe que devia fugir. Ele estava atado com cordas que ela cortou, e o camarada pode fugir com a sua arma. Não pode levar as armas dos outros, porque as tinham prendido com um cadeado antes de adormecerem. Ele só tinha 3 balas na espingarda e devia conservá-las para se proteger durante a viagem. E fugiu. Quatro horas depois ouviu tiros. Os soldados tinham acordado e procuravam o prisioneiro. O prisioneiro tinha desaparecido.

- Como se chamava?

- Andrade Correia. É um sobrevivente do Lobo; é do Nambuangongo. Encontrou finalmente uma patrulha dos nossos combatentes que saíra à sua procura.

- Ele foi tratado no interior?

- Não, fizeram-no ir para o exterior.

- Já se restabeleceu?

- Já está no interior.

- Há muitos voluntários a responder ao vosso apelo?

- Sim, há centenas. Nos dois distritos. Somos mesmo obrigados muitas vezes a retardar a entrada de alguns camaradas jovens nos grupos armados. Numa aldeia da região de Zezegona, pedimos ao soba voluntários. Recebemos uns 50 e, entre eles, o velho soba, presente, pronto a combater. Recusamos alistá-lo. Ele protestou. Então dissemos-lhe que não tínhamos o direito de o incorporar nos nossos grupos armados, porque ele ultrapassara há muito o limite de idade fixado pelo Comité de direcção, limite que é de 45 anos. Ele disse-nos: "Bem. Então dou-vos o meu filho." Nós aceitamos. Ele chamou o seu filho que se apresentou: era uma criança de 12 anos ! Fomos obrigados a alistá-lo, e hoje ele combate connosco.

- Os voluntários são instruídos no interior?

- A instrução dos voluntários é feita no interior. Preparamo-nos para estabelecer no interior um centro de instrução revolucionária, que você verá quando voltar aqui. No entanto, escolhemos aqueles que mostraram uma combatividade exemplar sobre o terreno e enviamo-los para os países amigos, para que sejam formados em ordem a uma fase ulterior da luta. Já enviamos várias centenas.

- É-lhe possível precisar o número?

- Enviamos 610.

- Vocês permanecem muito tempo no interior?

- Saí a 4 de Julho.

(De uma entrevista com um dirigente do MPLA, António Condesse, in Robert Davezies, A GUERRA DE ANGOLA, pgs.175/78)

---

c) ASPECTOS DA ACÇÃO SOCIAL NOS TERRITORIOS LIBERTADOS - OS SERVIÇOS DE SAUDE

"Toda esta vasta região que se estende da bacia do Zambeze à bacia do Cuando está semeada de endemias responsáveis pela mortalidade de centenas e centenas de angolanos, por ano.

A população em toda a terceira região, reduz-se hoje a menos de 1/2 milhão de habitantes, - 0,8 habitantes/km2 - expressão final das razias, das guerras, da caça aos escravos, do trabalho forçado, e do abandono a que estão votados esses povos pelos Serviços de Saude do Governo colonial.

O panorama médico-sanitário dos Povos da frente leste, é aterrador. O paludismo é a doença mais mortífera. Vem a seguir a lepra e a tuberculose, uniformemente distribuidas. A doença do sono, cujos focos mais importantes se encontram nos arredores da cidade do Moxico (luso) e do Mavinga (Cuando-Cubango). Estes flagelos constituem o grande grupo da taxa da mortalidade geral. O grande cortejo das parasitoses intestinais, das doenças sazonais (a varicela, a gripe, as conjuntivites epidémicas, etc.) são sobretudo responsáveis pela mortalidade infantil, que é elevadíssima.

E enfim, as práticas tradicionais duma medicina primária, baseada na evocação das forças sobrenaturais, - elevam a mortalidade geral e a mortalidade materno-infantil.

Como factores adicionais, a GUERRA. As queimaduras pelo napalm e o fósforo, as incursões "punitivas" contra populações indefesas, a concentração em massa, em condições desumanas, nos campos de concentração, junto dos quartéis da soldadesca colonialista, no Bilolo (Teixeira de Sousa), no Moxico (Luso), Cazombo, etc., agravam o quadro já de si sombrio.

O primeiro objectivo dos nossos Serviços de Assistência Médica (SAM), consistiu no estudo pormenorizado e na incidência e distribuição das doenças de mais alta mortalidade; na formação acelerada de auxiliares de enfermagem, orientada no sentido da despistagem e prevenção das doenças nos sectores de acção das diferentes Brigadas de Saude; em campanhas de profilaxia e higiene, na luta contra as doenças, provocadas pela ignorância e pela miséria; na vacinação em massa; na correcção dos hábitos alimentares, pela introdução de elementos nutritivos, energéticos e vitamínicos novos, a partir dos recursos naturais da região.

Para a efectivação deste programa de acção, uma vasta rede de centros hospitalares vai tomando forma através de toda a Frente Leste. E o número sempre crescente de povo que acorre aos nossos dispensários e reclama as nossas Brigadas de Saúde, aumenta sem cessar.

A enorme carência de equipamento hospitalar, de medicamentos, de vacinas, de soro, de antisépticos, etc. - diminui, porém, a extensão do nosso trabalho.

O desenvolvimento progressivo da nossa luta, com o aumento contínuo de novas populações e das regiões controladas pelos nossos destacamentos político-militares, aumentam as dificuldades da cobertura médico-sanitária da terceira região.

Nesta conjuntura, o estudo da delimitação rigorosa entre o que se insere no domínio da medicina popular e tradicional, e o que deriva da magia e da superstição, pode constituir um novo campo de investigação médica e de conhecimento do Património Cultural do Povo Angolano."

(in Américo Boavida, O TRABALHO DOS SERVIÇOS DE SAUDE DO MPLA, Portugal Democrático, 9/1968)

---

4 - OS PORTUGUESES FAZEM A GUERRA

Todas as guerras têm os seus horrores. Mais horrorosa uma guerra se torna quando se trata de uma luta entre um exército regular e o levantamento popular. As chacinas de populações civis, os massacres de inocentes, o destruir de aldeias e culturas, o cruel tratamento de prisioneiros, todas estas facetas da guerra de Angola mantida pelos portugueses há 10 anos são a expressão da violência branca, que não apenas desrespeita os elementares princípios da humanidade como também viola as convenções

internacionais. A destruição praticada pelo exército português é um crime insanável contra um povo.

É a isto que o Governo português continua a chamar uma simples "acção de policiamento" (!) contra uns grupos de bandoleiros armados, infiltrados do exterior...

a) ASPECTOS DA VIOLÊNCIA BRANCA

"Do meados de Fevereiro a meados de Março de 1961, ainda que em Luanda e noutras regiões, nomeadamente no norte, se continuasse a prender africanos como agitadores políticos, a situação estava relativamente calma. Em 15 de Março foram desencadeados ataques africanos que conduziram à morte violenta e brutal de centenas de portugueses brancos, entre os quais mulheres e crianças. Os detalhes destes ataques foram integralmente contados pela imprensa portuguesa e mundial. A parte da história que não foi contada, é a reacção que tiveram os portugueses a estes primeiros ataques. Ela foi ao mesmo tempo rápida e violenta, segundo a filosofia que pretende que a brutalidade responde à brutalidade. Ocupava-me em reuniões evangélicas próximo de Uca, quando os ataques foram desencadeados. Lá fiquei até 18 de Março, e posso dizer honestamente que os africanos desta região não sabiam o que tinha acontecido. Sabiam tão pouco sobre este assunto como eu. Em 18 de Março, o chefe do posto local veio-me pedir para deixar o local imediatamente porque, disse, "eles iam bombardear estas aldeias". Bombardearam aldeias em todos os distritos dos Dembos e do Congo. A maioria dos que escaparam aos bombardeamentos e não fugiram foram ou feitos prisioneiros ou mortos. Esta repressão não se limitou à região do ataque rebelde. Foram à pressa formadas e armadas milícias brancas através de todo o país, que receberam carta branca para utilizar as suas armas como julgassem útil. Por diferentes razões, os protestantes pareceram ser os primeiros visados pela cólera branca. Os nossos ministros e fiéis nas regiões do Golungo Alto, Ambaca, Dondo, Cacuso e o Libolo, todas regiões onde nunca se tinha exercido qualquer actividade rebelde digna desse nome, foram presos e numerosos foram mortos. O reino do terror instaurou-se. A milícia branca, tentando vingar a morte dos portugueses assassinados no norte de Angola, foi muito para além das intenções que tiveram os oficiais ao darem-lhes armas. Tiro esta conclusão de declarações feitas pelo ministro do Ultramar, senhor Adriano Moreira, que, mais tarde, pôs de sobreaviso os brancos contra a tendência para "fazer pagar pelos inocentes os crimes dos culpados". De qualquer maneira, o reino do terror continua. Quando deixei o país, um número cada dia maior de africanos era colocado sob vigilância. Durante os 3 últimos meses desapareceram milhares, levados pela milícia local, por representantes do Governo ou pelo exército. Poucas prisões novas foram construídas, pelo que sabemos, e ninguém ouviu falar de campos de concentração. As prisões são constantemente enchidas e esvaziadas e poucos dos seus prisioneiros entregues às famílias. Uma dos grandes questões que se põe é a seguinte: para onde vão eles? O boato que corre em Malange (que eu ouvi da boca de brancos, mestiços e africanos), é de que os matam e que os enterram em fossas comuns com a ajuda de bulldozers. Nunca vi nada disso, e não posso prová-lo, mas para dissipar estes rumores os portugueses deveriam estabelecer claramente onde estão estas pessoas e permitir a visita de suas famílias. Dentre todos os pastores que se penso estarem presos, sòmente um foi visto por um parente. As notícias vindas das prisões falam de condições tão más, ausência de camas, de cobertores, comida intragável, que se pergunta se alguém poderá sobreviver a esta

tratamento. No dia em que deixei Angola, celebrava-se o funeral dum prisioneiro, Joaquim Figueiredo, um dos primeiros que tinham sido presos. Tinha passado mais de dois anos na prisão sem julgamento e é um dos raros que foi efectivamente considerado culpado por um tribunal. Morreu dum ataque em 27 de Junho, e os seus restos foram dados à família. Tanto quanto sei, é o único caso em que o corpo foi entregue à viúva. É impossível saber quantos africanos foram mortos. Em certo sentido, o pior aspecto da situação actual é a incerteza. Entretanto, os portugueses fazem vir milhares de soldados e a rebelião continua. (...)

Há vários pontos importantes a ter em conta no que diz respeito à situação actual. Em primeiro lugar, o Governo começou a encorajar e a estimular o tribalismo. Repetindo todo o dia que os Bailundos (e outros povos do Sul de Angola) são leais, o Governo espera dividir os africanos em 2 campos. Dá-se conta de que a arma mais preciosa dos africanos é a unidade. Em segundo lugar, esforça-se por excitar o ódio religioso, esperando assim dividir ainda mais os africanos entre protestantes e católicos. De qualquer maneira, é claro que não se trata, actualmente, de um movimento religioso ou tribal enquanto tais. É um movimento nacionalista do povo no seu conjunto e não um movimento restrito a determinado grupo religioso ou tribal em particular. Em terceiro lugar, a cólera portuguesa foi especialmente dirigida contra aqueles que, antes, tinham sido o maior orgulho dos portugueses, isto é, os africanos assimilados (ou portugueses negros, se quiserem). As piores represálias foram exercidas contra os pastores, os professores, os enfermeiros e os funcionários, isto é, contra as classes mais instruídas e melhor preparadas profissionalmente. Em quarto lugar, o Governo português não mostra nenhuma intenção de promover reformas. Para prová-lo, cito os factos seguintes: primeiro, o novo Governador Geral, Venâncio Deslandes, foi enviado para fazer "exactamente ao contrário" (segundo uma citação do quotidiano de Luanda "O Comércio"), do que tinha recomendado a ONU; segundo, continuam a prender-se pessoas em Luanda e noutras regiões, e o número de prisões foi mais elevado em Luanda durante a última semana em que lá estive do que o mês anterior; terceiro, os portugueses continuam a recusar prestar informações aos africanos acerca do local onde poderão encontrar-se os seus parentes presos; quarto, nada foi feito para levar os prisioneiros diante dum tribunal; quinto, o trabalho forçado continua em vigor, milhares de africanos são reunidos à força para a difícil colheita do café; sexto, correram boatos segundo os quais os portugueses arrasariam Angola se fossem obrigados a deixá-la".

(in Rev. Malcolm McVeigh, PRESENCE AFRICAINE, 3º. trimestre, 1962)

b) LAURINDA KATOYO: A MULHER SEM BRAÇOS

"No seu rosto contraído apenas os olhos guardam um fugidio clarão de vida: Laurinda Katoyo é uma mulher que perdeu os seus dois braços depois de um bombardeamento, algures no sueste de Angola. Depois de ter sido salva pelos guerrilheiros do MPLA e tratada no SAM, vive no centro Américo Boavida.(1)

(1) - S.A.M.-Serviço de Assistência Médica do MPLA - o seu primeiro responsável na terceira região político-militar (cobrindo os distritos do Moxico e Cuando-Cubango) foi o Dr. Américo Boavida, morto em Outubro de 1968, no decorrer de bombardeamento de um posto médico que ele inspeccionava.

Tendo vindo para a floresta com o marido, fugida do Leua, fala desta localidade como de um campo de concentração. Da mesma forma que no Vietnam, também aqui se emprega a tática do "tirar o peixe da água", outrora utilizada pelo exército francês na Indochina e em seguida na Argélia. "Último grito" dos Serviços de Acção Psicológica do exército português: queimam as aldeias, destroem as culturas com napalm, massacram as manadas e levam a população para os grandes campos rodeados de arame farpado, dispostos junto de seus campos fortificados.

"Meu marido e eu - conta ela - viemos para a floresta logo que nos demos conta da chegada dos camaradas, a fim de ajudá-los a libertar o nosso país. Na floresta vivia-se bem; cultivava-se para comer e para dar de comer aos nossos soldados. Mas, às vezes, os tugas (tuga: o colonialista português) levantavam emboscadas quando estávamos longe da aldeia, no trabalho. As plantações são um pouco afastadas da aldeia, para que a aviação não assinale o lugar onde elas se encontram.

Eles então disparavam tiros de espingarda ou lançavam granadas. Nós fugíamos para a aldeia onde há milícias para nos proteger. Por vezes, apoderavam-se de 3 ou 4 pessoas e obrigavam-nos a denunciar as bases dos guerrilheiros. Os homens não estavam para isso; preferiam morrer, apesar das torturas dos colonialistas".

Laurinda prossegue a narração do seu drama:

"Um dia os tugas chegaram à nossa aldeia. Era ao amanhecer. Alguns dormiam ainda; meu marido estava doente. Quando os vimos, já estavam na aldeia. Disparavam tiros de espingarda e lançavam granadas contra as cubatas. Mais tarde os aviões despejaram bombas de napalm. Meu marido, atingido por uma bala, tombou morto. Recebi uma bala no braço, outra arrancou-me 3 dedos. A minha amiga Maria apanhou uma na perna.

Entretanto os outros tinham-se refugiado no mato. Estávamos sós. Maria morreu, também, durante o dia e eu fiquei ali deitada na terra durante vários dias, sem comer nem beber. A cabeça ardia-me de febre, as feridas estavam infectadas de vermes e cheiravam mal. No quinto dia chegou o socorro. Eu ouvia falar, queria chamar...Queria responder, dizer que estava ali, mas não saía nenhum som da minha boca.

Enfim, sempre me encontraram, o corpo podre do meu marido ao pé de mim. Ouvi um camarada dizer: "Ela está morta também". Mas disse o enfermeiro: "Não, ela respira, está viva".

Transportaram-me para Chilola sobre uma espécie de palanque. Todos pensavam que eu morreria pelo caminho. O camarada Iko escreveu para Chilola a fim de me conduzirem para o SAM. Mas tive de ficar ainda 4 semanas na base, porque o rio transbordava e uma semana antes afogara-se o camarada no rio Lunhamoji. Chegou finalmente ao SAM, e de lá parti para a Zâmbia. Fiquei por muito tempo no hospital, onde perdi o outro braço, que apodrecera. Quando me restabeleci, haviam já passado as chuvas. Pedi para sair. O médico recusou. Sair para onde? Fazer o quê? - perguntava-me ele. Disse-lhe que queria regressar a Angola para ajudar os camaradas. O doutor nada mais disse. Chamou o enfermeiro para lhe comunicar que me dava alta. Ao voltar, pedi aos camaradas que me deixassem trabalhar. Aqui, não posso ir cultivar a mandioca, mas asseguro a vigilância das crianças sem família."

(in AFRICASIA, nº. 9, 1970)

c) MASSACRES EM ANGOLA

"Dentro de uma acção anti-colonialista consequente, tem um lugar importante a denúncia dos crimes de guerra cometidos (ou protegidos) pelo exército português "defensor da civilização cristã e ocidental".

Começamos por isso, a publicação de testemunhos provenientes do campo de batalha. Claro que a origem destes dados é rigorosamente clandestina, e assim se procederá sempre com outras informações que recebermos.

Os objectivos que tentamos são os de alertar a opinião pública nacional e internacional, e colocar do nosso lado muitos jovens hesitantes diante da justeza ou erro da palavra de ordem DESERÇÃO SEMPRE, EM TODAS AS CIRCUNSTANCIAS.

Parece ser claro, perante o que se descreve a seguir, que não há possibilidades de tornar aquela guerra mais humana, e que só a não participação nos crimes do Governo português pode acelerar a vitória dos nossos camaradas de Angola, Guiné e Moçambique.

Dezembro de 1966.Nova Lisboa

"Um soldado recruta negro foi descoberto a roubar uma arma, pelo 1º. cabo de arrecadação; este cabo conseguiu abatê-lo com um tiro, e capturar um cúmplice. Para que este falasse (assim como o que tinha sido morto, não sabia falar português) foi submetido a torturas, como: esquartejamento por meio de navalhas, chicoteamento, palmatória, cigarros em brasa pelo orifício do sexo, etc.. Colocado diante da companhia de soldados negros, denunciou mais de 20 indivíduos (e os oficiais encarregaram-se de desconfiar de mais uns 10). Todos negaram sempre qualquer ligação com a guerrilha. Mas as torturas sucederam-se, requintadas e ferozes: atiravam-lhes alcool para cima e pegavam fogo; um soldado morreu assim, queimado vivo, e outros ficaram com queimaduras gravíssimas.

Eram deitados em cima de uma marquesa, e metiam-lhes cigarros a arder pelo anus; Recebiam sovas monumentais, normalmente com chicote e palmatória; depois foram cortados por todo o corpo, com navalhas, etc..

A seguir todos foram entregues à PIDE, e todos foram absolvidos,não sendo declarada culpabilidade a nenhum, e descobrindo-se que o roubo da arma seria um facto acidental para roubar dinheiro.

Resultados: a maioria foi solta e passou à disponibilidade, desconhecendo-se o que lhes aconteceu. (Teriam sido abatidos?) Os que continuaram no exército foram enviados para zonas de guerra, sempre com informações denunciando-os como indivíduos perigosos.

Responsáveis?

Todos estes factos se passaram com o conhecimento do Comando, então dirigido pelo brigadeiro Garoupa.As torturas foram chefiadas pelo tenente miliciano médico Vicente, que pertencia à PIDE. Principais executantes das torturas: capitão miliciano Menezes, indivíduo que na sua acção de "pacificador" costumava incriminar as missões protestantes, dado o carácter relativamente progressista que elas possuiam; tenente Leal; alferes Covas.

1966/67. Planalto do Huambo

Os comerciantes da zona enterraram africanos para os obrigarem a for

nacer os produtos da sua lavra a um preço irrisório; as autoridades tiveram conhecimento destes factos. Não agiram.

1967. Luanda

Foi montada a SCIA, junto do Governo Geral, organização de carácter psico-social para promover o progresso da comunidade africana. Tentava-se assim, a captação de elementos, através de jornais, organizações operárias, promoção social e cultural do negro, etc.. Todas esta actividade era secretamente subsidiada pelos brancos. Quando foram descobertos os elementos mais activos, mais politizados (ou com maiores possibilidades de o virem a ser), foram metidos num avião e atirados para o Atlântico. Foram cerca de meia centena os sacrificados por este trabalho legal. Claro que os novos indivíduos que tinham sido utilizados como isca para esta acção, também não foram poupados pela campanha de "purificação ideológica".

1966. Teixeira de Sousa

A verdade sobre o célebre ataque do dia 25 de Dezembro, em que foram mortos um agente da PIDE e cerca de 600 negros:

Guerrilheiros da UNITA atacaram Teixeira de Sousa para impedir a construção de um aeroporto; capturaram um chefe da PIDE e executaram-no acção que devemos considerar absolutamente correcta, dada a acção criminosa exercida pela polícia política portuguesa no seio das populações angolanas.

O director da PIDE de Teixeira de Sousa, ALVES, conseguiu arrastar toda a população, que arrasou tudo o que estava à volta, exterminando populações indefesas que não tinham a mínima ligação com a actividade da UNITA. Este director da PIDE é responsável por todo o ambiente de emotividade que reina nesta população que ele controla a todos os níveis; é um indivíduo extremamente perigoso, que prefere como tortura o esquartejamento pormenorizado do corpo: nariz, orelhas, lingua, testículos, dedos, etc..

1966/67/68. Zona do Alto Chipaga

Esta área imensa foi controlada pelo capitão miliciano Malheiros, que trabalha actualmente na PIDE, em Luanda. Quando foi nomeado responsável por esta zona, terminou com a acção psico-social (tentativa de recuperação dos africanos por parte das autoridades portuguesas). Nessa área havia populações que tinham prestado auxílio à UNITA (outra organização que actua em Angola, além do MPLA), sobendo, principalmente géneros alimentícios; contra as ordens do exército, que ainda tentava a recuperação dessas populações, o capitão Malheiros organizou massacres em que toda a companhia tomava parte. Os seus instintos criminosos levaram-no à invenção dos processos mais repugnantes de tortura e de assassínio; refira-se, no entanto, só o seu sistema preferido: a população era posta em fila indiana, e cada africano era obrigado a matar (com uma corda, por enforcamento) quem estava diante dele; e assim, o filho matava o pai, a mãe o filho, as famílias aniquilavam-se entre si - até que restava um. Esse que sobrava era perseguido por toda a companhia até ser morto à facada. O herói que o assassinava ganhava um prémio.

Estas acções foram dirigidas e reputidas por esse capitão Malheiros durante mais de 1 ano, até entrar ao serviço da PIDE, em Luanda. Este mesmo indivíduo apareceu ainda com a mesma actividade na área do LUBALO. Pela sua influência levou a companhia do Lubalo a executar crimes e morticínios em que se distinguiu o alferes Loio.

1968 (Março). Lago Dilolo, porto do Teixeira de Sousa

Depois de um ataque do MPLA, em que morreram um alferes e 7 soldados, o exército e a aviação lançaram granadas de fumo sobre uma população vizinha, obrigando-a a sair das cubatas. A seguir foram todos metralhados e mortos.

1968/69. Lumege

Responsável da zona: capitão Brito e Faro.

Durante mais de 1 ano autorizou, fomentou e colaborou em massacres à população, com o apoio e incentivo do agente da PIDE Martins.

Os massacres obedeciam ao esquema habitual: o exército rodeava a senzala, deitava fogo às cubatas, e quem saísse era morto a tiro ou à facada.

Opôs-se violentamente a estas acções o alferes Pais, ameaçando o capitão Brito e Faro de insubordinação. A população branca encabeçada pelo agente da PIDE Martins fez um abaixo assinado pedindo a transferência, ou mesmo a prisão, desse alferes. Estava o processo pendente quando alferes Pais morreu em combate. Uma semana depois de ter assumido uma das raras posições dignas dos oficiais portugueses em África. Mais tarde o capitão Brito e Faro, depois de louvado pela Região Militar de Angola, foi substituido pelo capitão miliciano Dória, natural da Covilhã.

Este novo "herói" continuou e aperfeiçoou o estilo do seu antecessor alcançando até a glória de ser lembrado por uma frase característica: "Preto amigo ou inimigo que entre neste quartel, não sai vivo". Um dia o exército saiu e feriu uns africanos que estavam a trabalhar na lavra. Foram levados para o quartel para serem tratados. Esse capitão Dória disse aos cabos: "A um arranque-lhe o coração pelas costas, ao outro pelo peito". E as ordens foram cumpridas. Nesse mesmo dia, destruiu uma senzala pelo fogo, matando cerca de 60 pessoas (mulheres, velhos e crianças), e prestes a destruir uma outra, só não o conseguiu devido à oposição de um dos oficiais subalternos que o acompanhava. Foi esta operação, aliás habitual na sua actividade, que motivou a sua denúncia por 2 oficiais inferiores.

O Estado Maior instaurou-lhe um processo - cujos resultados continuam a ser desconhecidos, e entretanto, depois de beneficiar de todas as atenuantes possíveis, foi nomeado responsável pela acção psico-social da zona...

Actualmente está em Sá da Bandeira, afastado da zona de batalha e do local onde se verificaram estes acontecimentos, para beneficiar do esquecimento e possuir assim uma camuflagem mais segura. E assim se vê como um dos principais criminosos de guerra portugueses, responsável pelas torturas mais bárbaras e pelos crimes mais repugnantes, beneficia da protecção do exército e do Governo, campeões do "humanismo", da sociedade pluriracial, da defesa dos valores do mundo livre, etc..

Entre os principais acusados nesse "processo", figurava o alferes Armando Oliveira, que morreu mais tarde, num desastre de aviação em Portugal.

1967. Porto do Luso

A unidade estacionada dos "dragões" chegou a chacinar 100 homens por dia.

1968 (meados). Terreiro

O comandante da companhia chacinava indivíduos com a colaboração das autoridades civis.

1968/69. Henrique de Carvalho

Há um chefe de brigada da PIDE, de nome Alves, que interroga os presos utilizando as seguintes torturas: afogamento (o prisioneiro tem a cabeça debaixo da água; quando está prestes a sufocar é retirado, e assim por diante até à morte); arranque dos olhos (depois põe os olhos na mão do prisioneiro e manda-o embora); corte de membros (corte de pulsos quando as algemas não saem) e outras partes do corpo, etc..

1968/69. Teixeira de Sousa

Actual comandante da companhia, Magalhães. Na sua primeira acção importante chacinou 200 africanos na fronteira. Foi louvado.

1968 (Dezembro). Lumege

Foram recuperadas 17 mulheres que tinham fugido das casas por motivo da guerra; foram todas violadas pelos soldados. Uma rapariga de 14 anos, virgem, foi violada, no mesmo dia, por 17 soldados dos "comandos".

O violar mulheres é um "pão nosso de cada dia", com a colaboração dos oficiais milicianos e da população civil branca. Consoante o interesse físico que elas despertam, as prisioneiras de guerra servem, habitualmente, para consumo dos oficiais, sargentos ou soldados.

1969 (Janeiro). Lumege e Dilolo

Acção especial, ao nível de várias companhias: foram mortos 50 elementos da população civil sem a menor ligação com os guerrilheiros, que se tinham refugiado na selva com medo dos soldados.

Sabe-se da existência, no sul de Angola, de campos de concentração, campos de trabalhos forçados, de tortura, etc..

A PIDE, chefiada pela facínora São José Lopes, exerce um domínio total na actual guerra de Angola, e os seus membros evidenciam-se por uma extrema crueldade; entre os actuais agentes da PIDE, os mais sanguinários, e por isso os que normalmente se encarregam das torturas, são os chamados "sestas", negros que pertenceram antigamente a movimentos de libertação.

Esta traição não nos deve admirar; na verdade, ainda em 1967, na zona dos dembos, a UPA e o exército português deixavam mensagens na "picada" denunciando a passagem dos guerrilheiros do MPLA.

Os factos transcritos falam por si.

Para quê comentários?"

(in Documento clandestino de estudantes portugueses)

d) CARTA DE CRISTÃOS AOS BISPOS DE ANGOLA

"Conscientes das nossas responsabilidades no seio da Igreja, nós os aderentes a esta carta, permanecendo fiéis à comunhão católica, dirigimo-nos a vós, extremamente preocupados por acontecimentos de grande gravidade, ocorridos na sociedade angolana, e face aos quais - parece-nos - a Igreja deve

definir-se pela voz dos seus Bispos de Angola, seguindo aliás, a exigente recomendação do apóstolo Paulo:" Proclama a Palavra, a tempo e contratempo" (II Tim. 4,2).

Esses acontecimentos caracterizam em parte , uma situação política e social aqui vigente, sobre a qual não nos iremos pronunciar de modo global embora não nos possamos dispensar, na nossa consciência de cristãos e cidadãos, desse dever, e o que faremos noutra ocasião mais oportuna.

Referimo-nos nesta carta, mais directamente , a alguns acontecimentos, pelo carácter de urgência de que se revestem e, pela maneira clara, visível e imediata como revelam, do que aí existe desprezo por parte das autoridades públicas, das necessidades impostas por uma "convivência na verdade , na justiça, no amor e na liberdade".(Pacem in Terris).

Passamos a descrevê-los:

a) Por informações que nos chegaram, soubemos que se registam, com grande frequência, durante a actual guerra, que se processa aqui em Angola, há 8 anos o meio, acções de represália por parte do exército português, contra as populações indefesas de sanzalas situadas nas áreas próximas dos conflitos militares, ocupadas com grupos de guerrilheiros. Essas massacres são justificados vulgarmente, como constituindo necessidade de ordem militar. Essas e outras acções de repressão - tais como torturas físicas e psíquicas e extermínio de prisioneiros, prisões arbitrárias, brutais incursões no seio da população autóctones, diplomàticamente chamadas de"rusgas", por parte das autoridades públicas e fundamentadas por estas últimas como "acções de manutenção da ordem", uma ordem baseada no terror e na injustiça - - surgem-nos como revelando desprezo e desrespeito "dos direitos das gentes e dos seus princípios universais". Portanto, os actos que se opõem deliberadamente a tais princípios são criminosos e a obediência cega às recomendações oficiais que os prescrevem, não pode desculpar aqueles que as acatam (Gaudium et Spes, nº. 79). Nesta ordem de ideias, achamos necessário e importante, uma imediata tomada de posição, clara e isenta de ambiguidades, do nosso episcopado de Angola, contra tais actos e contra as ideologias que os pretendem justificar. (...)

(Excertos de uma carta dirigida aos Bispos de Angola -1969)

---

c)O ENCERRAMENTO DE UMA MISSÃO

"A 9 de Abril de 1970 a missão católica de Chamavuro, próxima da fronteira do Sudoeste africano, foi objecto de um ataque terrorista, o qual curiosamente, nunca foi noticiado pela imprensa, mesmo a católica, tanto em Angola como em Portugal. Este silêncio é tanto mais estranho quanto habitualmente o Governo não deixa passar nenhuma oportunidade de acusar os guerrilheiros. Mas afirma-se em Angola que este ataque foi montado pela DGS (a policia secreta, que antes tinha o nome de PIDE)...

Era tudo indica que a Pide não suportava a presença nesta região de missionários estrangeiros. E isto por numerosas razões:

-Primeiramente, a fraternidade de Chamavuro procurava respeitar a cultura e os valores africanos - aquilo mesmo por que lutam os movimentos nacionalistas - enquanto que os portugueses procuram " civilizar", isto é, europeizar os negros.

-Os irmãos consagravam a sua vida à pequena tribo dos Bosquimanos, tribo durante muito tempo escravizada pelos Bantos. Quando a guerrilha começou na região, a Pide decidiu utilizar os Bosquimanos - caçadores natos - pa

rá a denúncia dos terroristas, explorando os seus ressentimentos seculares contra os Bantus. Os irmãos, intimados a que colaborassem naquele sentido, recusaram. Recusaram do mesmo modo as armas e o posto de rádio que lhes eram fornecidos para a sua "segurança". Esta atitude tomada unicamente por motivos religiosos, classificou a missão como tendo recebido garantias do lado dos nacionalistas.

-Em terceiro lugar, os irmãos, oriundos da França, Bélgica e Suiça, tinham visto e ouvido demasiado: por exemplo, homens de diferentes aldeias, queimados vivos numa casa regada de gasolina, ou abatidos, provàvelmente para suprimir testemunhas de torturas feitas a chefes suspeitos de esconder armas. Ou ainda aquelas operações de "limpeza" numa dezena de aldeias, onde os velhos e os homens influentes eram sistemàticamente abatidos, quer fossem rebeldes ou não. Ou então homens cruelmente torturados, como aquele catequista protestante que foi morto com os pés e as mãos pregados num barrote de madeira. E isto sem falar da supressão de uma aldeia, contada pela única sobrevivente:

"Chegaram os aviões, deitaram fogo à aldeia, e quando eli voltei, já nada restava".

-Finalmente, os irmãos tomaram a iniciativa de ir comprar milho ao Sudoeste africano e de o vender à população ao preço do custo, para minorar a fome provocada pelos reagrupamentos de aldeias decididos pelas autoridades (para facilitar o respectivo controlo). Mas essa acção foi muito mal vista pelos comerciantes europeus, que tinham chegado a vender uma saca de 100 quilogramas de milho por uma cabeça de gado.

...Hoje, a missão encontra-se fechada."

(In INFORMATIONS CATHOLIQUES INTERNATIONALES, nº.375, 1/1/71)

---

5 - SITUAÇÃO MILITAR

Quem lê os boletins informativos das forças armadas fica na posse da versão oficial dos acontecimentos. O "boato" de que há "zonas libertadas" nos territórios das colónias portuguesas é prontamente desmentido. O desenrolar das operações militares aparece sempre favorável às tropas em "missão de soberania".

Que se passará de facto? Quais são as dimensões, os motivos e os projectos da luta travada pelas populações africanas?

Há 10 anos que portugueses apregoam "Angola é nossa" - mas muitos esquecem-se do que outros, com maioria de razão, levantaram o mesmo brado. Vejamos alguns relatos feitos na perspectiva desse "inimigo".

a) ELEMENTOS SOBRE A LUTA EM ANGOLA

"Desde 3 de Janeiro de 1968, o Comité director do MPLA decidiu instalar a sede da organização no interior do País.

(..) Tenho o privilégio de anunciar aqui, pela primeira vez, que com o alargamento da luta armada no interior do Bié, que é o coração geográfico de Angola, uma nova região militar foi criada: a quinta região.

As zonas operacionais do MPLA estendem-se a um terço do território, assim dividido:

1ª. região - distritos de Luanda, Cuanza Norte, Uige e Zaire
2ª. região - distrito de Cabinda
3ª. região - distritos de Moxico e Cuando-Cubango
4ª. região - distritos de Lunda e Malange
5ª. região - distrito de Bié.

(...)A 3ª. região é a mais vasta (385 000 Km2) e é aquela onde o MPLA desenvolve mais actividade e onde as instituições de carácter civil estão mais desenvolvidas. Nesta região, as perdas do inimigo elevam-se a cerca de 3 000 soldados mortos, 2 600 feridos, 60 agentes da Pide mortos e 3 executados; 8 bases portuguesas, 10 campos de concentração e 2 campos de aviação atacados; 96 canos destruídos, 3 helicópteros abatidos, 20 pontos destruídos, 5 vedetas postas ao fundo, numeroso material de guerra recuperado.

(...)Esta actividade permitiu a libertação de aldeias estratégicas, de 5 000 trabalhadores e suas famílias que estavam sob o controlo dos colonialistas portugueses.

(...)Resumindo a nossa actividade, é-nos grato poder afirmar que o MPLA continua a avançar e a impor a luta em 10 dos 15 distritos de Angola, ou seja, em mais de um terço do território. As bases para o alargamento da luta estão lançadas: o ano de 1969 registará certamente novos sucessos na luta armada. As actividades para-militares desenvolveram-se nas zonas controladas.

A União dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) que tinha a sua sede em Kinshasa transferiu-se para o interior do nosso País onde exerce uma actividade importante na educação sindical das massas e na produção agrícola. A organização das mulheres (OMA) e da juventude (JMPLA) continuam activas.

Novas escolas primárias foram criadas. Livros de estudo foram editados pelo nosso movimento. Novos Centros de Instrução Revolucionária foram criados e centenas de militantes recebem treino no exterior, em País sos amigos.

A guerrilha único meio eficaz de luta

O mundo inteiro foi surpreendido pela notícia difundida nos fins do ano passado, da nomeação de Marcelo Caetano como novo chefe do governo de Portugal, substituindo o velho ditador Salazar.

Vários responsáveis políticos africanos levantaram imediatamente a hipótese de uma mudança de atitude portuguesa no que respeita as colónias, dada a reputação e os discursos sibilinos do novo chefe do Governo, que fizeram nascer uma esperança de "liberalização".

O MPLA que conhece de perto a política portuguesa e as forças reaccionárias actualmente no poder, manifestou sempre a sua apreensão acerca destas esperanças mal fundadas sobre factos não concretos.

Salazar não era um homem só no seu país. Ele foi o representante de uma oligarquia financeira portuguesa, subordinada à alta finança internacional. Ele governava defendendo os interesses dos exploradores.

São os mesmos círculos de negócios que escolheram Caetano para substituir Salazar. É a mesma equipa governamental que está no poder. O desaparecimento do ditador, não muda nada na política fascista e colonialista de Portugal. A mudança de uma pessoa, nem mesmo quando se trata de Salazar, não pode mudar a Constituição Política Portuguesa, que considera as colónias como "províncias" "ultramarinas".

— De resto, nem o Governo português nem os colonos estariam dispostos a ceder o domínio e a influência que exercem em Angola e em Moçambique, no expansionismo político, económico e militar da África do Sul, fortemente industrializada e com tendência a imiscuir-se cada vez mais directamente nos assuntos dos países não independentes da África Austral.

— Para já, portanto, Portugal deve continuar a guerra.

Caetano confirmou já esta orientação nos discursos pronunciados algum tempo depois da sua ascensão ao poder. Ele declarou-se claramente partidário da continuação da guerra colonial.

— Ele enviou já para Angola e Moçambique, pelo menos 7 batalhões (3000 soldados) e encara a possibilidade de aumentar os efectivos de tropas em Angola em 20 000 homens; ele reprime os que se manifestam contra a guerra, principalmente os jovens católicos portugueses que, em 1 de Janeiro, por exemplo, manifestaram numa igreja de Lisboa, pelo fim da guerra colonial. Estes jovens foram acusados de traição.

— Foi o novo Governo português que fez ameaças de vinganças contra a República do Congo-Brazzaville, se este país continuar a dar a sua ajuda ao MPLA.

Não parece pois possível que no contexto actual se possa realizar uma mudança substancial na posição política colonial portuguesa.

O MPLA chegou à conclusão de que, nas condições actuais, a única forma eficaz de luta em Angola, é a luta armada, e para prosseguir essa luta dura e prolongada, é necessário que toda a África se empenhe nela e venha sinceramente em ajuda do povo angolano, por intermédio das suas forças organizadas, representativas e dinâmicas, o MPLA.

Com efeito, a acção armada, para aqueles que lutam ao lado da justiça, contra a tirania, para aqueles que aspiram à liberdade, não é somente um sacrifício; ela é sobretudo uma força. Ela não é somente um servidouro de vidas. Ela não fecunda somente o terreno do combate com o sangue dos melhores filhos dos nossos povos. Ela é também um meio para que o povo continue a luta no futuro, após a independência política, com o fim de ser livre, politicamente, economicamente e socialmente."

(in RELATORIO APRESENTADO EM KARTUM POR AGOSTINHO NETO)

b) OS PORTUGUESES VÃO PERDENDO A INICIATIVA

"Quando o MPLA desencadeou as operações nas planícies orientais do leste de Angola, e designadas em Lisboa por "terras do fim do mundo", apanhou de surpresa o Estado Maior português e conseguiu rapidamente êxitos. Os seus dirigentes admitem hoje que em 1968 pecaram por excesso de confiança. "Nós

deixamos que se fizessem grandes concentrações. Descuidamos a mobilidade. Um ou outro dos nossos comandantes excedeu-se em proclamações excessivas. Pagariamos caro todos estes erros".

A partir de Agosto de 1968 e durante o ano de 1969, as unidades de guerrilha foram sendo sucessivamente desorganizadas, principalmente pelos comandos transportados de helicóptero - quase todos de fabrico francês - que, vindos de Luanda, faziam patrulhas durante uma semana inteira, servindo-se, como bases avançadas, das vilas de Henrique de Carvalho, Cuito Cuanavale e Gago Coutinho. Pecando por sua vez de excesso de optimismo o Governo português/urbi et orbi que, tendo as províncias orientais uma importância económica pequena - com a excepção das minas de diamantes no norte da Lunda - estava contida a ameaça do leste a partir de algumas guarnições fixas que criariam uma barreira intransponível nos flancos dos distritos do Bié e do Malange. Assim se impediriam as infiltrações do MPLA para o centro do território, imobilizando os guerrilheiros nas florestas do leste, enquanto a população civil da região seria enquadrada em "aldeias estratégicas".

Este plano, em si racional, implicava que os portugueses pudessem retomar e conservar a iniciativa, para estarem à altura de dominar a situação. Mas o seu fracasso é patente. Como eu próprio pude verificar no coração do distrito do Moxico exerceu uma iniciativa tática, local e de curta duração, por cada intervenção dos comandos helitransportados ou por ocasião de fortes patrulhas no terreno. Porém, durante muitos meses, a iniciativa geral pertence ao MPLA que, tendo-se ressarcido das revezes de 1968/69, e reforçado este verão as suas unidades do leste, prossegue a marcha com decisão para oeste, tendo penetrado no lado oriental do Malange e do Bié, preparando-se para ir mais longe - é de supor - durante os últimos meses do presente ano. Constatei eu próprio amplamente este avanço em direcção a oeste, e ligado pelo compromisso de não revelar detalhes das operações, é-me no entanto permitido dizer que colunas de homens carregados de mantimentos - estava eu nas florestas de Shokalui - caminhavam através do Moxico, e que se tratava de reforços de natureza militar, médicos políticos. As encostas que descem para o Atlântico não poderão por muito tempo estar livres de contágio.

Mesmo considerando o estado actual das coisas, os portugueses falharam, tanto em retomar a iniciativa nos distritos do leste, como em impedir a progressão regular do MPLA - e que importa mais para um resultado a longo prazo - nos distritos do centro e do oeste, onde se encontra a maior parte da população e das riquezas coloniais de Angola. Parece não somente terem atingido o limite dos seus recursos, mas ainda não terem sido capazes de evitar a subversão pela guerra, muito espalhada entre eles, a julgar pela falta de vivacidade das tropas. Não parece provável que consigam aumentar os efectivos metropolitanos que em Angola, atingem 60 000 homens. Tudo o que se pode observar no Moxico o prova: lançam mão cada vez mais de recrutas africanos, cujo moral está longe de ser bom, e que, pelo menos até certo ponto, começam a constituir uma reserva de armamento para o MPLA.

Este provê agora, da parte do adversário, uma utilização massiva de helicópteros enquanto a França, a Itália e algumas outras membros da Nato continuaram a vendê-los a Portugal o que este esteja em condições de pagar. No entanto não se vê muito bem a alteração que um aumento destes aparelhos possa trazer - incluindo mesmo os que poderiam ser emprestados pela Rodésia e pela África do Sul, ou os pilotados por mercenários destes 2 países, como se vem dando há anos, e que utilizam a base do Cuito Cuanavale. Este reforço apenas serviria para retardar a expansão do MPLA. Porque nada autoriza a pensar que os helicópteros sejam capazes de retirar ao MPLA a vantagem de que este dispõe no terreno, estrategicamente falando, qualquer que seja a eficácia que obtenham nos pontos de impacto.

O reordenamento rural, anteriormente aplicado no Uige nos anos 62/63, foi depois alargado a outras províncias, concentrando-se os camponeses em "aldeias estratégicas" bizarramente designadas "senzalas da paz", com vista a substrai-los à contaminação da guerrilha, enquanto se lhes concedia pela primeira vez um embrião de serviços sociais. Posso garantir, pelo menos no que se refere ao Moxico central e oriental, que esta política falhou em larga medida, senão completamente.

Duas razões principais explicam este insucesso. Primeiramente, as populações rurais suportam mal a reclusão atrás de arame farpado. Escapam-se no momento propício e correm colocar-se sob a protecção dos guerrilheiros. Encontra muitos destes no caminho. Além disso, as flagelações da guerrilha nos arredores das senzalas põem um dilema ao exército: se deixa sair os habitantes para que possam cultivar as terras, facilita a sua fuga. Daí a escassez de víveres nesses aldeamentos, onde os portugueses se vêm compelidos a distribuir aos civis uma parte dos abastecimentos destinados à tropa.

O "reordenamento rural" tem no seu passivo coisas bem piores. Não provocou o abrandamento da repressão militar, em que os portugueses são fortes. Este sistema provoca por isso dúvidas, quaisquer que sejam as ordens dos senhores de Lisboa. Para o MPLA não é a "acção psico-social" que pode salvar os portugueses, que deviam ter pensado nisso mais cedo. Neste momento não pode deixar de falhar, pois a guerra tornou-se uma guerra popular. Tenho a certeza que isto é verdade para os Mbundu e para os seus vizinhos, e salta à vista que também o é noutros lados."

(in Basil Davidson, "NA SELVA DE ANGOLA COM OS GUERRILHEIROS DO MPLA" - Le Monde Diplomatique, 18/9/70, Paris)

---

c) LUTAR E SOFRER

"A revolução é a luta pela justiça contra a injustiça. Esta injustiça, que é caracterizada por uma opressão política, económica e social, pode ser combatida por diversas vias. Mas é nossa convicção que a única maneira correcta de combater contra essa injustiça, com vista à restauração da justiça, é a luta armada, travada por todo o povo oprimido, consciente da sua missão histórica e repleto de sentimento patriótico. Só a luta armada poderá destruir a velha sociedade com os seus instrumentos (administração, polícia, exército, prisões, leis e sistema cultural), em ordem a instaurar uma nova ordem social alicerçada num homem novo liberto de opressão física e de opressão psicológica.

O homem oprimido adquire a consciência da liberdade e sente a grandeza da sua luta através das injustiças que suportou ao longo de séculos. Foi por isso que o povo africano de Angola pegou em armas para organizar a violência revolucionária contra a violência reaccionária e colonial. O nosso objectivo tem de ser a total destruição da ordem social imposta pelos colonialistas portugueses. O problema do homem novo africano não pode ser resolvido em Angola utilizando instrumentos que são focos de germes mortais. Só uma verdadeira luta armada, travada pelas massas africanas oprimidas, poderá trazer ao povo de Angola a possibilidade de conquistar os seus direitos políticos, económicos e sociais. Qualquer compromisso com os inimigos do povo africano de Angola não poderá trazer senão a manutenção da escravidão, controlada por agentes portugueses, que nada mais são do que instrumentos da velha sociedade. A luta armada, que revolucionou completamente a mentalidade do homem oprimido, exige muito mais sacrifícios e sofrimentos do que os cau-

sados pelo próprio colonialismo.

Esta luta, travada e organizada nas montanhas e nos vales, nos matos e nas aldeias, ou até nas cidades, exige enormes sacrifícios e uma coragem indomável. É este o único caminho que deixando ao povo oprimido para conquistar uma independência real e assim exercer plenamente o seu próprio poder, não apenas político, mas também económico.

É a aceitação estóica de todos estes sacrifícios que a luta armada pressupõe, que tornará possível ao homem oprimido angolano libertar-se de todos os complexos de inferioridade, tornando-o capaz de criar a sua própria ordem social, e de impôr o seu domínio político.

Os africanos, que carregam sózinhos com o peso da opressão colonial, têm de lutar hoje para conquistar os seus direitos de amanhã. Nenhuma outra classe social proporcionará aos africanos o lugar para o combate, porque nenhuma está preparada para lhes dar um lugar numa Angola independente. Hoje, tem de tomar nas suas mãos a tarefa sagrada de se libertar a si próprio. No presente contexto internacional, esta obrigação de combater pela independência terá de ser moldada pela história numa luta titânica entre a vida e a morte. Os que conhecem a história do colonialismo português e a "descolonização" do Brasil, sabem que o resultado final desta "descolonização" deu à comunidade de origem africana apenas o papel de jogar o futebol e de dançar o samba. Quem controla o poder político? Quem controla o poder económico?

Acreditamos que o respeito pelos direitos da maioria não pode ser oferecido numa bandeja a essa maioria, pelo imperialismo e pelo colonialismo, através de negociações baseadas no altruismo. Os direitos da maioria, com efeito, têm de ser moldados na história, através de uma luta de vida ou de morte. Só a maioria do povo angolano conhece o inimigo de quem sofreu 5 séculos de escravatura. Só esta maioria tem palavras capazes para mobilizar toda a nação contra o colonialismo português na luta por uma independência total. Só a maioria do povo africano de Angola pode fazer convergir para uma unidade nacional todas as minorias, na causa comum da independência nacional.

É nesta circunstância difícil que os africanos de Angola têm de aceitar maiores sacrifícios para conquistar o seu lugar na luta pela libertação, para preservar a sua genuína voz no seio da África e para ter um lugar efectivo no mundo de amanhã. A vanguarda nacional na luta não pode deixar-se isolar; tem de ser guiada pela maioria.

A luta verdadeira que liberta o homem da opressão física e mental constrói-se a partir da fraqueza para a força, a partir da derrota para a vitória, e caminha na crista da história que diz:

> A cada vitória corresponde uma derrota e a cada derrota corresponde da mesma forma uma vitória, até à vitória final.
> A vitória final pertence à maioria do povo.
> A maioria não pode poupar-se ao sacrifício e ao sofrimento para levar avante a luta de libertação.
> A história não perdoará à geração actual, pois ela tem a vitória ao seu alcance."

(in Texto do Comité Central da UNITA)

6 - CONCLUSÃO - MENSAGEM AOS PORTUGUESES

"A guerra que a UNITA está a travar com fé e coragem, não é uma luta racial, nem uma guerra contra o povo português. Muitos dos dirigentes e militantes da UNITA sentaram-se ao lado de portugueses nos bancos da escola. Ouvimos juntos as mesmas lições sobre o patriotismo dos portugueses, que nos fizeram sentir mais profundamente angolanos e suscitar em nós o desejo da revolta. Ouvimos com indignação falar dos nossos antepassados como bandidos, enquanto eram enaltecidos como heróis os que tinham usurpado a nossa terra e esmagado os nossos direitos. De tudo isso, ficou em nós um sentimento de revolta. Agora, todas essas coisas se traduzem na guerra pela nossa independência nacional. Todos aqueles que andaram connosco nos liceus e na universidade, sabem bem como fomos humilhados pela simples razão de sermos negros.

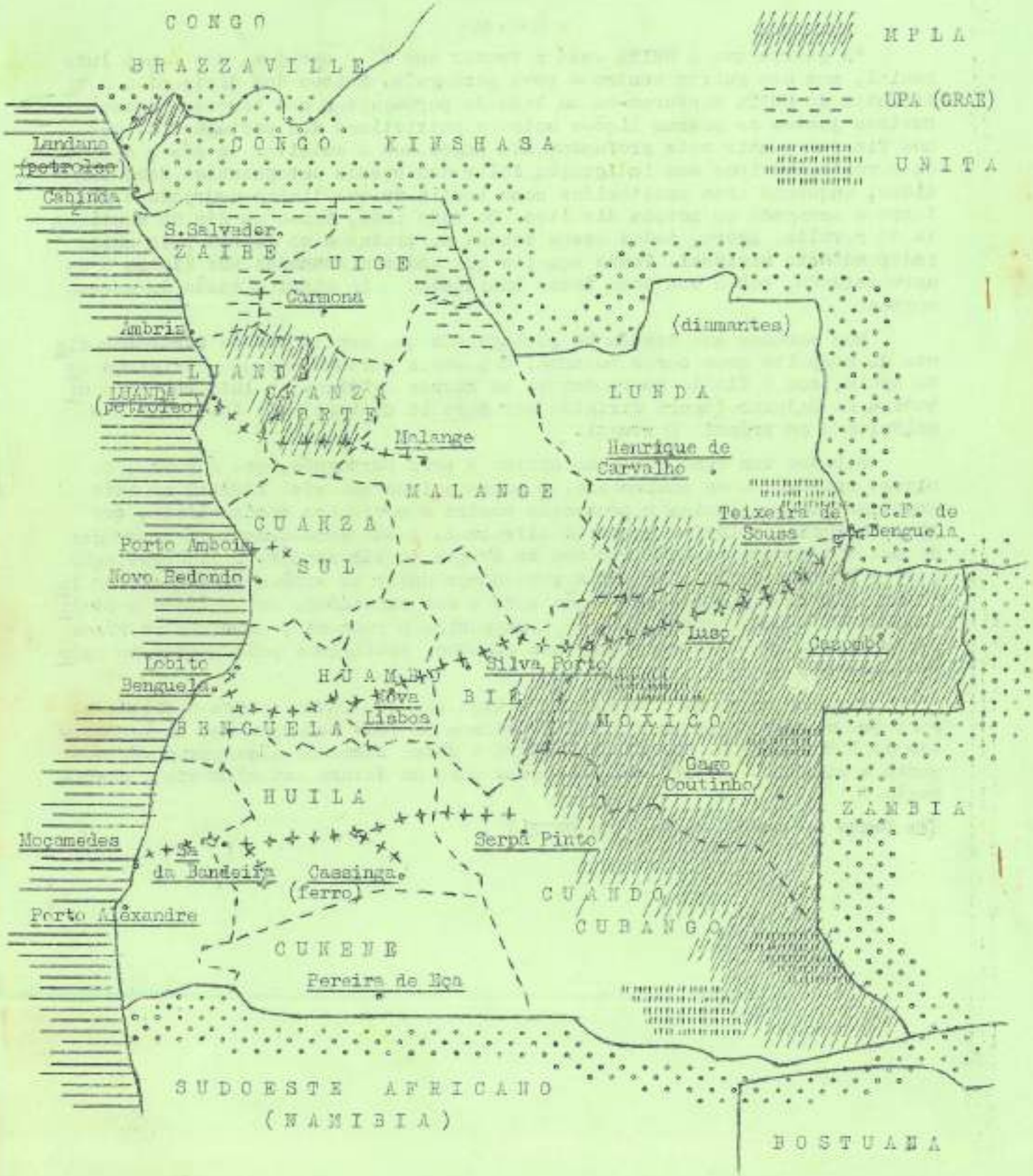
Mas sabemos que também há portugueses que consideram os africanos dignos de respeito como seres humanos. É a esses portugueses que dirigimos este apelo, com o fim de coordenarmos os nossos esforços na luta contra a ditadura de Salazar (agora dirigida por Marcelo Caetano) e o fascismo, nas colónias e no próprio Portugal.

Sabemos bem como o regime oprime o povo português, que é pobre, a classe operária e os camponeses. O pobre colono que vive isolado no mato angolano não tem qualquer protecção contra o movimento nacionalista, que abala o regime colonial nos seus alicerces. A sua protecção será a coragem de que dêr provas ao cooperar com as forças de libertação. A sua protecção será a lucidez de que for capaz para compreender as razões históricas da luta dos angolanos. A sua protecção será a sua capacidade em analisar o condicionalismo económico que o expõe a um perigo permanente, enquanto os ricos capitalistas estão em segurança nas cidades, protegidos pelo melhor do exército português.

Fazemos um apelo a todos os portugueses que lutam contra a ditadura, para que cooperem, sincronizem e coordenem os seus esforços com os movimentos de libertação de Angola. Isso será a única forma de alcançarem rápidamente a vitória e de criarem condições para um futuro entendimento e cooperação."

(in Texto do Comité Central da UNITA)

ANGOLA - OPERAÇÕES MILITARES : ZONAS DE LUTA ARMADA

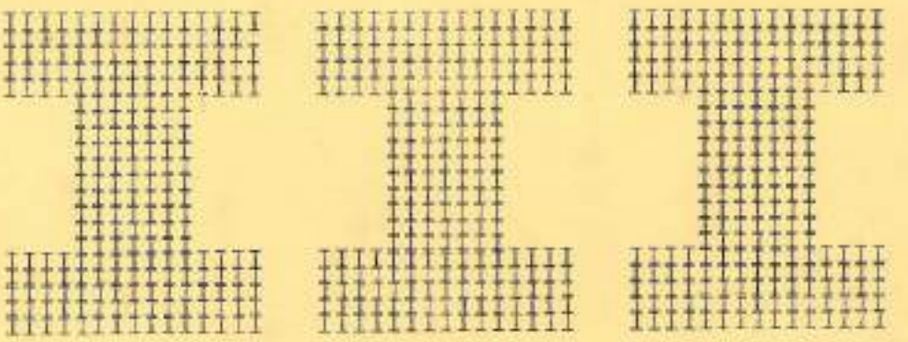


/5339

J. J. Hipólito dos Santos

[Colonialismo e lutas de libertação] [I colonias sobre a guerra colonial]

C T T



A LUTA PELA INDEPENDENCIA

B. G U I N E E C A B O V E R D E

1. OS ANTECEDENTES DA LUTA
2. O DESENCADEAR DA GUERRA E O P.A.I.G.C.
3. OS PORTUGUESES FAZEM A GUERRA
4. SITUAÇÃO MILITAR
5. UMA SOCIEDADE NOVA NOS TERRITÓRIOS LIBERTADOS
6. DUAS MENSAGENS DE AMILCAR CABRAL

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
Nº 8604

325.85/.86
"1961/1974"
COL

Depois de Angola, vamosfacompanhar o processo análogo nas colonias da Guiné e Cabo Verde. Vamos encontrar com toda a clareza as grandes etapas de uma luta que parte do despertar da consciência política e social, que tenta as vias legalidade, que por ser tão duramente reprimida, é levada para a clandestenidade e que , finalmente, depois de propor soluções pacíficas, desencadeia a luta armada.
Só a consciência desta passagem (de legalidade para a clandestinidade e da via pacífica para a luta armada) nos permite compreender a guerra colonial.
Entretanto ,a propaganda portuguesa vai insistindo, contra toda a evidencia dos factos, em que se trata de uma "guerra que nos foi imposta", povida do exterior... Ao contrário quem ler osbtextos que se seguem, tem de concluir que o governo português é o prineiro responsável por essa guerra.

I - OS ANTECEDENTES DA LUTA

a) O DESPERTAR DE UM POVO

"O português, ou poque en geral o colono que mandavam para cá era un indivíduo ignorante, ou porque os intelectuais nunca se tivessem interessado por isso, não conhece o africano, sebben que Portugal seja opaís da Europa que tenha mais colónias em Africa. Isso tambem teve um papel importante na nossa luta, porque no afrontamento que nos opôs, o português apercebeu-se de não eramos tal como nos imaginava e descobriu então um povo africano que ele nunca supôs que existisse..Podemos dizer que no contexto geral da nossa luta isso foi mais uma surpresa que provocamos ao ininigo.

Houve sempre entre nós (tanto na Guiné como em Cabo Verde) tentativas de resistência política ao colonialismo português. Para o conseguirmos criaram-se agrupamentos, sindicatos, clubes de ámigos,etc.,que tinham tendências nacionalistas. Mas não tenhamos ilusões, porque se houve alguma coisa de caracter nacionalista, não ultrapassou os quadros urbanos, o que equivale a dizer que não foi alem de uma pequena burguesia que tinha contactos com o mundo e se sentia humilhada,diàriamente humilhada pela presença do colonialismo português. Mas o problema do nacionnlismo ainda não se punha, afirmamo-lo conscientes disso.No conjunto do nosso país,sobretudo na Guiné, continuávamos a manter as caracteristicas tribais, e se as tribos estavam, do ponto de vista económico,completamente desagregadas devido à presença portuguesa,por outro lado os portugueses esforçavam-se por manter a superestrutura tribal para, através dela dominarem o nosso povo. Podemos dizer que é no conjunto das novas relações e dos novos fenomenos implantados entre nos(em particular a circulação da moeda, as trocas muito mais iftensas e as deslocações da população) que começou a criar-se entre nós, um ambiente de nação. E importante notar isso para se poder ter uma ideia das dificuldades da nossa luta,das condições conretas do nosso país.

Um momento importante na nossa luta, ou seja, da situação do nosso país antes da luta armada, foi o fim da segunda guerra mundial. Este factor exterior trouxe uma corrente de esperança ao mundo e a nossa pequena burguesia não ficou indiferente aessa corrente de esperança. Nessa mesma altura foram para Portugal jovens das diferentes colónias portuguesas e tomaram consciencia da neçesde se unirem perante o opresor . Esses jovens, encontraram os meios necessarios para se dedicarem en conjunto, ao estudo dos seus países e começaram a pensar numa mesma via para servir o seu povo. Foi um momento de grande importância que caracterisa a luta contra o colonialismo português. A luta começou por ser a luta dos povos das colónias potuguesas contra o colonialismo português, isto é a luta de cada um dos povos contrao colo nialismo português.

Um outro factor importante foi essas pessoas terem trabalhado en conjunto e terem sido capazes de regressarem ao seus países depois de terem terminado os seus estudos. E nos próprios países colonisados - falo principalmente no meu país- havia grupos de jóvens que começavam a ter consciencia de uma necessidade de mudança. Antes de darmos início à luta armada, decidimos criar organizações africanas. Em 1954 começamos por criar organizações recreativas, já que era impossivel nessa altura, dar-lhes um caracter politico. Isso foi importante não por causa da ideia de criar uma organização, mas poque o colonialismo não o permitiu, o que povou as grandes massas de jovens que se tinham entusiasmado por esta ideia, que sob o domínio português os africanos não

tinham quaisquer direitos. Isso deu-nos mais coragem para outras acções, para difundir outras ideias e para fazer avançar a luta." (Amilcar Cabral)

b) O MOVIMENTO POLÍTICO

"Como no próprio Portugal, todas as iniciativasque teriam podido conduzir a uma forma de democratização, tinham sido reprimidas ao menos desde 1930. Nenhuma manifestação política era admitida, nem as reuniões, nem os debates, ainda menos os partidos políticos, fossem eles como fossem. Nenhum direito sindical era concedido. Nenhuma reorganização das estruturas era sequer encarada. O que existia neste regime devia conservar-se inalterado, agora e para sempre.

Todos os caminhos para a reforma estavam barradose interditos, não havia senão uma alternativa: ou a quietude imóvel, o abandono prolongado a uma vida de miseráveis ilhotas, ou a revolta necessàriamente armada.

Uma vez que um pequeno grupo de homens e mulheres chegou a esta conclusão, quando em 1956 a violência portuguesa terminou o seu ciclo, era possível dizer como Fanon:

"A violência que presidiu à organização do mundo colonial, que ritmou incansàvelmente a destruição das formas sociais indígenas, demolidos sem restrição os sistemas de referência da economia, as modas de aparência, de vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em acção, a massa colonizada se precipitar nas cidades interditas."

Em Setembro de 1956, quando duma reunião secreta em Bissau, um pequeno grupo de africanos decidiu agir, eles mesmos, sobre a história. Formaram o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Eram exactamente 6, incluindo Amilcar Cabral, que era a alma do grupo, mas sabiam onde iam. Lançaram pelos pacíficos a favor duma mudança política e social, e responderam-lhes por silêncios e uma redobrada repressão. Cerca de 7 anos mais tarde, em Janeiro de 1963 passaram à revolta armada.

Desde o tempo da conquista a resistência do povo da Guiné foi duma grande tenacidade. Segundo fontes insuspeitas, entre 1870 e 1936, houve praticamente meio século de guerras ininterruptas. De 1936 a 1959, depois da instalação do aparelho administrativo colonial, a repressão desencadeou-se de maneira implacável pela execução secreta de vários patriotas. As tentativas de organizações colectivas situam-se a partir de 1953. Os elementos ditos "assimilados" ou "civilizados" organizam-se a princípio nas zonas urbanas. Em 1954 um grupo de nacionalista da Guiné e de Cabo Verde tinha em vista fundar uma Associação Desportiva e Recreativa, cujo objectivo secreto era o desenvolvimento da luta anticolonialista. As autoridades opuseram-se à sua formação com o pretexto de que os estatutos inseriam na cláusula segundo a qual os "indígenas" podiam ser admitidos como membros. Perante este obstáculo, um grupo de assalariados e comerciantes, funcionários e estudantes criou o M.I.G. (Movimento para a Independência da Guiné). Finalmente, em Setembro de 1956, no meio duma reunião realizada em Bissau, o M.I.N.G. cedia o lugar ao PAIGC.

Isto reporta-nos a 1948. Foi então que 3 dos estudantes africanos a viver na Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, decidiram formar, se pudessem, um Centro de estudos africanos. Chamavam-se Agostinho Neto, Amilcar Cabral eMário de Andrade e conseguiram, destacando o interesse que tinham nas línguas africanas, obter a autorização necessária. Foi assim que eles adquiriram os meios, que se reuniram para discutir, oficial e oficiosamente, quer de"reafricanizar", aprendendo as línguas dos povos donde tinham saído. Andrade revelou-se poeta na sua língua natal, o Kimbundu. Cabral continuou os seus estudos de hidráulica, tendo em vista ser engenheiro, e Neto, outro estudante Kimbundu, queria ser médico. Ao mesmo tempo as suas discussões políticas começaram a estender-se às vias e aos meios, já vagamente entrevistos, pelos quais eles poderiam ter um papel na libertação dos seus países. Examinaram a estrutura colonial. Pouco a pouco chegaram à conclusão que nenhum progresso real se poderia fazer no interior da organização montada pelos portugueses. Nenhum progresso viria senão depois dum processo de democratização de grande engergadura, e isto, aplicava-se a todos os aspectos determinantes da vida, desde o ensino primário até à direcção política.

As suas discussões não os levaram para além da simples convicção de que um revolução sob uma ou outra forma seria certamente necessária num momento qualquer e tinham esperança de que este momento fosse próximo. Fora disto, conheciam ainda poucas coisas dos seus países, já que a única língua que falavam correntemente era o português.

Separaram-se. Neto sofreu várias prisões políticas. Andrade esteve algum

tempo em Portugal e depois, escapando à perseguição, refugiou-se em Paris onde conseguiu viver como pôde: durante um certo tempo foi redactor chefe da revista PRESENCE AFRICAINE. Cabral regressou à Guiné.

De volta ao seu país, Cabral esteve ao serviço da administração colonial com como engenheiro agrónomo. Mas afinal as suas funções focaram-se principalmente sobre a preparação dum recenseamento agrícola. Era uma sorte. Durante dois anos, de 1952 a 1954, percorreu o país de lado a lado, adquirindo um conhecimento local detalhado penetrando intimamente na existência das aldeias e, muito conscientemente, preparando-se no que viria mais tarde. Já em 1953 a sua Dissertação sobre a Dominação Portuguesa tinha-lhe começado a causar aborrecimentos da parte das autoridades. Ainda uma vez teve sorte. Nessa época o governador era um homem de espírito liberal. Fez vir Cabral e falou-lhe mais ou menos nestes termos: "Bom. Não se ocupe das minhas opiniões. Se começar a arranjar-me questões, meto-o na prisão. Cale a boca ou deixe o país."

Cabral não tinha nenhuma intenção de se calar, não havia então qualquer esperança de viver clandestinamente na Guiné; portanto, ele partiu para Lisboa, esperando o bom momento. Ali, propuseram-lhe alguns lugares em Angola, e no fim de contas ele foi trabalhar numa plantação particular de açucar. Tinha então 33 anos e tudo quanto lhe acontecera parece então ser reforçado as suas convicções. Em Angola ligou-se com um punhado de africanos instruidos que estavam começando a desenhar um movimento de libertação, e em Dezembro de 1956, com o seu velho colega de Lisboa, Agostinho Neto, tornou-se membro fundador do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), necessàriamente clandestino.

Mas conservou o contacto com a sua pátria e, na ocasião duma estadía em Bissau em 1956, alguns meses antes da fundação do MPLA, tomou a direcção da organização do PAIGC, condenado também à clandestinidade. Cerca de 3 anos mais tarde, em 3 de Agosto de 1959, os estivadores de PIDGIGUITI, em Bissau, fizeram greve para reclamar um aumento de salários. Sob as balas da polícia foram obrigados a voltar ao trabalho havendo uma meia-centena de mortos. Bruscamente, toda a situação se agravou.

Um mês depois do massacre de Pidgiguiti, Cabral deixou Angola indo para Bissau disse adeus a sua mãe que ali vivia, tal como vive ainda, e desapareceu da cena legal.

No domingo 19 de Setembro desse ano, os chefes do PAIGC tiveram uma reunião secreta nos arredores de Bissau e declararam-se a favor da luta contra os portugueses por todos os meios possíveis, compreendendo a luta armada. Entre aqueles que tomaram parte nessa reunião encontrava-se Rafael Barbosa, Aristides Pereira, Luis Cabral e Fernando Fortes, sob a presidência de Amilcar Cabarl, o seu chefe reconhecido desde então. Nenhum processo verbal deste acontecimento memorável sobreviveu. Mas um relatório confidencial do Partido, redigido imediatamente depois, dá o seu tom de um modo palpitante e tira as conclusões respectivas.

Convém talvez repetir aqui que os homens e mulheres que fundaram o PAIGC, não tinham nenhuma predilecção pela guerra. Sabiam que ela seria muito longa e pesada em sacrifícios humanos, e não eram nem loucos nem aventureiros. Se não recuavam diante do custo que ela representava, não foi por falta de inteligência ou de moderação, ou por perda do sentido das suas responsabilidades perante o seu povo, mas porque estavam convencidos que não haveria para elesqualquer futuro positivo senão através duma transformação revolucionária, através desta independência e deste direito para dispôr deles mesmos que o regime de Salazar tinha negado sempre e que continuava mesmo a recusar discutir. É assim que os dirigentes do PAIGC poderiam nunca ter acreditado que apelar para o regime de Salazar lhes traria qualquer benefício.

No entanto, não se comprometeram na luta armada senão depois de ter repetido muitos destes apelos a favor duma mudança pacífica. Uma das suas primeiras petições foi comunicada aos portugueses no dia 25 de Setembro de 1960, muitos anos antes do começo do combates. Num memorandum de quatro páginas, este apelo exigia "o reconhecimento solene e imediato dos direitos dos povos guineense e cabo-verdiano à auto-determinação; a retirada imediata das forças armadas portuguesas e da polícia política (PIDE) da Guiné e das ilhas de Cabo-Verde, a amnistia total e incondicional e a libertação de todos os presos políticos e a organização dum processo parlamentar capaz de assegurar aos territórios a criação dos seus próprios orgãos de independência democrática".

É inútil dizer que os portugueses fizeram ouvidos de mercador. Um outro memorandum, dirigido a Lisboa em Dezembro de 1960, propunha um programa de descolonização ainda mais detalhado. Em 13 de Outubro de 1961, uma "carta aberta" ao Governo Português assinada por Amílcar Cabral, aludia à " aspiração dos nossos povos à independência nacional, à paz, ao progresso e à colaboração pacífica com todos os povos incluindo o de Portugal".

Era portanto urgente " que o regime português" seguisse desde já o exemplo de descolonização realizado por outras potências coloniais em África", por:

I. A aplicação imediata das medidas propostas no memorandum dirigido ao Governo Português em Dezembro de 1960, ou:

2. O reconhecimento imediato, diante da opinião mundial e da ONU, do princípi

da autodeterminação dos nossos povos, incluindo a realização, no fim deste ano, duma conferência reunindo os representantes portugueses do Governo Português e representantes da Guiné "Portuguesa" e das ilhas de Cabo Verde, com a seguinte Ordem do Dia:

a) Autodeterminação e independência nacional dos povos da Guiné "portuguesa" e das ilhas de Cabo Verde.
b) Cooperação entre o povo português e os povos da Guiné "Portuguesa" e das ilhas de Cabo Verde".

(BASIL DAVIDSON-RÉVOLUTION EN AFRIQUE,Pag 3I eI07-I08)

c) AS PROPOSTAS PACÍFICAS

"O PAIGC sentia-se naquela época já suficientemente forte para lançar o seguinte aviso:

"Evidentemente, se o Governo Português persiste em recusar-se a reconsiderar a sua posição - a qual despreza os interesses dos próprios portugueses - nada poderá suster o nosso partido no cumprimento da nossa missão histórica: a de travar a nossa luta de libertação nacional, de responder pela violência à violência das forças colonialistas portuguesas, e de liquidar completamente, por todos os meios, a dominação colonial na Guiné "portuguesa" e nas ilhas de Caboo Verde".

Os senhores de Lisboa não responderam mais a esta nota.....

Porém, Cabral e os seus camaradas perseveraram. Preparando-se para a luta, continuaram os seus apelos e as suas propostas com vista a uma solução pacífica. E mesmo quando, em I962, a PIDE e o exército português lançaram uma campanha de repressão sistemática contra o movimento nacionalista que se expandia rapidamente, tanto nas regiões rurais como nas cidades, não deixaram de chamar a atenção para os seus avisos, acentuando que a repressão não poderia provocar senão uma resposta violenta.

Foi nessa altura divulgada a seguinte declaração de Cabral, num comunicado à Imprensa, datado de Dakar em 26/I2/I962: "O Governo português está a provocar na Guiné portuguesa e em Cabo Verde, acontecimentos cada vez mais sangrentos, numa tentativa de quebrar as aspirações do nosso povo à liberdade e à independência." E acrescentava: "Tais acontecimentos provocarão certamente muitas perdas de vidas humanas que bem poderiam ter sido evitadas, e que podem sê-lo ainda na condição de o Governo Português se dispôr a reconsiderar a sua posição e a respeitar, tanto os legítimos direitos do nosso povo como a legalidade internacional. Mas, de qualquer modo, só uma saída é possível: a liquidação total do jugo colonial no nosso país".

As últimas palavras eram sublinhadas muito justamente. Menos de um mês mais tarde, o PAIGC desencadearia as primeiras operações, "replicando pela violência à dos portugueses"; e assim se iniciou a luta armada."

(BASIL DAVIDSON - Révolution en Afrique, pag.I09/II0)

2- O DESENCADEAR DA GUERRA E O PAIGC

Os colonizadores tiveram uma única resposta às propostas pacíficas dos guineenses: a violência. Não é por acaso que nas 3 colónias portuguesas em guerra, a luta irrompe depois de um massacre de populações africanas. No caso da Guiné, o rastilho acendeu-se em Pidgiguiti no ano de 1959, um rastilho que começa a explodir na guerrilha a partir de 1963.

Os documentos agora transcritos mostram-nos a gestação da guerra, a mobilização do povo e o seu enquadramento político.

a) A MOBILIZAÇÃO POPULAR

"Depois da criação do partido em 1956 houve um outro momento de grande importância, em 1959, quando os portugueses fizeram um massacre de Pidgiguiti, que desencadeou uma grande indignação a todo o povo da Guiné e de Cabo Verde. Esse momento marca um ponto decisivo, porque provou que o partido seguia uma linha errada, que não tinha qualquer experiência. Nessa altura, o partido não sabia nada do que se estava a passar no mundo e eramos obrigados a avançar empiricamente. Eu só em 1961 é que conheci as obras de Mao Tsé Tung. A falta de experiência levou-nos a pensar que podíamos lutar nas cidades por meio de greves e de outras acções; mas estavamos enganados e a realidade do momento provou-nos que isso não era possível.

Nesse mesmo ano, depois da independência da Guiné em 1958, criaram-se pequenos grupos e, depois, em 1959 o partido conseguiu agrupá-los de um modo coerente à volta dele. Desde então passa a haver uma única organização e nunca mais ninguém afirmou pertencer a outro grupo. Isso provava a confiança que as pessoas tinham na Direcção do partido. Em Setembro de 1959, pouco mais de um mês do massacre de Pidigguiti fizemos em Bissau uma confrência clandestina que originou uma viragem total e o carcter da nossa luta. Foi nessa altura que nos começamos a preparar para a luta armada e que decidimos ir para o mato. O próprio presidente do partido, o camarada Rafael Barbosa foi o 1º a ir para lá para nobilizar gente, para aí formar elementos do partido. Os nossos militantes da cidade também foram,operarios, pequenos empregados,etc., todos partiram para o mato para nobilizar a população .

Um outro momento capital foram as medidas tomadas pelo partido para apoiar a luta dos angolanos através de acções directas nas nossas regiões em Agosto de 1961. Fizemos algumas sabotagens importantes. Os portugueses, em resposta, désencadearam uma grande repressão contra o nosso povo, o que ainda tornou mais agudas as contradições entre nós e eles e conduziu-nos irremediàvelmente à luta armada. A grande vaga de repressão desencadeada pelos portugueses - durante a qual foi preso o camarada Rafael Barbosa não conseguiu fazer-nos renunciar ao nosso desejo de nos libertarmos. Pelo contrário isso galvanizou a vontadode fazer avançar a luta e de provar aos portugueses que nada nos poderia deter.

No principio do ano de 1961, os portuguesesconseguiram prender 2[illegible] membros do Partido, entre os quais Fernando Fortes, Epifânio e outros, alguns dos quais eram dirigentes do partido. A grande movimentação que se fez nessa altura, obrigou os colonialis a leva-los ao tribunal e a libertar a maior parte deles. Isso deu-nos um grande prestigio e contribuiu para enraizar mais profundamente, no nosso povo a ideia da luta."

b) DE PIDGIGUITI À GUERRILHA

O PAIGC (Partido Africano Para a Indepêndência da Guiné e do Cabo Verde),Foi fundado em Bissau em 1956. Ao principio, os adrentes eram empregados,pequenos funcionários, grupos de diversas proveniências. Certas forças no interior do Partido pensavam que se podia chegar à independência por meios pacíficos (a exemplo de outros paises africanos) e trabalhavam nesta direcção. Mas uma greve dosestivadores do porto de Pidgiguiti em Bissau, a 3 de Agosto de 1959, teve como resultado dissipar qualquer ilusão aos teóricos da "via pacífica". Esta greve foi organizada por diversas formações politicas clandestinas entre as quais o PIGC; as tropas portuguesas intervieram atirando sobre a multidão de manifestantes e provocando mais de 50 mortos.

Imediatamente depois deste episódio, foi convocada uma reunião secreta das diversas forças de oposição ao regime colonial presidida por Amilcar Cabral. Nesta reunião decidida a fusão de todas as organizações no PAIGC e a criação de uma frente que tinha por fim a independência da Guiné, a conquistar por qualquer meio. Durante esta mesma reunião foi tomada a decisão de enviar ao estrangeiro (particularmente para a Republicavda Guiné, que era então um dos raros países independentes da Africa uma série de quadros para estudar os processos o estabelecer os prazos que permitissem desencadear a luta armada pela libertação nacional, a qual, perante as atitudes do colonialismo português representava a unica maneira de obter a indepêndência. No ano seguinte, pelos fins de 196[illegible], os homens formados no nucleo do PAIGC em Conacry, foram enviados para o interior do território de Guiné, para começar a nobilização política das massas rurais, em vista ao começo da luta armada.Era particularmente dificil: era preciso sobretudo convencer os camponeses analfabetos do interior, que o patrão branco, o homem que até aqui os havia explorado com trabalhos forçados, não era invencível. Para o vencer, era no entanto necessária a solidariedade de todo o povo

Um ano deveria passar antes da realização das primeiras operações de sabotagem contra as forças armadas portuguesas ou contra os agrupamentos de colonos (que em breve foram obrigados a refugiar-se nas cidades.)

Só em 1963 foi desencadeada a ofensiva geral organizada pelos guerrilheiros.

(in GUINEA-BISSAU)

c) UM POVO EM LUTA

O PAIGC foi fundado na clandestinidade em Bissau - em Setmbro de 1956. Nessa altura, só alguns dos 8.[illegible] assimilados que a Guiné tinha eram sensiveis a uma re-africanização e à ideia de uma indepêndência nacional. Eram na sua quase totalidade elementos que estudavam ou tinham estudado em Portugal. O aparecimento da Pide na Guiné, em 1957, obriga o partido clandestino a um cuidado extremo na sua acção. Pouco a pouco vai-se popularisando junto das massas urbanas a ideia da indepêndencia e de uma luta comum com Cabo Verde.

Em Agosto de 1959, uma greve no porto de Pidgiguiti é reprimida pela tropa que causa 50 mortos. Nessa altura formam-se em Bissau pequenos grupos nacionalistas e decide-se preparar as condições para uma luta armada e fazer incidir o máximo do esforço na mobilização do camponeses.

Em 1961, o PAIGC continua a preparar minuciosamente as condições politicas para a luta armada. Em fins de 1962, antes do aniversario do massacre de Pidgiguiti são presas em Bissau 2000 pessoas. Em Setembro do mesmo ano, depoois de uma conferência que se realiza em Conakry, na vizinha Rep. da Guiné, o Partido decide começar a luta armada custe o que custar. Assim em Janeiro de 1963, começam no sul as guerrilhas.

Em Fevereiro de de 1964, o congresso do Pratido reliza-se no mato. Finalmente em 1965, as zonas que são controladas pelo PAIGC representam cerca de metade do país.

Em todo o território a estrutura de base é a seguinte: comité de "tabanca" (aldeia) formado e eleito pelos aldeões; comité de zona a que pertencem os representantes das tabancas; comité de região (o território está dividido em 7 regiões ao Norte e 6 ao sul)e, por fim, o comite inter regional dividido pelo partido.

As dificuldades encontradas pelo PAIGC desde o início da luta têm sido numerosas: umas provêm das contradições nascidas das estruturas patriarcais e tribais (o problema dos chefes), outras da existência de factores mágico-religiosos que, no entanto, estão a desaparecer, e outras ainda do baixo nível das forças produtivas (ignorância, ritmo de trabalho muito lento).

Dum modo geral os camponeses mostraram-se reservados no início da luta. A terra é abundante, oque permite uma economia de subsistência fora das zonas de plantação, com a mão de obra assalariada, não existe o problema da reforma agrária. Desde o início que se nota uma adesão muito maior da parte dos animistas. Os balantas, grupo étnico mais numeroso da Guiné(30% do total) e o mais representativo dos animistas, foram os que mais cedo aderiram à luta. Isto explica-se em parte pelo seguinte: a administração colonial tinha-lhes imposto chefes muçulmanos que os exploravam duplamente; contràriamente aos Fulas e Mandingas que viviam do comércio e mais exactamente do tráfico com o Senegal , os Balantas que eram ùnicamente agricultores, sofriam por isso uma exploração total quando a administração colonial vinha receber o imposto: um roubo tem tanto mais valor quanto mais perigosas forem as condições em que ele se realizou.

Aderiram à luta: os pequenos proprietários rurais(chamados pontoiros); os assalariados que não formam uma classe operária no sentido clássico do termo (a categoria mais combativa foi recrutada entre os assalariados do porto de Bissau e dos transportes fluviais; um grupo minoritário da pequena burguesia urbana; e a juventude urbana, onde foram recrutados os quadros médios do PIGC.

Por outro lado encontrou-se uma nítida resistência de adesão nos Fulas onde o domínio dos chefes, totalmente devotados ao colonialismo português é grande: Os grandes chefes Fulas e Mandingas e as grandes famílias senhoriais Fulas colocaram-se ao lado do colonialismo, o mesmo acontecendo ao grupo minoritário da pequena burguesia urbana, que a guerra enriqueceu devido ao auxílio concreto que fornece à PIDE e a um tipo de proletariado que provém de um exodo rural e onde a PIDE encontra alguns elementos.

3. OS PORTUGUESES FAZEM A GUERRA

Nós conhecemos os soldados portugueses regressados da sua "comissão de serviço no Ultramar" e estranhamos o silêncio que eles guardam a respeito da guerra: preferem não falar das muitas atrocidades de que foram expectadores ou mesmo autores, muitas vezes contra a própria vontade. O soldado tem consciência de que foi cúmplice, talvez impotente, duma máquina criminosa de guerra.

Esses crimes do exército foram denunciados, quanto à Guiné, por Amilcar Cabral junto da ONU- poderemos ler a seguir passagens do seu relatório, onde o secretário geral do PAIGC denunciava também as violações dos direitos humanos de que foram vítimas os seus compatriotas. Ao guineense era proibido mudar de residência sem autorização da autoridade administrativa, não podia eleger os seus chefes tradicionais, as penas de prisão podiam ser substituídas por trabalhos forçados, via-se limitado no seu direito de propriedade,etc. É evidente que o facto da guerra veio agravar todo o sistema de opressão e de violação de direitos.

O relatório de Amilcar Cabral vem aqui acompanhado de outros testemunhos sobre a maneira como os portugueses fazem a guerra.

a) O RELATÓRIO DE AMILCAR CABRAL

"Senhor Presidente, já ouviu falar do massacre de BIDGIGUITI. Era uma greve. Sei que não tem incumbência de ouvir testemunhos sobre greves. Mas se defende os direitos do Homem...E soube que 50 dos nossos compatriotas, trabalhadores africanos, foram mortos durante esta greve pela polícia e pelos militares? Queremos dizer-lhe

aqui que dezenas de aldeias foram massacradas e compatriotas nossos, como Vitorino Costa, Bernardo Soares e outros (já demos estes mesmos nomes à ONU), foram cobardemente assassinados pelos colonialistas portugueses. A Vitorino Costa cortaram a cabeça. Esta cabeça foi mostrada através das aldeias. Bernardo Costa foi queimado vivo, regado com gasolina. Outros compatriotas nossos foram deitados ao rios, com os pés e as mãos atados, com pedas para fazer peso. Aliás Senhor Presidente, podemos ler um testemunho dos portugueses àcerca desta questão. Se permite, Senhor Presidente... Por exemplo, traduzido do português, do jornal "Portugal Democrático", de Dezembro de 1963:

" ATROCIDADES NA GUINÉ - no dia 12 de Novembro de 1962, o capitão Correia Curto capturou quatro patriotas do PAIGC, durante uma missão de reconhecimento. Como se recusasse a falar, ele mandou abrir um buraco e atirou-os para lá, regou-os com gasolina e assistiu sorrindo, ao auto-de-fé. Em 25 de Outubro de 1962 o Sargento miliciano Carlos Quitas, da 4ª companhia de Caçadores especiais, metralhou um guinéense que fugia com duas crianças. Depois mandou que fosse enterrado vivo num buraco fento de próposito. Como a vítima não cabia no buraco, dois soldados, Joaquim Pedro de Portalegre, e José Gonçalves, nascido em Faro, cortaram-lhe as pernas antes de o enterrarem, ainda vivo. Em 4 de Fevereiro do ano em decurso, 1962, o alferes Delfim Pena, do 5º Batalhão de Caçadores Especiai depois de ter ordenado que um prisioneiro, atado a uma àrvore de cabeça para baixo, fosse chicoteado, mandou que o mesmo fosse queimado, e foi ele mesmo, o alferes, quem lhe deitou o fogo".

Mas queria ler-lhe, por exemplo, algumas passagens da circular nº3 do Alto Comando Português àcerca dos prisioneiros. Depois de certas considerações, ela diz: "Seguindo a ética dos exércitos, um combatente que seja feito prisioneiro sem uniforme, deve ser fuzilado". Ora nós, nós somos pessoas... - como sabe muit bem, Senhor Presidente, já que foi um "partisan" para libertar o seu país da dominação nazi - nós não temos uniformes, porque se se esperasse uniformes para libertar um país, para lutar pelos direitos do Homem, estava-se perdido. No entant eles dizem que aquele que fôr apanhado sem uniforme deve ser fuzilado.

É ESTA A CIRCULAR DO EXÉRCITO PORTUGUÊS CITADA POR CABRAL :

Quando é feito prisioneiro pelo inimigo, um militar que combate à sombra de uma bandeira e que enverga uniforme, tem direito a que o respeitem, como soldado que é. Não é obrigado senão a declarar o nome, o número da matrícula e a unidade a que pertence.

Porém, o terrorista não é um soldado, pois não está sujeito, durante o combate, aos riscos inerentes ao uso de um uniforme que o identifica como combatente inimigo. Foge, esconde-se, mistura-se com a população. Está mais próximo do assassino do que do militar. Segundo a ética dos exércitos, um combatente aprisionado sem uniforme é fuzilado. Mas é importante fazer prisioneiros. Só eles no podem fornecer informações e éesta a razão pela qual não os fuzilamos, pois teríamos para isso o direito do nosso lado, por combaterem sem uniforme.

O terrorista deve pois ser interrogado com eficácia. Nem todos poderão responder de igual forma às perguntas que lhes fazemos àcerca da organização a que pertencem. Mas todos sem excepção , deverão fornecer-nos informações sobre os chefes directos, os seus camaradas habituais, os seus subordinados - e onde eles têm podido operar . Procedendo desta maneira , nós conseguiremos descobrir onde se esconde a sede do terrorista e onde a destruir. Se não obtivermos estas informações dum terrorista, é porque somos incapazes e irresponsáveis.

Deve dar-se-lhes a oportunidade de falarem por sua própria iniciativa. Mas se não o fizerem, será preciso adoptar medidas eficazes que o convencerão ràpidamente a colaborar, até ao ponto de ser fuzilado, como a ética militar preceitu com respeito a todo o combatente aprisionado sem identificação da sua unidade.

Não se procura pròpriamente torturar, trata-se apenas de uma questão de eficácia. No combate joga-se a vida à vida. Não dês ao inimigo ocasião para te abater. Faz a guerra com eficácia.

O meu colega aqui do lado mostra-me ainda um outro caso que, se o permitir eu citarei. Descreve uma determinada missão (Portugal Democrático, de Fevereiro de 1966):

" Chegados ao lugarejo da Ana Beafada, situado a 8 km. de Fulacunda " - é no sul do meu país - "verificámos que a população tinha fugido para o mato quando pressentiu a aproximação das tropas. Na fuga precipitada, não tiveram tempo de levar com eles uma velha doente e cega que encontramos numa cabana. Pressentido a aproximação das tropas, a infeliz mulher perguntou, julgando talvez que era os seus familiares quem se aproximava: - Quem está aí? A resposta foi brutal : - Vamos dizer-te quem está aqui! Quase a arrastá-la, dois soldados conduziram-na

à presença do capitão. (Deixo aqui o nome completo deste canalha - foi um soldado português, Rui Jorge Pires, que foi soldado de infantaria das nossas tropas, que deu este testemunho - Luís Soares dos Reis Gonçalves, para que um dia ele possa responder num tribunal por crimes de guerra). - Meu capitão, encontramos esta velha numa palhota. Que vamos fazer dela? - Matem-na ! Foi a resposta seca do assassino. E ele descreveu o que fizeram da pobre mulher, que foi morta com rajada de metralhadora g3 na cabeça. E isto passou-se com uma velha do nosso país, Senhor Presidente (...) (...) são crianças feridas, são aldeias e aldeias destruídas pelos bombardeamentos portugueses, são camponeses que ficam nas aldeias. É tudo isto - as crianças com as aldeias destruídas pelos bombardeamentos . São mulheres do nosso país mutiladas pelos ataques das armas portuguesas. Eis aqui, Senhor Presidente, Nao somos só nós que testemunhamos sobre isto. Jornalistas estrangeiros já o fizeram e continuarão a fazê-lo cada vez que visitarem o nosso país. Poderia citar, por exemplo, se o permitir, Senhor Presidente, o jornalista Basil Davidson no jornal " THE TIMES", de 1º de Novembro del967, que assistiu, ele próprio a bombardeamentos. O jornal "The Times" é bastante conhecido, a sua reputação não permite dúvidas, leio isto em inglês :

"Não estive presente em nenhuma acção entre nacionalistas e portugueses.Mas testemunhei vários bombardeamentos aéreos de aldeias e arrozais por pequenos bombardeiros a jacto. Vinham sobre nós em grupos de 3, normalmente, por volta das onze demanhã, e prudentemente, bombardeavam duma altitude de cerca de 4.000 pés (1.300 metros) " - já que nesta região nós temos algumas armas anti-aéreas.

" A maior parte desses ataques eram feitos com bombas altamente explosivas. Mas no dia 9 de Outubro os portugueses lançaram napalm. Uma bomba de napalm acertou em cheio - tinham tentado durante meses..."

"Vi os seus rolos de grosso fumo preto, e no dia seguinte vi um ferido, um camponês balanta de 23 anos chamado Tangbata, deitado com os braços e as pernas ligados num hospital de guerrilheiros, perto de Cacine. Também fotografei fragmentos duma bomba que não tinha explodido. Para aqueles que perceberam mais destas coisas, faço notar que num destes fragmentos estava escrito PCM -L-55 napalm 300 Mg. - 350 M/61. Tanto quanto sei, os portugueses importam o napalm, tal como os bombardeiros a jacto, de aliados da NATO".

É esta a opinião do jornalista Basil Davidson no jornal "The Times" de 1º de Novembro de 1967.

Mas temos aqui um outro testemunho: o dum africano, no jornal "Jeune Afrique", de 17 de Julho de 1966. Este jornalista Justino Vieira, fez uma reportagem sobre o nosso país. É um cristão, um católico. Chegou num Domingo e assistiu a um bombardeamento contra uma das mais belas aldeias do nosso país no norte - Djagali Eu próprio estava lá e o recebi. Ler-lhe-ei algumas passagens:

"Uma adolescente gritando loucamente corre ao nosso encontro. Chegava da aldeia de Djagali, que os aviões portugueses acabavam de bombardear. Parece ter saído dum pesadelo e conta-nos que há mortos por toda a parte. Eu para fazermos um desvio por ali.

" Em "Djagali (60 habitantes) espera-nos um horrível espectáculo: a angústia dos camponeses que não sabiam o que fazer dos sete cadáveres estendidos na poeira e dos feridos transportados para a sombra das bananeiras . Uma mãe chora um filho de quatro anos, cujo cadáver está coberto de folhas verdes. Um muçulmanno recita orações perto de Ansu Mané (50 anos), que morreu cinco minutos depois da nossa chegada. Sua mulher tinha morrido instantaneamente. Demos uma volta para ver os cadáveres. Tive dificuldade em aguentar esta visão, no entanto, apesar do horror, preparo a minha máquina fotográfica."

b) BOMBARDEAMENTOS A NAPALM:

"Na sua análise, feita a próposito do primeiro ano de luta, Cabral afirma que os portugueses tinham sido apanhados de surpresa pelo início da guerrilha. A sua reacção tinha sido de raiva. Começaram a bombardear indiscriminadamente as aldeias e tudo o que se movimentava na floresta. Uma táctica que foi seguida até hoje. Mas, sobretudo, ao princípio, os bombardeamentos causaram verdadeiros massacres. Após a primeira surpresa, a população aterrorizada, tinha-se dispersado pelo mato, passando duma vida organizada ao nível das comunidades de aldeias, a uma vida caracterizada pela perda de todos os contactos humanos, uma vida marcada pelo medo e pelo combate para conseguir sobreviver com aquilo que a floresta lhes oferecia. Era sem dúvida uma repressão cultural que poderia ter sido desastrosa - - justamente no quadro da continuação da luta contra o colonialismo português - se o Partido não tivesse intervido para reorganizar no mato as comunidades que aí se tinham disseminado.

As aldeias que eram antes construídas nas clareiras abertas da floresta, foram reconstruidas, camaflando-se perfeitamente na densa vegetação tropical. Mas não se tratava apenas disso: com as aldeias construiram-se escolas, centros médicos, armazéns de abastecimentos; estou convencido de que um avião, passando sobre

os territórios livres da Guiné-Bissau, não pode sequer ver o tecto duma cabana. É por esta razão que os portugueses bombardeiam às cegas, das suas bases e aviões, sem saberem exactamente para onde atiram e se, de facto, atingiram algum objectivo."

(in GUINEA - BISSAU)

"Numa palhota sombria está Tengbatu, um soldado balanta. Uma grande estatura, tornada enorme pelos pensos que lhe cobrem quase todo o corpo. Mais ou menos 23 anos. Uma enfermeira intervém. O médico tranquiliza-a. Diz-nos: "Queimaduras do 3º grau, sòmente nas extremidades: salvé-lo-emos." Alguns dias mais tarde, o exército transfere Tengbatu para um hospital principal próximo de Boké, na República da Guiné. Ele estará no mesmo barco que eu.

No dia seguinte de manhã , de volta ao campo da base de Guitafine, percorro o terreno de manobras e encontro, ao abrigo de um telheiro, uma grande bomba de napalm não explodida lançada ao mesmo tempo que aquela que queimou Tengbatu. Via-se claramente a inscrição da sua identidade: FCM-1-55NAPALM 300kg. -350 LM/61. Portanto ela faz parte do material militar fornecido a Portugal pela Organização do Tratado Atlântico Norte. Para a defesa do mundo livre. Estranha região deste mundo livre.

O napalm, como "altamente explosivo", foi utilizado pelos portugueses em África desde os primeiros meses da revolta dos angolanos em 1961. Empregam o napalm em grande quantidade, embora não o fabriquem eles próprios, tal como não fabricam os bombardeiros .Os pequenos hospitais e dispensários da Guiné controlada pelos guerrilheiros estão cheios das suas vítimas, e não sòmente os homens,mas igualmente, mulheres e crianças. Alguns morrem, outros ficam mutilados."

(BASIL DAVIDSON - REVOLUTION, pp. 23-24)

e) <u>ENTREVISTA COM UM DESERTOR PORTUGUÊS (1969)</u>:

- Como se chama?
-- Manuel Fernando de Almeida Matos. Era operário textil no Porto. Nasci no Porto.
- Quando embarcou para Guiné?
- En 1º de Janeiro de 1968.
- Qual o seu posto no exército ?
-1º Cabo, especialista em norteiros.
-Que viu na Guiné ?
-Estive operacional todo o tempo. Um dia saímos numa operação entre Bula e Co Pelago, comandados pelo sargento-ajudante Bartolmeu Velho e pelo sargento Tavares. Uma vez chegados à aldeia, cercamos a população e o sargento-ajudante disse-nos: "Matem-nos todos! Respondemos: "Nós não os matamos, porque são todos velhos e mulheres"; então o sargento-ajudante pegou na sua arma e com uma rajada matou oito. O sargento Tavares matou seis, e depois disse-nos: "Se não os matarem, quando chegarmos a Bula, acuso-vos de insubordinação. Cobardes - e despacho-os para o forte na primeira ocasião."
-E depois o que se passou ?
-Fizemos outras operações com prisioneiros, em Bula, quando chegamos a Bula o 2º sargento da minha companhia que era enfermeiro, pegou num deles, cortou-lhe uma orelha, e meteu-a num frasco de álcool e disse-nos que era para levar para a sua casa na terra, depois matou-o.

O recurso às aldeias estratégicas, notava Cabral em Dezembro de 1966, não deu os resultados esperados. Criadas sobretudo nas zonas submetidas à influência de certos chefes tradicionais , nomeadamente no Gabu, estas aldeias foram objecto de violentos ataques das nossas forças que destruiram várias. As populações , mais realistas que os chefes, fogem agora das aldeias, preferindo refugiar-se nos países vizinhos, Senegal Oriental e Guiné do Noroeste, ou dirigir-se para as zonas libertadas ou centro urbanos.

Aliás, informações provenientes dos meios colonialistas,dão notícia duma crescente baixa no moral das tropas portuguesas. Nas casernas e nos campos fortificados, os conflitos tornam-se mais frequentes. Depois da tentativa da rebelião armada surgida em 1965 no seio das Forças Aéreas, que deu origem à prisão de mais de uma centena de militares, entre os quais um oficial superior condenado a 28 anos de cadeia... por razões compreensivas, a deserção não atinge números importantes sobre o próprio território. Três militares portugueses conseguiram reunir-se a nós durante os seis últimos meses . Mas é mesmo em Portugal que a recusa da guerra apresenta uma considerável amplitude. Mais de 7.000 jovens, recrutados pel

pelo exército e destinados principalmente ao nosso país, conseguiram desertar e esconder-se no campo ou ir para o estrangeiro , particularmente a França ."

-E... voltamos à primeira operação, está bem? O oficial e o sargento deram ordem de atirar, e vocês recusaram?

-Nós recusamos, queríamos partir, os velhinhos podiam ser nossos avós e as crianças nossos filhos, ou mesmo nossos irmãos pelo, pegando na arma , com uma rajada...

-Eles não eram guerrilheiros, eram da população civil?

-Eram civis, não passavam de velhinhos, homens só havia quatro ou cinco.

-Havia raparigas?

-Sim, moças muito novas.

-Que fizeram dessas raparigas?

-Violaram-nas ! O que esperava?

-Quer-nos descrever como se passou?

-O sargento-ajudante Velho disse-nos para meter os velhos e as crianças numa casa; as raparigas fora. Nós fechamo-los, deitamos fogo àquela palha que cobre estas tabancas e eles morreram todos queimados. Depois ele agarrou na melhor.

-O sargento-ajudante?

-Isso mesmo. O sargento-ajudante pegou na melhor que havia, violou-a e matou-a com uma rajada.

-E o sargento?

-Também. Também violou uma e matou-a; alguns cabos e soldados , os que eram mais assassinos, violaram as raparigas . Violaram-nas e no fim mataram-nas todas. Quando chegamos a Bula, o sargento -ajudante Velho disse-nos que tinhamos partido para fazer uma operação... que tinhamos caído numa emboscada, já no interior da aldeia, e que tinhamos sido obrigados a queimá-la; aqueles que dissessem que isto não se tinha passado assim , ele tê-los-ia debaixo do olho e, na primeira ocasião metê-los-ia no forte.

-O sargento-ajudante não queria que vocês contassem como as coisas se tinha passado?

-Isso mesmo. Eles eram sòmente velhos , mulheres , crianças. O sargento-ajudante queria que se dissesse que eles eram homens armados que nos tinha feito uma emboscada.

-Tinha já assistido a outros crimes, a outros acontecimentos semelhantes?

-Sim, muitos. Vi cortar orelhas a prisioneiros em Bula. Vi um homem do mato atado a uma àrvore e ficar cinco dias sem comer; vi-o eu próprio, digo a verdade. Vi-o assim, ficou cinco dias sem comer; quando pedia àgua, iam buscar gasóleo, e davam-lho a beber. No quinto dia regaram-no de gasóleo e queimaram-no.

-Quem fez isso? Quem é o responsável desse acto?

- O Capitão da minha Companhia.

-Lembra-se ainda de outros episódios como estes o doutros oficiais ou sargentos responsáveis?

-O sargento-ajudante Ramada era também um assassino.

-Que fez ele?

-Um dia entre Bula e Binar, vimos uma mulher entre os 60 e os 65 anos que não tinha feito nada. Andava, simplesmente. Então o sargento-ajudante disse-nos: "Olhem uma Turra"! , com uma rajada cortou-lhe as pernas e deitou-a por terra. Eu revoltei-me contra isto, e outros também, deixar assim uma mulher de pernas cortadas, uma mulher que não tinha feito a mal a ninguém.

-É católico?

-Sou católico.

-Como reagiu diante disto? Quais são os sentimentos que experimentou diante deste acto?

-Eles dizem que estão a defender a civilização humana, mas afinal não fazem mais do que um terrorismo; o napalm, cortar as orelhas, os dedos, violações; penso que tudo isto não são actos de quem civiliza. Eles fazem terrorismo, não civilizam nada.

-Foi por causa disso tudo que desertou?

-Desertei. Repugnava-me ver isto, matar mulheres, crianças, tudo. Isso repugnou-me.

-Teve alguma actividade política em Portugal?

-Não, nunca tive nenhuma actividade política.

(in LUTA DE LIBERTAÇÃO NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS
pag. 27-30)

4 - A SITUAÇÃO MILITAR

Novamente uma versão algo diferente da que é dada pelos boletins informativos das forças armadas: alguns apontamentos sobre a situação da guerrilha e a experiência dos combatentes.

a) UM BALANÇO DA GUERRILHA:

"Podemos dizer que a luta armada se integrou mais na população do que a população na luta armada. Havia dezenas e dezenas de jovens prontos para o combate, mas não tínhamos armas. Começámos por criar grupos autónomos de guerrilheiros nas regiões que acabo de mencionar. Cada grupo estava ligado à direcção do Partido. Isto passava-se em fins do ano de 1963. A luta evoluiu muito mais rápidamente do que o que tínhamos imaginado(lembremos que em 1961, quando decretamos as sabotagens e pedimos à população que obstruisse as estradas com árvores, os chefes do Partido ficaram admirados com o trabalho magnífico que se fez). Mesmo em regiões onde esta ordem não tinha sido dada, as pessoas mobilizaram-se para obstruir as estradas, mostrando assim o seu desejo de colaborar.

Dada a integração total da população à guerrilha, verificamos com estes grupos que alguns chefes da guerrilha se tornaram demasiado autónomos, não propriamente em relação à direcção(realmente estavam ligados à direcção superior do Partido) mas sim, em relação a certos chefes que se teriam podido encontrar na região. Surge então certas tendências para o isolamento, para o desconhecimento mútuo, a não coordenação das acções. Perante esta situação decidimos reunir o congresso em 1964, o que marcou um momento culminante da nossa luta. Nesse congresso tomaram-se sérias medidas disciplinares e, entre outras, as de julgar e condenar determinados chefes guerrilheiros. Foi-nos necessário passar a uma direcção colectiva da guerrilha, que ficou sob a direcção do Conitê do Partido.

Para nós não pode existir polémica acerca do comando, ou seja, se este pertence ao partido ou às forças armadas, pois consideramos que o Partido e as forças armadas são uma só coisa. Criamos zonas e regiões com os comités do Partido correspondentes, de forma que o dirigente do Partido era ao mesmo o comandante da guerrilha. O estado de coisas melhorou bastante embora ainda não fosse perfeito.

Além disso, durante o congresso decidimos mobilizar uma parte das forças da guerrilha para criar forças regulares e assim estender a luta a novas zonas. Segundo a nossa experiência não é necessário mobilizar toda a população para a guerrilha, mas sim, um certo número de pessoas . Assegurando este número, pode avançar-se com as forças armadas e mobilizar o resto.

Uma vez reestruturado o aparelho político-militar, organizamos emboscadas, pequenos ataques contra os portugueses, além doutras acções, que foram aumentando até atingirem o grau de desenvolvimento que hoje tem a luta.

Com a criação de forças armadas regulares podemos abrir novas frentes de luta: a de Gabu, no leste do país; as de S.Domingos e Boé. Nessa altura ainda não falavamos de frentes mas de regiões e de zonas de luta que se confundiam inteiramente com as regiões e zonas de Partido. Depois, à medida que a guerrilha se avançava, o inimigo foi obrigado a retirar-se para os centros urbanos, e a construir praças fortificadas. O inimigo vive numa profunda contradição: se quer dominar é obrigado a dispersar-se para controlar as populações, mas, ao fazê-lo, enfraquece. Então, nós atacamos e obrigamo-lo a concentrar-se, e quando se concentra, dominamos nós as vastas regiões existentes.

Em seguida, foi possível criar verdadeiras frentes da batalha. Inicialmente, havia apenas a Frente do Norte e a Frente do Sul, depois com o avanço da luta, fizemos a Frente Leste. Actualmente, as nossas Forças Armadas formam um Corpo de exército em cada frente e podem dispersar-se em qualquer parte da frente. Mas na etapa seguinte, poderão dispersar-se em conjunto para qualquer frente, se tal fôr necessário. Por exemplo, há poucas semanas, alguns corpos do exército vieram de locais diferentes e fizeram uma campanha geral com o corpo de exército local, no decurso da qual foram atacadas todas as casernas portuguesas do Quinara . Insisto em sublinhar que a direcção da luta é a direcção do Partido. No seio da Comissão política existe o conselho de guerra que eu próprio presido, na qualidade de secretário geral do Partido. Não há uma acção militar importante , no país, que não me passe pelas mãos . Na época de frentes, os sectores, e as unidades gozavam de autonomia para as acções normais, quotidianas, dentro da linha estabelecida. Mas já nessa altura, qualquer modificação, qualquer nova acção de envergadura passava pelas mãos do conselho de guerra e portanto pelas minhas.

Os comandos das frentes são os elementos executivos das decisões tomadas pelo conselho de guerra. Por exemplo, o ataque ao porto de Bissau foi planificado por nós com todas as precauções. O único contratempo foi o de se não ter realizado na data marcada, por terem surgido dificuldades materiais; houve um atraso de alguns dias;

nas foi planificado por nós no decurso de uma reunião com todos os camaradas. Escolheram-se mesmo os homens que deviam tomar parte na acção. Isto dá uma ideia do grau de centralização do trabalho.

No que respeita à evolução da luta pròpriamente dita como guerrilha, consideramos que a nossa se desenvolve como um ser vivo em que se manifestam etapas sucessivas de crescimento. Muitas das vezes, uma das etapas é rapidamente ultrapassada, outras vezes, demora muito tempo. Não forçamos nenhuma etapa. De cada vez que uma se esgotava, avançavamos um pouco mais. Isto harmonizou a luta. No início não se falava de exército e ainda não falamos de estado maior. Criamos pequenos grupos que se dedicavam à guerrilha, às suas actividades e que se estreitavam, e ao estreitar-se, acabaram por constituir um exército, as forças regulares. Hoje todas as forças de guerrilha pròpriamente ditas, são regulares. Todas são rigorosamente controladas e inspeccionadas.

Actualmente, as forças armadas do nosso Partido são compostas pelas forças regulares e, além destas, pela milícia popular armada nas regiões libertadas. Devo notar, que, a princípio, tinhamos bases guerrilheiras que eram autenticas aldeias, que fomos suprimindo pouco a pouco: reduzimos as bases, dividindo-as em duas ou três e, em seguida, chegamos a um estado em que pudemos dar a seguinte ordem: eliminemos este género de bases. Hoje, já não existem; há por um lado, as aldeias de população e por outro, pontos de apoio das forças armadas. Isso foi extraordinàriamente útil, pois houve uma altura em que os portugueses tinham todas as nossas bases assinaladas nos seus mapas de estado maior e tencionavam bombardeá-las. Conseguiram bombardear algumas, mas já lá não estava ninguém, pois tinhamos acabado o tempo com essas famosas bases de guerrilha (...) O ano de 1968 foi para nós extraordinário em vitórias militares e políticas.

Há mais dois acontecimentos significativos : a viagem de Américo Tomás e a partida do governador. O facto de Américo Tomás ter feito uma visita à pressa, de avião a algumas aldeias, e por outro lado, a retirada do governador que estava na Guiné, tudo isto é uma vergonha. É verdade que o governador tinha terminado o seu tempo de serviço. Mas qual é o general que se afasta, no fim do seu tempo de serviço quando está a ganhar uma guerra? O ano passado, foi, sem dúvida, um ano de êxitos, embora isso não signifique que não tenhamos sofrido algumas reveses; é normal na guerra. Atacamos todos os centros urbanos do país, excepto Bissau se não contarmos com o ataque ao aeroporto. Centros como Bafatá, Gabu, Farim, Mansoa, Gansumbá e Bolama foram atacados várias vezes; fizemos um certo número de prisioneiros; houve várias deserções e destruimos, o que nunca tinhamos conseguido, um grande número de barcos portugueses.

O saldo das nossas operações de 15 de Abril a 15 de Novembro do ano passado é o seguinte: 251 ataques a casernas portuguesas, dois ataques a aerodromos, 2 ataques a portos, 94 veículos destruídos, 37 barcos afundados, 4 aviões abatidos, e etc. e calcula-se em 900 pelo menos , inimigos mortos e 12 prisioneiros. 1968 foi um ano de vitórias(se bem que em 1967 também tenha sido para nós , um ano magnífico) no aspecto político, administrativo, social, cultural, etc. e aquele em que as nossas forças realizaram acções extraordinárias que obrigaram os portugueses a evacuar algumas das suas praças fortificadas, como por exemplo, Beli no Leste; Cacaca e Sanchomba, 2 acampamentos muito importantes junto da fronteira sul, 9 acampamento a sul e no leste do país. Isto porque a luta atingiu uma nova fase de desenvolvimento e porque agora somos capazes de tomar os acampamentos portugueses. Mas não nos apressamos. Vamos com muita calma.

Somos obrigados a tomar muitas precauções, temos de conduzir a luta tendo em conta as nossas condições, nas avançando sempre com precaução. A prova de justeza da nossa táctica está em vermos, actualmente, capazes de nos apoderarmos dos acampamentos portugueses e de os obrigarmos a abandonar as suas praças fortificadas o que além de uma derrota militar é uma importante derrota moral. Isto explica a torrente de palavras despejadas pela rádio para justificar o abandono dos postos fortificados . Eis a situação dos portugueses: são obrigados a retirar.

Parece-nos muito importante, agora, concentrar a nossa acção nos centros urbanos para provocar uma grande insegurança. E sem dúvida que o faremos. Sabemos que os portugueses tencionam usar gases; mas isso vai ser-lhes difícil. Estamos preparados para suportar todas as situações. O importante é estarmos dispostos a todos os sacrifícios, todos os esforços necessários para a libertação."

(AMILCAR CABRAL - In CADERNOS NECESSÁRIOS)

b) OS COMBATENTES FALAM

Tombon Seidi, 16 anos:

" - Os meus pais habitam numa aldeia muito próxima. Falam o mandinga. Consentiram que eu viesse para o mato. Na aldeia a minha mãe é responsável do Partido. O meu pai cultiva o amendoim, o arroz e o milho. A terra é dele. Conheci a luta há um ano próximo desta base. Deram-me instrução militar e tomei parte em combates, 9 combates em seis meses. Há um mês que já não sou guerrilheiro, sou das F. A.R.P. Hoje não trago uniforme porque está rasgado. Nós lutamos contra os portugueses para que eles se vão embora. Eles bateram os nossos pais, e esgotaram-nos no trabalho; vamos expulsá-los. Os portugueses roubavam os nossos pais comprando os produtos: havia demasiado trabalho, inùtilmente. E o imposto de cabeça era demasiado pesado. Depois da independência, que é que eu gostaria de fazer? Silêncio prolongado). Quero ser militar para conservar e defender o meu país ".

Iroño do Nascimento Lopes, responsável, 25 anos:

" - No que respeita à luta, aqui no norte, fizemos progressos. Teríamos feito muito menos se o povo não nos tivesse dado o apoio necessário. Começamos a luta com três armas por base, em 1963. Os voluntários não faltavam, pelo contrário, mas estavam desprovidos de armas. Graças à coragem dos combatentes - ao exemplo de Osvaldo - superamos essas dificuldades. Nesse tempo os portugueses faziam grandes esforços para nos esmagar na casca. Mas sobrevivemos e ganhamos terreno. Vamos continuar a ganhá-lo até expulsarmos os portugueses.

"Empenhei-me na luta em 1962. Há muito tempo que eu tinha ouvido que os outros países africanos se tinham tornado independentes. Mas a nossa independência nunca mais chegava. Depois veio o Partido e tendo sabido da sua existência procurei pôr-me em contacto com ele. Os do Partido diziam que queriam a liberdade para o nosso povo e o nosso país. Empenhei-me. Os meus outros camaradas conseguiram partir para Conakry para frequentar cursos. Eu fui detido pela PIDE. Passei um mês no batalhão 3-56, caserna portuguesa do Castilho, depois passei 5 meses na prisão da PIDE em Bissau. Suportei todas as espécies de humilhações e de sevícias corporais. Atiraram-me a uma corda como um gado e torturaram-me de todas as formas. Depois fui libertado. Procurei o Presidente da nossa Organização - a minha decisão estava tomada: queria juntar-me a Osvaldo, no mato, na zona do Morés. Partimos a pé. Éramos doze. Deixámo Bissau clandestinamente cerca das 6 horas da manhã. Em seguida depois de termos repousado algumas horas continuamos até Morés. Como eu era o portador duma mensagem do nosso Presidente Rafael Barbosa para o secretário Geral do PAIGC, parti para o sul, sempre a pé até à fronteira da Guiné e juntei-me a Amilcar Cabral em Conakry. Regressando à luta com a lembrança dos sofrimentos infligidos na prisão, eu tinha um ódio terrível aos portugueses. Jurei a mim mesmo que, desde que tivesse uma espingarda na mão, mataria todos os portugueses que visse. Em Conakry segui os cursos de Amilcar Cabral. Isso abriu-me a consciência. O Partido deu-me uma ideia clara do porquê da luta e ensinou-me a fazer a distinção entre os portugueses inimigos e os portugueses amigos - certos desertores, por exemplo; tornei-me muito amigo deles conemos juntos e podíamos falar. Foi depois destes cursos onde me explicaram politicamente o sentido da nossa luta, que eu fui autorizado a voltar ao mato para aí pegar em armas ".

(in G. CHALLAND - LUTTE ARMÉE EN AFRIQUE, p. 74-76)

5 - UMA SOCIEDADE NOVA NOS TERRITÓRIOS LIBERTADOS :

Os movimentos de libertação africana não se limitam a fazer a guerra, mas promovem a construção duma sociedade nova. Já vimos que o seu combate não era "terrorista", mas que está politicamente motivado e bem esclarecido quanto aos seus objectivos. Vale a pena vermos a maneira como na Guiné, se prepara o futuro dum povo que na experiência da luta pela liberdade vai aumentando a sua consciência nacional. Muitos portugueses influenciados pela propaganda oficial, pensam que os africanos são incapazes de si governarem e à próprios e que para eles a independência significaria o caos. Talvez fiquem com outra ideia ao conhecer o que se passa nos territórios que já não são controlados pela "soberania" portuguesa. Sobretudo ficam a saber que há um povo na Guiné que pela primeira vez, se sente protagonista da sua história.

a) UMA POPULAÇÃO ORGANIZADA

Mas qual é esta nova sociedade que se desenvolve no mato? Para a compreender é necessário falar antes de mais no Partido, cuja organização, não somente política

nas administrativa, permitiu a criação de estruturas que substituiram a velha ordem colonial. Mesmo nas mais pequenas aldeias das zonas livres, o PAIGC está organizado em "comités" de base que incluem um comissário político(encarregado de tornar conhecida a linha do Partido e de acompanhar a sua aplicação) e vários responsáveis: saude, segurança, educação, milícia popular, produção. Vale a pena examinar as tarefas específicas de cada um. O responsável pela saúde (geralmente um enfermeiro), tem por tarefa os doentes menos graves, assinalar os casos mais graves aos vários centros médicos organizados nas zonas livres (trata-se de hospitais de campanha - cinco até agora , em todos os territórios donde os portugueses foram expulsos - dirigidos por médicos que têm assistência duma equipa de enfermeiros suficientemente especializadas) e de impedir a aplicação de práticas tribais.

O responsável pela segurança da aldeia tem o dever de calcular os perigos resultantes das acções de guerra do inimigo. Um exemplo: após duas inspecções aéreas feitas pelos portugueses na zona duma certa aldeia, o responsável pela segurança decide deslocar a aldeia, porque os portugueses poderiam ter-se apercebido da sua existência e poderiam voltar para a bombardear.

A milícia popular, que está armada, tem uma tarefa bem específica, que se poderia definir como policial. Antes de mais, faz as inspecções à volta das aldeias e assinala ao exército de libertação eventuais movimentos suspeitos do inimigo; no caso de se encontrar perante uma patrulha portuguesa, a milícia deve abrir fogo imediatamente, para entreter o inimigo, e permitir à população da aldeia que se abrigue. Por outro lado, a milícia popular tem o dever de impedir a infiltração de agentes portugueses nas aldeias, controlando os salvo-condutos, prendendo as pessoas suspeitas; finalmente, trata das ligações entre a população civil e o exército de libertação, acompanha e protege os carregadores que abastecem de armas, munições e alimentos, as bases militares das aldeias.

O responsável pela produção deve agir de modo a que a aldeia se organize, no que diz respeito às culturas, para que se torne na medida do possível auto-suficiente. Há zonas onde o arroz (alimento base dos guineenses) não se dá; neste caso o responsável pela produção organiza a permuta de produtos da sua aldeia pelo arroz provenientes doutras.

O responsável pela educação deve controlar a frequência das escolas do PAIGC nas zonas livres por todas as crianças, em idade escolar, e deve organizar cursos de alfabetização para a população civil. O Partido dedicou talvez o seu maior esforço ao problema da educação. Basta pensar que , no princípio da luta armada pela libertação, a percentagem de analfabetismo era, (segundo fontes portuguesas) de 99,7% . Hoje, o PAIGC organizou 157 escolas frequentadas por cerca de 23000 criança enquanto que os cursos de alfabetização para as tropas de exército popular (obrigatórias), para a milícia e para a população, são frequentadas em massa.

A guerra pela libertação nacional elevou notàvelmente o nível cultural de toda a população; camponeses analfabetos entraram pela primeira vez em contacto con una tecnologia moderna, aprenderam a conhecer as armas mais complicadas e a servirem-se delas; camponeses analfabetos aprenderam novos tipos de cultura: a cultivar mandioca, por exemplo, onde ela nunca se criara; a fabricar sabão com os ossos dos animais mortos na floresta; a desmontar e a reconstruir uma aldeia em poucas horas; a fabricar utensílios para trabalhar nos campos, aproveitando restos de bombas lançadas pelos portugueses. Aprenderam sobretudo a conhecer o mundo exterior pela leitura. "Outrora os camponeses pensavam que bastava um amuleto para se protegor do mal - disse-nos o comissário político de uma aldeia -. A guerra modificou totalmente esta crença. Agora os camponeses preferem trazer consigo um carregador do ' Sten' em vez dum amuleto."

Na realidade, depois do princípio da luta, o PAIGC preocupou-se com a criação nas zonas livres de estruturas sociais que substituissem a velha ordem colonial. Estruturas que hoje tomam um aspecto de novo Estado tendo, pode dizer-se, um carácter provisório, mas que nem por isso deixam para trás os problemas que poderiam explodir com violência no momento da conquista da independência.

(in GUINEA -Bissau)

b) NASCE UMA NOVA GUINÉ NOVA :

DAKAR - (Do correspondente) - As crianças de uma das escolas - internato do Norte foram passar um mês de férias de verão a uma praia fora do país. Era a primeira vez que a quase totalidade dessas crianças saía do mato. Elas chegam aqui cantando entusiasticamente as canções revolucionárias que nasceram no povo desde o princípio da luta. Estas crianças constituem sem dúvida uma juventude especial.

Os bombardeamentos de que foram e serão alvo são numerosos assim como as emboscadas, sem falarmos já das dificuldades de vida em regiões desprovidas de todos os confortos modernos. Por mais espantoso que pareça tudo indica que os comandantes fascistas origina estas e outras escolas em objectivos essenciais a destruir.

De resto, a ideologia da luta provê os escrúpulos que golpes dessa natureza poderiam levantar em consciências menos dóceis e assim, numa circular dos comandos que caiu nas mãos do PAIGC, e que vem reproduzida num livro recente sobre a luta armada em África (Publicação de Maspero) o problema é resolvido: os nacionalistas escudam-se com o povo e por isso a morte de inocentes é inevitável e não pode diminuir a eficácia da acção repressiva.

O secretário-geral do PAIGC, Amílcar Cabral declara num dos seus informes que o número de crianças escolarizadas era, nas regiões libertadas, 4 vezes superior em 1966 ao de todos os alunos da Guiné antes da luta. Deve ser essa a razão do ódio que os colonialistas votam à escola modelo e a estes alunos. Compreende-se bem a raiva e a confusão de um comandante fascista que conseguiu prender 3 alunos - dos quais dois fugiram - durante o interrogatório a que os submeteu.

Vocês têm livros? Pergunta.

Não - responderam as crianças.

Mas então porque é que não vêm às nossas escolas se nem sequer vos dão livros A resistência das crianças a colaborar com o inimigo transcendia-o talvez. E na verdade o traço característico desta juventude que assistiu já a tantas mortes de gentes pacíficas e indefesas é a vontade apaixonada de participar na luta corajosa, ao lado dos homens, de pegar em armas contra os invasores estrangeiros, contra aqueles que sobretudo mataram, em certos casos, o seu pai, a sua mãe ou toda a família.

Um dos dirigentes do Partido dizia há pouco que que mesmo que os adultos escolhessem a capitulação perante o colonialismo, estes jovens nunca o aceitariam. E nós sentimos de facto que nada poderá afogar a imaginação da juventude incendiada pelo heroísmo e grandeza dos objectivos da guerra.. São os jovens que a obra do PAIGC preparou através de sábias directrizes directivas, de uma grande consciência revolucionária e da aplicação dos professores e de outros quadros.

Na escola-modelo as crianças dirigem a sua própria cooperativa. Trabalham e geram o fruto de uma horta, têm as suas equipas de guarda e equipas rotativas para executarem os trabalhos impostos pela vida árdua. Ali se cria deste modo um grupo de jovens cuja formação se baseia naturalmente no respeito da colectividade e no hábito de entre-ajuda.

Elas constituem um belo conjunto disciplinado, que tão depressa se dispõe em coluna de dois em dois, nos momentos livres, formiga por todos os cantos, manifestando a exuberância das crianças livres. Também se compreende a reacção dum outro oficial português que, segundo se diz, ao surpreender as crianças entregues às suas ocupações, avisou os soldados que não permitiria que lhes tocassem.

A educação tem um lugar de grande destaque entre as várias actividades do Partido. Se há algo que desperta a admiração dos quem observa membros da base do Partido nas suas horas de lazer, é a persistência, a febre mesmo, com que os encontramos agarrados aos livros escolares distribuídos pelo Partido.. É tão geral esta preocupação, tão absorvente e importante a tarefa, que nos ganha a impressão que querem recuperar o tempo perdido, que todos aspiram a participar amanhã na construção de um País independente e moderno.

Se mais não houvesse que essas imagens,, elas bastariam para condenar o colonialismo. Chega vermos esses milhares de homens, de raparigas e de rapazes das idades mais díspares, desejosos de aprender a ler, ensinando-se uns aos outros, nos hospitais de campanha, nas bases, nas aldeias, em quase toda a parte onde exista uma aglomeração humana, para formarmos uma ideia das perspectivas abertas a todo o o povo pela guerra de libertação nacional e também para verificarmos como ela já modificou, irreversìvelmente, a vida da população.

(in PORTUGAL DEMOCRÁTICO - nº125 - Janeiro 1968)

c) O ESFORÇO DA EDUCAÇÃO :

Desde os primeiros tempos que o PAIGC tem dedicado grande atenção ao problema da educação.

Já antes da luta armada se sentia tinham criado escolas clandestinas, nas quais, além de se ministrarem as primeiras letras, se procura criar uma consciência nacionalista e revolucionária. A luta contra a ignorância tem-se mantido apesar de todas as dificuldades resultantes da mobilização de quase todos os quadros nas actividades mais directamente ligadas à acção política e militar. A tarefa é árdua, dado o analfabetismo de quase toda a população da Guiné. As raras pessoas que podem estudar para além do ensino primário não chegam a representar 0,3% da população. No entanto, os progressos efectuados até agora são a garantia de que é possível levar a bom termo "a grande batalha da educação do povo".

Em 1965, o Partido dispunha de 60 professores cujas idades variavam entre 15 e 25 anos, que também eram combatentes.

Na grande maioria das escolas, vão desde as primeiras letras até à 3ª classe. A maior frequência dos alunos verifica-se entre as idades dos 10 aos 15 anos.

As necessidades da luta exigem que as escolas estejam intimamente ligadas à

guerrilha e à vida. A todo o momento é preciso estar-se preparado para fazer face ao inimigo e aguentar a violência dos bombardeamentos. O funcionamento das aulas em cada escola varia com as condições locais, mas há características que são comuns Assim, de um modo geral, há aulas todos os dias úteis da semana, variando o número de horas de 4 a 10. Nuns casos as escolas funcionam só de manhã, noutros só de tarde. A frequência dos alunos é organizada por grupos, de modo a que se possa efectuar convenientemente o trabalho de lavoura e cultivo dos campos. As raparigas devem ainda ocupar-se de trabalhos de carácter doméstico.

Uma experiência de tipo novo é a Escola-Piloto de Conakry, que foi criada em Novembro de 1964. Destinada principalmente às crianças feridas, filhos de combatentes e órfãos de guerra.

Em relação à Guiné, um dos problemas mais graves é a grande falta dos quadros técnicos. No entanto, também neste campo já alguma coisa de positivo foi feito.

Num comunicado de Outubro de 1966, o PAIGC refere que: "200 professores-combatentes frequentaram cursos tendo em vista a melhorar a sua formação e melhor servir a instrução do povo. Foram dados por quadros especializados do Partido cursos de Pedagogia, português, matemática, geografia, história, higiene popular e profilaxia social. No final foram seleccionados 160 professores.

O responsável dos problemas escolares do Norte, Anselmo, 23 anos, que termino os estudos no liceu de Bissau, justifica do seguinte modo o ensio do português: "No primeiro ano, ensinamos em crioulo; depois como não há ortografia - é uma língua apenas fonética - passa-se ao português. Nem todos os alunos falam crioulo ...Há, portanto, a par do problema da instrução, um problema da língua: conseguir fazer passar do crioulo ao português, ou da língua local ao crioulo e depois ao português Seria melhor alfabetizar as línguas locais? Tentamos e depois preferimos que o crioulo se torne a língua veicular e que o português seja a língua administrativa.

No crioulo há diferenças de nível pois de facto é o português africanizado. Nas pessoas da cidade, por exemplo o crioulo é quase português. No campo quando é falado, é já muito africanizado." (in Direito à informação nº13)

d) A PRESENÇA DO PAIGC NO INTERIOR E NO EXTERIOR

Comunicado

"Depois de ter procedido à inspecção da organização política e das forças armadas nas regiões orientais e meridionais do país, o secretário geral do nosso partido, Amilcar Cabral, permaneceu 2 semanas nas regiões setentrionais do país, onde presidiu à conferência semestral dos quadros.

Durante esta conferência, que teve lugar numa das zonas libertadas, tomaram-se decisões respeitantes à intensificação da luta armada durante a estação das chuvas, o reforço da organização política do partido, o aumento da produção, o desenvolvimento da instrução, a assistência sanitária, o abastecimento da população com géneros de 1ª necessidade.

Durante esta visita ao norte do país o secretário geral do partido, inspeccionou muitas escolas e dispensários, bases de guerrilha e unidades do nosso exército regular. Houve assembleias que reuniram centenas e às vezes milhares de pessoas, pertencendo ao secretário geral fazer o ponto da situação e recordar a prospectiva da nossa luta e o futuro do país.

No decurso da sua visita, o secretário geral era acompanhado dos responsáveis principais do norte do país, particularmente Osvaldo Vieira (Ambrósio de Djassi) e Francisco Mendes (Chico Té), membros do comité político, ainda José Mendes, responsável militar do Movimento Popular de Libertação de Angola e de Gérard Chaliand, jornalista e escritor francês.

Tendo tido conhecimento da presença do secretário geral, as forças coloniais passaram à acção na tentativa de o prender ou matar. Foi assim que a 5 de Junho, cerca das 6 da manhã, 10 bombardeiros B 26 e 4 caças Fiat (estes últimos exibindo o distintivo da Alemanha Federal) bombardearam e metralharam a aldeia de Djagali, onde, no dia anterior, o secretário geral tinha presidido a uma reunião em que tomaram parte mais de 3 mil pessoas. Ao mesmo tempo, no rio Farin, Canhoeiras e outros navios portugueses procuravam impedir a saída para o exterior, enquanto 6helicopteros desembarcavam tropas na fronteira do Senegal, entre Guidage e Bigéne.

A acção dos nossos combatentes conseguiu neutralizar estas tentativas portuguesas. Finalmente mau grado o bombardeamento de Djagali que causou 7 mortos e 5 feridos tinhamos repelido as tropas coloniais que haviam tentado ocupar a aldeia causando-lhes 10 mortos e igual número de feridos, enquanto as nossas tropas de fronteira punham em fuga as tropas aero-transportadas, matando 5 soldados das tropas coloniais e ferindo muitos outros.

Bureau de Conacri do secretário geral do PAIGC,9 de Junho de 1966:

O PAIGC, que os efectivos afectos às bases exteriores - tais como as do Dacar e a de Conacry - se limitam ao pessoal capaz de assegurar a representação, as ligações com o estrangeiro e de estudar os projectos a longo prazo; exige também que este pessoal faça, cada ano, uma longa estadia na Guiné; Cabral, ele próprio, vai

frequentemente ao seu país, e foi-me dito que os outros dirigentes , estão lá de uma maneira mais ou menos permanente. Em 1963, a situação e extenção das zonas libertadas insitou os dirigentes do PAIGC a instalar os orgãos de controle e representação sobre ambas as margens do Geba, rio muito importante que divide o país em dois. Centenas de quadros políticos, tais como Manê Kiba, unidades militares móveis patrulhando a maior parte das zonas rurais, tornaram os escritórios de Dacar e de Conacri muito acessórios destinados principalmente a estabelecer os contactos com o mundo exterior: com o governo senegalês e guinecnse, com a Organização da Unidade Africana, com a Europa, a Ásia e as duas Américas.

Uma tendência análoga marca as relações do PAIGC com os outros países ou aliados. Encontra-se na Guiné artilharia soviética, armas automáticas checoslovacas, uniformes fabricados em Cuba com tecido chinês. O pessoal sanitário foi formado em Moscovo; uma parte dos responsaveis das cooperativas e de outros empreendimentos estudaram na Alemanha do Leste, na Jugoslavia na Checoslováquia e em Cuba. Osvaldo e 5 dos seus companheiros (o 7º,Domingos Ramos, foi morto em frente de Madina em 1966) passaram diversos meses na academia militar de Nanking desde 1961 (parece que Pequim, desaprovando a ajuda que o PAIGC continua a receber de Moscovo e de outros países "revisionistas" deixou de o apoiar). Mas não há estrangeiros a participar directamente na acção do PAIGC. A única excepção tanto quanto sei é um médico cubano que serve no hospital militar do PAIGC, sob as ordens do dr. Domingos da Silva. Mas este hospital está situado na república da Guiné, em território estrangeiro.

Não aceitamos voluntários, declarou-me Cabral a este propósito e se eles se apresentassem recusá-los-íamos. Homens vindos do exterior, conselheiros militares ou outros, é realmente a última coisa que aceitaríamos. Privar-nos-iam da única oportunidade que temos de ter significação histórica, de reconquistar a nossa própria história e de reencontrar a nossa identidade nacional.

Os dirigentes do PAIGC parecem ter defendido este princípio com uma determinação quase feróz. É assim que por volta de 1965, Cabral de visita a uma longínqua república de África, tentou expôr aos respectivos presidentes as necessidades do seu movimento em equipamento militar de um determinado tipo. Parece que o presidente o acolheu com entusiasmo: "formemos um estado maior, General Aliado, propôs-lhe, e conceder-vos-emos conselheiros para dirigir a vossa luta". Cabral respondeu em termos que dificilmente se podem considerar delicados e saiu. De volta, disse aos seus camaradas que nada havia a esperar deste lado. "

(B.Davidson- Révolution en Afrique, pag.1[illegible]-1[illegible])

e) PELA PRIMEIRA VEZ PROTAGONISTA DA SUA HISTÓRIA

" Dantes, quando nós conseguimos ir à escola, diziam-nos que existem 4 estações. Ensinávam-nos a história das dinastias portuguesas e contavam-nos a nós as grandes aventuras dos navegadores que tinham descoberto novas terras e que tinham lançado as bases do império. Ensinávam-nos também a cultivar as laranjeiras e as oliveiras. Mas entre nós as oliveiras não se criam, e há duas estações: a estação seca e a estação das chuvas. Quanto aos grandes navegadores, talvez eles não soubessem qual seriam as consequências das suas descobertas. "

É um professor que me fala numa aldeia que se encontra a cerca de duas horas de marcha da fronteira senegalense.

Ele continua:"interromperam a nossa história e a nossa civilização. Pararam o nosso tempo. Agora nós procuramos olhar-nos retrospectivamente, saber o que somos. Mas a coisa mais importante talvez é que após mais de 500 anos de colonialismo, nós somos pela primeira vez protagonistas não só da nossa história, mas também do nosso futuro." (in Guinea- Bissau)

6-CONCLUSÃO - DUAS MENSAGENS DE AMILCAR CABRAL

Terminamos este capítulo sobre a Guiné com duas mensagens do secretário geral do PAIGC, uma aos seus compatriotas, outra aos portugueses.

"No momento em que Amilcar Cabral avança para falar aos soldados estabelece-se o maior silêncio, enquanto se ouvem por vezes, ao longe, tiros de morteiro.

Camaradas!

Eu já vim a Maké e já vi alguns de vós. Sinto-me feliz por vos encontrar e por encontrar novas caras. Quando se encontra um irmão fica-se contente;mas aqui somos mais do que irmãos; dois irmãos podem seguir caminhos diferentes. Mas nós, membros do partido, combatentes do nosso povo, não temos dois caminhos, mas um só, o da liberdade e do progresso do nosso povo.

No nosso partido jurámos dar a vida pela libertação do nosso povo e para construir o nosso país, por isso temos de ter uma ideia clara da luta e das suas dificuldades. Raparigas, mulheres, "homem grande", todos filhos e filhas do povo, é necessário que cada um saiba por que se bate. Chegou o tempo de se acabar com os sofrimentos do colonialismo. Mas devemos também acabar com o atrazo do nosso povo. Se fazemos esta guerra apenas para expulsar os portugueses, não vale a pena lutar. Lutamos para expulsar os portugueses, mas também para que ninguém mais explore o nosso povo, quer sejam brancos, quer sejam negros. Não admitimos a exploração do nosso trabalho por quem quer que seja. Não queremos mais que as mulheres e as crianças tenham medo. Queremos que todas as mulheres e todos os homens do nosso país sejam respeitados. Queremos expulsar os portugueses e construir. Isto não é trabalho de um só, é trabalho de todos, sobretudo daqueles que tem um espírito consciente. É necessário que o povo trabalhe. Uma terra feliz é uma terra onde cada um pode trabalhar, porque o trabalho é aquilo que nos fáz progredir. Cada homem e cada mulher deve saber que o trabalho é o primeiro dever. É necessário que todos saibam que todos os trabalhadores do nosso país são úteis. Não apenas o trabalho intelectual ou de engenheiro, o ofício de enfermeiro, de mercenciro, de mecânico, é também importante. Mas para nós o trabalho mais importante de todos é o da terra. Aquele que produz mais arroz contribui para o progresso. O país que queremos construir é um país onde se trabalhará.

Dizeis talvez: há muito tempo que trabalhamos e não temos mais nada. Mas vós trabalhastes para os chefes e para os portugueses. Vamos reconquistar o nosso país por inteiro e trabalhar duramente, mas para que o trabalho aproveite ao trabalhador. Lutamos pela justiça: o produto do trabalho não deve ser roubado.

Ninguém vale mais do que o trabalhador, senão aquele que trabalha mais. No nosso país somos já nós quem comanda, mas comandar não significa nada se não temos escolas, hospitais, e se não chegarmos a mudar de vida do campo porque, para nós, é o campo que conta. É preciso não pensar que já estamos livres. A guerra persiste. Certamente temos escolas, enfermeiras, postos sanitários: marchamos já com a cabeça levantada, graças á acção do partido e daquilo que nós próprios criamos. Queremos quenada falte no país, graças ao nosso próprio trabalho. É isto que faço questão de vos dizer. Vós já sabeis, mas é bom que o ouçais de novo. Ninguém o deve esquecer, nem os responsáveis, nem eu próprio. Em cada momento um homem dege ter uma consciencia clara da luta".

(in G. CHALIAND _ LUTTE ARMÉE EN AFRIQUE, Pag.49/50)

AMILCAR CABRAL FALA AOS PORTUGUESES:

A Conferência de Kartum marca, quanto a nós, uma etapa da nossa luta em relação à opinião pública internacional. Até agora não tinha ainda havido uma reunião deste género com o objectivo de informar os representantes da opinião anti-colonialista nomeadamente da Europa e da América, sobre o avanço das nossas lutas, sobre a situação concreta dos nossos países e sobre a atitude negativa, digamos mesmo, criminosa do governo português, colonialista.

Estamos convencidos de que atingiremos os objectivos visados pela Conferência. A partir deste momento, a opinão pública internacional, mais bem informada, poderá tomar medidas mais concretas no sentido de mostrar a sua solidariedade em relação à luta dos povos africanos das colónias portuguesas. Claro que nós na Guiné e em Caba Verde, damos às conferências o valor que realmente têm, e por isso, não esperamos mais delas do que aquilo que podem dar-nos porque acreditamos que cada povo deve esforçar-se e bater-se para reconquistar a sua dignidade de povo soberano e dono dos seus destinos.

Tendo isto presente, consideremos que o apoio internacional é muito importante, designadamente neste caso em que o governo colonialista português é o braço forte da engrenagem capitalista que quer sufocar os movimentos de libertação africanos.

Realmente à libertação de prisioneiros de guerra efectuada pelo PAIGC, quero dizer que para o nosso povo na Guiné e em Cabo Verde, para os nossos combatentes em geral, o facto de termos libertado na altura do Natal mais 3 prisioneiros de guerra portugueses não constitui nada de novo e está na linha da nossa política. Nós sempre afirmámos claramente que nunca confundimos o povo de Portugal com o colonialismo português. Já em Março de 1963 tinhamos libertado 7 outros prisioneiros de guerra e sabémos que valia a pena na

quadra do Natal, libertar mais 3. Este gesto para com o povo português demonstra também ao mundo que o governo colonialista de Portugal mente quando afirma que nós somos bandidos, terroristas e povo selvagem.

Aos 3 prisioneiros que libertamos manifestamos o nosso desejo de que encontrassem as suas famílias e lhes falassem de nós, para de qualque modo e apesar dos crimes do governo colonialista se manterem os laços entre o nosso povo e o povo de Portugal.

Evidentemente que quando um governo chega à situação em que está o governo português tem de se mentir e mentir muito. Isto compreende-se mas não pode aceitar-se.

Se os comunicados de guerra do governo fascista, querendo esconder a existência de prisioneiros, afirmam que morreram ou desapareceram soldados que depois "milagrosamente" aparecem, uma conclusão há a tirar de tal mentira. É que o governo português não tem consideração para com o seu povo, a quem mente grosseiramente, nem pelos jovens que à custa de sacrifícios e da própria vida se batem na nossa terra, inglòriamente, numa guerra criminosa.

Consideramos que um prisioneira de guerra merece respeito, pois está dando a sua vida, quer defenda ou não uma causa justa. Por isso chamamos a atenção do povo e dos patriotas portugueses para que formem o governo a respeitar o mínimo de normas internacionais que regulam a situação dos prisioneiros de guerra.

Mas muita gente pensou que o desaparecimento político de Salazar significava, pelo menos para o governo de Portugal, uma modificação no quadro de respeito pelas leis internacionais e sobretudo da defesa dos interesses do povo português.

Salazar, pela sua mentalidade obstinadamente fechada às realidades do mundo de hoje, conduziu uma política que o precipitou no buraco tremendo da guerra colonial.

Mas nada teria obrigado Marcelo Caetano a entrar no mesmo buraco: é conscientemente numa atitude verdadeiramente criminosa que ele prossegue a política colonial de Salazar. Para se justificar, porém, dessa atitude, Marcelo Caetano tem de inventar "histórias do arco da velha", como se diz em Portugal. A história de que nós estamos a lutar para fazer da Guiné uma base para entregar Cabo Verde aos comunistas, significa que Marcelo Caetano julga que ainda pode enganar os portugueses. Estamos convencidos que o povo português não se deixa enganar e nós e os patriotas portugueses, cá estamos para pôr as coisas no seu devido lugar.

Nós lutamos de facto para libertar a Guiné e Cabo Verde, a fim de que os nossos povos tenham a possibilidade de decidir os seus próprios destinos. Repetimos o que muitas vezes temos afirmado: nós queremos libertar a nossa terra para criar uma vida nova de trabalho, justiça, paz e progresso, em colaboração com todos os povos do mundo e muito particularmente com o povo português. O que Marcelo Caetano teme é que o povo português saiba que a Guiné e Cabo Verde serão parcelas duma África Livre e Independente e qualquer delas aberta a uma colaboração franca e leal com o povo de Portugal. Batendo-nos até à libertação total da nossa terra, não perdemos de vista um objectivo que consideramos de importância para o nosso povo, a colaboração e a cooperação fraterna com o povo de Portugal.

Quando Marcelo Caetano diz que hão-de defender custe o que custar, a Guiné, pensa na vida dos jovens portugueses que ele vai obrigar a morrer como tantos que já morreram ou ficaram mutilados? Consta-nos que o governo de Portugal vai enviar para a nossa terra mais de 10 mil, 15mil ou mesmo 20 mil homens, segundo chegaram a dizer. Seja qual for o número, o governo português não fará mais do que enviar homens para a morte.

A isso o povo de Portugal deve opôr-se, como deve exigir o regresso dos seus filhos que morrem por um causa injusta enquanto na sua própria pátria faltam braços jovens para trabalhar a terra, para construir Portugal, para, como fazem os poetas, redescobrir a sua terra.

Nós sabemos, e eu falo como técnico, que Portugal tem condições para oferecer uma vida digna a todos os seus filhos. Esta é que é a pátria que os portugueses têm de defender e engrandecer com os seus esforços e sacrifícios, e nela sonhã da certeza colaboração connosco, na

Guiné e em Cabo Verde, para juntos darmos as mãos fraternalmente, baseados na História, baseados na amizade, baseados em tudo quanto nos une.

A propósito das últimas manifestações contra as guerras coloniais decorridas em Portugal, devemos dizer que as encaramos com muito apreço e que as seguimos com a maior atenção. Sempre dissemos ao nosso povo, aos nossos combatentes, que o povo português é um povo digno, que o povo português já deu através da história, uma transcendente contribuição para a evolução da hulanidade. Queremos afirmar que a atitude dos estudantes e do povo nas suas recentes manifestações que na Igreja de s. Domingos, quer pela ocasião do enterro de António Sérgio, são para nós motivo de coragem, e mais do que tudo uma confirmação de que nada existe de contraditório entre o povo de Portugal e o nosso povo, de que não há, nem nunca houve, nem nunca haverá nenhum conflito a separá-los e que sejam quais forem os crimes dos colonialistas, os nossos povos hão-de dar as mãos para uma colaboração fraterna.

Marcelo Caetano ao suceder a Salazar, podia e não quiz acabar com as guerrsa coloniais. Essa missão confiamos nós que a levará a cabo o povo português atravéz dos seus operários e camponeses , da sua juventude, dos seus intelectuais progressistas ou anti-coloniais, de todos aqueles em suma, que respeitam e amam de facto Portugal, e que sabem que lutar contra a guerra colonial é salvar Portugal do sofrimento e da ruína, do perigo que essa guerra cria para a sua própria independência.

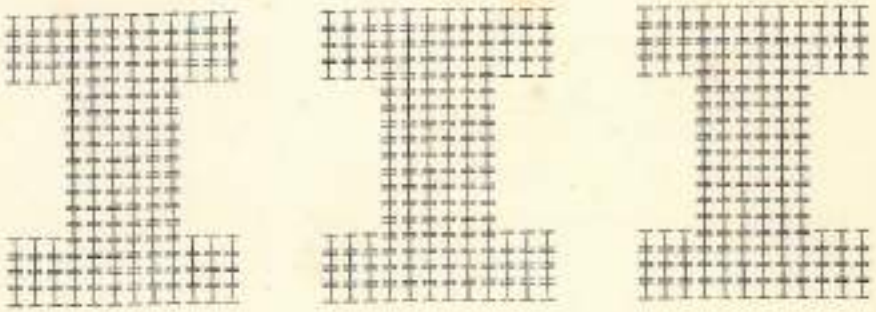
[GUINE - ZONAS DE LUTA ARMADA]

zonas libertadas com excepção dos campos entrincheirados portugueses

zonas disputadas

15339

[Colonialismo e luta de libertação]: [2 cadernos sobre a guerra colonial]



A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

C. MOÇAMBIQUE

1 . OS ANTECEDENTES DA LUTA

2 . O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO - A FRELIMO

3 . O DESENCADEAR DA GUERRA

4 . OS TERRITÓRIOS LIBERTADOS

5 . DUAS MENSAGENS DE MONDLANE

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
N: 8805

325.85/.86
"1961/1974"
COL

1-OS ANTECEDENTES DA LUTA

Das três grandes colónias portuguesas em África foi Moçambique a última a iniciar o combate pela libertação, num processo análogo àquele que já vimos em Angola e na Guiné. Neste capítulo encontramos, para além da diversidade de situações, as mesmas constantes fundamentais, a provar que a política portuguesa foi uniforme nos seus erros e que é comum a luta anti-colonial dos povos africanos.
Comecemos por considerar os antecedentes dessa luta e o desencadear da guerra.

a) OS PRIMEIROS MOVIMENTOS POLITICOS

Até às primeiras décadas do séc. XIX, a única região onde os portugueses se estabeleceram definitivamente foi o Zambeze, pela implantação de explorações agrícolas. No fim do séc passado os portugueses aproveitaram-se das contradições existentes entre os chefes africanos de Moçambique. O termo da submissão do último império tradicional, data de 1897 com a morte heróica de Magiguane chefe do exército que organizou a resistência popular depois da prisão do seu soberano Gungunhana, em 1895.

Mas, durante cerca de vinte anos, os portugueses continuaram ainda a "pacificação de Moçambique. Vários grupos de africanos organizaram-se nas primeiras décadas do séc. para dirigir o combate contra a arbitrariedade colonial: o "Grémio Africano", o "Instituto Negrófilo", que se tornou o centro dos negros de Moçambique". Os alunos do ensino secundário tiveram igualmente um papel no despertar duma consciência nacional, tendo fundado em 1949 o NEMO (Núcleo dos estudantes Moçambicanos).

Mais tarde, os movimentos políticos que se constituíram entre os trabalhadores emigrados nos países vizinhos, a União Nacional Africana de Moçambique (M.A.N.U.), a União Democrática Nacional de Moçambique (U.D.E.N.A.M.O.) e a União Nacional Africana de Moçambique independente (U.N.A.M.I.), reuniram-se em congresso em Dar-es-Salam, em 1962.
Finalmente esta reunião teve como consequência o aparecimento da FRELIMO que deu uma nova orientação ao combate nacionalista.

(in LA CONFERENCE DE DAR-ES-SALAM - pag. 25)

"As condições dificilmente se prestavam à difusão por todo o país de ideias nacionalistas avançadas. A princípio por causa do interdito relativo à associação política, da necessidade de clandestinidade que isto impunha, da erosão da sociedade tradicional e da falta de instrução actualizada nas áreas rurais, foi só entre uma escassa minoria que pôde grangear crédito a ideia de uma acção à escala nacional, como oposta à local. Esta minoria pertencia ge-

bretudo ao meio urbano e era composta por intelectuais e empregados, indivíduos profundamente destribalizados, as mais das vezes Africanos e mulatos; por outras palavras, um reduzido e marginal sector da população.

Nas cidades o poder colonizador era evidente nos círculos fechados. Ali era mais fácil compreender que a força do colonizador era construída sobre a nossa fraqueza, que as suas realizações dependiam do trabalho do Africano. A real ausência do meio tribal contribuiu possìvelmente para fomentar uma visão nacionalista, ajudou este grupo a considerar Moçambique como a nação de todos os Moçambicanos, ajudou-os a compreender o poder da unidade.

Encorajados pelo liberalismo da nova República em Portugal (1910-26), estes grupos formaram sociedades e fundaram jornais com os quais empreenderam campanhas contra os abusos do colonialismo, exigindo direitos iguais, até que, a pouco e pouco começaram a denunciar todo o sistema colonial.

Em 1920 a Liga Africana estava estabelecida em Lisboa, como organização que servia de elo de união entre os raros estudantes Africanos e mulatos que vinham para a cidade. Era sua intenção dar "um carácter organizado às ligações entre os povos colonizados"; participou na Terceira Conferência Pan-africana realizada em Londres e organizada W.E. Du Bois, e em 1923 acolheu a segunda sessão da Conferência. É significativo que a Liga não se batesse apenas pela unidade nacional mas também pela unidade entre as colónias contra o mesmo poder colonial, por uma mais ampla unidade Africana contra todos os poderes de colonização e, por uma unidade entre todos os povos negros do mundo sujeitos à opressão. Contudo era deficiente, pois dispunha apenas de cerca de vinte membros e estava situada em Lisboa, distante do lugar duma possível acção.

Em Moçambique, nos primeiros anos vinte, constituiu-se uma Organização chamada Grémio Africano, que posteriormente se tornou na Associação Africana. Os colonizadores e a administração depressa começaram a afirmar-se com as exigências da Associação, e nos primeiros anos trinta, favorecidos pelos ventos fascistas que sopravam de Portugal, iniciaram uma campanha de intimidação e infiltração, tendo conseguido convencer alguns dos dirigentes a orientar a associação segundo linhas mais conformistas. Isolou-se então uma ala mais radical, que criou o Instituto Negrófilo; este, mais tarde, sob pressão do Governo de Salazar foi forçado a mudar o nome para Centro Associativo dos Negros de Moçambique. Desenvolveu-se entre os mulatos uma tendência para se agregarem à Associação Africana, enquanto os negros Africanos se encontravam no Centro Associativo.

Constituiu-se uma terceira organização, chamada Associação dos naturais de Moçambique. Concebida de início como meio de defesa dos direitos dos brancos nascidos em Moçambique, a partir dos anos cinquenta abriu as suas portas a outros grupos étnicos, após o que se tornou bastante activa na luta contra o racismo. Chegou mesmo a fazer alguma coisa no sentido de promover a educação dos Africanos fomentando locais de ensino. Formaram-se ainda outras associações semelhantes a partir de pequenos grupos interessados, como Muçulmanos Africanos ou diversos grupos de Indianos.

Ao abrigo de programas sociais, de entre-ajuda e actividades culturais ou desportivas, todas estas organizações levaram a cabo uma acção política. E simultâneamente desenvolveram uma imprensa de protesto, concretizada no jornal O Brado Africano, lançado pela Associação Africana e dirigido pelos irmãos Albasini. Esta publicação foi extinta em 1936 pelo produto do governo fascista que é a censura da imprensa, mas até então foi um porta voz da revolta muito eficiente.

O espírito destes primeiros movimentos e a natureza da sua contestação estão bem presentes neste editorial de O Brado Africano de

27 de Fevereiro de 1932:

Fartámo-nos disso. Tivemos de os suportar, de sofrer as terríveis consequências das vossas loucuras, dos vosso caprichos...não podemos aguentar por mais tempo, os efeitos perniciosos das vossas decisões políticas e administrativas. Daqui em diante recusamo-nos a fazer sacrifícios cada vez maiores e cada vez mais inúteis...Basta...Insistimos para que torneis efectivos os vossos deveres fundamentais não com leis e decretos mas com actos...Queremos ser tratados como vós. Não ambicionamos uma vida dominada pela ideia de explorar o próprio irmão...Preferimos o nosso "estado selvagem" que, contudo, vos enche as bocas e as algibeiras. Temos algumas exigências... exigimos pão e luz...Repetimos que não queremos fome nem sede, nem miséria, nem uma lei de discriminação baseada na cor. Aprenderemos a usar o bistúri...a gangrena que espalhastes infecter-nos-á e nesse caso perderemos a força para agir. Agora têmo-la nós..."as bestas de carga".

Deste texto emerge claramente uma linha de separação entre colonizador e colonizado; o último vê-se como um conjunto subjugado e ergue-se contra outro conjunto, o grupo colonizador, a quem contesta o poder. É interessante notar a completa rejeição dos valores reputados pelos colonizadores, a orgulhosa assunção do"estado selvagem" e a definição da civilização dos colonizadores como caracterizada pela "exploração do próprio irmão".

É verdade que não aparece ainda formulada a exigência da independência nacional. Este grau de denúncia, porém, e a reclamação de igualdade dos direitos foram passos necessários no desenvolvimento da consciência política a caminho da reivindicação da independência. Só depois de recusadas estas exigências preliminares se tomou uma posição mais radical.

A repressão política que se seguiu ao estabelecimento do Estado Novo de Salazar pôs fim a esta onda de actividade política. A corrupção e a dissenção internas fomentadas pelo governo transformaram as organizações em clubes burgueses, que daí em diante se viram frequentemente solicitados pelas autoridades para alinhar no coro da fidelidade a Salazar e ao seu regime.

Só após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial e a queda dos maiores poderes fascistas foi possível retomar de algum modo a actividade política. Por todo o mundo houve mudanças no poder, e o ressurgimento do nacionalismo, particularmente em África, teve repercussões nos territórios portugueses, a despeito da permanência em Lisboa de um governo fascista e dos esforços empreendidos pelas autoridades portuguesas para isolar as áreas que controlavam as ideias de auto-determinação que por todo o país progrediam clandestinamente."

(ED. MONDLANE - THE STUGLE FOR MOZAMBIQUE, P.104-107)

---

b) O MASSACRE DE MUEDA

"Tanto a agitação dos intelectuais como as greves das forças operárias urbanas estavam condenadas ao fracasso, porque, em ambos os casos, tudo se limitava à acção dum pequeno grupo isolado. Para um gover-

no como o Português, que declaradamente se opõe à democracia e não hesita em empregar as maiores brutalidades, para esmagar qualquer oposição, é fácil lidar com tais focos isolados da resistência. No entanto foi a verdadeira falência destas tentativas e a feroz repressão que se lhe seguiu, que tornou isto claro e preparou o terreno para uma acção mais bem alicerçada. A população urbana de Moçambique perfaz um total ligeiramnete inferior a meio milhão. Um movimento nacionalista sem raízes sólidas no meio rural nunca poderia esperar obter êxito.

Foram de enorme importância alguns incrementos que neste meio tiveram lugar, no período imediatamnete anterior à constituição da FRELIMO. A orientação mais extrema localizou-se na zona norte circunvizinha de Mueda, embora houvesse manifestações atenuadas noutras regiões. Eram antes de mais a consequência na população do fracasso do movimento cooperativo já descrito. A reacção dos chefes tem uma ilustração extremamnte feliz nas palavras do próprio Lázaro Kavandame:

> "Não dormi toda a noite. Sabia que a partir desse momento não me deixariam em paz, que tudo o que fizesse seria rigorosamente observado e controlado pelas autoridades; que me chamariam cada vez mais assíduamente ao posto administrativo e que a polícia exerceria sobre mim constante vigilância. A minha única esperança estava na fuga...Tomámos imediatamente disposições para organizar uma reunião dos chefes do povo a fim de discutirmos o que deveríamos fazer para recuperar a liberdade e expulsar do nosso país os opressores portugueses. Após uma longa e importante discussão chegámos à conclusão que o povo Makonde, sòzinho não seria capaz de desalojar o inimigo. Então resolvemos aliar-nos com os Moçambicanos do resto do país."
> (Relatório oficial)

O outro progresso também relacionado com as cooperativas foi um aumento na agitação espontânea que culminou na grande manifestação de Mueda em 1960. Esta manifestação, embora não denunciada no resto do mundo, actuou como um fermento na região. Cerca de quinhentas pessoas foram abatidas pelos potugueses, e a muitos que até essa altura não tinham querido adoptar a violência parecia agora vã a resistência pacífica. A experiência de Teresinha Mblale, agora militante da FRELIMO, é concludente:

> "Vi como os colonialistas massacraram o povo em Mueda, aí perdi o meu tio. Estávamos desarmados quando eles começaram a atirar".

Ela foi uma dos milhares que decidiram nunca mais fazer frente à violência Portuguesa sem armas na mão

Um relato mais detalhado desse dia é-nos fornecido por Alberto-Joaquim-Chipande, então com vinte e dois anos, e agora um dos chefes em Cabo Delgado:

> Alguns dirigentes trabalhavam connosco. Alguns foram aprisionados: Tiago Muller, Faustino Vanombe, Kibiriti Diwane-no massacre de Mueda de 16 de Junho de 1960. Como sucedeu? Bem, alguns desses homens tinham entrado em contacto com as autoridades e pedido maior liberdade e melhor salário...Tempo depois, quando o povo começava a apoiar estes chefes, os Portugueses

mandaram a polícia às aldeias convidando as pessoas para uma reunião em Mueda. Vários milhares de pessoas vieram ouvir o que os portugueses iriam dizer. Enquanto isto decorria, o administrador pedia ao Governador da província de Cabo Delgado, que viesse de Porto Amélia e trouxesse uma companhia de soldados. Mas estes esconderam-se quando chegaram a Mueda. De princípio não os vimos.
Então o Governador convidou os nossos chefes a entrar no gabinete do administrador. Eu esperei de fora. Estiveram lá durante 4 horas. Quando surgiram na varanda o governador perguntou à multidão se alguém queria falar. Muitos quiseram fazê-lo, e o governador mandou que todos passassem para o mesmo lado.
Então, sem mais palavras, ordenou à polícia que amarrasse as mãos de todos os que tinham sido separados, e a polícia começou a espancá-los. Eu estava perto. Vi tudo. Quando o povo viu o que estava a acontecer, manifestou-se contra os potugueses, e os Portugueses ordenaram pura e simplesmente aos carros da polícia que avançassem e reunissem os presos. Isso desencadeou mais manifestações. Nesta ocasião as tropas estavam ainda escondidas, e o povo correu para a polícia para impedir que os presos fossem levados. Então o governados chamou as tropas, e quando apareceram mandou abrir fogo. Foram mortas cerca de seiscentas pessoas. Agora os Portugueses dizem que o governador foi punido, mas claro que se limitaram a colocá-lo noutro sítio. Eu escapei porque estava junto dum cemitério onde pude abrigar-me, e depois fugi."

(DIREITO À INFORMAÇÃO - 16)

Após este massacre nunca mais as coisas no norte voltaram ao normal. Por toda a região despertara o mais profundo ódio contra os Portugueses e de uma vez para sempre ficava provada a inutilidade da resistência pacífica.

Assim, por toda a parte, a extrema severidade da repressão foi criando as condições necessárias para o desenvolvimento de um forte movimento nacionalista militante. A apertada vigilância policial tornou clandestina toda a acção política, e - em parte por causa das dificuldades e perigos que envolvia a actividade clandestina mostrou ser a melhor escola de formação de um corpo de militantes tenazes, dedicados e radicais. Os excessos do regime destruíram todas as possibilidades de reformas que, melhorando um pouco as condições, poderiam ter perservado os interesses mais importantes da orientação colonial de um sério ataque que algum dia terá de nascer."

(in LA CONFÉRENCE DE DAR-ES-SALAM - pag. 116-118)

2- O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO - A FRELIMO

Mais uma vez se impõe o conhecimento dos aspectos políticos e militares que enquadram os guerrilheiros de Moçambique. Mais uma vez se impõe desmascarar os slogans governamentais sobre a guerra imposta do exterior. Podemos ler a seguir a crónica de um jornalista que contactou directamente com um congresso do Partido e nos explica as grandes linhas da sua acção.

- A FRELIMO

Em Julho passado, num dia radioso da estação seca, atravessei o Rovuma, que separa a Tanzânia das florestas do Norte de Moçambique. Não fui para observar as operações militares, mas para assistir - e era o único europeu presente - ao primeiro congresso plenário da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) realizado no interior do país, em lugar donde haviam sido expulsos os portugueses. Não esperava encontrar só os chefes do Movimento: o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, presidente, Uria Simango, vice-presidente, dirigente do exército, os quais têm base permanente em Dar-es Salam; mas também e sobretudo os chefes de combate e os militantes políticos que funcionam no interior do país.

Tudo isso foi possível. Mais de 150 delegados assistiram a um congresso de seis dias, incluindo todos os chefes e comissários militares, a maioria dos responsáveis políticos vindos das três províncias onde a guerra se processa: Cabo Delgado, Niassa e Tete, assim como delegados políticos de todas as províncias, mesmo as mais afastadas: Lourenço Marques, Gaza, Inhambane. Alguns dos últimos tiveram de viajar durante longas semanas. Nas suas terras vivem, naturalmente, em severa clandestinidade. O "comité" central estava todo presente. Muitos delegados falavam bom português e alguns, em particular os do sul, mostravam certo domínio do Inglês. Durante vários dias ouvi as suas discussões e tive ocasião de muitas vezes conversar em particular com eles.

A guarnição portuguesa mais próxima encontrava-se a uma vintena de quilómetros, mas havia a impressão de se estar em completa segurança. "Eles furtam-se às nossas emboscadas e as estradas estão minadas", declarou o comandante local responsável. "Não, se aproximarão. Quanto a perigo de bombardeamentos não sabem onde estamos. Por enquanto, pelo menos. Quando o souberem já nós estaremos longe". De facto o congresso reuniu uma semana mais cedo do que tinha sido comunicado e pôde concluir a sua tarefa com toda a tranquilidade. Presidia Mondlane. Com o seu tacto e convicção característicos, abriu os debates com um longo balanço do que se fizera desde 1962, data do primeiro e único congresso antes realizado.

Este tinha um certo número de problemas a resolver, decorrentes da expansão do movimento. Para os compreender não é inútil recuar um pouco e ver como tudo começou.

A CRIAÇÃO DA FRELIMO DÁ NOVO IMPULSO AOS ESBOÇOS DE RESISTÊNCIA JÁ ANTIGOS ENTRE O POVO

A FRELIMO é hoje uma força política e militar cuja influência se estende sobre uma região correspondente a duas vezes a superfície do território português. A sua história, pouco conhecida, é idêntica à de todos os movimentos de resistência armada que surgiram desde 1960.

Foi uma evolução complexa e contraditória. Homens e mulheres de origens diversas, mas que se podem classificar no conjunto como pertencendo à pequena burguesia, encontraram muitas razões para se unirem, obedecendo frequentemente a motivos pessoais, ao princípio para arrancar concessões a um poder colonial aparentemente todo-poderoso. Face a uma recusa obstinada, e mesmo cega, ganharam progressivamente consciência política convertendo-se em nacionalistas capazes de uma acção comum e organizando-se em movimentos de resistência armada e mesmo revolucionária.

Uria Simango, reeleito vice-presidente da Frelimo no congresso de Julho, ilustra bem este género de homens. De princípio, em 1953, caiu nas mãos das autoridades portuguesas. Prenderam-no quando estudante de Teologia em Lourenço Marques. Não foi uma revolta nacionalista, diz-me Simango, mas simples tentativa para obter reparação de injustiças locais. Simango foi libertado ao cabo de três dias e teve a oferta de uma bolsa de estudos em Portugal - truque que os portugueses utilizam frequentemente com os estudantes dissidentes". Mas não aceitei, diz, porque sabia poder ser mais útil ao meu povo se ficasse entre os nossos como professor." Com 27 anos, em 1959, partiu para a Rodésia como missionário entre os Moçambicanos ali estabelecidos. Por um quase lógico encadeamento de factos chegou ao nacionalismo. Outros fundadores da FRELIMO tinham vivido uma experiência semelhante; marcados pelas tradições de resistência passada, estimulados pelo que aprenderam do nacionalismo no resto de África, acabaram por assumir os mesmos objectivos nacionalistas. Pouco a pouco, face à recusa obstinada dos portugueses em fazer qualquer concessão em favor da promoção dos Africanos e, depois de discussões e hesitações sem fim, depois de conflitos de opinião e mesmo de pessoas, começaram a formar pequenos "partidos nacionalistas", mínusculos grupos de exilados que estabeleciam relações frágeis com o interior de Moçambique. Dois destes grupos, o UNAMO e o UDENAMO formaram-se em 1960, em Salisbúria; Simango era um dos primeiros. Um terceiro grupo, o MANU, surgiu no Tanganica (actual Tanzânia) quase na mesma altura, com o apoio da província de Cabo Delgado.

Desunidos estes grupos não tinham outro destino senão o de se transformarem em instrumentos de terceiros. Assim, em Maio de 1962, sob pressão dos nacionalistas de África Oriental, personificados na altura pelo chefe Daniele Mbiu Koinange e o líder do Tanganica Nyerere, os três grupos aceitaram unirem-se numa frente de acção comum; a FRELIMO. Simango foi presidente do "comité" de fusão - Gwenbe, Chagonga, Mole - retiraram-se da cena política depois disso, enquanto outro fundador, o corajoso Filipe Magaia, era morto em plena acção no interior de Moçambique, em 1966, enquanto comandava unidades da Frelimo. Um outro ainda, Paulo Gumane, rompeu as ligações em 1963 e criou um pequeno grupo dissidente, o COREMO, que beneficiou do apoio do governo da Zambia e, facto surpreendente, de simpatia de Pequim. Os que ficaram na FRELIMO formam hoje uma equipa sólida e unida, em que não subsiste nenhum desacordo fundamental, que se saiba.

Desde o começo tiveram no plano político dois elementos favoráveis: O trabalho já realizado durante os vinte ou vinte e cinco anos precedentes pelos grupos proto-nacionalistas tinha favorecido a eclusão nas cidades da colónia e, em certa medida, nas regiões rurais, duma certa consciência do nacionalismo africano.

Outra vantagem política foi o trabalho realizado pelo MANU entre os Makondes de Cabo Delgado. Aí existia já em 1962 uma rede, pouco ampla mas eficaz, de contactos clandestinos nacionalistas nas aldeias e pequenas cidades como Porto Amélia, Mueda, etc. Estes Makondes tinham estabelecido contactos com patriotas ao norte da fronteira do Tanganica; depressa foi possível abrir caminhos mais ou menos seguros, permitindo trânsito aos militantes políticos entre uma e outra margens do Rovuma. Bem entendido que é uma história bastante confusa, em que são obscuros muitos pormenores. Pouco a pouco a FRELIMO foi estabelecendo ligações com simpatizantes até Lourenço Marques. Muitos elementos do longínquo sul, com quem tive ocasião de falar no congresso de Julho, declararam-me que foram lançados na acção política "depois de terem tido conhecimento da constituição da FRELIMO".

Consolidada por esta preparação política, a FRELIMO achou-se em condições de passar à acção militar nos últimos meses de 1964. As operações começaram em cinco províncias: Cabo Delgado, Niassa, Tete, Zambezia e Moçambique; falharam nas três últimas mas resultaram bastante bem nas outras duas. Convém citar aqui o testemunho de Alberto Chibande, um Makonde que foi dos primeiros chefes de guerrilha e que me relatou a sua história em Dar-es-Salam no verão passado.

DO PROTESTO À REVOLTA

Alberto Joaquim é um verdadeiro Makonde de Cabo Delgado. Constitui exemplo típico destes jovens, homens e mulheres que se encontram à cabeça de unidades combatentes da FRELIMO, trabalhando em tarefas políticas e caminhando com os seus homens: Raimundo, comandante de Cabo Delgado; Nabote, comandante do Niassa; ou Manganja que dirige as operações recomeçadas na província de Tete. A maior parte tem entre 25 e 30 anos, e possui uma maturidade de espírito conquistada em três anos de acção na guerrilha em condições ferozes. Como eles, Alberto Joaquim, pela sua história e pelo comportamento, é a prova de que os portugueses se enganam redondamente ao pensarem (se é que o pensam verdadeiramente) que esta revolta é dirigida pelo estrangeiro e de inspiração estrangeira. Alberto Joaquim, como outros com quem falei, conhecia já o nacionalismo ou pelo menos as ideias que o continham em germe, no seio da sua própria família, muito antes de ele próprio se lançar por esse caminho.

"Meu pai era capitão-mor (chefe de aldeia). Às vezes os portugueses recorriam a ele para transmitir as suas ordens, muito embora não fosse um régulo. (Entre os Makondes os régulos são autoridades impostas pelos portugueses que tentam assim estabelecer uma forma primitiva de "dominação indirecta"). Por duas vezes, em 1940 e em 1946, meu pai foi levado a Lisboa e pode mesmo dizer-se que, de certa maneira, fazia parte da administração portuguesa; secretamente era-lhe hostil e em 1962 tornou-se membro clandestino da FRELIMO.

"Eu próprio decidi entregar-me à luta porque penso que todo o homem deve ser livre e que, senão o é, deve combater por essa liberdade. Desde muito novo vi o que significava a dominação portuguesa: aos doze anos quando frequentava a escola primária forçaram-me a trabalhar em Mueda, na limpeza da cidade. Depois, quando era mais velho, começaram a perseguir a minha família. Dois dos meus irmãos apanhados para serem mandados para o trabalho forçado, escaparam-se e fugiram para a Tanzânia. Teriam ido trabalhar durante seis meses para um proprietário chamado João Vieira Baptista que possúia plantações de algodão. Isto foi em 1947 quando eu tinha nove anos. Em 1954 foi a vez da minha irmã e do marido fugirem do trabalho forçado. Compreendi então muita coisa. Mas fiquei na escola, passei os meus exames e cheguei a professor."

Vejamos as conclusões

A GUERRA

Tiradas as conclusões deste acontecimento e de muitos outros, Alberto Joaquim fez-se voluntário na acção armada contra os portugueses em 1963. "Deixámos Lindi (Tanzânia) a 3 de Março. Éramos 23, professores e estudantes, quando chegámos a Dar-es-Salam. Os chefes da FRELIMO perguntaram-nos o que queríamos fazer. Combater -- respondemos. Quiseram saber se não preferíamos bolsas de estudo. Respondemos que não. Em Junho partimos para a Argélia onde recebemos preparação até à Primavera de 1964".

No mês de Junho a FRELIMO decidiu-se pela guerra. Entre os primeiros grupos de combate que atravessaram o Rovuma estava Alberto Joaquim.

A FRELIMO SUPERA UMA CRISE DE CRESCIMENTO

Após uma arrancada modesta, a Frelimo transformou-se em princípios de 1968, num movimento político instalado no interior, operando em cada uma das nove províncias, e dotado dum poderoso instrumento de combate que justamente se pode gabar de pôr permanentemente em cheque os portugueses nas regiões rurais de Cabo Delgado e do Niassa, como eu próprio em parte pude verificar. Em Abril último, foi retomada a actividade militar na província de Tete. Com toda a evidência tinha chegado a hora de reorganizar a sua estrutura. Criado em 1962 por chefes no exílio, o "comité" central era constituído, no início, por vinte membros. Impunha-se uma renovação para fazer entrar novos elementos que se tinham notabilizado como chefes no interior do país e para preparar um instrumento mais eficaz de coordenação.

Tendo assistido aos debates, verifiquei que o congresso se ocupou de alguns problemas de crescimento, tais como uma cisão de tipo tribal que se esboçara em Cabo Delgado. A equipe dirigente foi reeleita, o que representou um triunfo para Mondhlane e uma homenagem à sua crescente popularidade. A composição do comité central foi aumentada para 40 membros, e sanada a ameaça de conflito em Cabo Delgado. A FRELIMO saiu mais fortalecida deste congresso."

(BASIL DAVIDSON - LE MONDE DIPLOMATIQUE nº 176 - Nov. 1968)

3- O DESENROLAR DA GUERRA

Ao longo de uma série de textos vamo-nos dar conta de algumas realidades da guerra em Moçambique: relatórios que os portugueses escrevem mas não divulgam, formas de violência por eles adoptadas, situação da guerrilha na frente moçambicana. Tudo mostra a falsidade da ficção que tem sido impingida ao nosso povo: a guerra imposta do exterior, a promoção do bem-estar das populações, o terrorismo praticado pelos guerrilheiros...

a) UM RELATÓRIO DE OPERAÇÕES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

9(sublinhados da redacção)

"....."

3. Conclusões e ensinamentos

É muito difícil na região da ... surpreender o IN nos seus acampamentos, em virtude da existência de muita população dispersa, que imediatamente o vai avisar da aproximação das NT, isto além das sentinelas já usuais, o que constitui um excelente sistema de alarme.

DE UM RELATÓRIO DE ACÇÃO

...Nesse ponto foi avistado pelos últimos elementos da secção um elemento IN de pé num carreiro que se unia àquele em que seguia, apontando uma arma tipo Mauser. Imediatamente se abriu fogo, mas já o IN, mostrando grande preparação militar, dava uma cambalhota e fugia em zig-zag embrenhando-se no mato muito denso... Encontrámos um resto de sangue... Este resto levou-nos a uma machamba próxima...

A partir deste ponto a pista tornou-se impossível de seguir por ausência de vestígios concretos, pelo que destruímos uma palhota grande, géneros, utensílios e parte da plantação...

COMENTÁRIOS

O comandante da patrulha procedeu sempre bem, demonstrando muita eficiência de acção, aliada a uma bem calculada segurança.

Os seus comentários são judiciosos. Quanto à a) de 3. parece poder fazer-se lei da seguinte forma de actuar. Enquanto as NT não estão detectadas, não queimar nada, para assim poder assaltar de surpresa o objectivo, ou penetrar mais profundamente no seu dispositivo, sem sermos vistos. Uma vez detectadas, as NT devem destruir tudo o que sirva de apoio ao IN, não esquecendo neste aspecto, que são as culturas e os alimentos destruídos o que mais dificuldade lhe causará. Uma palhota representa o trabalho de um dia; uma cultura o de vários meses, podendo no futuro ocasionar a fome

dos acturação da secção. Só foi pena não ter sido possível destruir toda a plantação. Seria este o mais rude golpe para o IN."

b) TENTATIVAS DE "RECUPERAÇÃO"

...As autoridades portuguesas convidaram-me a visitar, juntamente com outros jornalistas europeus, o que para eles é uma nova experiência exemplar: O Centro de Recuperação de Terroristas de Machava, a poucos kilómetros de Lourenço Marques. Esta visita foi, na verdade, exemplar, na medida em que revelava perfeitamente a hipocrisia paternalista da política colonial portuguesa. Provàvelmente, os jornalistas que vimos aquilo fomos vítimas da mentira mais grosseira de toda a nossa vida. O Centro de Recuperação foi-nos apresentado como um paraíso.

Trata-se de um campo de construção recente, com pavilhões brancos, relvados verdes, etc.- Há ali dois mil "terroristas". Segundo as autoridades dos campos- que, pelos vistos, não conseguiram pôr-se de acordo sobre as suas mentiras- os presos estavam ali voluntàriamente, não havia guardas nem armas, nunca se tinha dado qualquer tentativa de evasão, os presos aprendem um ofício, fazem trabalhos de artesanato e ganham dinheiro que lhes é creditado em conta corrente num banco da capital.

A visita fora grotescamente preparada. Quando chegámos, os negros, em fileiras perfeitas faziam ginástica. Alto-falantes distribuídos por todo o campo, difundiam, numa cruel mistificação, uma canção de Enrico Macias intitulada "Les Vacances". Quando chegou a altura de falar com um terrorista, na presença dos dirigentes do campo, ouvimos a clássica lição bem aprendida: "Eu antes queria a independência, mas cheguei à conclusão que os que a reclamam não têm razão". As mãos e os lábios tremiam-lhe. Como ia dizendo o director do Campo:"Eles próprios se convencem de que lado está a verdade".

Grande parte dos presos não sabem o português. Havia cartazes por toda a parte: "Do levantar ao deitar, o português deves falar", Fala português, mostra o que és", etc. No campo publica-se um jornaleco policopiado, "Ressurgimento", em cuja primeira página se lê: "A triste situação a que chegaram as populações controladas pelos agentes da morte e da destruição, que viram derrubadas as suas casas e a vida pacífica que levavam à sombra da bandeira portuguesa, e que regressam, mas esfomeadas e doentes. E será mais uma vez Portugal, país condescendente com os erros dos seus filhos extraviados que os terá de proteger, acarinhar e fazer voltar à vida, dando-lhes a dignidade e o carinho a que têm direito."

Tive possibilidades de falar, sem a presença de qualquer funcionário, com vários"terroristas". De seis que consultei, cinco não sabiam qual a sua pena, nem quando seriam postos em liberdade. Estavam naquela espécie de limbo há uma média de quatro anos sem que ninguém os tivesse informado da sua pena.

No final, os negros, em côro, até nos presentearam com um formoso hino em honra de Portugal. Tudo aquilo decorado com papel de seda... não teria convencido uma criança de peito. A verdade é que os muros que rodeavam o Campo tinham mais de três metros de altura e estavam guarnecidos com guaritas de vigilância. À saída pudemos ver, mais ou menos camuflados, diversos guardas armados.

No fundo, qualquer português tem consciência de que, com o andar dos tempos, a actual forma de colonialismo é insustentável. Para os seus territórios ultramarinos, Portugal não conta com uma forma coerente a longo prazo, acolhendo-se apenas a ideias vagas do tipo "cri-

ação duma sociedade multirracial dotada de grande autonomia e ligada à metrópole por uma comunidade de língua e de cultura, além de estreitíssimos laços económicos." Uma espécie de Brasil com dependência económico lucrativa.

Não obstante, a marcha para essa sociedade multirracial não se vê em parte nenhuma. Nem mesmo para a autonomia. A potenciação política do povo negro é uma fantasmagoria. Portugal faz todo o possível para dificultar a preparação política da população e para manter o mito de que os negros são incapazes de se governarem por si próprios".. ...

(J.A. GABRIEL y GALÁN in CUADERNOS PARA EL DIALOGO nº75-Dez.1969)

c) DOIS LEADERS AFRICANOS

Os orgãos de informação em Portugal deram grande relevo a dois factos relacionados com a luta da FRELIMO em Moçambique: a deserção de Lázaro Cavandame e o assassinato de Eduardo Mondlane.

Para que conheçamos a outra face desses acontecimentos, transcrevem-se agora dois comunicados da FRELIMO:

"Lázaro Cavandame teve antigamente uma posição importante na FRELIMO Tinha sido designado Secretário Provincial de Cabo Delgado e era o responsável pelas actividades comerciais nessa província.

No entanto, desde há algum tempo, a FRELIMO tinha conhecimento das conecções de L. Cavandame com forças contra-revolucionárias, com base nos seguintes factos: usou o seu posto na nossa estrutura comercial para servir os seus próprios interesses, explorando o povo nas trocas de mercadorias e guardando para si o excesso. Estas actividades foram denunciadas pelo povo e a FRELIMO nomeou uma Comissão de Inquérito para investigar o caso. Quando descobriu isto, Cavandame organizou um grupo para sabotar o trabalho da Comissão. Sob as suas ordens esse grupo assassinou um dos Comandantes militares da FRELIMO em 22 de Dezembro de 1969. A razão da sua deserção é portanto a de escapar ao julgamento por este assassinato, do qual é acusado de ser o organizador pelos dezasseis elementos do seu grupo, presos à espera de julgamento.

Estas actividades culminando com o assassinato, classificaram L. Cavandame como inimigo do povo de Moçambique e da Revolução Moçambicana. De facto este assassinato estava em concordância com o plano português de assassinato dos dirigentes da FRELIMO com o fito de travar o Movimento de Libertação.

Em consequência disto, a Comissão Executiva da FRELIMO reuniu em 3 de Janeiro de 1969 para estudar o caso de Cavandame e tomou as seguintes decisões: demitir L. Cavandame das suas funções de Secretário Provincial de Cabo Delgado; em virtude desta demissão perdia o seu lugar na Comissão Central da FRELIMO; demiti-lo ainda do seu posto na secção comercial da FRELIMO.

A passagem de Lázaro Cavandame para o lado dos portugueses não terá nenhum efeito na nossa luta de Libertação, porque, ao contrário do que os portugueses anunciaram, Cavandame nunca teve nenhuma responsabilidade militar na FRELIMO, sendo a sua actividade meramente administrativa.

Em segundo lugar, porque aquele foi denunciado pelo próprio povo de Cabo Delgado como explorador e contra-revolucionário; o povo está portanto bem consciente do carácter criminoso das suas actividades e dele próprio. Também, contrariamente ao que os portugueses dizem, Lázaro nunca foi um chefe tribal em Moçambique. A única influência que ele tinha sobre o povo resultava da posição que a FRELIMO lhe tinha dado.

Além disto, não está ao corrente do estado actual da acção militar e não tenha estado em Moçambique desde Dezembro de 1967. A pretenção Portuguesa de que "Portugal esté em condições de romper as linhas inimigas em Moçambique em consequência da apresentação de Lázaro Cavandame" é completamente inútil e constitui mera propaganda colonialista".

As circunstâncias da morte de Eduardo Monihlane, presidente da FRELIMO

Comunicado da FRELIMO:

"O inegável sucesso da nossa luta de libertação criou medo e desespero entre o inimigo. O inimigo sabe bem que o nosso povo está disposto a lutar até ao fim, até à vitória final, e sabe que os lesiers da FRELIMO estão decididos a continuar a luta até à efectiva indepeniência de Moçambique.

Incapazes de vencer-nos no campo de batalha, os colonialistas portugueses e os seus aliados decidiram adoptar outro método: o assassínio dos chefes da FRELIMO.

De acordo com esta linha de acção organizaram o assassinato do nosso camarada Jaime Rivez Sigauke quando este se encontrava na Zambia, em missão do Partido; do camarada Matheus Sansão Mutembe, em Dar-es-Salam; do camarada Samuel Kankhomba, na Tanzânia, junto à fronteira de Moçambique. O último crime perpretado pelos colonialistas foi o que atingiu o nosso querido presidente, camarada Eduardo Chivambo Monihlane, no dia 3 de Fevereiro de 1969.

Naquele dia, de manhã cedo, o nosso presidente dirigiu-se ao escritório e trabalhou com vários camaradas. Cerca das dez da manhã recolheu o correio e foi, como de costume para casa de um amigo, um lugar tranquilo, onde trabalhava à vontade. Entre a correspondência encontrava-se um livro que lhe era endereçado pessoalmente.

Chegando a casa começou a abrir o correio. Tirou o livro do envólucro e quando o abriu, houve uma forte explosão que matou o nosso presidente.

No decurso das investigações, a CID da Tanzânia (polícia Tanziana) verificou que dentro do referido livro, se encontrava uma bomba, colocada de modo a explodir quando o livro fosse aberto.

O livro era enviado dum país europeu e endereçado ao presidente da FRELIMO.

É evidente que nos encontramos defronte de uma conspiração internacional imperialista, organizada para destruir a FRELIMO através da eliminação física dos seus chefes.

Outra prova para confirmar: alguns dias mais tarde o camarada Marcelino dos Santos, membro do Comité Central e Secretário da Secção Política recebeu igualmente um livro. Como nós conhecíamos as circunstâncias da morte do nosso presidente, enviámos igualmente o livro à CID antes de abri-lo.

Com estes assassinatos o inimigo tenta desmoralizar-nos e fazer-nos abandonar a luta. Mas engana-se. NADA pode fazer o povo Moçambicano desistir da luta pela libertação de Moçambique.

a) A SITUAÇÃO MILITAR

"Em 1964, unidades da FRELIMO infiltraram-se da Tanzânia para Cabo Delgado e Niassa, - as províncias mais setentrionais de Moçambique. Desde o início as tácticas de guerrilha têm sido manifestamente correctas, e a guerra seguindo uma linha ortodoxa, com contradições cada vez mais nítidas entre as forças colonialistas e os camponeses. Para começar a FRELIMO limitou a sua táctica a emboscadas e assaltos de surpresa, com a retirada imediata, a postos portugueses. O norte de Moçambique, é, na sua maior parte, mato levemente acidentado com uma população bastante densa na planície costeira, menos densa no interior. Estradas, há poucas e más. Os postos portugueses de administração e de polícia estão confinados às cidades, muito distanciadas umas das outras. Em resumo: são bóas as condições para emboscadas e destacamentos de tropas em marcha de um ponto para outro. Depois de uma emboscada, os guerrilheiros podem, com toda a segurança escapar pelo mato. Deste modo, os guerrilheiros conseguiram alguns exitos rápidos e satisfatórios, com muito poucas baixas. O seu moral melhorava ao passo que o das tropas portuguesas era cada vez pior. Convencidos da sua impotência contra esta táctica, os portugueses recorreram cada vez mais à intimidação e ao terrorismo. Casos de atrocidades cometidas pelos portugueses estão bem documentados, e quanto mais frustrações e humilhações vão sofrendo, mais aumenta a selvajaria. Um recente boletim da FRELIMO inclui o relato de Joanina Mbawa, uma rapariga cuja aldeia, na província de Cabo Delgado, foi queimada pelos portugueses como represália.

"Os portugueses chegaram um dia à minha aldeia. Havia PIDES e soldados. Mataram a minha irmã que estava grávida, abriram-lhe o ventre e tiraram-lhe a criança. Mataram um homem e abriram-lhe o estômago onde meteram o feto. Começaram a rir como loucos. Prenderam-mais gente, também o meu pai e o meu irmão de 33 anos. Levaram-nos para o posto, nunca mais os vimos. Eu escapei com um irmão de 5 anos porque consegui esconder-me no mato."

Além do terrorismo os portugueses também exercem represálias, bombardeando aldeias, plantações e campos que suspeitavam ser ocupados pelos componentes das guerrilhas. Como os guerrilheiros raramente se concentram em grande número, são camponeses não combatentes os que mais sofrem com estes ataques que aumentam ainda mais a tensão ente a população e os colonialistas. Com o incremento da sua força os guerrilheiros começaram a atacar os postos e campos portugueses mais distantes, usando bazookas e metralhadoras pesadas. Estes ataques reforçaram ainda mais o seu poder de iniciativa nesta guerra.

Há quatro anos que começou a luta, e a FRELIMO já estabeleceu o contrôle suficiente sobre as áreas rurais das suas províncias nortenhas de Cabo Delgado e do Niassa. Em Março deste ano foi reaberta a frente na província ocidental de Tete, depois de fechada, em 1965, devido a dificuldades na manutenção dos guerrilheiros. É ainda demasiado cedo para se poder dizer quais são os resultados desta nova ofensiva - mas é de uma importância estratégica considerável, pois coloca a FRELIMO a pequena distância do local para onde está projectada a nova barragem de Cabora Bassa no Zambeze. A partir deste projecto, que está a receber intenso apoio da África do Sul, Portugal pensa instalar um milhão de colonos brancos no vale do Zambeze e desenvolver esta região, até aqui por explorar. Se a FRELIMO puder impedir este plano adquirindo o domínio desta área, ganhará uma vitória importante para as forças de libertação. O significado que o plano de Cabora Bassa tem para a África do Sul mede-se pelo facto de recentemente se ter recebido uma informação que diz

terem sido destacados dois batalhões de tropas Sul Africanas para o território moçambicano do Zambeze.

(in CADERNOS NECESSÁRIOS)

e) UM OFICIAL FALA DO QUE VIU

A recusa a fazer a guerra por parte dos oficiais portugueses não é um facto novo, pois contam-se por muitas centenas as deserções nos últimos anos. Mas o que é novo é a forma como tais actos têm sido praticados recentemente, mostrando um grau de consciência cívica e de responsabilidade pública a que não se estava habituado. É disso um testemunho eloquente a entrevista que se transcreve, que dá por forma expressiva uma visão da guerra muito diferente daquela que a máquina de propaganda oficial tem pretendido inculcar no povo português. Desde a "guerra que nos é imposta do exterior" até à vitoriosa ofensiva Kaulza de Arriaga, tudo fica reposto no seu lugar por uma testemunha ocular.

UM CAPITÃO PORTUGUÊS PEDE ASILO:
"RECUSO-ME A QUEIMAR ALDEIAS EM ÁFRICA"

Jaime Morais, de 34 anos, era capitão do exército colonial português em Moçambique. Comandava 166 homens.

- Não podia obedecer a ordens para queimar aldeias africanas, diz ele, por isso desertei.

Jaime Morais está agora na Suécia como refugiado político.

Ele é o oficial mais graduado dos que chegaram à Suécia como desertores.

O descontentamento em relação à guerra colonial em África torna-se cada vez maior entre as tropas portuguesas. É principalmente entre os oficiais milicianos que surge a crítica.

Mas há poucos que ousam dizer o que pensam. Os que criticam são chamados comunistas e vêem as suas carreiras interrompidas ou são castigados. Isto contou Jaime Morais ao Aftonbladet. Chegou há um mês à Suécia depois de ter servido cinco meses como capitão em Moçambique.

- Se se tratasse de defender Portugal, eu fá-lo-ia de boa vontade, diz Morais. Mas em África não nos defendemos. Trata-se de uma guerra de agressão contra gente inocente que não quer aceitar a nossa chamada civilização.

Morais diz também que foi instruído no sentido de dar aos seus subordinados ordem para queimar aldeias e matar todos os inimigos.

- Mas os inimigos eram simples indígenas, diz ele.

A MORTE DE UMA MULHER

No passado Outono chegava de Portugal uma informação assegurando que o exército colonial colecionava enormes êxitos numa grande campanha.

Eu participei nessa campanha no Norte de Moçambique, diz-nos Morais. Não tivemos quaisquer êxitos. Pelo contrário, só perdemos gente. Quando retirámos do norte deixámos a região desguarnecida. A campanha foi uma invenção dos altos comandos com a finalidade de melhorar a sua reputação em Portugal.

- A FRELIMO tem o apoio do povo. Uma vez vi eu como um soldado matou uma mulher. Um filho estava ao lado dela. Esse rapaz vai tornar-se um bom guerrilheiro.

Jaime Morais pensa que Portugal já perdeu a guerra.

Portugal é um país pobre. Metade do produto nacional bruto é destinado à guerra nas colónias.

É a ajuda da África do Sul e da Nato que aguenta o exército colonial.

ESPINGARDAS AMERICANAS

Diz Morais:- Entre outras coisas tínhamos rockets dos E.U.A. e outras armas sul-africanas. As nossas provisões vinham também da África do Sul. Quando fazíamos operações tínhamos apoio de helicópteros Sul-Africanos.

-Mas há muito orgulho em Portugal. Não se reconhece a necessidade de auxílio.

Jaime Morais era capitão na reserva. Quando civil era chefe de vendas numa empresa de exportação em Lisboa. Quando recebeu uma instrução especial com vista à guerra em África teve como instrutores oficiais que estiveram em cursos de contra-guerrilha nos E.U.A.. Os conhecimentos que os americanos extraem do Vietnam são fornecidos aos oficiais portugueses que irão defender o império colonial em África.

Foi para protestar contra a política colonial de Portugal em África que Morais desertou. Mas diz-nos também que reagiu fortemente contra o tratamento dado aos soldados do exército colonial.

- Uma vez uma das nossas viaturas de transportes de tropas pisou uma mina. Houve muitos mortos. O carro ficou destruído. O comandante distrital disse que era uma pena pelo carro mas que os soldados se poderiam substituir fàcilmente.

Algumas vezes viu Morais como os seus homens eram mortos pela FRELIMO. Mas sinto-me feliz por nunca ter morto ou feito prisioneiro nenhum guerrilheiro, diz ele. E não acuso a FRELIMO porque eles são forçados a matar os nossos soldados.

- Os Africanos têm que defender-se. O governo português fere tanto Moçambique como Portugal com esta guerra.

COMO NO VIETNAM

Agora espera Jaime Morais conseguir asilo político na Suécia. Não é o primeiro desertor português que chega á Suécia. No passado Outono chegaram 6 jovens tenentes desertores. Antes haviam chegado cerca de 30 portugueses mas nenhum deles se deu a conhecer.

É a crítica que a Suécia fez ao colonialismo português que tem induzido os desertores portugueses a dirigirem-se para lá. Em Portugal cresce portanto a aversão do regime em relação à Suécia. A propaganda oficial em Portugal assegura que a Suécia põe os desertores na prisão exigindo-lhes declarações contra Portugal.

A censura tornou-se mais severa. Contudo os estudantes sabem o que se passa nas colónias e muitas vezes recusam-se a fazer a guerra. Mas é das famílias mais pobres que os soldados são recrutados para o exército colonial. A realidade que estes rapazes encontram em África é diferente da que lhes mostram na propaganda.

As semelhanças com o Vietnam são bastante evidentes.

(ENTREVISTA AO JORNAL SUECO "AFTONBLADET de 1/2/1971)

4 - OS TERRITÓRIOS LIBERTADOS

Pode dizer-se a respeito de Moçambique o mesmo que já se disse sobre Angola e Guiné: a luta de libertação não se limita a uma oposição ao domínio colonial como também realiza uma verdadeira revolução social.
A futura nação independente será efectivamente uma sociedade nova e esse processo já está em gestação.

a) PROGRAMAS DE RECONSTRUÇÃO

Enquanto as operações militares se estendem para sul, a FRELIMO já está a executar os seus programas de reconstrução. Presentemente as áreas libertadas e semi-libertadas compreendem à volta de 75 mil milhas quadradas e 800 mil habitantes. O programa de reconstrução divide-se em três partes: actividades económicas, saúde e ensino.

Na agricultura foi suspensa a produção de algodão e sizal, obrigatória durante o domínio português. As terras, deste modo libertadas, foram redistribuídas para a cultura de produtos alimentares. Os camponeses também estão muito interessados em aumentar as terras que possuem, e assim, tem-se começado a cultivar mais terras com a ajuda de alfaias distribuídas pela FRELIMO. Não há índices de produção, mas a FRELIMO afirma que, apesar dos ataques aéreos às zonas libertadas e cultivadas, a taxa de aumento tem sido consideável. Não há razões para duvidarmos desta informação. Eles dizem, com a maior simplicidade: "Agora que o povo cultiva a terra para que esta produza aquilo que ele quer e aquilo de que precisa, trabalha melhor e produz mais."

Em algumas áreas foram restabelecidas cooperativas de produtores que haviam sido suprimidas pelos portugueses. Em 1966 exploraram-se pequenas quantidades de grãos e de sementes, e está planeado o incremento deste comércio e a reorganização da produção de ferro, prata, cobre, madeira e borracha.

No programa sanitário projecta-se a instalação de clínicas. Dispõem actualmente de 400 médicos e auxiliares que estudaram ou em Moçambique ou no Instituto Moçambicano de Dar-es-Salem.

Também se fazem grandes progressos no sector do ensino. Além do Instituto Moçambicano, também foram inauguradas escolas primárias e cursos para adultos nas comunidades de refugiados, na Tanzânia. Nas zonas libertadas de Moçambique há agora 10.000 crianças que frequentam escolas primárias. Na província de Cabo Delgado havia, durante o domínio português, 39 escolas; agora existem quase 100. A apesar de grande falta de professores e de material didático, este número tende a aumentar. No fim de Julho deste ano, numa Conferência do Movimento realizada pela primeira vez na província do Niassa, os dirigentes da FRELIMO foram reeleitos; delegados de todas as regiões libertadas assistiram a esta conferência. Segundo relatos houve bastante discussão e algumas críticas à política seguida pelo Movimento. Foi um êxito da FRELIMO o facto desta Conferência ter podido realizar-se dentro de Moçambique. O forte poder de ataque do inimigo reflectiu-se neste aviso: o bombardeamento por aviões portugueses, do local da Conferência, no dia seguinte ao da partida dos delegados.

b) MOÇAMBIQUE LIVRE

Nas áreas libertadas, a FRELIMO tem enfrentado a enorme tarefa de construir uma sociedade nova, aproximadamente um milhão de pessoas a seu cargo.

Uma agricultura nova: como resultado imediato da guerra, as companhias concessionárias foram forçadas a retirar-se das duas províncias do norte. Nestas áreas cessaram não só o trabalho forçado mas também o cultivo forçado.

A FRELIMO enviou os seus delegados para a região, a fim de reorganizar a agricultura numa base cooperativa. As cooperativas que tinham sido previamente suprimidas, foram restauradas e o sistema alargou-se a novas áreas. O povo agora produz as colheitas de que precisa para o seu próprio uso e é encorajado a produzir um excedente para alimentar os camponeses cujas colheitas ficaram destruídas pelas lutas e pelos ataques aéreos portugueses, e para os que foram constrangidos a abandonar as suas casas para escapar à represália.

Onde as Cooperativas não foram ainda restabelecidas, o povo cultiva uma porção de terreno extra para as necessidades comuns. A FRELIMO incita o seu exército a dar o exemplo, provendo, sempre que possível, a sua própria alimentação. O resultado destas medidas tem sido um aumento, a todos os níveis, na produção de víveres, embora 80% da terra cultivada o seja pela primeira vez.

O comércio: quando os portugueses se retiraram do norte, foram seguidos por todos os europeus e asiáticos. Para resolver esta situação foram organizadas cooperativas mercantis e a FRELIMO preparou-se para a importação de têxteis e outros produtos essenciais. Esta despesa é parcialmente compensada pela exportação, através da Tanzânia, de pequenas quantidades de amendoim, castanha de caju e oleaginosas, assim como trabalhos artísticos tradicionais, em particular escultura Makonde. Para reduzir o número de mercadorias que precisavam de ser importadas, estabeleceram-se indústrias locais em pequena escala. Estas incluem fabrico de sabão, extracção de sal e manufactura de instrumentos agrícolas, não só de destroços de veículos portugueses emboscados, mas também, algumas vezes, e nalgumas áreas de minas de ferro locais.

A educação: um dos mais urgentes problemas que a FRELIMO enfrenta é o da recuperação dos anos de negligência na educação. O primeiro passo foi organizar escolas primárias onde se ensina às crianças o português e a aritmética e se dá a alfabetização. Dão-se-lhe também uns rudimentos de história e de geografia de Moçambique. Foram preparados novos resumos e compêndios. Em Cabo Delgado funcionam já dessas escolas para 10.000 crianças e no Niassa para outras 1.000. As escolas têm aulas nocturnas e adultos e, durante o tempo de lecções os soldados aprendem também a ler e a escrever. Estas escolas têm poucos professores e pouco material didático. O objectivo de conseguir um professor para cem alunos é modesto mas realista, em virtude da falta de pessoal especializado.

Em 1963 foi estabelecido em Dar-es-Salam o Instituto Moçambicano. Este instituto é um organismo dependente da FRELIMO, que coopera em programas educacionais, médicos e sociais e ministra uma educação secundária a jovens moçambicanos, assim como cursos especializados. Um curso de Magistério primário, por exemplo, forma professores que regressarão a Moçambique para lá trabalharem nas escolas.

Há agora cerca de 150 estudantes, assistidos pela FRELIMO, fazendo cursos universitários no estrangeiro; quando voltarem estarão aptos a participarem no trabalho de reconstrução do seu país.

A saúde: o departamento sanitário da FRELIMO, montou uma pequena rede de clínicas e postos de primeiros socorros nas áreas libertadas, a fim de proporcionar assistência médica à população. Inevitàvelmente ainda não

são em número suficiente e necessitam de remédios, equipamento e pessoal especializado, mas são capazes de fornecer o mínimo necessário. Dois grupos de Ajudantes Médicos Rurais voltaram já para Moçambique depois de se especializarem em Dar-es-Salam.

O serviço de saúde faz também medicina preventiva, com educação sanitária e programas de vacinação. Em 1967 foram vacinadas contra a varíola cem mil pessoas enquanto grupos mais pequenos, em determinadas áreas foram imunizados contra a febre tifóide, o tétano e a tuberculose. O objectivo da FRELIMO é conseguir a vacinação geral contra a varíola, mas há dificuldades financeiras em obter quantidades suficientes de vacina.

Os objectivos da FRELIMO: o programa da FRELIMO pretende a independência para todo o Moçambique, o estabelecimento de um governo popular e o desenvolvimento dos recursos do país ao serviço de toda a população. São estes os objectivos fundamentais e a luta para alcançá-los deve ter lugar em todos os sectores - militar, político e social.

A FRELIMO está a combater o poder colonial de Portugal sustentado pela administração, pelo exército e pela polícia, especialmente a polícia política (PIDE). A sua capacidade de luta é reservada a estas forças e seus colaboradores e não fazer parte da acção da sua política as pressões sobre os indivíduos não participantes.

A FRELIMO tem nas suas fileiras africanos, mestiços, asiáticos e moçambicanos de origem portuguesa e determinou-se construir um novo estado sobre esta base multi-racial. A guerra em Moçambique não é uma luta isolada. Faz parte da luta, atr[illegible] de todo o sul de África, pela igualdade de direitos para todas as raças, e esta, por sua vez, participa na luta mundial contra o racismo em todas as suas formas. A FRELIMO mantém estreito contacto com os movimentos de libertação na África do Sul, Sudoeste Africano e Zimbabue (Rodésia), e ainda com os movimentos de libertação de Angola e da Guiné-Bissau.

Portugal também não está sòzinho; é membro de duas poderosas alianças. Em primeiro lugar está unido à informal (mas agora largamente reconhecida aliança de Vorster - Smith e Salazar, para perpetuar a dominação branca no sul de África. Em segundo lugar, Portugal pertence à NATO e mantém estreitos laços económicos com a Europa Ocidental, através da EFTA.

(in MOZAMBIQUE - A COUNTRY AT WAR, pag 9 e seg.s)

5 - CONCLUSÃO - DUAS MENSAGENS DE MONDLANE

Para terminar ouçamos o que disse Eduardo Mondlane ao seu povo e ao povo português.

- MENSAGEM DE ANO NOVO

Não obstante, estamos gradualmente a ganhar a guerra, e temos razões para acreditar que continuaremos a ganhá-la, embora também saibamos que a vitória definitiva está ainda muito distante. Portugal tem sem dúvida, uma série de vantagens: um exército enorme, equipado com armas modernas; em Moçambique pelo menos sessenta mil soldados portugueses para combater o nosso exército de oito mil guerrilheiros, muitos deles com o mínimo de equipamento e armas inadequadas. Portugal tem o apoio total da África do Sul, o mais rico país do continente, e, além disso, recebe o apoio e auxílio de todos os países ricos do Ocidente

Também contam a seu favor alguns factores geográficos e sociais. Moçambique é um país enorme e à medida que libertamos mais regiões e aumenta a extensão das áreas de combate, as comunicações tornam-se cada vez mais difíceis. Esta é uma das razões porque só podemos avançar tão vagarosamente. Quando a linha de combate avança, os postos de abastecimento da retaguarda têm pessoal instruído. Um dos nossos maiores problemas é a ineficiência que nos cerca: as pessoas nunca tiveram treino de organização, - nem a educação política suficiente para perceberem porque certas coisas têm de ser feitas. Como consequência disto temos de lançar uma larga campanha educacional em cada nova região, antes de podermos actuar com o mínimo de eficiência.

Paradoxalmente, o facto de a guerra ter de ser atrazada desta maneira, pode talvez representar uma vantagem a longo prazo para o nosso desenvolvimento ulterior. A guerra é um extremo de acção política que se destina a efectuar transformações sociais mais rápidamente do que qualquer outro processo. Num país tão atrazado como Moçambique vão ser essenciais transformações sociais urgentes, depois da independência.

Mas, no presente, a guerra é uma agonia: provoca exílios, fomes, desvia dos projectos de desenvolvimento a inteligência e as energias; por causa da guerra há tanta gente ferida e tanta gente morreu. Nós não escolhemos a guerra como o caminho para a nossa independência. A guerra foi-nos imposta. Mas uma vez que de momento não temos outra alternativa, vale a pena conhecer e tentar explorar os aspectos construtivos da luta armada. A libertação não é para nós simplesmente uma questão de expulsar os portugueses; é mais, reorganizar a vida do país e lançá-lo num caminho de desenvolvimento estável. Para isto, é necessário retirar o poder político das mãos dos portugueses, dado que eles se opuzeram nitidamente ao progresso social, e só estimularam o desenvolvimento económico que podia vir a beneficiar uma pequena elite, na sua grande parte estrangeira. Mas o movimento de libertação não poderá mostrar resultados até ao momento em que o povo, nele baseado, consiga aquilo que os portugueses lhe negaram: um nível de vida razoável; instrução; condições para o desenvolvimento cultural e económico; a oportunidade de participar no seu próprio governo. Daí a pergunta: "quanto tempo durará a luta armada?" não será tão importante como parece. Aconteça o que acontecer, quer tenhamos que continuar por mais dez ou vinte anos na conquista palmo a palmo, do caminho até Lourenço Marques, quer os portugueses desistam e saiam de Moçambique den-

tro destes anos mais próximos - os nossos problemas não se resolvem com a independência. No entanto, se a guerra for longa, talvez esses problemas sejam menos agudos. Porque só por si o facto de se conseguir uma independência não modifica de um dia para o outro a atitude dos povos, e o regime colonial abafa essencialmente todas as qualidades-base de uma democracia válida. No meio de gente inculta, um sistema autoritário anula toda a iniciativa e o sentido de responsabilidade pessoal; cria em lugar disso, uma atitude de não cooperação com o governo; entre o número reduzido de pessoas cultas encoraja um conceito de elites, copiado de hierarquia complicada de um governo colonial. Nas áreas libertadas são estas as influências que temos de combater, ao mesmo tempo que continuamos a campanha contra estas questões tradicionais, como, por exemplo, o tribalismo, as superstições e o baixo nível geral de compreensão dos assuntos políticos e económicos. A urgência criada pelas condições de guerra forçou-nos a reconhecer muito cedo estes problemas e, também, nos mostrou a enorme importância da educação política. Em consequência disto, nas áreas libertadas as atitudes começam a modificar-se. Ainda há discórdias locais, desentendimentos, alguma corrupção e muita ineficácia; mas estão a diminuir. O povo começa a ter consciência de que tem nas mãos o seu futuro. Podemos portanto enfrentar com relativa calma a longa guerra à nossa frente. Se o governo Português nos entregasse amanhã mesmo Moçambique, este trabalho teria de ser começado do mesmo modo e em todo o resto do país. Se os portugueses se mantiverem aqui mais cinco ou dez ou mais anos, teremos já avançado muito este trabalho."

- MENSAGEM AOS PORTUGUESES

..."Nós povos de Moçambique, Angola e Guiné, encontramo-nos unidos ao povo de Portugal pela identidade na nossa luta contra o fascismo português.

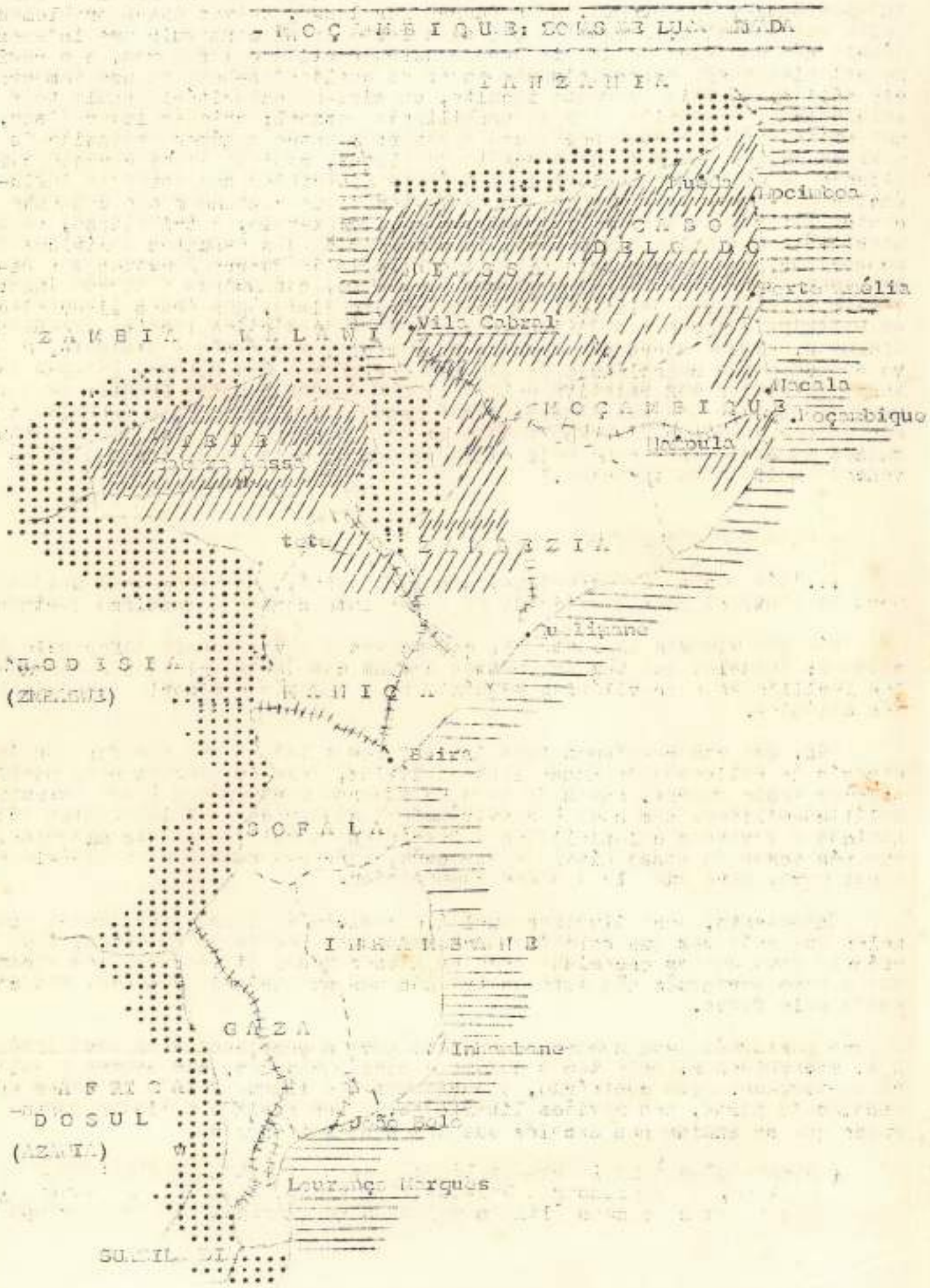
Nós que vivemos em Portugal, conhecemos o povo, que se diferencia dos colonos; daqueles que têm interesses comuns com os imperialistas através das facilidades e previlégios económicos, e que são a minoria governante das colónias.

Nós, que compreendemos tudo isto, faremos tudo o que nos for possível através da aplicação da nossa linha política, para imputar as responsabilidades desta guerra, antes de tudo ao governo português e à sua estrutura político-militar, bem como à convivência e cooperação com interesses económicos e governos colonialistas e fascistas do Ocidente. Este panorama, que nós vemos do nosso nível de direcção, forçar-nos-emos a explicá-lo ao nosso povo, para que ele o possa compreender.

Entretanto, para ilustrar qual é a posição do nosso povo, quero assinalar que cada vez que soldados portugueses se rendem ou desertam, é o próprio povo que os encaminha para as nossas bases militares. Eles sabem que o povo português não luta contra nós por sua própria vontade, mas coagido pela força.

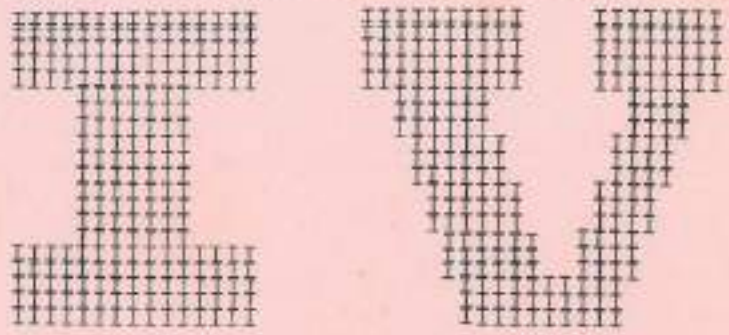
O povo português deve compreender que o povo moçambicano é um povo irmão. Nós, moçambicanos, nada temos contra o povo português, nem contra a cultura portuguesa. Pelo contrário, o português é a língua falada em todas as escolas do norte, nas regiões libertadas, e bem assim é a língua portuguesa que se ensina nas escolas que temos no estrangeiro.

(Declarações à rádio voz da Liberdade, em Janeiro de 1969; Eduardo Mondlane, ao regressar a Dar-es-Salam seria vítima de um atentado, sendo estas as suas últimas palavras que dirigiu ao povo português.)

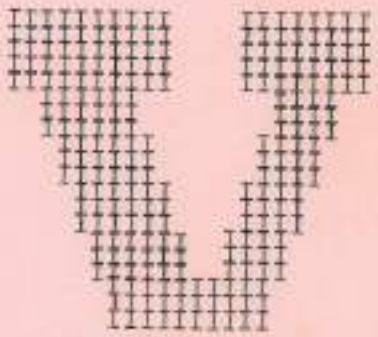

Vila Cabral
Beira
Inhambane
Lourenço Marques

15339

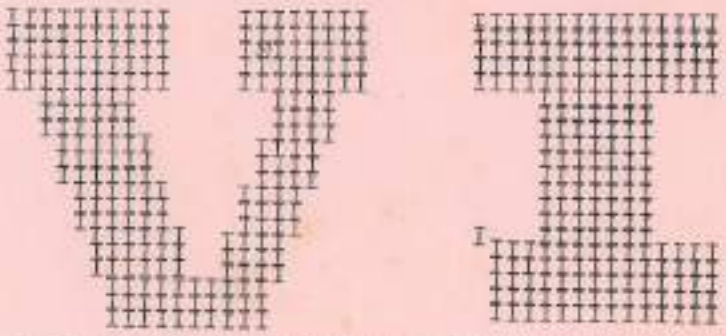
[Colonialismo e lutas de libertação]. [4 cadernos sobre a guerra colonial]



A SOLIDARIEDADE COM AS LUTAS DE LIBERTAÇÃO



PORTUGAL VÍTIMA DA GUERRA



O FUTURO QUE SE PREPARA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Centro de Documentação 25 de Abril
U: 8806

325.85/86
«1961/97»
Col

IV - A SOLIDARIEDADE COM AS LUTAS DE LIBERTAÇÃO :

Os movimentos de libertação anti-colonial de Angola, Guiné e Moçambique sabem que não estão sozinhos. Eles podem contar com o apoio duma grande parte da opinião pública mundial e também com o apoio de vastos sectores do povo português.
Apesar de todos os seus esforços repressivos nunca a política de Salazar e Marcelo Caetano soube realizar a tão sonhada rectaguarda unida. É fundamental apercebermo-nos das dimensões da solidariedade existente em Portugal e no estrangeiro com o combate dos povos africanos.

A. A OPOSIÇÃO EM PORTUGAL À POLÍTICA COLONIAL DO GOVERNO

Não obstante a existência de uma informação escassa e deformada, e a ameaça de uma repressão implacável, desde o início da guerra colonial se manifestou no país uma oposição à política do governo português. Pode mesmo concluir-se que quase todos os movimentos e correntes de oposição interna tomaram uma clara atitude anti-colonial, destruindo assim o mito de uma rectaguarda unida. Basta lembrar a posição sistemáticamente defendida pelos vários agrupamentos políticos como a acção Socialista Portuguesa o Partido Comunista Português, os Comités Marxistas-Leninistas, o grupo "Acção Revolucionária Armada", (ao qual, por exemplo, foi atribuído a sabotagem de barcos destinados ao transporte de tropas), etc. Mais ainda: muitos portuguesee têm consciência de que a luta que travam contra o fascismo é indisssociável da luta de libertação travada em Angola, Guiné e Moçambique.

Dar uma ideia ainda do que tem sido esta luta e esta solidariedade não é coisa fácil: os documentos estão dispersos, muitos deles são clandestinos, e faltam estudos de conjunto sobre o problema. Todavia é possível apontar uma série, necessariamente incompleta e fragmentária, de algumas tomadas de posição especialmente significativas.

1 - SECTOR POLÍTICO:

Já no período eleitoral de 1965 (eleições legislativas), os comunicados da oposição reclamavam que, ao menos, o problema colonial fosse discutido. Assim, por exemplo, o "Manifesto da Oposição Democrática" de 14/X/65 afirmava " a necessidade imediata de uma soolução pplítica baseada no princípio de auto-determinação exercida por meios democráticos". Alguns dias mais tarde (25/X) foi tornado público um outro manifesto"A posição de alguns católicos" os quais, apelando para uma opção moral e citando textos dos últimos Papas, pediam ao governo que respeitasse o principio da autodeterminação dos povos e que não recusasse um dialogo nacional sobre a questão.

De maneira ainda mais clara, as eleições de 1969 vieram revelar o desacordo com a política governamental por parte das vastas camadas da população. Já em Maio desse ano o Congresso Republicano de Aveiro concluía, numa das suas noções, que era necessário ao país um"debate livre sobre o problema da guerra em Africa e suas implicações no âmbito geral da Nação". E todos os movimentos que entraram na campanha eleitoral criticavam, de uma maneira ou outra, a política ultramarina defendida pela União Nacional. Assim o CEUD bateu-se pelo reconhecimento de direito dos povos á autodeterminação, e a CDE reclamou claramente a independência para as antigas colóó-

nias portuguesas. No programa político da UDE de Lisboa lia-se nomeadamente:"A política actual, para além de lesar gravemente os povos africanos, é também contrária aos interesses do povo português. (...) Toda a solução política do problema africano, do lado português deve assentar na abertura de negociações com os legítimos representantes dos movimentos insureccionais (alguns dos quais, até, não violentos) e não com quaisquer grupos "fantoche", bem como no reconhecimento da paz e a participação do desenvolvimento das condições indispensáveis para que os povos alcancem a necessária autodeterminação". (págs. 30-31)

Ainda por altura da campanha eleitoral, circulavam numerosas publicações que davam grande relevo à questão da guerra em Africa: A titulo de exemplo, podem citar-se: um panfleto intitulado" Eleições burguesas" e assinado por um "Comité da Acção Revolucionária"; declarava "guerra à guerra colonial", continuando: "a guerra tem de ser combatida e é preciso lutar pela independência absoluta do nosso povo e dos povos colonizados"; um longo manifesto anónimo, denominado" Ousar lutar, ousar vencer", denuncia as forças imperialistas que se perfilam por detrás da guerra colonial e preconiza igualmente a solução da independência para os povos africanos.

x Para além das eleições, os sectores políticos da oposição não deixam de se pronunciar sobre o problema, não obstante a implacável repressão. Vejamos um caso. No jornal da A.S.P.,"portugal socialista" de Julho de [illegible] pode ler-se esta passagem da intervenção do representante deste movimento, feita na conferência da Roma (de apoio aos povos das colónias portuguesas): "... a A.S.P. tem sempre condenado, claramente, as guerras coloniais para que o povo fascista português tem arrastado Portugal e defendido a necessidade de se pôr um termo rápido às guerras, mediante a abertura imediata de negociações políticas com os Movimentos da Libertação."

2- SECTOR CATÓLICO:

Além destas posições assumidas ao nível propriamente político, encontram-se muitas outras manifestações de desacordo com a política oficial portuguesa e de solidariedade com a libertação africana.

No meio católico, deram-se numerosas intervenções neste sentido. Já foi citado o "Manifesto dos 101" (A posição de alguns católicos) de Outubro de 1965. Um mês mais tarde (novembro de 1965), um grupo de cristãos portugueses fez chegar um documento a todos os Bispos do Mundo, reunidos no Concílio Vaticano II - um dos pontos referia-se à política ultramarina do governo português, acusando-a de se apoiar na "vocação missionária" do povo e denunciando o que chamavam "colonialismo missionário".

Ainda no sector católico, algumas atitudes tiveram larga repercussão na opinião pública:

- As declarações do P. José da Felicidade Alves ao Concelho Paroquial de Belém em 19 de Abril de 1968. O problema colonial era abordado expressamente, preconizando-se uma solução de diálogo, baseado numa informação verdadeira.

- A vigília levada a efeito por um grupo de 150 cristãos na noite de 1º de Janeiro de 1969, na Igreja de S.Domingos em Lisboa, com os seguintes objectivos:

"1º - tomar consciência de que a comunidade cristã portuguesa não pode celebrara um "dia da paz" descopheendo, camuflando ou silenciando a guerra em que estamos envolvidos nos territórios de Africa.

2º - exprimir a nossa angústia e preocupação de cristãos frente um tabu que se criou na sociedade portuguesa, que inibe as pessoas de se pronunciarem livremente sobre a guerra nos territórios de Africa.

3º - assumir públicamente, como cristãos, um compromisso de procura efectiva da Paz, frente à guerra em Africa".

- A distribuição nas igrejas do Porto, em 1 de Janeiro de 1970, de um documento "para uma reflexão sobre a paz", com transcrições de textos e elementos para um juizo sobre a situação da guerra. Um ano mais tarde (1-1-71), uma iniciativa análoga levou à divulgação de um documento intitulado"Todos os homens são meus irmãos" onde se afirmava;"A guerra em Angola, Moçambique e Guiné não pode continuar. Somos responsáveis".

- O documento produzido pelos grupos Gedoc sobre "Problemas da relação Igreja-Estado em Portugal", onde se denunciava o estatuto dos capelães militares como"expressão formal da caução que a Hierarquia eclesiastica portuguesa dá ao Regime e à guerra colonial".

- O julgamento do P.Mário de Oliveira, pároco de Maceira de Lixa, da diocese do Porto, acusado de desacordo com a política ultramarina e de incitamento à desobediência militar. Nav altura da sua prisão circulou um ab abaixo assinado com 67 signatários, os quais acusam à sociedade portuguesa de violar os direitos do Homem, especialmente em Africa.

3 - SECTOR ESTUDANTIL:

Entretanto, também o sector dos Estudantes universitários tomou frequentemente posição neste domínio. Logo no início da guerra em Angola, os "grupos universitários de acção patriotica" publicaram um documento "sobre o problema angolano", que referia a incapacidade do governo português para enveredar por uma solução pacífica, defendia o "reconhecimento do principio da negociação" e apelava no sentido de que todos aqueles que estejam integrados nas forças armadas ou que venham a ser mobilizados se recusem a cumprir as determinações que, em sua consciência, violam os direitos humanos fundamentais".

Além deste e entre muitos outros, podem citar-se, como exemplo, dois comunicados:

- um deles é um texto para discussão no projectado Encontro Nacional da juventude em 1969; o seu 1º ponto era exactamente os jovens e a guerra", e concluía com as seguintes exigências:

. " fim imediato da guerra colonial e regresso das tropas metropolitanas;

. solução pacífica do conflito com a independência dos povos africanos, através dee conversações com os movimentos de libertação;

. relações de paz e amizade com esses povos após a sua independência, numa base de igualdade de direitos".

- um outro, vem datado de Fevereiro de 1970 e assinado pela União dos Estudandes Comunistas (marxistas-leninistas), e refere a convocação de uma manifestação de solidariedade com a luta dos povos oprimidos das colónias, convocação feita pelos Comités de luta anti-colonial e manifestação a realizar em 21 de Fevereiro.

O facto de o meio universitário, globalmente considerado, desaprovar a política ultramarina do governo, foi mesmo oficialmente admitido e reconhecido, conforme se pode ver por esta passagem do discurso de fim de ano às forças armadas, pronunciado pelo Ministro da Defesa, em 30-XII-70: "A subversão procura atingir as forças Armadas, através das fontes de recrutamento dos quadros que são os estabelecimentos de ensino. Ora em vários destes estabelecimentos não se consegue ensinar capazmente. São hoje verdadeiros centros de subversão e, mais ainda, centros escolhidos por determinados individuos para proclamar as ideias contrárias à defesa do nosso ultramar e à disciplina e coesão das Forças Armadas.(...). Tão nefasta é esta acção que ainda há alguns meses desertaram para a Suécia seis tenentes milicianos, antigos alunos de Engenharia da Academia militar, que nos termos da legislação até há pouco vigente, tiveram de frequentar os três últimos anos numa escola de engenharia civil de Lisboa e que neste

estabelecimento receberam a inspiração suficiente para trair a Pátria(...)".

4- SECTOR DO EXÉRCITO:

Esta alusão aos seis desertores, permite-nos agora abordar um outro sector, o do exército. O Ministro da Defesa referia-se aos Tenentes Milicianos Fernando Mariano Cardeira, Artur Santana Maia Rita, José António Marta e Silva, Constantino Azenha Lucas, Fernando Pais Mendes e António Baltazar Carmo e Silva, que foram acolhidos na Suécia e quedeclararam numa entrevista à B.B.C.: "Não estamos de acordo com a guerra colonial(:::). Apoiamos sinceramente os homensque, de armas na mão, lutam contra o exército português em Africa".

O conhecimento retumbante desta deserção em grupo é apenas um símbolo, pois o movimento de deserções do exército português constitui uma verdadeira hemorragia silenciosa, que tende a crescer e a alastrar. É impossível precisar números, mas contam-se certamente por muitos milhares os portugueses que abandonam as fileiras e se refugiam no estrangeiro. Ainda poucos dias antes do citado discurso do Ministro da Defesa, a imprensa internacional noticiava a fuga de mais três tenentes(Albino Costa, Victor Bray e Victor Pires) para a Bélgica, onde denunciaram as cumplicidades de Portugal com a Africa do Sul na luta contra os africanos e o apoio militar da NATO à guerra colonial("Le Monde" 25-XII-70). No jornal "Luso-Canadiano" de 22-Ix-69 pode ler-se a trnscrição de uma entrevista concedida à Rádio "Voz de Liberdade" pelo desertor português Henrique Neves de Sousa:" Em Nampula todos falavam de Mueda. De lá chegavam, todos os dias, soldados feridos, gravemente estropiados, numerosos mortos. Veio a minha vez no dia 12 de Maio, de conhecer Mueda. Guerra, não sabia contra quem... falava-se da Tanzania, os oficiais diziam que era contra a Rússia... Alguns dias decorridos, encontrei um soldado com as mãos todas sujas de sangue. Perguntei-lhe de ondefvinha e ele tinha atacado uma aldeola e tinha morta toda a população, velhos, mulheres e crianças. A repugnância dominou-me, não podia suportar aquela ideia Desertei quando me convenci de que a guerra era desumana e de que não temos o direito de lutar contra um povo que só quer a sua liberdade".

Se acrescentarmos a estes desertores toda aquela multidão de jovens portugueses que emigram antes de fazer o serviço militar(muitos deles exactamente para fugir à guerra), poderemos fazer uma ideia das proporções que atingiu a recusa à política colonial por parte da juventude. Não é por acaso que tão grande número de portugueses que emigram têm entre 15 e 20anos. E não faltem testemunhos de emigrantes a confirmar que a objecção consciência está na origem de muitas fugas à tropa: "Como viver na perspectiva de deixar a pele em Africa, "defendendo a civilização cristã e ocidental", vendo ao mesmo tempo essa civilização simbolizada e concretizada em roças. concessões mineiras, monopólios de plantações e populações analfabetas quase a cem por cento?" (escreve um deles, F.N., residente em França).

5 - PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO:

Este elenco de tomadas de posição não pode ignorar a luta dos portugueses além-fronteiras. As atitudes de todos esses emigrantes, exilados, políticos, etc. provam inequivocamente que muitas forças nacionais se opõem à guerra colonial.

Já em Outubro de 1964 a III Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional(Argel) expunha o seu comunicado:"A FPLN reconhece o direito dos povos das colonias portuguesas à autodeterminação e à independência. A FPLN reafirmou que o povo português e os povos das colonias portuguesassão solidários e aliados na luta contra o fascismo e o colonialismo".

Em 20-IX-68, um grupo de portugueses de seis países americanos (Canadá, Estados Unidos, Venezuela, Brasil, Uruguai e Argentina), dirigiram um memorial à XXIII Assembleia Geral da ONU, onde nomeadamente pediam: "Que aAssembleia Geral, como o primeiro passo para o estabelecimento da paz em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, exija do governo de Salazar a imediata retirada dos exércitos que mantêm naqueles três países e que constituem hoje a mais numerosa força militar na Africa ao sul do Saará, com um efectivo de 150.000 homens".

Através de várias publicações onde se exprimem os portugueses no estrangeiro, pode fazer-se uma ideia da fermentação que alimenta a política anti-colonial. Nos "Cadernos Socialistas" e nos "Cadernos da Circunstância" são frequentes os artigos de análise do problema africano, ou a sistemática denúncia do colonialismo. Numa outra revista "Perspectiva" (Orgão da Associação De Estudantes Portugueses da Universidade de Louvain), o nº2, de Março de 1968, faz-se eco da petição formulada por algumas centenas de democratas portugueses, pedindo ao Tribunal Russel, por intermédio de Jean-Paul Sartre, que venha julgar e a pronunciar-se sobre os crimes de guerra nas actuais colónias portuguesas de Africa.

Podemos ainda referir as actividades do Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro que publica o "Boletim de SEEPE" e que organiza numerosas iniciativas, como por exemplo uma manifestação em Bolonha (24-III-69) com Mesa Redonda, Conferência de Imprensa e debate público sobre a libertação das colónias portuguesas.

Ora isoladamente, ora em grupo, os portugueses têm procurado atingir a opinião pública através da imprensa internacional. Dois exemplos: um artigo de Mário Soares (em "Le Monde" de 25-XI-70) sobre Portugal e autodeterminação africana; e uma carta de Julho de1970, assinada por mais de 700 católicos portugueses residentes em França, publicada pelo IDOC-Internacional, apoiando expressamente os movimentos de libertação (a próposito da audiência papal aos representantes do MPLA, PAIGC e FREIJMO).

B. EXPRESSÕES DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL:

Os movimentos de libertação das colónias portuguesas, apesar da cumplicidade do imperialismo internacional na repressão de que são vítimas podem contar com o apoio cada vez mais vasto e mais consciente de forças estrangeiras, seja a opinião pública em geral, sejam diversas instituições desde governos até muitos outros grupos e organizações.

Para além da solidariedade sempre manifestada por parte da Organização da Unidade Africana (OUA), a luta anti-colonial na Africa dita portuguesa encontrou, logo à partida, grande eco na primeira instancia da política mundial - a ONU . Desde 1961 que se sucedem os relatórios da Comissão da Descolonização (Comité dos 24), as moções apresentadas em Assembleia Geral e as resoluções do Conselho de Segurança, condenando a política portuguesa em Africa.

Como exemplo elucidativo dessa longa série de tomadas de posição, citemos alguns extractos de um recente documento: o programa de acção que o Comité Especial pôs à consideração da Assembleia Geral da ONU, na sua XXV sessão (Outubro de 1970):

"...2 - Reafirmando o direito inerente aos povos coloniais de lutarem, por todos osmeios à sua disposição, contra os poderes colonialistas que suprimem a sua aspiração à liberdade e à independência; (...)

3 -...c) Considerar cuidadosamente a questão de impor sanções à Africa do Sul e Portugal, em vista da sua recusa em cumprir as decisões do Conselho de Segurança (...) Considerar urgentemente a ddopção de medidas que impeçam o fornecimento de armas, de todas as espécies, a Portugal, pois tais armas permitem àquele país negar o direito à autodeterminação e independência aos povos dos territórios sob o seu domínio".

Sempre o governo português ignorou as resoluções das Nações Unidas, alegando que elas correspondiam a uma ingerência nos assuntos internos dum país e justificando-se à face do povo português, por uma insidiosa maquinação dos afro-asiaticos. Todavia é possível apresentar uma numerosa série de atitudes de personalidades insuspeitas e de prestigiosas instituições, que tomam partido pela independencia das colónias portuguesas. Vejamos alguns casos de maior repercussão nos últimos tempos:

- Em 15 de Novembro de1967, a revista"Informations Catholiques Internationales" publica uma carta de Mons. Tchidimbo, Arcebispo de Conakri, o qual critica asperamente a política colonial portuguesa, referindo a reportação de nove padres angolanos e justificando a posição dos vários movimentos nacionalistas. Conclui com estas palavras: "Quanto a nós, aguardamos com alegre esperança, a aurora que fará voltar ao país de seus pais os padres angolanos e os outros exilados políticos, para celebrarem com os seus compatriotas e a Africa inteira, o Ano 1 da liberdade reencontrada!"

- Em Janeiro de 1969 reuniu-se em Kartum (capital doSudão) a primeira Conferência de solidariedade internacional com os povos das colonias portuguesas. Nela estiveram representados vários povos da Asia, Africa, Europa e América Latina, bem como muitas organizações estrangeiras e internacionais, por exemplo, o Conselho Mundial da Paz, a Associação Indiana de Solidariedade Afro-Asiatica, o Comité Francês da Conferência Cristã pela Paz, a Federação democrática Internacional das Mulheres, o Comité Soviético pela Paz, etc. A respeito desta Conferência afirmou Agostinho Neto: mobiliza a opinião pública mundial contra o regime fascista e colonialista e, ao mesmo tempo, salienta a aliança existente entre as forças democráticas portuguesas e os povos que lutam nas colónias pela sua liberdade e Independência".

- Em Novembro de 1969 o Congresso Nacional Belga "Justiça e Paz" votou uma moção onde, entre outros pontos, se pedia " Que a Comissão Justiça e Paz" intervenha junto do governo e dos deputados a fim de que:

a) A Bélgica vote nas Nações Unidas a favor de Independencia dos três países citados (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau)

b) A Bélgica interrompa os fornecimentos de armas a Portugual(...)

c) A Bélgica utilize a sua influência na Aliança Atlântica para que as Nações Ocidentais façam pressão junto de Portugal a fim de que este ponha fim à guerra colonial

d) A Bélgica se comprometa a dar uma ajuda económica e técnica aos novos Estados, quando estes se tornarem independentes". (Documentation Catholique 12-XII-69)

- Em Fevereiro de 1970, um grupo de 742 padres e pastores protestantes holandeses endereçou uma exposição à Camara dos Deputados do seu país, onde exigiam do governo a satisfação de dois pontos:

"a) Que o governo holandês dê apoio financeiro ao Instituto de Moçambique, que é uma instituição do Movimento de Libertação de Moçambique para a assistência médica e social;

b) Que o governo holandês promova um debate na NATO sobre o uso que Portugal faz em Africa das armas fornecidas no âmbito da NATO".

- A mensagem pascal dirigida a Zambia por Mons. Milingo, arcebispo de Lusaka, em 29 de Março de 1970. Colocando-se sobretudo no ponto de vista eclesiástico, o arcebispo afirma: " A Concordata é a mordaça que tapa a boca da Igreja Católica, impedindo-a de denunciar as injustiças sociais na Africa portuguesa. (...) Todas as atrocidades são feitas em nome do cristianismo. (...) Que espécie de cristianismo prega a Igreja Católica

que mantém o Padroado à custa da opressão do povo, da degradação do homem e das injustiças sociais, a que irmãos nossos estão sujeitos?".

- Nos dias 27, 28 e 29 de Junho de 1970, realizou-se em Roma a II Conferência de solidariedade dos povos das colónias Portuguesas. Já em 22 de Janeiro desse ano se tinha desenrolado uma reunião preparatória, na qual participaram representantes de vários partidos políticos italianos (P.C.I., P.S.I., P.S.I.U.P.), da ConFederação Geral Italiana do Trabalho, das Associações cristãs dos Trabalhadores Italianos, e ainda da Bélgica, Inglaterra, França, Bulgária, India, Iraque, Japão, Madagascar, Holanda, Polónia, Palestina, Roménia, Alemanha Federal, Senegal, etc.

Por sua vez na Conferência de Solidariedade participaram 177 organizações nacionais e internacionais, representando 64 países de todos os continentes: partidos políticos, organizações sindicais, comités nacionais de apoio, associações religiosas, organismos internacionais como a ONU e OUA, a Conferência cristã para a Paz, o Conselho Mundial da Paz, a O.S.P.A.A. (Afro-Asiatica), a O.S.P.A.A.A.L. (Tricontinental), a Federação Sindical Mundial da Juventude Democrática, etc.

"A nossa acção deve apoiar concretamente o esforço de libertação e de reconstrução nacional da FRELIMO, do MPLA, e do PAIGC que a Conferência considera como detentores do poder efectivo nos seus países (...) A ajuda dada aos movimentos de libertação deve ser multiforme e adaptada. O apoio político e a ajuda concreta devem ser encarados de frente e não podem ser dissociados, nem nas ideias nem na acção".

- A audiência concedida pelo Papa Paulo VI aos três chefes dos movimentos de libertação, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos. A revista " Informations Catholiques Internationales" dá a seguinte versão do acontecimento, versão essa, aliás, confirmada pelos elementos que se podem colher nos restantes orgãos da imprensa estrangeira:

" Ao meio-dia e um quarto de 4ªfeira, 1 de Julho, Paulo VI saía da Basilica Vaticana - onde se tinha desenrolado a habitual audiência geral hebdomadária - e entrava numa pequena sala contígua à sala dita " dos paramentos" onde aguardavam as personalidades dos três principais movimentos nacionalistas da Africa Portuguesa: Marcelino dos Santos(Moçambique), Agostinho NETO, (Angola), e Amilcar Cabral, (Guiné e Cabo Verde).

A audiência tinha sido regularmente pedida à Secretaria do Estado por carta com data de 1 de Junho. Esta carta informava a Secretaria que se realizaria em Roma nos dias 27, 28e 29 de Junho uma conferência internacional de apoio aos povos das colónias portuguesas e que M. dos Santos, Neto e Cabral nela participavam. Uns e outros, de quem se explicava em pormenor as responsabilidades respectivas à frente dos seus movimentos de libertação ficariam muitoa honrados, dizia a carta, se fossem recebidos por Paulo VI cuja acção incansável ao serviço da paz eles conheciam. A carta não precisava a religião dos três homens (Neto é metodista, os dois outros são católicos). No entanto, nela se pedia quea audiência tivesse lugar entre 27 de Junho e 1 de Julho. Estava anexa à carta uma documentação sobre as actividades dos movimentos de Libertação da Africa Portuguesa.

Uma vez que a Secretaria não acusou a recepção desta mensagem, foi-lhe pedida uma resposta em 20 de Junho. No dia 30, uma carta do Vaticano chegava aos interessados, informando-os de que o Santo Padre lhes concederia uma audiência privada ao meio dia do dia 1 de Julho (...)

Logo que entrou na sala o Papa sentou-se sobre um pequeno trono, ficando os seus três convidados de pé. "Eu conheço bem, disse-lhes, a situação trágica de certas regiões da Africa: a Igreja está ao lado dos países que sofrem". Cordial e parecendo emocionado, Paulo VI acrescentou: "Logo que vos seja possível, lutai por meios pacíficos. Quando esta guerra acabar devereis formar homens para a sociedade nova". Deu então a cada um um livro sobre João XXIII e um exemplar da "Populorum Progressio" em latim e em português, dizendo-lhes que encontrariam ali o pensamento da Igreja

sobre a liberdadde dos povos do tereeiro mundo.

"Conhecemos bem esta encíclica, diz então Cabral. Desejamos que também oscatólicos portugueses a conheçam e deixem de massacrar as nossas populações, de bombardear as nossas aldeias e nos deixem trabalhar em paz!" Paulo VI interrompeu-o, juntando as mãos e disse:"Eu sei isso! E rezo por vós. A audiência durou um total de 20 minutos". (ICI - Agosto de 1970)

- Sublinhando a importância da referida audiência papal, Mons. Maurr, arcebispo de Reims, publicou no boletim da sua diocese um artigo sobre a situação das colónias portuguesas, afirmando que esta situação se torna " para a Africa uma provocação e um escândalo permanente". Explicou que o Papa, embora prefira a vivência pacífica", recebeu apesar de tudo, oprimidos africanos que não têm outro meio além da violência armada para defender os seus direitos" (ver Informations Catholiques Internationales -1-IX-70)

- Em 3 de Setembro de 1970 era tornada pública em Genebra a decisão do Conselho Ecuménico das Igrejas de atribuir um subsídio de 200.000 dólares a organizações que lutam contra o racismo no mundo, entre as quais se incluiam a FRELIMO, o MPLA, o PAIGC, eo GRAE pondo como condição que as verbas distribuidas não fossem utilizadas no domínio militar, mas para finalidades educativas e humanitárias). Esta decisão dava um cumprimento às resoluções do Comité Central do Conselho Ecuménico reunido em Cantuária em 1969 e às recomendações da Assembleia Mundial de Upsala(1968). O dr. Blake Secretário Geral do Conselho Ecuménicinco, justifica este acto de solidariedade, recordando o carácter insuportável da"violência exercida pelos opressores brancos. (ver "The Times" - 4-XI-70 e "Le Monde" -17-XI-70).

Todas estas intervenções aqui relatadas não vos devem fazer esquecer o apoio habitual aos movimentos de libertação por parte dos governos salientando-se para a Europa Ocidental o caso do auxílio concreto prestado pelo governo sueco, já sem falar, como é obvio, da solidariedade dos governos socialistas e africanos. Ainda no dia 14-1-71, a imprensa portuguesa noticiava: "O governo sueco informa que, durante o próximo ano financeiro concederá auxílio, no valor de cito milhões de coroas (45.200 contos), a várias instituições africanas e a organizações que se opõem ao colonialismo e ao "apartheid", incluindo dois movimentos de guerrilheiros (...).O PAIGC, movimento que acçua na Guiné, receberá 1,8 milhões de coroas (10.170 contos) e a FRELIMO, de Moçambique, uma quantia não especificada mas que, segundo círculos governamentais, deverá ser ligeiramente inferior". ("O Século").

Mas além disso, um pouco por toda a parte na Europa surgem grupos de acção empenhados neste problema. Podemo-nos aperceber da importância deste multiplicar de iniciativas através de um facto: nos dias 28-30 de Março de 1980, realizou-se em De Horst, Driebergen-Holanda, a Reunião dos Comités da Europa Ocidental que apoiam os movimentos de libertação nas colónias portuguesas; estiveram presentes nada menos de dezance comités:

- Afrikagrupe (Infi) - Alemanha
- Anglagrupe/Trikontinental - Alemanha
- SALZ - Hamburgo
- Uppsala Sud. Afrika Kommite -Suécia
- Sedra Afrika - Lund - Suécia
- Angola- MPLA- Gruppen - Estocolmo - Suécia
- Arbeitsgrupepen für Dokumentationum Afrika (A.D.A.) -Suécia
- K.U.F. (liga da juventude comunista) - Dinamarca
- D.V.C. (Comité Dinamarquês para o Vietnam) - Dinamarca
- Comittee for freedom in Mozambique, Angola and Guinea- Londres
- Comités National de soutien à la lutte des peuples des colonies portugaises - Paris
- Arnal - Roma - Itália
- Movimento Estudentesco - Milão - Itália
- Mozambique Comité - Bélgica
- Modlane Stichting - Holanda

- Angola Comittee - Amsterdão -Holanda
- Nesbic - Leiden -Holanda
- Zuidellijk Afrika Groop Deventor - Holanda
- Comité de apoio aos movimentos de libertação nas Colónias Portuguesas e Africa Austrarl- Bélgica

É impossível dar aqui uma ideia da actividade de todos estes grupos. Mas alguns casos ajudarão a ver o seu alcance. Assim, o Angola-Comittee de Amsterdão já existe desde 1961 e a partir de 1962 tem publicado todos os dois meses o "Angola Bulletn", com uma tiragem de 3.000 exemplares. Dá auxílio financeiro à organização médica do Mpla e ao Instituto de Moçambique bem como aos presos políticos portugueses. Outro exemplo, sobre as actividades do Comité belga: Informação sobre os movimentos de libertação e denúncia das ligações económicas e políticas entre a Bélgica e o colonialismo imperialista ao sul da Africa. Organizou visitas dos membros dos movimentos de libertação, em Setembro de 1969 e Janeiro de 1970, pondo-os em contacto com a Imprensa, Rádio, TV, sindicatos, e organizações de estudantes, e fazendo-os participar numa conferência, na Universidade de Bruxelas sobre os aspectos legais da guerra guerrilha.

Por seu lado, o grupo sueco ADA é constituido por fotógrafos, realizadores cinematográficos e jornalistas independentes, que se propõem pôr à disposição de todos os grupos anti-imperialistas os seus conhecimentos técnicos, lutando contra a censura e ajudando os colegas dos países colonizados a construirem uma cultura nacionalista livre e descolonizada.

V - PORTUGAL VÍTIMA DA GUERRA

A política obstinadamente seguida pelo governo português não só implanda a opressão nas colónias africanas, como também redunda em gravíssimo prejuízo para o seu próprio povo.
Vejamos um breve balanço desses danos.

A . MORTOS, FERIDOS. MUTILADOS:

O programa político do CDE de Lisboa, na campanha para a eleição de deputados em 1969, indicava alguns números relativos às baixas pofridas pelo exército português, de acordo com as escassas informações contidas nos comunicados oficiais. Com base nesses números, mas lançando mão de informações mais completas, pode traçar-se um quadro aproximado do que tem sido a perda de vidas e mutilação de milhares de jovens, só do lado português. Pelo que respeita a mortos em combate, excluindo os que vêm a morrer mais tarde, pode estabelecer-se o balanço seguinte baseado em dados oficiais publicados:

ANGOLA:

de 1964 a Junho de 1969 (CDE) 950
2º semestre de 1969 e 1970 129
1079

média anual 1964/70 - 154
1961 a 1963 - 154 x3 462
total estimado 1961/70 1541

GUINÉ:

de 1964 a Junho de 1969 920
2º semestre de 1969 e70 211
1131

média anual 1964/70 -162
1963 162
total estimado 1963/70.....1293

MOÇAMBIQUE:

de 1966 a Junho de 1969 685
2º semestre de 1969 e 70 270
955

média anual 1966/70 -191
último trimestre 1964 48
1965 191
total estimado 1964/70 1194

O número total de mortos em combate terá atingido assim, nos três territórios, um total de 3.866.
Por outro lado, segundo dados obtidos particularmente, o número de

de feridos que vêm a morrer nos hospitais teria sido de cerca de 240 por ano, o que multiplicado por 8 (número médio de anos de guerra nos três territórios), dá cerca de 1.290 mortos, prefazendo-se assim o total aproximado de 5.800 mortos por ferimentos recebidos em combate.

Mas há ainda os mortos por acidente (de que são exemplo os trágicos naufrágios de jangadas ocorridos na Guiné e em Moçambique). A partir de dados verificados na guerra da Argélia (1 morte por acidente por cada 3 mortes por ferimentos), pode estimar-se aquele número em cerca de 1.900 mortos, prefazendo-se assim o total de 5,800 - 1.900= 7.700, isto é, perto de 8.000 mortos.

Isto quer dizer que cada ano de guerra tem sacrificado as vidas de quase mil jovens portugueses.

Mas os números referentes a feridos e mutilados não são menos impressionantes e traduzem-se num somatório enorme de ferimentos, tantas vezes por toda a vida.

Segundo dados militares confidenciais, respeitantes a mortos e feridos em Moçambique no ano de 1969 (respectivamente 141 e 1.102), pode estabelecer-se o índice de 7,8 feridos por cada morte em combate, o qual, aplicado ao total estimado de 3.866 mortos, indica cerca de 30 mil feridos isto é, 3.750 por cada ano de guerra.

Mas quantos destes ficaram gravemente mutilados para toda a vida? Segundo indicações recolhidas particularmente nos hospitais militares, pode calcular-se em 120 por ano os que ficam cegos (o que dá um total de cerca de 1.000), e noutro tanto os atingidos por traumatismos cranianos. Mas a maior cifra diz respeito aos amputados das pernas ou das mãos, que atingem neste momento perto de 15 milhares.

Mas isto ainda não será tudo; os mortos provocados pelas forças portuguesas entre as populações e os guerrilheiros cifram-se certamente pelas centenas de milhar. Até quando esse massacre?

MORTOS REGISTADOS EM COMBATE ENTRE AS FORÇAS PORTUGUESAS DURANTE O ANO DE 1970, SEGUNDO OS COMUNICADOS OFICIAIS:

Janeiro	A.	S S ooo -	6
	G.	oooooo--	8
	M.	C S o o o o o o o o o -	11
			25
Fevereiro	A.	A o o o o o o o o B	9
	G.	C o o o o -	5
	M.	A o o o o o - - - -	9
			23
Março	A.	C o o o o o o - -	8
	G.	A S o o - - - - - -	9
	M.	A A o o o o o o o o	9
			26
Abril	A.	S o o	3
	G.	M M M A o o o o o o o -	11
	M.	S S o o o o o o o o - - -	12
			26

Maio	A. S S o o o o o o o o o o o o	13	
	G. A o o o o o	6	
	M. S S o o	4	
		23	
Junho	A. S o o o o o o o o o o o o o o o -	16	
	G. S o o o o o o o o o o o o -	13	
	M. S S S o o o o o o o o o o o o o o o o o o o - - - - - - - - - - -		29
		58	
Julho	A. A o o o o	[illegible]	
	G. C A S S o o o o o o o o o o o o - - - - - - -	21	
	M. C A S S S S o o o o o o o o o o o o o o o o o o o o - - - - - - - -	32	
		58	
Agosto	A. A S o o o o o o o o o o - - - - - - - - -	19	
	G. S S o o o o o o - - - -	12	
	M. C o o o o o o o o o o o o o o - - -	17	
		48	
Setembro	A. o o o o o o -	7	
	G. o o o - - - -	7	
	M. A A S S o o o o o o o o o o o o - - - - - - - - - - -	26	
		40	
Outubro	A. o o -	3	
	G. A A S o o o o o o o o o o - - - - - - - - - - - -	22	
	M. S o o o o o o o o - - -	11	
		36	
Novembro	A. o	1	
	G. S o o o o o o o o - - - - - -	14	
	M. A S o o o o o o o o o o - - -	14	
		29	
Dezembro	A. o o o	3	
	G. S A S o o o o o o o o -	11	
	M. o o o o	4	
		18	
		410	

CONVENÇÕES

M majores
C capitães
A alferes

S sargentos
o cabos s soldados
- recrutamento provincial

B. OS GRAVES DANOS

1 - Para além de perdas irreparaveis de vidas, não é menos grave a deformação das mentalidades, ao nível individual e social. Desde as formas de treino e de prática militar, que provocam um estado de profunda insensibilidade, à destruição das comunidades indigenas, são anulados os mais elementares princípios de humanidade e os valores essenciais em que devem assentar as relações entre os povos. Circunstâncias que se reflectem no índice de criminalidade gerale, em particular, em actos de violência verificados na metrópole.

2 -Agravamento das restrições das liberdades públicas nos diversos aspectos da informação, da expressão do pensamento e da participação na vida política, como único processo de defesa da orientação prosseguida, com graves prejuízos para a comunidade nacional. Os governantes vão mesmo ao ponto de tentar justificar a repressão pela existência de uma guerra que eles denominam " sagrada e patriótica".

3 -Impossibilidade de acelerar o desenvolvimento económico e o progresso social em Portugal, devido a:

a) Mobilização de jovens para as tarefas militares, o que impede sejam empregados produtivamente e prejudica ou impossibilita a sua formação profissional. De todos os países da NATO, Portugal é aquele que apresenta mais alta duração de serviço militar e também aquele que tem maior número de mobilizados proporcionalmente à população masculina. A nova lei militar veio agravar ainda mais a situação pois determina que a mobilização pode ser prolongada discricionàriamente e nela poderão ser abrangidos os individuos de 18 anos, indo o convite aos voluntários até aos 16 anos(estranhas leis estas, que determinam não terem os jovens idade para votar mas terem idade para morrerem na uerra!): por outro lado, os estudantes podem sêr mobilizados antes do final do curso, não apenas em virtude de deficiente aproveitamento, mas de mau comportamento escolar. O repúdio de guerra e esta drástica legislação contribuem consideràvelmente para o aumento do fluxo migratório. Verifica-se, assim, que a população portuguesa baixou entre 1960 e 1968 nas classes de idade dos 15-19 e 20-24 anos. As últimas"Estatísticas Demográficas", de 1968, revelam uma quebra de mais de 60mil portugueses nessas idades, mesmo não incluindo em tais elementos estatísticos a emigração clandestina nem os jovens mobilizados para as guerras em Africa;

b) orientação de enormes recursos financeiros para a guerra(mais de 40% dos gastos do Estado), impedindo a formação de capital, designadamente por parte do sector público. Na Conta Geral do Estado referente a 1968, no quinquénio 1964/68 vê-se que a despesa com a "defesa militar" somou 42,3 milhões de contos (na rúbrica " despesas com os serviços de defesa e segurança" e não entrando em conta com as verbas relativas a "segurança") enquanto as despesas com investimentos, na mesma Conta, não ultrapassaram 25,7 milhões de contos. Neste último valor inclui-se 5,7 milhões de contos de despesas com investimentos para fins sociais, 2,4 milhões de contos para fins culturais e 13,6 milhões de contos para fins económicos. A situação de resto, tem vindo a deteriorar-se: enquanto em 1964 por cada 100 contos para " defesa militar" a Conta Geral do Estado revelava o dispêndio de quase 44 contos dedicados pelo Estado aos investimentos com fins de desenvolvimento, em 1968 por cada 100 contos para a guerra encontramos menos de 27.2 000$00 para investimentos económicos;

c) perda de importantes mercados potenciais para as actividades produtivas portuguesas, devido à impossibilidade de estabelecermos relações diplomáticas e comerciais normais com os recém-independentes países afro-asiaticos (o chamado " terceiro mundo") e com muitos outros países que se opõem à política colonial do Governo;

d) incompatibilidade entre a guerra e o projecto do "mercado único português", por um lado, e a eventual adesão a esquemas de integração europeia, por outro. De resto, o tão proclamado "mercado único português", que visava a integração das actividades ultramarinas na vida e na organização geral da Nação portuguesa, nunca passou de um simples sonho para efeitos de propaganda. Lembre-se, entre outros factos, que nunca desapareceram as barreiras e os obstáculos às transferências monetárias. A própria Câmara Corporativa, no seu parecer sobre aquela proposta governamental, em 1951, assinalara as dificuldades de levar à prática tal objectivo e dera o seu voto desfavorável;

e) existência de uma cisão profunda acerca deste problema colonial impedindo a criacção de um estado de espírito colectivo de empenho no esforço do desenvolvimento;
f) continuação do domínio político de grupos e mentalidades contrárias ao progresso e à transformação social.

4 -Não é possível, deste modo, um efectivo progresso económico desses territórios e promoção social das suas populações - o que o Governo afirma ser um dos seus objectivos da sua política. Os regimes económicos das nossas colónias foram sempre estabelecidos não em função das necessidades do seu desenvolvimento e do progresso social das suas populações, mas dos interesses das empresas metropolitanas e estrangeiras.

5 -Acentuação do domínio estrangeiro sobre os territórios coloniais e nacional, concedendo-se enormes vantagens económicas para obter apoios políticos e atrair capitais queescasseiam ou não estão disponíveis em Portugal para realizar um indispensável programa mínimo de fomento. P Procedendo assim, o Governo acabou, porém, por negar uma das proclamadas justificações da sua política, que diz ser a de manter a soberania e independência nacionais.

6 - Progressivo afastamentov do País em relação à comunidade internacional impedindo-nos de participar nos esforços tendentes à paz mundial e ao desenvolvimento do"Terceiro mundo" e quebrando ligações que conviria salvaguardar. Refiram-se, em especial, as nossas relações com o povo brasileiro que, de modo nenhum, aceita uma construção da comunidade de base lusíada assente no colonialismo(que, de modo nenhum, aceita uma construção da comunidade de base) de que ele mesmo foi vítima e conseguiu libertar-se.

7 -Nega-se, de facto, outro fundamento proclamado da política governamental que é a construção de uma sociedade multiracional, porque:
- se estreitou cada vez mais as relações (nos planos económico, militar, político e cultural) com a Africa do Sul e a Rodésia, países onde o racismo assume as mais violentas e desumanas formas; a forte posição militar das nossas colónias constitui importantíssimo apoio para a salvaguarda da política desses países em Africa;
- se consolida o domínio dos brancos em Angola e Moçambique, evitando-se a ascensão dos negros a postos de comando e o acesso à cultura, negando-se-lhes o direito a uma existência digna;
- se agravam enormemente, com o estado de guerra, as relações entre negros e brancos, introduzindo ou exacerbando o racismo, mesmo onde este não existia declaradamente.

8 -Eventual derrota militar ou internacionalização dos conflitos, qualquer das hipóteses mostrando àqueles que alguma vez apoiaram esta política a inutilidade do esforço e dos sacrifícios que se tem imposto ao povo português.

Os próprios governantes admitem como problemática a obtenção de uma vitória total e, de qualquer modo, é convicção generalizada que só a longo prazo e à custa de muitos sacrifícios é que a mesma poderia vir a ser alcançada. De facto, sabe-se que a utilização de número cada vez maior de soldados e de material bélico não tem conseguido impedir o alargamento do conflito: na Guiné, depois de se verificar a impossibilidade de dominar todo o território, as tropas refluiram para alguns pontos onde se encontram concentrados, deixando aos rebeldes a grande maioria do território; em Angola, a situação tem vindo a piorar rápi-

damente nos dois últimos anos, especialmente após a abertura da frente do leste por onde os rebeldes penetram, chegando já perto da Nova Lisboa; em Moçambique, os insurrectos dominam uma parte consideravel do território ao norte do Savo . Por outro lado, mesmo oficiais das forças armadas de alta patente têm reconhecido já não ser admissivel uma vitória militar. S São aliás, do conhecimento público certas afirmações, vindas de chefes militares com responsabilidades de comando, reclamando urgência de uma solução política; assim como se encontra largamente espalhada a ideia de existir um crescente descontentamento, especiais nos oficiais de patente não superior a capitão e major, quanto as concretas situações em que se vem desenrolando a luta armada . A continuação das guerras poderá impor ao exercito uma situação extremamente humilhante. Lembremo-nos do caso da India em que Salazar assacou as responsabilidades da derrota às forças armadas, para desviar a culpa, que só ao governo pertenceu, pela política aventureirista cegamente defendia.

C. A POLÍTICA ANTI-PATRIÓTICA DO GOVERNO:

1 - Por tudo quanto ficou dito, a política actual, para além de lesar gravemente os povos africanos é também contrária aos interesses do povo portugues, embora seja este quem a suporta sacrificadamente.

2 - A continuação das guerras coloniais cava um abismo em relação aos povos que lógicamente, virão a tornar-se independentes, assim se perdendo a única possibilidade de uma colaboração válida de Portugal, no ponto de vista cultural, na obra de civilização a efectuar.

3 - O actual regime político tem responsabilidade na eclosão dos movimentos de independência na sua forma insurrecional:

- pelo agravamento da política colonialista desde os anos trinta;
- pela negação dos direitos fundamentais aos africanos, o que lhes vedou qualquer forma de luta pacífica;
- pela total intransigência manifestda desde 1961, que o levou a não atender (nem nunca ter dado conhecimento ao público português) as diligências que, antes de desencadear as hostilidades, os dirigentes dos movimentos de libertação fizeram junto do governo para tentar reencontrar uma solução pacífica, o que, em caso positivo, teria evitado os acontecimentos sangrentos de 1961.

4 - O beneficiário da empresa colonialsta portuguesa não é o povo portugues mas sim o imperialismo internacional (onde se incluem grandes grupos económicos de origem metropolitano), vulgarmente designado por "civilização ocidental e cristã". Ao "slogan" constantemente repetido de que sem as colónias Portugal não sobreviveria, oporemos apenas duas perguntas: a exploração de tão vastos e ricos territórios evitou que nos colocassemos entre os dois ou três países mais atrasados de Europa? Não beneficiaria o nosso país com a aplicação no seu desenvolvimento dos enormes recursos humanos e financeiros que queima na guerra?

(DO PROGRAMA POLÍTICO DA CDE DE LISBOA 1969)

VI - O FUTURO QUE SE PREPARA:

A. A DIMENSÃO AFRICANA DAS LUTAS NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

As lutas angolanas, moçambicanas e guineenses são combates anti-coloniais "clássicos". Nesta medida, devem ser apoiados - inclusivé materialmente - pelas forças progressistas. Mas a acção anti-colonial desdobra-se, neste caso, numa acção mais profunda, decisiva para o futuro da Africa. Não se trata pois de combates retardados, que deveriam ser apoiados por uma questão de princípios, mas do aparecimento de qualquer de novo do Continente africano. Uma primeira prova disto é nos dada pela atitude de muitos estados africanos, que condenam verbalmente Portugal, proclamando com rectórica fraseologia a sua solidariedade de principio com os combatentes, mas não lhes fornecem senão uma ajuda material insignificante.

" DESTRUIÇÕES CRIADORAS "

As lutas têm duas faces: visam conquistar a independência política mas procuram ao mesmo tempo, construir uma sociedade nova: revolução nacional e revolução social. " as regiões libertadas constituem hoje o quadro das mutações provocadas pela praxis destas guerras populares de movimentos. Nas longínquas paragens em que as populações, em luta contra o arbítrio da administração colonial não sabem o que é uma escola ou um hospital, vai-se processando uma revolução(...) . Todos os domínios da vida política administrativa, socio-cultural e económica das populações são reestruturaradas a medida que se vai liquidando o poder colonial. É através da "destruição criadora" que as populações rurais, principalmente orientadas pelos aparelhos políticos dos seus movimentos fazem a experiência da independência" (Mário de Andrade).

.....

Mas, por outro lado trata-se de lançar as bases duma nova organização económica, ensaindo novas relações de produção. Em 1964, o primeiro congresso do PAIGC, reunido em território libertado, recomendava"o reforço de entre-ajuda entre os camponeses" e "o fomento dav produção cooperativa onde as condições fossem mais favoráveis". Cooperativas de produção e de consumo são criadas em Angola. Armazéns do povo foram instalados para fornecerem artigos de primeira necessidade à população e escoar os produtoa agrícolas recebidos em troca . A direcção superior dos Armazéns depende, na Guiné do PAIGC, mas estes funcionam com uma grande autonomia, em estreita colaboração com os comités políticos locais. Em Moçambque, no distrito de Cabo Delgado, a FRELIMO faz renascer as antigas cooperativas agrícolas que os portugueses tinham deliberadamente contrariado e destruido.

O aparelho político-administrativo colonial já não existe nas zonas controladas ou libertadas. Em Angola, todas as populações controladas pelo MPLA estão organizadas em Comités de Acção, orgãos do poder popular, eleitos directamente pelo povo.O povo participa na realidade do poder:põe de pé uma forma de Estado com participação democrática. Os responsáveis lembram muitas vezes que a base das suas vitórias reside em grande parte na formação política dos quadros e dos combatentes e, duma forma geral do próprio povo.

Os costumes culturais arcaicos, muitas vezes encorajados pelos colonizadores, desaparecem progressivamene. Faz-se a prova real de que o poder está da ponta da espingarda. O chefe tradicional se não se compromete na luta, é rapidamente suplantado jovem responsável guerrilheiro; um velho chefe tribal(o soba em Angola) pode até ser eleito para o comité de

acção, o que depende das suas aptidões e do seu comportamento. A criação de novas aldeias contribui fortemente para destruir as antigas barreiras tribais pois, no Kimbo (nova aldeia), coexistem novos diferentes grupos etnolinguísticos. A este respeito o método educativo utilizado pelos movimentos é de assinalar. Cabral fez notar que o caracter mágico religioso do povo guineense é muito importante, mas "nós evitamos toda e qualquer hostilidade para com as crianças do nosso povo, para com o tipo de relações que o nosso povo mantem com a natureza, por causa do sub-desenvolvimento económico (...), Deixamos os nossos homens comprovar por eles próprios que os feitiços de nada serviam". E acrescenta Cabral que, no começo, muitos camaradas combatiam com a ajuda de "uma mezinha", mas hoje compreendem que a melhor mezinha é a trincheira".

. Mário de Andrade, um dos mais notáveis poetas angolanos actuais, gosta de sublinhar a ligação estreita que existe entre a militância política e a criação literária, pois não se trata apenas de criar, mas de fazer com que as massas tomem a consciência da sua realidade cultural. O criador deve desempenhar-se da tarefa pedagógica que levará o povo a recuperação absoluta dos seus valores fundamentais (...) A luta armada dá lugar a um fenómeno novo. As grandes massas africanas que, no ambito da colonização, estavam duplamente cortadas de "apports" culturais, podem hoje inserir-se de novo no quadro da sua personalidade original e atingir os conhecimentos modernos, E é assim que uma vida cultural começa a nascer em Angola, na Guiné e em Moçambique".

.....

Experiências africanas originais e exemplares:

Estas experiências de luta tem caracter inédito, original, na história da Africa actual. Na maior parte das vezes, a forma como as independencias foram autorgadas pelas metropoles e não conquistadas pelos povos colonizados,(o que, nos colonizadores mais lúcidos, correspondia a uma estratégia consciente de transição para o neo-colonialismo), não permitiu geralmente o desenvolvimento de uma doutrina politica consequente entre as elites, nem a politização das massas, Isto traduz-se muitas vezes pelo aparecimento de grupos locais cada vez mais burocratizados, procurando manter-se no poder para conservar os seus privilégios. Estes grupos não são capazes de construirem a nação, e ainda menos de criarem instituições políticas solidamente adaptadas. Nestes diferentes aspectos os movimentos tem conseguido sucessos reais deste modo, estas experiências assumem um caracter exemplar. Podem ser um factor deradicalização nos estados progresistas existentes e favorecem uma tomada de consciência das massas nos outros países.

.....

A conclusão a tirar é que as experiências angolanas, guineenses e moçambicanas ultrapassam politicamente as fronteiras destes países.Não se pode ver nelas(como se fez muitas vezes, deliberadamente por alguns, por erro de análise noutros), uma mancha escura na Africa de hoje, como uma espécie de marca de vergonha para a consciencia moral. E'preciso compreender que através deles se perfila no horizonte uma esperança de que a África saia um dia do lodo para o qual se deixou arrastar.

Estas lutas de libertação são um farol para a África.

Frères du Monde: Afrique portugaise , autre Vietnam. Nº68, 1970

B - UMA LUTA DECISIVA

1. O POVO PORTUGUES E OS AFRICANOS:

Surgem-nos dois aspectos bem distintos para o futuro das colónias portuguesas e. Africa, e desde já a saber:

Por um lado, o que decorre da acção dos movimentos de libertação da Guiné, em Angola em Moçambique, apostados os mais representativos em acentuar as atitudes de beligerancia apenas perante as forças armadas ou aqueles que se opõem pela violência, a sua luta. Excepcuando as atitudes iniciais da UPA em Angola, tanto o MPLA, como o PAIGC e a FRELIMO têm sistemàticamente evitado actos de violência contra civis e há os casos repetidamente contados, já em termos legendários, de afirmações práticas de negação e repressão à violência dos seus combatentes para todos quantos estacionam naqueles territórios sem intuitos de explorações ou de guerra.

Extremamente claros, como pronunciamentos de amizade relativamente ao poivo portugues e como proposiósdeum futuro de harmonia e de comunhão de interesses entre os Angolanos, Guineenses e Moçambicanos, por um lado, e portugueses por outro, são as repetidas afirmações dos líderes.

Na Conferencia Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas e da Africa Austral, realizada em Kartum, em Janeiro de 1969, tanto Amílcar Cabral como Eduardo Mondlane declararam a esse propósito, à Rádio da Frente Patriótica de Libertação Nacional do Portugal, inequivocamente o que pensam.

Eduardo Mondlane:

" O povo portugues tem papel importante a desempenhar na solução do problema comum aos povos das colónias e de Portugal. Nós, povos de Moçambique, Angola e Guiné estamos unidos ao povo de Portugal pela identidade da nossa luta contra o fascismo portugues.

Nós que vivemos em Portugal conhecemos o povo, que se diferencia dos colonialistas ; dos que têm interesses comuns com os imperialistas através das facilidades e privilégios económicos e que são a minoria que governa as colónias.

Nós que compreendemos tudo isto, faremos tudo que seja possível, atrmvés da aplicação da nossa linha política, para imputar a responsabilidade desta guerra antes de tudo ao governo portugues e à sua estrutura político-militar, assim como à conivencia e à cooperação com interesses económicos e governos capitalistas e fascistas do ocidente, Este panorama, que vemos a partir dos nossos princípios de direcção, esforçar-nos-emos por aplicá-lo ao nosso povo para que este o possa compreender. Entretanto para ilustrar qual é a posição do nosso povo, desejo assinalar que, à cada passo, os soldados portugueses se entregam ou desertam e que o próprio povo os dirige para as nossas bases militares. Saben que o povo portugues não luta contra nós de sua própria vontade, mas constrangido pela força.

Temos confiança na posição del luta do povo portugues contra o fascismo e esta confiança aumenta pelo facto de conhecermos os líderes do povo português.

Sabiamos que a P.P.L.N. luta em rigorosa clandestinidade em Portugal e que à sua frente se encontram democratas e homens progressistas que queren um Portugal Novo , um Portugal democrático.

O povo portugues deve emopreendor que o povo moçambicano é um povo fraterno. Nós moçambicanos nada temos contra o povo prtuguês, nem contra a cultura portuguesa. Ao contrário. O portugues é a língua que se fala nas nossas escolas do Norte, nas regiões libertadas, e igualmente a língua portuguesa que se ensina nas escolas que temos no estrangeiro.

(...)

Queremos cooperar com os democratas portugueses na tarefa de li-

bertação de Moçambique de Portugal. Queremos colaborar com esses na construção de um mundo novo; manter com esses um intercâmbio de experiência e de cultura."

Amílca Cabral:

"Batendo-nos até a libertação total da nossa terra, não percamos de vista que consideramos importante para o nosso próprio povo a colaboração e a cooperação fraterna com o povo de Portugal.

Quando Marcelo Caetano diz que é preciso defender a Guiné com todo a custo, pensa na vida dos jovens portugueses que está obrigando a morrer com tantos que já morreram ou permanecem mutilados.

Consta que o governo colonialista de Portugal está para enviar para a nossa terra outros 10.000, 15.000 ou ainda 20.000 homens segundo se diz. Qualquer que seja o seu número, o governo portugues não fará mais que mandar homens para a morte.

Ao que o povo de Portugal deve opor-se, como deve exigir o regresso de filhos que morrem por uma causa injusta enqanto que na sua própria Pátria faltal braços jovens para trabalhar a terra, para construir o Portugal para como dizem os poetas, redescobrir a sua própria terra.

Nós sabemos e falo como técnico, que Portugal tem condições para oferecer uma vida digna a todos os seus filhos. Esta é a pátria que os portugueses devem defender e engrandecer com o seu esforço e sacrifício, e nisso elaborarão conosco amanha, com certeza, na Guiné e am Cabo Verde, para dar-se conjuntamente as mãos, baseando-sesobre a história, baseando-se na amizade, baseando-se em tudo quanto une.

A próposito das ultimas manifestações contra a guerra colonial feitas em Portugal, devemos dizer que as vemos com muito apreço e que as seguimos com a máxima atenção. Sempre dissemos ao nosso povo, aos nossos combatentes, que o povo portugues é um povo digno, que o povo portugues já deu, ao longo de histori , um contributo notável para a evolução da humanidade.

Queremos confiar-vos que o comportamento dos estudantes e do povo nas suas recentes manifestações seja na Igreja de S.Domingos, seja na ocasião do funeral de Ant,onio Sergio, são para nós motivo de coragem e acima de tudo uma confirmação de que não existe qualquer contradição entre o povo de Portugal e o nosso povo, e que não houve famais, nem haverá qualquer conflito a separá-los, e que, quaisquer que sejam os crimes dos colonialistas, os nossos povos amanha devem dar-se as mãos para uma colaboração fraterna.

O Marcelo Caetano, sucedendo a Salazar, podia mas não quer acabar com a guerra colonial. Confiamos quee esta missão venha a ser levado a cabo pelo povo portugues, por meio dos seus operários e dos seus camponeses, a sua juventude , os seus intelectuais progressistas e anti-coloniais, todos em suma que respeitam e amam deverdade Portugal e que se sabem que lutar contra a guerra colonial é salvar Portugal do sofrimento, da ruína e do perigo que essa guerra cria."

2. COMO MANTER A CIVILIZAÇÃO

Por outro lado, e anida por actos e palavras vêm-se denunciando a aliança cada vez mais estreita entre os governos dos territórios de domínio branco da Africa Austral, no sentido da manutenção de um status e da tentativa consequente de impedir a auto-determinação dos seus naturais.

O empolamento da força armada da Africa do Sul, o auxílio e simpatias crescentes dos brancos daquele país pelos combatentes portugueses em Africa e os compromissos indeclináveis criados entre o governo de Lisboa e

o de Pretória, a partir nomeadamente, da construção da Caborabassa, constituem outras afirmações de que aos verdadeiros interesses dos povos envolvidos se opõem, gradualmente melhor organizadas, as oligarquias dominantes sedeadas em Lisboa, Salisbury e Joanesburgo.

Segundo dirigente sindical cristão italiano LIVIO LABOR, no boletim da confederação Mundial do Trabalho, com sede em Bruxelas, nº82, referente em Novembro de 1970, Africa do Sul: COMO MANTER A "CIVILIZAÇÃO"?!

" Como manter a "civilização", isto é, a supremacia branca na Africa Austral? Não há outro meio senão a força das armas, os regimes racistas e colonialistas de Pretória, de Salusbury e de Lisboa não o escondem. A Africa do Sul em particular, não faz mistério da sua preparação para o combate. Não somente para o combate interior que faz já contra as vítimas revoltadas do regime do apartheid, mas também contra aqueles dos países africanos indepentes que não queiram acomodar-se ao statu quo actual na Africa Austral.

As previsões orçamentais para a defesa, acusam um acrescimo vertiginoso: 44 milhões de rands em 1960, 225 milhões em 1966/67, 225 milhões para 1970. Tendo em conta a base de submarinos em Simonstown, o orçamento de 1970 poderia atingir 357 milhões de rands, 500 milhões de dolares (um rads igual a 1,4$U.S.).

As forças armadas permanentes compõem-se tres armas; terra, ar e mar. Os seus efectivos passaram de 7.721 homens em 1961 para 17.276 em 1967 dos quais 7.559 no exército, 4.915 na força aerea e 3.193 na marinha. Julga-se que os efectivos das forças permanentes tenham aumentado de cerca de 1/3 desde 1967.

A polícia Sul-Africana aparece como fazendo parte integrante do exercito. Algumas das suas unidades estão bem treinadas para a guerrilha. O seu orçamento anual ultrapassa hoje 100 milhões de dolar, enquanto que em 1960 era de 40 milhões. Os efectivos avaliados em 28.187 em 1960, atingiram já 40 mil. É um dos raros serviços públicos largamente aberto aos não-brancos: mas não há um único oficial de cor".

No que diz respeito ao interesse dos brancos sul-africanos pela guerra desenvolvida pelo governo portugues nas Colónias, basta transcrevermos os seguintes telegramas da Agencia Noticiosa Lusitana:

A POPULAÇÃO DE DURBIN DEU SANGUE PARA OS SOLDADOS PORTUGUESES

LOURENÇO MARQUES, 15 de Outubro - Dez caixas contendo 10 garrafas de sangue com cerca de meio litro cada uma, que se destinam aos nossos soldados que na Arte da província defendem integridade da Pátria, seguiram por via Aerea para Nampula.

Este sangue que foi doado pela população de DURBIN e entregue a Mrs Panmshassen, presidende do Fundo aos Soldados que combatem no Norte de Moçambique, não necessita de cuidados especiais, nem sequer da refrigeração, uma vez que vem preparado para se poder conservar por sete anos. Esta remessa de sangue orça em cerca de 24mil escudos.

UM NOVO MOVIMENTO ATESTA O APREÇO DO POVO SUL AFRICANO PELOS SOLDADOS PORTUGUESES QUE LUTAM NO ULTRAMAR

LUANDA, 30 de Outubro - As crianças de uma escola da pequena localidade sul-africana de KOPPIES conseguiram reunir mil rands entre si , destinados à compra de lembranças para os soldados portugueses que lutam no Ultramar revelaram em Luanda, a presidente geral e a presidente regional em Protória respectivamente D.Cissa Marais e D.Elisabeth Albrocht, de mais um movimento sul-africano de apoio ao esforço militar portugues em Angola e Moçambique.

" A sua guerra é a nossa guerra" é a curiosa divisa do movimento que se intitula " The Southern Cross Fund ", e elementos visitaram nesta cidade organismos militares e hospitais, tendo já, em Lourenço Marques, equipado um hospital.

INAUGURADO UM NOVO PAVILHÃO NO HOSPITAL MILITAR DE LOURENÇO MARQUES

LOURENÇO MARQNES, 4 de Novembro - Com a presença do general Kaulza de Arriaga, comandante das forças armadas, teve lugar no hospital Militar de Lourenço Marques, a cerimónia de inauguração de um novo pavilhão, cujo apetrechamento foi totalmente oferecido pelo movimento sul-africano "Transvalse SuiderKruiss".

A sra. D. Elisabeth Alprecht, que presidiu à cerimónia, descerrou uma placa comemorativa na qual se lê:" Este pavilhão foi apetrechado por Trans valse SuiderKruis".

Em seguida, a sra. Alprecht fez uma breve alocução onde salientou o valor das nossas tropas e a necessidade que têm de todo o conforto e carinho. Disse ainda queas tropas portuguesas batem-se nas fronteiras de Angola e de Moçambique , não só pela integridade do território nacional, mas também pela paz e tranquilidade de toda a Africa Austral. Mais adiante afirmou que a oferta do seu Movimentou ao Hospital Militar de Lourenço Marques era uma pequena oferta para um tão grande sacrificio, esse que os soldados estão fazendo em prol de todos, sacrificio esse que os sul-africanos actualmente compreenden e tentan humanamente agradecer. Depois deste breve improviso da sra. D.Elisabeth Alprecht, o major médico dr. Reis Madeira agradeceu em nome do general Kaulza de Arriaga as gentilezas das palavras de oferta da ilustre dirigente do " Transvalse SuiderKruis".

Seguidamente dois doentes internados no novo pavilhão do Hospital Militar ofereceram à sra. Alprecht dois ramos de flores num gesto simbólico e significato que calou fundo no coração de todos.

O nosso pavilhão foi depois visitado por todos os presentes, que admiraram o apetrechamento, novo e eficiente, com que está dotado para bem de todos os militares ali internados.

Uma parte do novo pavilhão está equipado com aparelhagem para fisioterapia e recuperação.

Finda a visita a este pavilhão todos os presentes se dirigiram para o local da sessão de cinema, cuja aparelhagem foi oferta também de "Trans valse SuiderKruis" e de comissão islânica de Lourenço Marques.

SETE MIL RANDS DESTINADOS AO NATAL DO SOLDADO PORTUGUÊS

Lunanda, 16 de Novembro - Acompanhada de um repórter fotográfico do "Sunday Tiime" de Joanesburgo, encontra-se nesta cidade a sra. Doreen Jones, que se desloca a Angola para fazer a entrega ao Movimento Nacional Feminino, de sete mil "rands" destinados ao Natal do Soldado Português.

A sra. Doreen Jones tem exercido enorme actividade na Africa do Sul na consolidação de uma obra de apoio aos nossos soldados que se batem no Ultramar Português, recolhendo donativos dos seus compatriotas, os quais entrega, depois, ao Movimento Nacional Feminino.

Para além desta interligação de interesses não oficializados entre o racismo sul-africano e o colonialismo português em Angola e Moçambique começa a desenhar-se claramente a afirmação política de um domínio branco nas colónias portuguesas, procurando-lhes uma situação identica à da Rodésia de Smith.

Conseguindo o que, viria a Africa Austral a manter uma configuração bem caracterizada e do inteiro domínio económico e ideológico por parte da Africa do Sul, o mesmo é que dizer do imperialismo, ali bem representado pelo capitalismo, nomeadamente pela proveniência americana e inglesa.

Como se lê em Dossier sur les colonies portugaises, Bruxelas, 1969:

" Por intermédio dos investimentos estrangeiros crescentes em Angola e Moçambique, uma nova variante da classe possuidora se afirmou em Portu-

gal: a dos grandes industriais e dos grandes financeiros que não têm grande coisa a ver com o capitalismo latifundiário (desligaram-se dele se daí provem), e que ficam a ganhar, a curto parzo, nesta concorrência de duas formas de capitalismo: Serão eles, a partir de agora, que levarão a bandeira dos interesses portugueses. Pelas suas alianças com as potencias economicas internacionais, serão capazes, em vez de guardar uma certa influencia portuguesa sobre o desenvolvimento económico de Angola e Moçambique, a de obter dos seus partenaires no capital investimentos no proprio Portugal, de que têm uma necessidade urgente.

A este projecto económico novo para Portugal, é preciso evidentemente, em Africa, uma ligação política. O sistema implantado pelas velhas camadas do capitalismo conservador já não é negócio, e a prova disso é que lefou à guerra de libertação, que, por sua vez, pesa sobre o projecto novo.

Ora, a articulação política parece ter-se encontrado. Com efeito, tinha-se acentuado pouco, até agora, (...) o facto de os colonos portugueses tomarem depois da guerra, atitudes cada vez mais distantes em relação aos esquemas metropolitanos, de se organizarem em Angola em milicias armadas, e de contactarem por sua conta o risco com os governos da Africa do Sul e da Rodésia, de fronteiras com Angola e Moçambique. Sabia-se muito pouco, e não se dizia sempre, que grupos muito activos de coloniais, em previsão de mudanças inelutáveis na política de uma mãe-pátria incapaz de suportar o peso de orçamento de guerra, preparavam simplesmente uma alternativa que seria a independencia de Angola e Moçambique, mas a independencia à rodesiana com um poder branco dominando a maioria africana pelo seu capital, a sua polícia, as suas armas, e a certeza de ser ajudada nesta empresa pelo conjunto do bloco de uma Africa meridional que apresenta já estruturas bem rodadas deste tipo de dominação. Desde já, é facto consumado. Os dados estão lançados, as cartas estão na mesa. Um artigo de jornal "Le Monde" acaba de trazer para a opinião pública dados que devem reformular singularmente toda a compreensão objectiva sobre a evolução próxima das forças em presença (e que deveriam, paralelamente, renovar a estratégia dos movimentos de libertação de Angola e de Moçambique).

Aqui, Salazar desaparece. Caetano não tem quase interesse, a Igreja Católica e a sua adesão contínua aos mitos nacionais passa para segundo plano, o próprio exército portuguhe torna-se um elemento secundário. Aqui, aparecem novos nomes, que jogarão, podemos estar certos, - com outros que não são ainda conhecidos - um papel determinante nos anos próximos; aqui se manifesta um programa preciso. Porque se sabe que, em Moçambique, um movimento de colonos se agrupou à volta da passoa e da personalidade de Jorge Jardim que está em boas relações de amizade com Ian Smith (personalidade da Rodésia) e com Dr. Banda (presidente do Malawi) (1). Está intimamente ligado ao capitalista portugues Champalimaud, que, por sua vez, está relacionado com grandes grupos financeiros internacionais e possuindo numerosos interesses em Moçambique. Controla agora quase toda a imprensa diaria e outra de Moçambique e acaba de fazer saber que a independencia do país ia ser preparada. (2) Eis. Agora basta aguardar que o mesmo movimento, com outros homens mas cobrindo os mesmos interesses, se manifesta em Angola. Quanto à Guiné, que não tem colonato, a sua independencia poderia ser negociada bastante depressa com os movimentos nacionalistas, desde que estes se mostrassem "razoaveis" no caso de se descobrir petróleo, ao largo da costa. Se o PAIGC não pudér nem quiser mostrar-se razoavel, o novo governo portugues faria tudo para conseguir os interlocutores sérios necessários, criando, sendo preciso, um partido nacionalista concorrente.

Evidentemente, esta política, conhecerá etapas. Será preciso manter a ficção do Estado portugues unitário, enquanto as tropas metropolitanas não puderem ser inteiramente substituidas pela polícia local e pela milícia branca armada; será preciso talvez atender, durante muito tempo, às susceptibilidades dos Portugueses da Metropole; será preciso esperar um contexto

internacional particularmente favorável; será preciso negociar a ligação do capital português e dos outros capitais; será preciso aclimatar os colonos à idéia de que são a partir de então, "Angolanos" ou "Moçambicanos" como os ingleses de Smith se tornaram Rodesianos. Mas nada disso põe problemas inultrapassáveis, tanto mais que a tímida oposição de alguns meios portugueses cristãos está desde já amordaçada. Para esta política, quer para a que foi aplicada até agora, quer para a que vai continuar, o aferir das possibilidades de êxito ou de fracasso está noutro lado.

---

(1) N.do T.- De facto, o Engº Jorge Jardim é quem domina o Malawi: pela influência pessoal junto do Dr. Banda e seus ministros, assim como através da D.C.S. fortemente estabelecida naquele país e da polícia local, ambas as forças policiais sob seu controle e a segunda com comando português de sua confiança; as lanchas da marinha do Malawi do lago Niassa, são comandadas por oficiais da Marinha de Guerra Portuguesa.

(2) N.do T.- O Engº Jardim é a figura cimeira do grupo Champalimaud em Moçambique. Este grupo detem grandes interesses económicos naquela colónia, tais como o exclusivo do cimento (fabrico e destribuição), Banco Pinto &Sotto Mayor indústria química, aço, etc. O engº Jardim controla efectivamente as organizaçõesde imprensa: Companhia Editora de Moçambique, (Diário de Moçambique, os semanários Voz Africana, e Voz da Zambézia, ea revista mensal Economia de Moçambique) e diário Notícias da Beira eo diário O Comércio de Angola de Luanda e a emissora do Aero-Club da Beira.

3. O RENASCIMENTO NACIONAL E A SOLIDARIEDADE AFRICANA

A existência e desenvolvimento da luta armada portadora de um projecto político nas colónias portuguêsas, é o teste de um renascimento nacional em Angola e em Moçambique assim como na Guiné.Porque esta luta se desencadeou antes que tenha tomado corpo a política de independência unilateral do colonato, torna a situação dos dois países estratègicamente diferente da Africa do Sul e da Rodésia. Lá, o poder branco pôde afirmar-se e armar-se antes que a maioria negra pudesse recorrer aos mesmos argumentos. Tornou-se muito difícil, senão impossível, na Africa do Sul, para o povo africano, encarar sózinho uma acção armada, uma vêz que o aparelho policial é um dos mais ferozes e dos mais eficazes do mundo.

Ao contrário, em angola e em Moçambique, opoder branco não se organiza senão já com uma guerrilha antecedente pelo frente e com uma população habituada a um estado de Guerra. O resultado final dependerá portanto tanto das relações de forças, relações que se transformarão evidentemente,para passar dum estádio nacional a um estádio internacionalizado, e da estratégia mais ou menos forte que empregarão os grupos em presença.

Frente a um poder branco sustentado militar e politicamente pela Africa do Sul e pela Rodesia, e que se ligarra cada vez mais aos seus visinhos para um combate comum, os movimentos de libertação vão ser rápidamente conduzidos a definir uma estratégia que terá em conta este alargamento do campo de acção. Deverão abordar certamente uma fase de acção comum com os movimentos africanos dos países do poder branco.Deverão pesar as chances de transportar a guerrilha para o coração destes países, pois que haverá entre estes,cada vez menos, a situação de compartimentos estanques. Da mesma maneira, deverão reforçar as suas ligações com os países africanos independentes, de maneira a pôr frente a frente à aliança do capital, a aliança dos povos de Africa. Tudo isto exigir-lhes-á clarificações interiores e uma acrescida capacidade de análise.

Parece, portanto, e vamos assistir, nos anos mais próximos, a uma clarificação da situação. Movimentos houve que puderam ficar equívocos até ao presente,porque atrás da colonização portuguesa clássica se desenhavam já interesses estrangeiros quejse podiam utilizar dos movimentos africanos simultaneamente para fazer pressão sobre Portugal e ganhar simpatias da população e de seus líders. Mas amanhã,nada apareceria abrigado por detrás do poder branco:as forças que o sustentarão serão aparentes. Conhecer-se-á melhor ao mesmo tempo os movimentos representativos dos povos de Angola e de Moçambique e a sua força medir-se-á pela sua capacidade

dores. Mas amanhã nada apareceria abrigado por detrás do poder branco: as forças que o sustentarão serão aparentes. Conhecer-se-à melhor ao mesmo tempo, os movimentos representativos dos povos de Angola e de Moçambique e a sua força medir-se-à pela sua capacidade de acção, nacional e internacional no terreno do país e da sua diplomacia.

Assim, tínhamos, até à uma data recente, nas colónias portuguesas, uma luta pela independência através da qual o conteúdo que tomaria esta independência futura se divisava mal por vezes. É preciso notar que, face à realidade económica e política do "poder branco", a maior parte dos movimentos de libertação não põem o de um "poder negro", mas o de uma independência nacional, com direitos iguais para todos os cidadãos, de qualquer côr que sejam. Não haverá então, verdadeiramente, mais do que duas soluções? Ou bem que os movimentos unidos dos diferentes países se tornarão progressivamente uma frente nacional lutando contre o imperialismo, e toda a Africa austral se tornará progressivamente um novo Vietnam; ou então os movimentos não terão sabido responder a esta situação nova e, por algum tempo, talvez durante muito tempo as populações de Angola e de Moçambique partilharão a sorte dos seus irmãos da Africa do Sul e da Rodésia: uma espécie de explorados, sem direitos jurídicos, submetidos a todas as arbitrariedades, pura mão de obra, novos escravos de um mundo imperial. Até no dia em que....

4. A RESPONSABILIDADE DA EUROPA E DA SUA OPINIÃO PÚBLICA

Quando falam os jornalistas dos cinegetas, em ocasiões raras, da situação nas colónias portuguesas, há uma expressão que aparece regularmente, a do "guerra ignorada". Mas no Ocidente, a ignorância existe somente na opinião pública.

No seu livro, The Struggle for Mozambique", o dr. Mondlane salientava, que esta ignorância está longe de ser partilhada pelos meios políticos e pelos meios de negócios, que seguem a evolução dos acontecimentos com uma atenção crescente. Compreende-se: as riquezas potenciais de Angola e de Moçambique, são enormes, a importância dos dois países na estratégia económica é igualmente grande, pois que servem de territórios de trânsito para os minerais extraídos nos países de regiões não costeiras da Africa equatorial. Mas não são os meios financeiros que se mantêm perfeitamente ao corrente dos acontecimentos. As grandes potências políticas levam igualmente em conta o jogo da luta em curso, que entra numa estratégia mundial.

Se se fala pouco destes países na grande imprensa dos nossos países, é sem dúvida, porque em certos meios, as precauções não tomadas para que os elementos de informação não sejam levados à praça pública, perante uma opinião democrática do que se podem temer certas reacções. Mas, entretanto industriais alemães, emissários americanos, ministros franceses, "en safari" sucedem-se no hemisfério austral. Não há visitas oficiais, não há relatórios não há interpelações no Parlamento, tudo se passa no silêncio, o silêncio dos complôts. Só o segredo militar da OTAN, armas pesadas, aviação, unidades da marinha são entregues regularmente a Portugal, para amanhã ficarem na mão do Poder branco.

Assim discretamente, foram instaladas bases atómicas operacionais; existem bases da OTAN nos Açores em Beja; Uma base para a observação de misseis balísticos na ilha das Flores. O auxílio militar Americano para a luta dos portugueses atinge hoje dois biliões e meio de francos belgas por ano. Pilotos de guerra são formados nos estados Unidos, na Luke Air base, no Arizona.

Em 1963, o General Lemnitzer, comandante em chefe das Forças OTAN declarava: "Os soldados portugueses, em Africa, defendem um território, matérias primas e bases que não são somente indespensáveis para a defesa da Europa mas do conjunto do mundo Ocidental". Amanhã, um outro oficial superior da OTAN, poderá pronunciar exactamente a mesma frase, mudando ligeiramente o sujeito: "Os soldados de Ian Smith, do Sr. X (de Moçambique) e do Sr. Y (de Angola) defendem o mundo Ocidental."

Este mundo Ocidental, defendê-lo-ão com a guerra- como os Estados Unidos o fazem no Vietnam - e defendê-lo-ão contra os movimentos de Libertação Nacional, isto é, em definitivo contra as populações africanas de Angola, Moçambique e da Guiné. Isto é, em nome dos povos da Europa, levarão os povos africanos contra o Ocidente.

É então tempo, de pôr aos povos da Europa esta questão: a política que fazem os seus dirigentes é realmente a que eles querem? Pensam a sério que o futuro da Europa está assegurado com os seus dirigentes a multiplicarem-lhes inimigos? Acreditam que se pode assegurar a paz e a prosperidade nas Nações, negando por um lado, o direito dos Povos a existirem como nações livres, por outro lado sacrificando os nossos próprios países o desenvolvimento no armamento, na fabrico de máquinas de guerra destinadas a destruir e a serem destruídas?

É preciso responder urgentemente a esta pergunta.

"Deveria neste momento estar claro que as lutas nas colónias portuguesas não são só uma questão local: o seu significado para o resto do mundo, afora de África não se limita só a Portugal. Muitas das sociedades que controlam os postos de comando das economias americanas, britânica, europeia e japoneza estão representadas nos territórios de além-mar. As empresas que empregam uma mão de obra muito numerosa nos países metropolitanos e de produção monopolística, que são um traço tão típico da nossa vida moderna - sem mencionar os Bancos em todos os cantos das ruas - precipitaram-se para a porta aberta à procura do lucro.

Estas empresas desejam ver o imperialismo a vencer os movimentos de libertação. A longo prazo ficariam contentes de ver desaparecer Portugal da arena africana, mas é preciso não nos enganarmos sobre essa atitude. O que é desejado actualmente é a integração da economia da África Austral em torno da África do Sul no quadro do qual os homens de negócios estrangeiros virão a cooperar apesar de tudo com os regimens de Apartheid e os colonos brancos afim de manterem os povos africanos sobre os seus domínios.

O colonialismo arcaico vive os seus últimos momentos: o objectivo do bloco reaccionário é substituído por formas de opressão mais modernas, que correspondem à intensidade actual de exploração, ditadas pelas exigências do capitalismo moderno.

Assim a linha de partilha é muito nítida na África Austral. Dum lado as forças de reacção - os homens de negócios internacionais, Inglaterra, América, África do Sul, a OTAN, Portugal,...etc....-, do outro os movimentos de libertação nacional e o apoio que conseguem das forças progressistas do mundo. Para a África Austral não há compromisso possível: aqueles de entre nós que se opõem à reacção nesta região do mundo, devem-se lembrar disso quando tentam elaborar elaborar uma estratégia para organizar esse apoio nas metrópoles imperias.

Comittee for freedom for Mozambique, Angola and Guinea (Londres), "O Colonialismo português na época do imperialismo", comunicação à conferência internacional de apoio aos povos das colónias portuguesas, Roma, 27/29 de Junho 1970.

15339

J. J. Apolinario dos Santos

[Colonialismo e lutas de libertação] [Cadernos sobre a guerra colonial]

VII

A N E X O S

A. MAPA CRONOLOGICO

B. ENTIDADES E ENDEREÇOS

C. BIBLIOGRAFIA

D. INDICE

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
N.º 8807

325 83/86
«1961/1974»
COL

A. MAPA CRONOLÓGICO

PORTUGAL	ANGOLA	GUINÉ	MOÇAMBIQUE
1919 9º Congresso nacional socialista, que condenou o regime penal nas colónias e a exploração da mão de obra indígena.	1921 O governador Norton de Matos dissolve a Liga Angolana e o Orémio Africano.		
1920	Fundação em Lisboa, da Liga Africana		
1923	4º Congresso Pan-Africano, em Lisboa 2º Congresso da Liga Africana, em Lisboa		
1925 Congresso da C.G.T. em Santarém, aprovando-se conclusões sobre as condições do trabalho nas colónias e instituindo-se o dia do escravo preto, como manifestação nacional de protesto.			Prisão de 300 trabalhadores como repressão a uma vaga de greves, a que se sucede uma greve geral de 8 dias. Surge uma página operária na Imprensa de Lourenço Marques "O Emancipador".
1928 Promulgação do "Código do Trabalho dos Indígenas". Convenção entre Portugal e a África do Sul, sobre o envio de trabalhadores forçados para as minas do Rand.			
1929	Fundação, em Luanda da Liga Nacional Africana e da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA)		
1930 Promulgação do Acto Colonial (8/7)			

PORTUGAL	ANGOLA	GUINE	MOÇAMBIQUE
1933 Integração do Acto Colonial na Constituição Política do Estado Novo.			
1934 I Exposição Colonial Portuguesa no Porto.			
1940 Assinatura do Acordo Missionário entre Portugal e o Vaticano (7/5).			
1947 Relatório do Capitão Henrique Galvão sobre as condições de vida nas colónias portuguesas.			
1948	Fundação, em Lisboa, do Centro de Estudos Africanos, por Agostinho Neto, Mário de Andrade e Amilcar Cabral.		
			Prisão de centenas de negros em Lourenço Marques, e sua deportação para a ilha de S. Tomé.
1949			Fundação, em Lourenço Marques, por Eduardo Mondlane e outros, do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos.
1951 Alteração da Constituição, passando a designar-se as colónias por "províncias ultramarinas".			
1953 Promulgação da Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei nº2066) (27/6).	Fundação da PLUA-Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola.		
1954 Promulgação do Estatuto dos Indígenas (Dec.-Lei nº 39 666) (20/5).	Fundação, em Leopoldeville (Kinshasa), da UPONA-União das Populações do Norte de Angola, sob a presidência de Roberto Holden. (10/7)	Fundação do MINGO-Movimento pela Independência Nacional da Guiné e de Cabo Verde.	

PORTUGAL	ANGOLA	GUINÉ	MOÇAMBIQUE
1955	Fundação do PCA-Partido Comunista Angolano (Out.)		
1956	Movimentos de greve [illegible] trabalhadores contratados no norte de Angola (7 a 17/3). Fundação do MPLA-Movimento Popular de Libertação de Angola, sob a presidência de Agostinho Neto, por fusão do PLUA e do MIA-Movimento pela Independência de Angola (Dez.)	Fundação, em Bissau do PAIGC- Partido Africano da Independência da Guiné e do Cabo Verde - sucedendo ao MINGC e sob a presidência de Amilcar Cabral. (Set.)	Greve de estivadores em Lourenço Marques (49 mortos).
1957 Implantação da Pide nas colónias portuguesas.	Criação, em Paris, do MAC-Movimento Anti-Colonial.(Dez.)		
1958	Fusão do MINA-Movimento pela Independência Nacional de Angola, no MPLA. A UPONA passa a designar-se UPA-União das Populações de Angola. (Dez.)	Criação da UNTG-União Nacional dos Trabalhadores da Guiné, movimento sindical clandestino.	
1959	Prisões em massa em Luanda, que dão lugar ao "Processo dos 50", envolvendo africanos e europeus. (29/3) Estabelecimento da Aeronáutica Militar portuguesa em Angola, com uma demonstração aérea no aeroporto de Luanda, destinada a atemorizar a população africana (26/4). Nova vaga de prisões em Luanda. (Julho).	Greve e morticínio de estivadores no porto de Bissau(Pidgiguiti) (3/8). Fundação em Dacar, do FLGC-Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde. destinada	Fundação do MANU-União Nacional Africana de Moçambique.
1960 A Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a Declara-	O MAC transfere-se para Argel e passa a denominar-se FRAIN-Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (Jan).		

PORTUGAL	ANGOLA	GUINÉ	MOÇAMBIQUE
ção do Direito à Independência dos territórios e Povos sujeitos ao Domínio Colonial. (14/12).	Prisão de Agostinho Neto.(8/6)	Início da doutrinação do PAIGC entre a população.	Massacre de Mueda (500 mortos)(16/6)
	Declaração do MPLA ao governo português propondo a solução pacífica do problema colonial. (13/6)	Declarações do PAIGC ao governo português, reclamando a autodeterminação, por meios pacíficos dos povos da Guiné e de Cabo Verde.	Fundação em Salisbury, da UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique)
	Prisão, em Luanda, do P. Joaquim Pinto de Andrade. (25/6).		
	Fusão da UPA e do PDA na FCPPA-Frente Comum Popular de Angola. (31/10)		
	Fuzilamento de 20 angolanos encarcerados em Luanda. (29/12).		
1961 Abolição legal das diferenças de estatuto entre indígenas e assimilados (Dec-Lei nº43893) (6/9).	Assembleia Constituinte da CONCP, em Casablanca-Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas(18/4)		
	Início da revolta armada, com o ataque às prisões de Luanda por destacamentos do MPLA, que é seguido pelo massacre de milhares de africanos.(4/2).	Prisão de 20 membros do PAIGC em Bissau	Fundação no Malawy, da UNAMI (União Africana de Moçambique Independente).
Condenação por 90 votos contra 3, pela Comissão de Tutela da ONU, da política colonial portuguesa(13/11)		Carta Aberta de Amilcar Cabral ao governo português, reclamando a independência da Guiné e de Cabo Verde, ao mesmo tempo que a cooperação dos respectivos povos com o governo português (13/10).	
Ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana.(18/12).	Massacre dos agricultores do algodão, na Baixa do Cassange (6/2).		
Salazar, ameaçado por um golpe de estado, remodela o governo e acelera a repressão em Angola (Abril).	Eclosão da revolta no norte (Uige e Zaire) por elementos da UPA, ocasionando a morte de centenas de europeus(15/3).		
As grandes empresas com interesses nas colónias associam-se para a promoção duma campanha de propaganda colonialista nos E.U.A. (Abril).	Prisão e deportação para Portugal de 9 padres católicos angolanos, acusados de ligações com os movimentos de independência(Março).		
1962	1ª reunião em Salisbúria, de membros do Estado Maior da 2ª região aérea portuguesa com o alto comando das Forças Aéreas da Rodésia(Dez)	Assalto pela Pide, a um centro clandestino do PAIGC em Bissau e prisão de alguns dos seus dirigentes (13/3).	UDENAMU, MANU, UNAMI agrupam-se com o nome de FRELIMO, elegendo presidente Eduardo Mondlane. (25/6).

	A UPA e o PDA fundam a FNLA-Frente Nacional de Libertação de Angola (27/3).	Início de operações de sabotagem e de ataques às tropas portuguesas por elementos do PAIGC, seguidos de feroz repressão.	I Congresso da FRELIMO em Dar-Es-Salam (23/9).
	Forma-se em Kinshasa o GRAE-Governo da República de Angola no Exílio, orgão da FNLA (5/4).	Fundação em Dakar, do FLING-Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné.	
	O Dr. Agostinho Neto evade-se de Lisboa, onde lhe fora fixada residência. (Julho).		
1963	Fundação em Adis-Abeba, da OUA-Organização da Unidade Africana (Maio).		
	1º encontro dos escritores de Angola, em Sá da Bandeira.	Início da luta armada em forma organizada, nas frentes do Sul e do Leste, a partir da República da Guiné (Jan.).	Fundação de um novo grupo denominado FUNIPAMO(Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique) (21/5).
	Congresso do MPLA em Brazzaville, e formação da FDLA--Frente Democrática para a Libertação de Angola (1/7).	Abertura das operações na frente Norte (Julho).	Greve de estivadores em Lourenço Marques, Beira e Nacala (Agos.).
	O Comité de Libertação da OUA reconhece o GRAE e decide conceder-lhe auxílio (13/7).		
	O governo de Kinshasa proíbe as actividades da MPLA no Congo (2/11).		
1964	O MPLA abre a frente de Cabinda(Junho)	Luta vitoriosa pela defesa da ilha do Como, libertada desde Fevereiro de 1963, e que o exército português procurava reconquistar(Fev. e Março).	Início da luta armada pela FRELIMO, nos distritos de Cabo Delgado e Niassa (25/9).
	O Comité de Libertação da OUA reconhece o MPLA (25/11).	I Congresso do PAIGC em território da Guiné libertado (Fev)	
	Manifesto"Amangola" dirigido a Brazzaville, que esteve na base da fundação da UNITA (União Nacional para a Independência total de Angola) (11/12).		
1965 Na campanha para as eleições para deputados, a oposição democrática defende	Reunião em Dar-Es-SAlam, do Comité Especial das Nações Unidas para abolição do Colonialismo (10/6).		
	Conferência da CONCP em DAR-Es-Salam (3/10)		

PORTUGAL	ANGOLA	GUINÉ	MOÇAMBIQUE
"a necessidade imediata de uma solução política baseada no princípio da autodeterminação exercida por meios democráticos"(14/10)	Cerca de 30 patriotas angolanos são assilados pelos paraquedistas no estádio do Carmona (Uige) (15/11).	Reconhecimento do PAIGC pela OUA como único movimento de libertação da Guiné	Fusão de diversos grupos concorrentes da FRELIMO com a designação de COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique) (Julho).
1966	Encerrada, em Luanda, a Sociedade Cultural de Angola (Março).	I Conferência Tricontinental em Havana, com a participação de Amilcar Cabral.	Julgamento e condenação de dois grupos de artistas e intelectuais negros em Lourenço Marques. (11 e 25/3)
	Fundação da UNITA em Muangai, no interior de Angola(15/3)		O governo colonial dissolve o Centro Associativo dos Negros de Moçambique (15 mil associados).
	Abertura da 2ª frente do MPLA no Leste de Angola(Moxico e Cuando-Cubango), a partir da Zâmbia (18/3).		
	Ataque a Teixeira de Sousa pelas forças da UNITA(25/12)		
1967 Os governos de Portugal e da África do Sul decidem levar por diante o projecto de Cabora-Bassa.			
1968	O Comité Executivo do MPLA decide estabelecer o quartel general da organização no interior do país (Moxico)(3/1).		Abertura de novas frentes de guerrilha nos distritos de Tete e Zambézia.
	Morte em combate, no assalto a Caripande, do comandante Hoji Ia Henda, de 26 anos, principal responsável militar do MPLA. Dia da Juventude Angolana. (14/4).		II Congresso da FRELIMO, realizado em território de Moçambique (Niassa) (Julho).
	Abertura de uma 3ª frente do MPLA, no distrito da Lunda. (8/5).		
	1ª Assembleia Regional do MPLA em território libertado(Ago		

PORTUGAL	ANGOLA	GUINÉ	MOÇAMBIQUE
1968	Reconhecimento do MPLA pela OUA como única organização combatente, e cessação do apoio ao GHAE.(17 a 20/7).		
1969 Ocupação da igreja de S. Domingos, em Lisboa, por católicos contrários à política colonial do governo (1/1).	Conferência Internacional de Solidariedade para com os povos das Colónias Portuguesas e da África Austral, em Kartum (18/1).		
	Desvio por um comando do MPLA, de um avião das carreiras de Angola, para Ponto Noire (Congo Brazzaville)(4/6)	Ocupação, pelas forças do PAIGC, da posição fortificada de Madina do Boé.	Assassinato de Eduardo Mondlane em Dar-Es-Salam(Fev.).
Na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, os movimentos de oposição democrática manifestam-se abertamente pela autodeterminação dos povos das colónias e pela abertura de negociações com os movimentos de libertação (Out.)	Início da acção armada do MPLA no distrito do Bié (6/8).		Formação de um triunvirato, formado por Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango (Abril).
	Vaga de prisões em Luanda, com a detenção de dezenas de estudantes e operários (Out. e Nov.).		Uria Simango anuncia o seu rompimento com os outros 2 dirigentes (5/11).
1970 Acção repressiva do governo contra movimentos, personalidades e grupos contrários à guerra colonial.	Conferência Internacional de Solidariedade para com os povos das Colónias Portuguesas, em Roma.(26/7).		
	Os dirigentes dos principais movimentos de independência de Angola, Moçambique e Guiné-Cabo Verde são recebidos em audiência pelo Papa Paulo VI. (1/7).		
Deserção para a Suécia de 6 oficiais do Exército, que se recusaram a fazer a guerra (Set.).	Prisões de angolanos especialmente estudantes, em Luanda, Lisboa e Coimbra (Fev.) e do P. Pinto de Andrade(7/4).	Ataque frustrado de africanos e mercenários enquadrados por elementos do Exército Português contra Conakry, para cuja defesa muito contribuiram os militares do PAIGC. (21/11).	Nomeação de Samora Machel e Marcelino dos Santos para presidente e vice-presidente da FRELIMO. (14/5).
Sabotagem de navios que transportam tropas e material de guerra para as colónias (Out.).			
Julgamento, no Plenário do Porto, do P. Mário de Oliveira, abade de Macieira da Lixa, acusado de pregar contra a guerra colonial(17/12).			

B. ENTIDADES E ENDEREÇOS

1. MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
- B.P. 2353, Brazzaville - República do Congo
- 38/40, rue Mourad-Didouche, porte 440, Alger - ARGÉLIA
- P.O. Box 20793, Dar-Es-Salam, - TANZÂNIA

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
- B.P. 1205, Kinshasa - REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio
- B.P. 1451, KINSHASA - REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola
- P.O. Box 2246, Lusaka - ZÂMBIA
- 25, Ospringe Road, London NW5 - INGLATERRA Tel. 485-3075

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
- B.P. 298, Conakry - REPÚBLICA DA GUINÉ
- B.P. 2319, Dakar - SENEGAL
- 3, rue Waisse, Alger - ARGÉLIA

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
- P.O. Box 15274, Dar-Es-Salam - TANZÂNIA
- P.O. Box 768, Lusaka - ZÂMBIA
- 26, rue de la Liberté, Alger - ARGÉLIA
- 5, Ahmed Hishmat, Zamalek, Cairo - RAU
- 556 W183 Str., New-York - USA
- Leninisk Prospect, G 113, 1-K 258, Moscovo - URSS

CLSTP - Comité de Libertação das ilhas de S. Tomé e Príncipe
- 18, rue Dirah, Hydra, Alger - ARGÉLIA

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
- 18, rue Dirah, Hydra, Alger - ARGÉLIA
- 6, rue Paul Tirard, Rabat - MARROCOS

UGEAN - União Geral dos Estudantes da África Negra sob Dominação Colonial Portug.
- 18, rue Dirah, Hydra, Alger - ARGÉLIA

FPLN - Frente Patriótica de Libertação Nacional Portuguesa
- 13, rue Auber, Alger - ARGÉLIA

SEEPE - Secretariado dos encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro
- B.P. 64, Bruxelas - BÉLGICA

2. MOVIMENTOS DE APOIO

Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos
- 89, rue Abdel Aziz Al Seoud. Cairo - RAU

OSPAAAL - Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e Am. Latina
- P.O. Box 4224, La Habana - CUBA

American Committee on Africa
- 164, Madison Avenue, New-York, NY, 10016 - USA

Africa Relief Services Committee
- Box 5, Port Moody, B.C. - CANADA

Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guinea
- 531, Caledonian Road, London N7 - INGLATERRA Tel 01-6072170

CNSCP - Comité National de Soution de la Lutte de Libération des Peuples des Colonies Portugaises
- 6, rue Emile Dubois. Paris 14 - FRANÇA Tel. 3318952

Comité de Soution des Mouvements de Libération des Colonies Portugueses
- 773, Chaussée de Waterloo, Bruxelles 1180 - BELGICA

ARMAL - Associazione Rapporti Movimenti Africani di Liberazione
- Roma - ITALIA

Angolagruppe / Tricontinental
- Isestrasse, 45, 2 Hamburgo 13 - ALEMANHA (RFA)

Angola Comité
- Klarenburg 253, Amsterdam 18 - HOLANDA - Tel.020-196511 ou 020-960446

The Committe for Freedom in Mozambique
- 1 Antrim Road, London NW3 - INGLATERRA Tel. 01-7229030

Project Mozambique
- 33, St Georges Street, Toronto 5, ONT - CANADA

Uppsala Sud-Afrika Kommitté
- Box 2059, S 75002, Uppsala - Suécia

ADA - Arbetsgruppen fur Dokumentation on Afrika
- Box 2141, 35002, Uppsala - SUECIA

Zwidelijk Afrika Groep, Deventer - HOLANDA
NESBIC, Leiden - HOLANDA
Mozambique Comité - BELGICA
Mondlane Stichtuig - HOLANDA
Affrika Gruppe - Berlim Oeste - ALEMANHA (RFA)
SOdra Afrika - Lund - SUECIA
Angola MPLA Gruppen, Estocolmo - SUECIA

C. BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS

a) em português

ANGOLA ATRAVÉS DOS TEXTOS
Ed. Folman - Rego, São Paulo
1962

ANGOLA, CINCO SECULOS DE EXPLORAÇÃO PORTUGUESA - Américo Boavida
Ed. Civilização Brasileira - Rio de Janeiro
1967

AS RAIZES DA REVOLTA - Jack Woddis
Ed. Zahar - Rio de Janeiro
1961

CATOLICOS E POLITICA de Humberto Delgado a Marcelo Caetano
Ed. P. José da Felicidade Alves - Lisboa
1969 - 286 pag.

GUERRA EM ANGOLA - Mário Moutinho de Pádua
Ed. Brasiliense - S. Paulo
1963

PORTUGAL E O FIM DO ULTRACOLONIALISMO - Perry Anderson
Ed. Civilização Brasileira - R. 7 de Dezembro, 97, Rio de Janeiro, GB
1966

PROGRAMA POLITICO DA COMISSÃO DEMOCRATICA ELEITORAL / CDE
Ed. da CDE de Lisboa
1969 - 93 pg.

RELAÇÕES RACIAIS NO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUES 1415 - 1825 - C.R. Boxer
Ed. Tempo Brasileira - Rio de Janeiro
1967

REVELANDO A VELHA ÁFRICA - Basil Davidson
Ed. Prelo, Cadernos de Hoje, nº5 - Lisboa

b) em francês

AFRIQUE NOIRE: GEOGRAPHIE, CIVILISATIONS, HISTOIRE - J. Suret-Canale
Ed. Sociales - Paris
1968

DOSSIER SUR LES COLONIES PORTUGAISES - um grupo de estudantes, assistentes e professores da Universidade de Lovaina; prefácio de François Houtart
Ed. Vie Ouvrière - Av. Van Volxem, 1190 Bruxelles
1970 - 80 pg. - 50 FR.B.

GUINEE PORTUGAISE ET CAP VERT EN LUTTE POUR LEUR INDEPENDANCE - Gérard Chali
Ed. François Maspero - 1, Place Paul Painlevé, Paris V and
1964

HISTOIRE DE L'AFRIQUE - R. e M. Cornevin
Petit Bibliothèque Payot

L'AFRIQUE PORTUGAISE ET LE DROIT - Philipe Comte
Comission Internacional de Juristes, Genebra
1963

L'ANGOLA
Information CONCP - 18, Rue Dirah, Hydra, Alger
1969 - 141 pg.

L'ECONOMIE DE L'EMPIRE PORTUGAIS AUX 15º ET 16º SIECLES
Vitorino Magalhaes Godinho

L'ILE DE SÃO TOME
Information CONCP - 18, Rue Dirah, Hydra, Alger
1968 - 76 pg.

LA CONTRE REVOLUTION EN AFRIQUE - Jean Ziègler
Ed. Payot - 106, Boulev. St. Germain, Paris
1963 - 240 pg.

LA GUERRE D'ANGOLA - Robert Davezies
Documents Frères du Monde
Ed. Ducros Editeur - 44, Rue de Madrid, Bordeaux
1968 - 185 pg. - 11,40 FF

LA LUTTE DE LIBÉRATION NATIONAL DANS LES COLONIES PORTUGAISES - LA CONFÉRENCE DE DAR-ES-SALAM
Ed. CONCP - 18, Rue Dirah, Hydra, Alger
1967 - 230 pg.

LE COLONIALISME PORTUGAIS A L'EPOQUE DE L'IMPÉRIALISME
Ed. Commitee for Freedom for Mozambique, Angola et Guinea - Londres
1970 - Comunicação à conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas, Roma

LE MOZAMBIQUE
Information CONCP - 18, Rue Dirah, Hydra, Alger
1967 - 95 pg.

LE PORTUGAL DE SALAZAR - Peter Fryer e Patricia mcGowan Pinheiro
Ed. Ruedo Ibérico - 27, Boulev. Descartes, Paris 8
1963 - 203 pg.

LE PORTUGAL ET LA FIN DE L'ULTRACOLONIALISME - Perry Anderson
Ed. Francois Maspero - 1, Place Paul Painlevé, Paris V
1963

LE POUVOIR DES ARMES - Amilcar Cabral
Ed. Maspero - 1, Place Paul Painlevé, Paris V

LES ANGOLAIS - Robert Davezies
Ed. de Minuit - Paris
1965

LES CRIMES DES COLONIALISTES PORTUGAIS FACE À LA DÉCLARATION UNIVERSELLE DES DROITS DE L'HOMME - Declaração de Amílcar Cabral na ONU
Ed. Comission d'Information et de Propagande du PAIGC

LES GUERRES DE LIBERATION NATIONALE DANS LES COLONIES PORTUGAISES
Ed. Organisation de Solidarité des Peuples Afro-Asiatiques - 89, Rue Abdel Aziz Al-Saoud, Cairo
1970 - 162 pg.

LUTTE ARMÉE EN AFRIQUE - Gérard Chaliand
Ed. Francois Maspero - 1, Place Paul Painlevé, Paris V
1967 - 168 pg. - 8,90 FF

LUTTE DE LIBERATION DANS LES COLONIES PORTUGAISES
Ed. C.M.S.L.C.P. - 6, Rue Emile Dubois, Paris XIV
1970 - 32 pg.

POUR UNE GUERRE OUBLIEE - Pierre Pascal Rossi
Ed. Juliard - Paris
1969

QUI LIBERE L'ANGOLA - Jorge Alicerces Valentim
Ed. Michèle Coppens - 49, Rue de l'Aurore, Bruxelles 5
1969 - 56 pg.

REVOLUTION EN AFRIQUE - LA LIBERATION DE LA GUINEE PORTUGAISE - Basil Davidson
Ed. Seuil - 27, Rue Jacob, Paris VI
1969 - 185 pg.

c) em inglês

AFRICA MUST UNITE - Kwame N'Krumah
Ed. Hoinemen - London
1963

AFRICAN OUTLINE - Paul Bohannan
Penguin African Library - London
1966

ANGOLA - SEVENTH YEAR
Ed. Unita Central Commetee - 25, Ospringe Road, London, NW 5
1968 - 48 pg.

INSIDE AFRICA - John Gunther
Ed. Hamish Hamilton - 90, Great Russel Street, London WC1
1955 - 960 pg.

MOZAMBIQUE - A COUNTRY AT WAR
Ed. Commitee for Freedom in Mozambique - 1, Antim Road, London NW 3
14 pg. - 1 sh.

MOZAMBIQUE WILL BE FREE
Ed. Commitee of Returned Volunteers - 65, Irving Place, New York, NY 10003
1969 - 44 pg.

PORTUGAL AND NATO - S. J. Bosgra and Chr. van Krinpen
Ed. Angola Commitee - Klarenburg 253, Amsterdam
1969 - 48 pg.

PORTUGAL IN AFRICA - James Duffy
Ed. Penguin African Library - London
1962

PORTUGAL'S AFRICAN "WARDS"
Ed. American Commitee on Africa

PORTUGUESE AFRICA - Ronald H. Chilcote
Ed. Prentice Hall, Inc.
1967

RACE RELATIONS IN THE PORTUGUESE COLONIAL EMPIRE 1415 - 1825 - C.R.Boxer
Ed. Oxford University Press
1963

REVOLUTION IN GUINEA - an African Peoples Struggle - Amilcar Cabral
Ed. Lore and Malcolmson Limited - Brighton Road, Redhill, Surrey
1969 - 140 pg.

THE AFRICAN AWAKENING - Basil Davidson
London and New-York
1955

THE ANGOLAN REVOLUTION - Vol1: The Anatomy of an Explosion
Ed. Mit Press
1969

THE LIBERATION OF GUINEA. Aspects of an African Revolution - Basil Davidson
Ed. Penguin African Library - London
1969 - 220 pg. - 40 p 8/

THE SOUTHERN REVOLUTION
Special Sechaba edition - 49, Rathbone Street, London, W1
28 pg.

d) em italiano

ANGOLA - L'INTENSIFICAZIONE DELLO STRUTTAMENTO IMPERIALISTICO NEL SETTORE MINERARIO - J. Martins
Comunicaçao à conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas - Roma
1970

DALLA NEGRITUDE ALL AFRICANISMO
Ed. Feltrinelli Editore - Milano
1970 - 315 pg. - Lire 2.500

GUINEA BISSAO UNE RIVOLUZIONE AFRICANA - Bruno Crimi
Ed. Vangelista Editore - Via Alberto da Giussano 15, 20145, Milano
1970

GUERRA DI POPOLO IN ANGOLA
Ed. ARMAL - Via Lazio 9, Roma
1969 - Lire 2.000

IL POPOLO DELL'ANGOLA IN ARMI CONTRO LA BARBARIE DEL SISTEMA COLONIALE PORTOGHESE
Ed. Feltrinelli - Milano
1969 - 70 pg. - Lire 200

LOTTA ARMATA IN AFRICA - Gérard Chaliand
Ed. Lerici Editore - Via Lazio, 9, Roma
1968 - 142 pg.

STORIA DELL'ANGOLA - por um grupo de militantes do MPLA
Ed. Lerici Editore - Via Lazio, 9, Roma
1969 - 267 pg. - Lire 1.500

UNA RIVOLUZIONE AFRICANA - Romano Ledda
Ed. Bari
1970

e) em alemão
PORTUGAL IN AFRIKA - W. Gunhardt
Zurich
1966

f) em castelhano

AFRICA, LA HORA DE LAS VIOLENCIAS - Alfonso Palomares
Ed. Zero S.A. Madrid

AFRICA: LOS ORIGENES DE LA REVOLUCION - Jack Woodis
Ed. Ciencia Nueva - Madrid

EL PANAFRICANISMO - Philippe Decraene
Buenos Aires
1962

2. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

a) dos Movimentos de Libertação

VITORIA OU MORTE - Organe d'Information et Combat du MPLA
B.P. 2353. Brazzaville, República do Congo

PAIGC ACTUALITES
B.P. 298 - Conakry, República da Guiné
B.P. 2319 - Dakar, Senegal

FRELIMO - INFORMATION - Bulletin de la Représentation en Algérie
26, rue de la Liberté, Alger, Argélia

b) portuguesas clandestinas

AVANTE! - Orgão Central do Partido Comunista Português

CADERNOS NECESSARIOS - nºs 1,2,3,4 e 5

CAPITALISMO PORTUGUES - nºs 1 e 2

DIREITO À INFORMAÇÃO - nºs1,3; nº13 de 1968; nºs 16 e 18 de 1969

REVOLUÇÃO POPULAR - Orgão do Comitê Marxista - Leninista Português

c) de portuguesas no estrangeiro

PORTUGAL SOCIALISTA - Orgão da Acção Socialista Portuguesa
30, Via Federico Cesi - Roma

PORTUGAL DEMOCRATICO
Rua Conselheiro Furtado, 191 - São Paulo

PERSPECTIVA
Lovaina

BOLETIM DO SEEPE (Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro)
B.P. 64 - Bruxelles 5

CADERNOS ANTI-COLONIAIS - SEEPE
B.P. 64 - Bruxelles 5

CADERNOS DE CIRCUNSTÂNCIA
Paris

CADERNOS SOCIALISTAS
Paris

d) estrangeiras

AFRICASIA
68, Av. des Champs-Elisées, Paris 8

CROISSANCE DES JEUNES NATIONS - nºs. 44(1965), 58, 60 (1966), 82 (1968) 103 (1970) e outros
163, Bd. Malesherbes, Paris 17

CUADERNOS PARA EL DIALOGO - nºs 52 (1968) e 75 (1969)
Jarama 19, Madrid 2

FRERES DU MONDE - Notes Portugaises (1967)
Les Colonies Portugaises (1970 -nº 68)
208, rue de Pessac, Bordeaux

INFORMATIONS CATOLIQUES INTERNATIONALES - Nºs 145 (1961), 179 (1962), 186 (1963), 300(1967), 375 (1971)
163, Bd. Malesherbes, Paris 17

JEUNE AFRIQUE - nº 290 (1966) e outros
51, Av. des Ternes, Paris 17

LE MONDE DIPLOMATIC - 6 Nov. 1968; 18 Set. 1970
5, rue des Italiens, Paris 9

LE MOIS EN AFRIQUE - nº 9 (1966)
32, Rue de l'Echiquier, Paris 10

LES TEMPS MODERNES - Nov. 1962 e outros
26, Rue de Condé, Paris 6

PARTISANS - nºs 7 (1962), 26/27, 29/30, 31 (1966) e outros
1, Place Paul - Painlevé, Paris 5

PAZ E TERRA - Nºs. 10 (Dez. 1969), Número Especial (43 anos do Fascismo em Portugal - recolha de textos) - NCr$ 6,00
Av. Rio Branco, 156, 12º and s/1222 - Rio de Janeiro, GB

PORTUGUESE AND COLONIAL BULLETIN
10, Fentiman Road, London SW 8

PRESENCE AFRICAINE - Nºs 42 (1962), número especial sobre Angola, 75 e outros
42, rue Descartes, Paris V

REVUE FRANÇAISE DE SCIENCE POLITIQUE - nº 6 (1969)

REVUE INTERNATIONALE DU SOCIALISME - nºs. 4(1964) e 8(1965) e outros

TRICONTINENTAL - Orgão do OSPAAAL. Edições em castelhano;
Lynea y D. Vedado. P.O. Box 4224
La Habana - Cuba

TRICONTINENTAL - Edição italiana:
Ed. Feltrinelle - Milano - nºs. 11, 12, (1969) e outros

TRICONTINENTAL - Edição francesa:
Ed. François Maspero, 1, Place Paul Painlevé, Paris V. - Nºs. 4 (1968) e outros: 3(1969)

THE JOURNAL OF MODERN AFRICAN STUDIES - 1969

D. INDICE

NOTA PREVIA

I - A expansão colonial portuguesa

A. O comércio ao longo da costa
B. Partilha da África e ocupação militar
C. Da escravatura aos trabalhos forçados
1. - Origem e desenvolvimento da escravatura na África portuguesa
2. - O aparecimento dos trabalhos forçados em Moçambique

II - Alguns aspectos do domínio colonial

A. Trabalho forçado
1. - O Congresso pan-africano de 1923
2. - Sobre o relatório Galvão de 1947
3. - Moçambique: anos 50 e 60
4. - Um metodista fala sobre Angola
B. Saúde
1. - Guiné - anos 50
2. - Angola - anos 60
C. Ensino - Educação - Cultura
1. - A situação em 1960 e os seus antecedentes
2. - A língua portuguesa e os dialectos regionais
3. - O esmagamento cultural
D. Racismo e direito de cidadania
1. - Indígena e cidadão
2. - O processo de assimilação e "civilisação"
3. - Aspectos recentes do racismo
E. A Igreja Católica
1. - O papel da Igreja católica e das missões
2. - Sobre a Igreja e a independência nacional
3. - Em defesa dos padres angolanos detidos em Portugal
4. - Um testemunho recente
F. Economia
1. - O comércio do vinho
2. - A produção algodoeira
3. - Cabora-Bassa e a política internacional dos grandes interesses na África Austral

III - A luta pela independência — A. Angola

1. - Antecedentes da luta
   a) O passado remoto
   b) Aspectos da luta política
   c) A erupção do nacionalismo angolano
   d) A repressão portuguesa
2. - O desencadear da guerra
   a) O 4 de Fevereiro e o 15 de Março
   b) O massacre da Baixa do Cassange
   c) Outro testemunho
3. - Os movimentos de libertação
   a) Os movimentos nacionalistas de Angola
   b) Fala um guerrilheiro
   c) Aspectos da acção social nos territórios libertados - os serviços de saúde
4. - Os portugueses fazem a guerra
   a) Aspectos da violência branca
   b) Laurinda Katoyo: A mulher sem braços
   c) Massacres em Angola
   d) Carta de cristãos aos bispos de Angola
   e) O encerramento de uma Missão
5. - Situação militar
   a) Elementos sobre a luta em Angola
   b) Os portugueses vão perdendo a iniciativa
   c) Lutar e sofrer
6. - Mensagem aos portugueses

III - B. Guiné e Cabo Verde

1. - Os antecedentes da luta
   a) o despertar de um povo
   b) O movimento político
   c) As propostas pacíficas
2. - O desencadear da guerra e o PAIGC
   a) A mobilização popular
   b) De Pidjiguiti à guerrilha
   c) Um povo em luta
3. - Os portugueses fazem a guerra
   a) o relatório de Amilcar Cabral
   b) Bombardeamentos a napalm
   c) Entrevista com um desertor português

4.- Situação militar

a) Um balanço da guerrilha

b) Os combatentes falam

5. - Uma sociedade nova nos territórios libertados

a) Uma população organizada

b) Nasce uma Guiné nova

c) O esforço de educação

d) Presença do PAIGC no interior e no exterior

e) Pela primeira vez, protagonistas da sua história

6. - Duas mensagens de Amílcar Cabral

III - C. Moçambique

---

1. - Os antecedentes da luta

a) Os primeiros movimentos políticos

b) O massacre de Mueda

2. - O movimento de libertação - a FRELIMO

3. - O desenrolar da guerra

a) Um relatório de operações do exército português

b) Tentativas de recuperação

c) Dois leaders africanos

d) Situação militar

e) Um oficial fala do que viu

4. - Os territórios libertados

a) Programas de reconstrução

b) Moçambique livre

5. - Duas mensagens de Mondlane

IV - A solidariedade com as lutas de libertação

A. A oposição em Portugal à política colonial do Governo

1. - Sector político

2. - Sector católico

3. - Sector estudantil

4. - Sector do exército

5. - Portugueses no estrangeiro

B. Expressões de solidariedade internacional

V - Portugal, vítima da guerra

A. Mortos, feridos, mutilados

B. Os graves danos

C. A política anti-patriótica do governo

VI - O futuro que se prepara

A. A dimensão africana das lutas nas colónias

B. Uma luta decisiva

1. - O povo português e os africanos

2. - Como manter a civilização

3. - O renascimento nacional e a solidariedade africana

4. - A responsabilidade da Europa

VII - Anexos

A. Mapa cronológico

B. Entidades e endereços

C. Bibliografia

D. Indice